



Rafael Carrano Lelis

**A Orientação Sexual na Constituinte de
1987-88:
constituição performativa de sujeitos LGBTI+
na Constituição da nação brasileira**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada para Programa de Pós-graduação em Direito da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Direito.

Orientadora: Prof^a. Adriana Vidal de Oliveira
Coorientadora: Prof^a. Silvia Aguião Rodrigues

Rio de Janeiro,
maio de 2021



Rafael Carrano Lelis

**A Orientação Sexual na Constituinte de
1987-88:
constituição performativa de sujeitos LGBTI+
na Constituição da nação brasileira**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em **Direito** da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

Prof^a. Adriana Vidal de Oliveira

Orientadora
Departamento de Direito – PUC-Rio

Prof^a. Silvia Aguião Rodrigues

Coorientadora
CEBRAP

Prof^a. Márcia Nina Bernardes

Departamento de Direito – PUC-Rio

Prof. Sérgio Luis Carrara

UERJ

Prof. Thiago Coacci Rangel Pereira

UFMG

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização do autor.

Rafael Carrano Lelis

Graduado em Direito pela UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora). Especialista em Gênero e Sexualidade pelo CLAM/IMS/UERJ (Centro Latino-americano em Sexualidade e Direitos Humanos/Instituto de Medicina Social/Universidade do Estado do Rio de Janeiro). Atuou como pesquisador em diversos locais, com enfoque na área de gênero e sexualidade, incluindo a ILGA World (*The International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association*).

Ficha Catalográfica

Lelis, Rafael Carrano

A orientação sexual na Constituinte de 1987-88 : constituição performativa de sujeitos LGBTI+ na Constituição da nação brasileira / Rafael Carrano Lelis ; orientadora: Adriana Vidal de Oliveira ; coorientadora: Silvia Aguião Rodrigues. – 2021.

287 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)—Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito, 2021.

Inclui bibliografia

1. Direito - Teses. 2. Orientação sexual. 3. Assembleia Nacional Constituinte. 4. Movimento LGBTI+. 5. Performatividade. 6. Análise foucaultiana do discurso. I. Oliveira, Adriana Vidal de. II. Aguião, Silvia. III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Direito. IV. Título.

CDD: 340

Para minhas irmãs, Marina e Gabriela.

Para aqueles que tentaram, dentro de suas limitações,
construir uma nação mais inclusiva em 1987-1988. Em
especial, João Antônio de Souza Mascarenhas, Benedita
da Silva, José Genoíno e Luiz Salomão.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Há mais de um ano que penso no que iria inserir aqui. O que não impediu, obviamente, que esta fosse a última parte a ser escrita, às vésperas do envio para a banca. Esses quase dois anos de mestrado foram, por questões pessoais e globais, extremamente intensos. Nesse processo, inúmeras pessoas contribuíram, direta e indiretamente, não apenas para a construção deste trabalho, mas também para a minha formação nos múltiplos aspectos que compõem esta carreira acadêmica que escolhi seguir. Na contradição de uma pesquisa que fala sobre performatividade, alerto que talvez as palavras não deem a correta dimensão de todas essas pessoas essenciais com quem cruzei nesse período.

À minha família de todos os dias – Raimundo, Eduarda, Marina, Gabriela, Márcia e Juliana –, agradeço pelo tanto de apoio acumulado, pela aposta em mim, pelo conforto emocional. Sobretudo, por terem sido peça-chave na construção desse sujeito que escreve hoje.

À CAPES, pelo financiamento imprescindível que permitiu minha dedicação exclusiva ao mestrado, apesar da política de boicote instituída pelo governo federal. À PUC-Rio e ao PPGD, por me fornecerem as estruturas que moldaram a pesquisa e instigaram meu pensamento crítico; por me acolherem tão bem nessa passagem, mais curta do que eu desejaria. Em especial, à Gisele Cittadino, pela serenidade que demonstra na coordenação do Programa e pela simpatia profunda com que trata a todos os alunos; e a Carmen Barreto e Anderson Torres, pela solicitude sem limites e pela tolerância com a profusão de e-mails de um mestrando ansioso.

À Adriana Vidal, de quem tive a honra de ser o primeiro orientando de mestrado, agradeço por todas as trocas, dentro e fora de sala, por ter confiança no meu trabalho, por ter me aberto outras oportunidades, pela liberdade que me deu na escrita e por frear, quando necessário, meu excesso crítico. À Silvia Aguião, tenho que agradecer pela paciência de me orientar em duas frentes diferentes – no mestrado e na especialização – em um tempo quase sobreposto, mas também pela

imensa contribuição que deu a este trabalho, pela leitura atenta e comentários precisos e pela simpatia e disponibilidade constantes.

Manoela Roland e Joana Machado estariam aqui mesmo que não tivessem me fornecido as cartas de recomendação que auxiliaram no ingresso na PUC-Rio. Agradeço à Manoela pela iniciação e consolidação de meu interesse na pesquisa e também por incutir em mim o papel social da academia, que segue central em minhas preocupações. À Joana Machado, por ter feito parte desse meu processo de transformação e ser uma referência indispensável para a definição de meus rumos profissionais; além disso, pela parceria sempre proveitosa, nas mais diversas frentes, que agora se renova com minha contribuição com o grupo que coordena – o *LAVID – Laboratório de Pesquisa e Assistência Jurídica em Violências Institucionais e Direitos Humanos*. Outra pessoa fundamental nessa trajetória foi Juliana Perucchi, que também já estaria aqui apenas pela importância que nosso encontro, lá em 2017, teve para minha vida pessoal e profissional; mas tenho que agradecer-lá, ainda, por ter me aceitado em seu grupo de estudos sobre Foucault, que serviu de válvula de escape durante parte do isolamento pandêmico.

Àqueles que conhecem, é impossível ler esta dissertação sem perceber a influência do PPGD da PUC-Rio e de seu corpo docente na construção da pesquisa. Agradeço a todos os professores e professoras que fazem desse Programa um ambiente acadêmico tão fascinante e efervescente, que transborda as fronteiras do direito. À Márcia Nina Bernardes, não somente por toda a contribuição que deu na qualificação, mas também por ser responsável por meu primeiro contato mais aprofundado com Butler, pelos estímulos críticos que suas aulas sempre representaram e por me receber tão bem em seu grupo de pesquisa – *Gênero, Democracia e Direito*. Ao Adriano Pilatti, por todas as ricas contribuições de suas aulas, mas especialmente por ter me emprestado e posteriormente me “transferido a posse definitiva” de um exemplar do livro fruto de sua tese de doutorado (“A Constituinte de 1987-1988: progressistas, conservadores, ordem econômica e regras do jogo”); a leitura da obra foi certamente fundamental para consolidar meu interesse de pesquisa. A Thula Pires e Bethânia Assy, por serem figuras tão inspiradoras e potentes, cujas reflexões sem dúvida mudaram meu jeito de ver o direito, a academia e o mundo. A Antonio Pele e Noel Struchiner, pela oportunidade que me deram de atuação junto à *Revista Direito, Estado e Sociedade*, uma experiência singular para esse meu processo de formação acadêmica.

Eu tive a sorte de ter como colegas de turma pessoas com os perfis mais variados possíveis, que se tornaram queridas. A todos, agradeço pelas discussões e, sobretudo, pelo compartilhamento das inseguranças. Agradeço especialmente àqueles com quem tive a oportunidade de conviver mais intensamente, em função de outros espaços e projetos: Matheus Chatack, Maria Carolina Soares e Nina Zur. À Gabriela Gattulli, pela amizade tão generosa e por demonstrar mais confiança em mim do que eu mesmo. A Silvia Talho e Juliana Barros, por compartilharem comigo essa condição de estrangeiro em terras cariocas, por terem sido sempre meu lugar de afeto, leveza e de eliminação de incertezas; pelas conversas e risos, nos bares, nas aulas, nos almoços do bandejão e nos protestos de rua.

Para além da minha própria turma, a PUC me permitiu outros felizes encontros. À Glenda Vicenzi, agradeço pela parceria que desenvolvemos, de forma tão complementar, na condução dos trabalhos na *Revista Direito, Estado e Sociedade*. A todas as integrantes do grupo *Gênero, Democracia e Direito*, agradeço pelos encontros valiosos. A Mariana Imbelloni, Twig Lopes e Luciana Fernandes, em especial, por terem dedicado parte de seu tempo a ler e comentar o esboço dos primeiros capítulos desta dissertação. Às alunas e alunos da disciplina *Laboratório de Gênero*, que lecionei para a graduação no segundo semestre de 2019, agradeço por essa oportunidade tão rica em meu caminho para a docência. A Rogério Sganzerla, ao Grupo Arco-Íris e à Aliança Nacional LGBTI+, pela parceria que permitiu que contribuíssemos com o projeto *Painel da Violência LGBTI no Rio de Janeiro*. Aos alunes da graduação que orientei nessa iniciativa, agradeço pela preocupação que sempre demonstram com a causa e por serem mais uma dessas peças que fazem parte da minha construção pessoal e profissional.

Meu primeiro semestre de mestrado foi também meu último na coordenação do *Centro de Pesquisa em Políticas Públicas LGBTI+* da *TODXS*. A todos que passaram pela organização enquanto estive lá, agradeço por esse espaço tão importante de trocas e de desenvolvimento de projetos preocupados em tornar o mundo menos árduo para nós; em especial, ao Leonardo Oliveira, que foi também um rosto conhecido e ponto de suporte na PUC e no Rio. O terceiro e segundo semestres foram compartilhados com o curso de especialização em Gênero e Sexualidade do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos, vinculado ao Instituto de Medicina Social da UERJ, quando tive o privilégio de conhecer Silvia Aguião; agradeço a todes docentes e discentes por sua tamanha

dedicação a temas tão essenciais e pelas reflexões promovidas nos diversos encontros, que com certeza ecoam no texto desta dissertação. Durante o quarto semestre, iniciei minha atuação enquanto consultor de pesquisa da *ILGA World*; se isso significou uma suspensão quase que completa da escrita deste trabalho, por quase seis meses, trouxe também contribuições incalculáveis para pensar o papel da pesquisa no ativismo LGBTI+; por isso, agradeço a Lucas Ramón Mendos e a toda equipe de pesquisa da *ILGA*.

Aos professores Décio Rocha e Bruno Deusdará e a todos os alunos da disciplina “A Atualidade da Arqueologia do Saber”, do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ, por me ajudarem a desmitificar a análise do discurso. Além desse, durante o andamento da pesquisa, fiz três cursos que foram essenciais para o amadurecimento de minha perspectiva teórica. Dois sobre a obra de Judith Butler, ministrados, respectivamente, por Berenice Bento e Carla Rodrigues; e um sobre questão queer e psicanálise, lecionado por Pedro Ambra. Aos três, agradeço por terem compartilhado suas reflexões e contribuído para a minha própria.

Protótipos desta pesquisa foram apresentados em congressos na UFOP, UFF e USP. Assim, não posso deixar de agradecer aos comentadores dos trabalhos pelas contribuições que ajudaram a moldar meu objeto: Eder Fernandes, Carla Appollinario, Renan Quinalha e Tayara Lemos.

Também agradeço a Marco José Duarte, por ter me apontado o caminho até o Arquivo Edgard Leuenroth. Nos nomes de Silvia Modena e Fátima Moreira, agradeço a todas as pessoas envolvidas nesse trabalho vital de preservação da memória desenvolvido pelo AEL, não somente pela manutenção dos documentos, mas também pela recepção tão generosa que recebi lá; pela primeira vez, senti mais de perto o trabalho de pesquisador receber toda a valorização que merece.

Ao Thiago Coacci, agradeço por todas as importantes observações feitas na banca de qualificação. Além disso, agradeço a ele aos demais professores que aceitaram compor a banca de defesa, titulares e suplentes: Márcia Nina Bernardes, Sérgio Carrara, Bethânia Assy e Joana Machado.

Para além de toda a rede que o mestrado me proporcionou, eu tenho o privilégio de ter amigos que escolheram seguir esse tortuoso percurso da vida acadêmica. Ao Mário Bani, agradeço pelo companheirismo e por dividir comigo as ansiedades da produção científica. Ao Daniel Cardinali, pela leitura minuciosa

(inclusive das transcrições!) e comentários que fez a uma versão preliminar deste trabalho. À Paola Angelucci, pelas companhias presenciais e à distância, pelas sugestões de aprimoramento da dissertação e por todas nossas discussões sobre questões acadêmicas e sobre a vida. A Marcos Felipe Lopes, Ramon Costa e Felipe César de Andrade, pela paciência de opinarem em todas as minhas dúvidas, das mais sérias às mais banais, e pelos encontros virtuais que tornaram mais leve o período de isolamento físico.

Há duas pessoas que preciso mencionar de novo. À minha irmã, Marina Lelis, agradeço pelo auxílio imprescindível na confecção da linha do tempo e do fluxograma que seguem em apêndice a esta dissertação. À minha vó, Márcia Carrano, por atender a todos meus telefonemas com dúvidas gramaticais e ortográficas.

Por fim, um agradecimento que certamente não será completo, ao Gabriel Galil, companheiro que escolhi para fazer a vida e outra família, por compartilhar comigo os desafios da pesquisa, da militância e do relacionamento; por ser sempre meu suporte emocional; por ouvir todas minhas reclamações e angústias; por me ensinar sempre mais; por dividir o Rio comigo, no primeiro ano de mestrado; por tudo; e, não menos importante, pela leitura e sugestões que fez em relação a esta dissertação. E, como não poderia deixar de ser, agradeço aos nossos filhos felinos, Ben e Oscar, por serem a minha única companhia de escrita e por me ajudarem a manter a saúde mental durante os momentos de isolamento pandêmico.

Resumo

Lelis, Rafael Carrano. **A Orientação Sexual na Constituinte de 1987-88:** constituição performativa de sujeitos LGBTI+ na Constituição da nação brasileira. Rio de Janeiro, 2021. 287p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O trabalho investiga a discussão sobre a “orientação sexual” na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988 (ANC). Um dos objetivos da pesquisa é descrever as discussões sobre a temática, com especial atenção às menções a pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans, intersex e demais dissidentes de gênero e sexualidade (LGBTI+). O segundo objetivo da dissertação é realizar uma análise crítica dos discursos levantados, com atenção para o poder produtivo do discurso. A pesquisa adotou como marco teórico a noção de performatividade de gênero, desenvolvida por Judith Butler, e seus desdobramentos críticos relativos ao processo de construção do sujeito. A principal técnica de investigação empregada foi a análise documental, que auxiliou na obtenção de dados primários a partir dos Anais da ANC e dos documentos disponibilizados no Fundo João Antônio Mascarenhas do Arquivo Edgard Leuenroth. Os métodos que orientam o exame são a análise foucaultiana do discurso e a teorização fundamentada nos dados. Os resultados mostram como foi a articulação da incidência política encabeçada pelo Triângulo Rosa na Constituinte, suas limitações em relação à representatividade do grupo social e os processos de hierarquização de identidades que constituem a base do Movimento LGBTI+, com especial alijamento de pessoas travestis e transexuais. Além disso, demonstrou-se a persistência de certas formações discursivas contemporaneamente, sobretudo por meio da oposição, de parlamentares ligados a setores religiosos, às demandas de pessoas LGBTI+; e constatou-se, a partir de evidências empíricas, que a proteção contra discriminação com base em orientação sexual está abarcada pela vedação geral prevista na atual Constituição.

Palavras-chave

Orientação sexual; Assembleia Nacional Constituinte; Movimento LGBTI+; performatividade; Análise Foucaultiana do Discurso; Teoria Fundamentada nos Dados.

Abstract

Lelis, Rafael Carrano. **Sexual Orientation in the 1987-88 Constituent:** performative constitution of LGBTI+ subjects in the Constitution of the Brazilian nation. Rio de Janeiro, 2021. 287p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The work investigates the debate regarding “sexual orientation” in the 1987-1988 National Constituent Assembly (ANC). One of the objectives of the research is to describe the discussions on the theme, with special attention to the mentions of lesbian, gay, bisexual, trans, intersex and other gender and sexuality dissidents (LGBTI+). The second objective of the thesis is to conduct a critical analysis of the discourses, with attention to the productive power of discourse. The research adopted as a theoretical framework the notion of gender performativity, developed by Judith Butler, and its critical outcomes concerning the process of subject construction. The main research technique employed was document analysis, which helped in obtaining primary data from the proceedings of the ANC and the documents made available in Fundo João Antônio Mascarenhas of the Edgard Leuenroth Archive. The methods guiding the examination are Foucauldian discourse analysis and grounded theory. The results show how was the articulation of the political advocacy coordinated by Triângulo Rosa in the Constituent, its limitations in relation to the representation of the social group, and the processes of hierarchization of identities that constitute the base of the LGBTI+ Movement, with particular exclusion of transvestites and transsexuals. In addition, the work demonstrated the contemporary persistence of certain discursive formations, especially through the opposition of congressmen linked to religious sectors to the demands of LGBTI+ people; and found empirical evidence that protection against discrimination based on sexual orientation is covered by the general prohibition provided for in the current Constitution.

Keywords

Sexual orientation; National Constituent Assembly; LGBTI+ Movement; performativity; Foucauldian Discourse Analysis; Grounded Theory.

Sumário

1. Introdução – elementos para contar uma história	18
2. Aspectos teóricos e metodológicos	22
2.1. A Performatividade de Gênero e a Subjetivação da Pessoa LGBTI+23	
2.2. Análise Foucaultiana do Discurso e a Produção Discursiva de Sujeitos	34
2.3. A Teoria Fundamentada nos Dados e a Construção Categorias de Sujeitos LGBTI+	38
2.4. Fontes de Pesquisa e Amostragem	39
2.4.1. Os Anais da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988	40
2.4.2. O Acervo do Fundo João Antônio Mascarenhas	41
2.5. Relevância Social	43
2.6. Inserção da Pesquisa no Campo	48
3. O Movimento Homossexual Brasileiro chega à Constituinte	51
4. Sem direitos, sem garantias	70
4.1. Subcomissão de Direitos e Garantias Individuais	74
4.1.1. Homossexualidade e Constituinte: o discurso e a presença de João Antônio de Souza Mascarenhas	81
4.1.2. Interpeleções Parlamentares ao Homossexual na Constituinte	97

4.1.3. Ininteligibilidade maximizada: fraturas na construção do Movimento LGBTI+ e a primeira frustração do pleito	121
4.2. A Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher	146
5. Minorias intoleráveis?	168
5.1. A Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias	171
5.1.1. A hierarquização também é racial: invisibilização do homossexual negro	171
5.1.2. De novo o homossexual: variações e repercussões do discurso de Mascarenhas	177
5.2. A Comissão da Ordem Social	192
6. O fim do homossexualismo no Brasil: a (des)constituição cidadã	201
6.1. A discussão que ainda resta	202
6.2. A Comissão de Sistematização	205
6.3. A Discussão no Plenário	210
6.3.1. Fevereiro de 1987	211
6.3.2. Março de 1987	212
6.3.3. Abril de 1987	213
6.3.4. Junho de 1987	214
6.3.5. Julho de 1987	215
6.3.6. Agosto de 1987	216
6.3.7. Outubro de 1987	218
6.3.8. Janeiro de 1988	219
6.3.9. Fevereiro, abril e agosto de 1988	222

6.4. Contemporaneidade discursiva: delimitando a hipótese	223
7. Conclusão	2030
8. Referências	231
Apêndice A – Linha do Tempo	246
Apêndice B – Relação de Comissões e Subcomissões	249
Apêndice C – Fluxograma Simplificado do Processo Constituinte	250
Apêndice D – Categorias da TFD	251
Apêndice E – Quadros de Amostragem da Pesquisa	284

Lista de abreviaturas e siglas

ADO	Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão
AEL	Arquivo Edgard Leuenroth
ANC	Assembleia Nacional Constituinte
ASTRAL	Associação de Travestis e Liberados
CEAB	Centro de Estudos Afro-Brasileiros
CEJ	Código de Ética do Jornalista
CID	Classificação Internacional de Doenças
CFM	Conselho Federal de Medicina
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
DEM	Democratas
INABRA	Instituto Nacional Afro-Brasileiro
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social
	Inovação
GAPA	Grupo de Apoio à Prevenção à Aids
GGB	Grupo Gay da Bahia
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
LGB	Lésbicas, Gays e Bissexuais
LGBTI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Intersex e demais dissidentes de gênero e sexualidade
MHB	Movimento Homossexual Brasileiro
MI	Mandado de Injunção
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDC	Partido Democrata Cristão
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido da Social Democracia Brasileira
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil

OMS	Organização Mundial de Saúde
RIANC	Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SOGIESC	Sexual Orientation, Gender Identity and Expression, and Sex Characteristics
STF	Supremo Tribunal Federal
TFD	Teoria Fundamentada nos Dados
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas

Elas dizem que devemos abstrair todas as narrativas referentes àquelas que foram vendidas espancadas detidas seduzidas levadas violadas e trocadas como mercadoria vil e preciosa. Elas dizem que é preciso abstrair o discurso que foram obrigadas a proferir contrariamente à sua opinião e em conformidade com os códigos e convenções das culturas que as domesticaram. Elas dizem que todos os livros devem ser queimados, à exceção dos trechos que possam lhes trazer vantagens em um era futura. Elas dizem que a realidade só existe depois de ser moldada por palavras regras regulamentos. Elas dizem que, no que lhes diz respeito, tudo deve ser feito a partir de elementos embrionários. Elas dizem que, em primeiro lugar, o vocabulário de toda língua deve ser analisado, modificado, revirado, que toda palavra deve ser meticulosamente examinada.

Monique Wittig – As Guerrilheiras

Posso retirar a expressão ‘orientação sexual’, mas gostaria que ficasse nos Anais da Casa quem vai retirá-la, porque eu não vou nem posso assumir a responsabilidade de quem quer tirá-la. Quero que fique nos Anais, quero que seja objeto de cientistas sociais o exame desse comportamento. Quero que os constitucionalistas examinem esse problema e o julgue. Porque vamos ser julgados! Agora, me dêem o direito de ser julgado pelo que sinto e penso, e assumam as posições para que cada um seja julgado pelo que sente e pensa! Sob minha responsabilidade, não sai.

João Paulo Bisol – Anais da Assembleia Nacional Constituinte

1

Introdução – elementos para contar uma história

Cinco de outubro de 1988. O dia marcou um sopro de esperança para a sociedade brasileira, que se reconstruía e se recuperava das feridas deixadas abertas pelo regime ditatorial civil-militar, encerrado apenas três anos antes. Promulgava-se a nova Constituição do país, aquela que receberia o apelido de “cidadã”. Diversos grupos se mobilizaram para que suas demandas tivessem chances de serem ouvidas em Brasília, tentando contribuir para esse momento de refundação nacional. O saldo dos quase dois anos de debate, iniciados em 1987, foi, a despeito da disparidade de forças, progressista.

No entanto, houve aqueles que foram excluídos desse novo pacto que delimitava os contornos da nação brasileira. O ainda incipiente Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), dentro de suas limitações, fez o que pôde. Um conjunto de organizações, lideradas pelo Triângulo Rosa, empenhou-se em um trabalho de incidência política que era ainda sem precedentes para seus integrantes. O objetivo de seus esforços era apenas um: inscrever na futura Constituição a proibição de discriminação com base em orientação sexual. A Assembleia Nacional Constituinte (ANC), se não foi o primeiro espaço, certamente foi onde se consolidou a possibilidade de reivindicações coletivas de direitos para pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans, intersex e demais dissidentes de gênero e sexualidade (LGBTI+), elemento até hoje tão presente no seio do movimento. E, mesmo que frustrada, a reivindicação em si criou a possibilidade de existência desse direito. Fez com que ele fosse aventado e discutido. Inseriu, de vez, o então movimento de gays e lésbicas na esfera pública.

Perguntas cujas respostas hoje parecem dadas instigaram a pesquisa de Cristina Câmara no início da década de 1990 e ilustram o ineditismo da questão naquele momento: “Por que a preocupação com o jurídico? Qual a necessidade na influência de códigos e leis e qual a garantia de que seriam viabilizados?”¹. É precisamente esse ápice, que inaugura, ao menos simbolicamente, a interseção entre o direito e o Movimento LGBTI+, que este trabalho pretende explorar. Como transcorreu, na ANC, a discussão sobre temas atinentes às sexualidades desviantes?

¹ CÂMARA, Cristina. **Cidadania e orientação sexual**: a trajetória do grupo Triângulo Rosa. Rio de Janeiro: Academia Avançada, 2002, p. 24.

E por que a “orientação sexual” ficou de fora da nova Constituição? Essas duas perguntas alimentam uma preocupação *descritiva* da pesquisa. Sob esse aspecto, um dos objetivos é contar essa história sobre a relação entre a Constituinte e o movimento de gays e lésbicas. Contribuir para a consolidação dessa memória coletiva da “comunidade” LGBTI+.

Embora, há algum tempo, tenha-se priorizado uso de “população LGBTI+”, em detrimento do termo “comunidade”, com o intuito de demonstrar que se trata de características afetas à humanidade em geral, empreguei o vocábulo com uma intenção específica. Faço isso no sentido sugerido por Silvia Aguião para pensar esse grupo, a partir do conceito de Benedict Anderson, como uma “coletividade imaginada”². O propósito é ilustrar, em função disso, como essa história que será contada é também minha. Ou, ao menos, como ela é imprescindível para minha própria construção e de todas as pessoas LGBTI+ que têm esse passado-não-vivido em comum. Não estivesse presente João Antônio de Souza Mascarenhas perante dezenas de parlamentares constituintes em 1987, talvez eu seguisse sob a opressão protetiva do armário. Talvez o contexto fosse ainda pior para pessoas LGBTI+ vivendo no Brasil. A volta àqueles meses do final dos anos 1980, a partir do contato com os anais da ANC, interpelou-me das mais diversas formas; ler e analisar todos aqueles discursos, que me afetam diretamente, já deixou sua marca na construção de minha própria subjetividade. Todos esses fatores tornaram quase imperativa a escrita deste trabalho em primeira pessoa, ainda que isso não seja usual – ou bem visto – em certos meios acadêmicos, principalmente no direito.

Uma segunda pretensão que move esta investigação, para além da descritiva, é *analítica*. As perguntas que a guiam: quais argumentos e discursos sustentaram a exclusão da “orientação sexual”? Como foram caracterizadas pessoas LGBTI+ nesses discursos? Ambas as questões são articuladas a partir da teoria de gênero de Judith Butler, que permite enxergar a contribuição desses acontecimentos para a constituição performativa de sujeitos. E o objetivo dessa segunda abordagem é a identificação dos sujeitos e das dinâmicas de poder que se viram construir como efeito das ações discursivas postas em prática durante a ANC.

Também alinhados a essas duas preocupações centrais estão os aparatos metodológicos. Nesse sentido, o recurso à Teoria Fundamentada nos Dados (TFD)

² AGUIÃO, Silvia. **Fazer-se no “Estado”**: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direito no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018, p. 19.

dá conta do aspecto mais descritivo do trabalho, ao passo que o investimento em uma perspectiva foucaultiana da análise do discurso se alia a seu propósito analítico.

A hipótese central que subjaz ao desenvolvimento da pesquisa é de que a fratura que exclui pessoas LGBTI+ da construção plena enquanto sujeitos de direitos é profunda e se faz a partir de discursos que se mantêm vivos, ainda que em certos momentos dormentes, na esfera pública. São elementos estruturantes do Estado brasileiro – pois compuseram sua refundação na ANC – que bloqueiam o acesso a direitos de forma completa – igualitária –, mesmo que o avanço no campo judicial tenha sido promissor³. O intuito da investigação, contudo, é mais focalizar essa hipótese, localizá-la para que seja explorada em trabalhos futuros, do que comprová-la. Isto é, colocar em evidência os discursos que sustentaram a marginalização de pessoas LGBTI+ na ANC propicia a constatação de que muitos deles ainda circulam e dão suporte aos mesmos tipos de práticas.

Assentadas essas premissas, acredito que seriam duas as maiores contribuições deste trabalho. A primeira é justamente essa reconstrução histórica dos eventos Constituintes, costurada a partir dos anais da ANC e de documentos disponíveis no acervo do Fundo João Antônio Mascarenhas, acessível no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL). Isso possibilita que se reflita sobre a forma como se deu a construção do Movimento LGBTI+, iluminando os processos de exclusão e hierarquização que operaram até que se chegasse à sua conformação atual. O desafio é conseguir identificar e nomear as diferentes violências que marcaram esse processo histórico, ao mesmo tempo em que se evitam anacronismos na análise, traçada mais de trinta anos após os acontecimentos.

A segunda contribuição está em auxiliar, ao lado de outros trabalhos e por meio do simbolismo da Constituinte, na identificação de como a homofobia e a transfobia são discriminações fundantes da sociedade e do Estado brasileiros. Apontando que não são, portanto, questões “identitárias” de menor relevância, mas elementos desencadeadores de desumanização, produtores de desigualdades concretas, os quais precisam ser tematizados por agentes políticos e enfrentados com ações públicas.

³ Sobre conquistas nessa seara, ver: CARDINALI, Daniel Carvalho. **A judicialização dos direitos LGBT no STF: limites, possibilidades e consequências**. Belo Horizonte: Arraes, 2018. VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti. Mobilização Judicial pelos Direitos da Diversidade Sexual e de Gênero no Brasil. In: LELIS, Rafael Carrano; ALMEIDA, Marcos Felipe Lopes de. **Diálogos LGBTI+**: avançando lutas e conjugando campos. Salvador: Devires, 2019, p. 157-187.

Para relatar a investigação conduzida, a dissertação está dividida em cinco capítulos de desenvolvimento. No primeiro deles, detalham-se os aportes teóricos e procedimentos metodológicos que subsidiaram a construção da pesquisa. Já o segundo capítulo cumpre a função de contextualizar as características do MHB que desemboca na Constituinte de 1987 e 1988. Isso é feito a partir de análise documental, a qual é complementada pela revisão da bibliografia que se dedica à história do Movimento LGBTI+ no Brasil.

Os três capítulos seguintes contam a história de como a demanda do MHB foi apresentada e derrotada nos salões de Brasília. Desse modo, aplicando análise do discurso e parte da lente teórica de Judith Butler, são relatados os acontecimentos atinentes à sexualidade nas comissões, subcomissões e plenário da Assembleia. A desproporção entre o tamanho de cada um desses capítulos corporifica as diferentes profundidades com que o tema foi tratado em cada foro da ANC. A riqueza do material a que tive acesso e a multiplicidade de análises e percepções possíveis acerca dos vários discursos motivaram sua transcrição em uma série de momentos, ainda que isso tenha alongado o tamanho da dissertação. Tentei facilitar a leitura destacando em negrito os pontos mais relevantes para a análise. São elementos históricos que não podem ficar esquecidos. Além disso, a circularidade de alguns dos discursos parlamentares, aliada à pretensão de se contar essa história por completo, fez com que alguns elementos nem sempre fossem inteiramente explorados em sua primeira aparição, permitindo o aprofundamento da análise quando a questão viesse novamente à tona.

Finalmente, os apêndices fornecem tanto elementos metodológicos, quanto ferramentas que poderão auxiliar na leitura e compreensão da pesquisa. O Apêndice D, em especial, tem a meta de sistematizar, por meio da aplicação da TFD, os principais elementos discursivos observados nos debates. Assim, são destacados os contornos de “discursos-tipo” e “sujeitos-tipo” que marcaram o desenrolar da Constituinte e que são encarados como componentes centrais dessa constituição performativa que distingue o objeto deste estudo.

2

Aspectos teóricos e metodológicos

No corredor, eles me perguntaram quem eu era, se era eu o tal Bellegueule de quem todo mundo falava. E me fizeram a pergunta que eu em seguida passei a me repetir incansavelmente, por meses, por anos. 'É você o veado?'. Quando a pronunciaram eles a inscreveram em mim para sempre, como um estigma, aquelas marcas que os gregos infligiam a ferro em brasa ou a faca no corpo dos indivíduos desviantes, perigosos para a comunidade. E percebi a impossibilidade de me desfazer desse estigma. Foi a surpresa que me atravessou, mesmo que aquela não fosse a primeira vez que me diziam algo semelhante. A gente nunca se acostuma às ofensas.

Édouard Louis – *O fim de Eddy*

Este capítulo reúne um esforço de compatibilizar uma perspectiva crítica da noção de neutralidade científica, consciente de que a produção de saberes se dá de forma localizada⁴ e partir de posicionalidades específicas⁵, com a construção de uma pesquisa metodologicamente orientada. Produzir dados de forma rigorosa, mas sem deixar que isso implique uma “invisibilidade” do pesquisador e de sua influência sobre o objeto investigado⁶. Parte daí, também, a proposta, talvez pouco comum, de combinar uma abordagem da teoria fundamentada nos dados com a análise foucaultiana do discurso.

Seguindo nesse propósito, acredito que uma explicação detalhada dos passos da pesquisa permite a avaliação externa de quais os contornos e limites dessas influências e torna mais fácil a percepção de minhas conclusões. Sendo assim, dedico este capítulo a melhor desenvolver meus pressupostos teóricos e metodológicos, delimitar a amostragem de análise e as fontes de pesquisas, bem como estabelecer a justificativa para a realização deste trabalho.

⁴ HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1 jan. 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em 29 maio 2020.

⁵ COLLINS, Patricia Hill. Comment on Hekman's "Truth and Method: Feminist Standpoint Theory Revisited": Where's the Power?. **Signs**, v. 22, n. 2, 1997, p. 375-381.

⁶ SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno Falar?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Antes de iniciar o desenvolvimento desses aspectos, há uma outra observação importante, considerando meu objeto de pesquisa. Trata-se da escolha da sigla LGBTI+ para representar a população de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans, intersex e demais dissidentes de gênero e sexualidade. Utilizo esse termo por englobar aqueles mais frequentes nos meios do movimento social organizado, incluindo o sufixo “+” para indicar uma abertura epistêmica da identidade que designa essa coletividade. Isto é, como, do ponto de vista político, não é possível incluir na sigla todas as identidades existentes, o sinal de adição indica que não se trata de uma identidade fixa ou estável, permitindo reconhecimento para além dessas letras e reduzindo a reificação do grupo. Ademais, destaco que optei por manter o termo LGBTI+ como referência na maior parte do trabalho, mesmo que nem todas as identidades sejam englobadas nos escritos, e ciente disso, em virtude da necessidade de coesão do uso do termo politicamente. Assim, seu emprego não impede que, em diversos momentos, seja dado um enfoque maior a determinada identidade específica, em virtude do conteúdo encontrado no material empírico.

2.1.

A Performatividade de Gênero e a Subjetivação da Pessoa LGBTI+

A filósofa estadunidense Judith Butler é bastante conhecida por sua inserção na terceira onda do movimento feminista⁷ e suas produções voltadas para as temáticas de gênero, sexualidade e políticas *queer*. Nesse contexto, o trabalho de Butler ganhou destaque a partir da publicação de *Problemas de Gênero*⁸, originalmente em 1990. Em virtude desse e de outros escritos, nos quais o gênero aparece com maior centralidade, a autora é frequentemente classificada, sob o ponto de vista epistemológico, enquanto ocupante do espectro de teóricos voltados para o pós-estruturalismo, embora sua obra promova grande diálogo com intelectuais de diversas outras vertentes⁹. No entanto, nos trabalhos mais recentes, tendo como marco a obra *Vida Precária*¹⁰, de 2004, Butler tem se voltado mais a temas da

⁷ Ela própria, por vezes, intitula-se como uma “retardatária para a segunda onda”. Ver: BUTLER, Judith. **Undoing Gender**. New York and London: Routledge, p. 176.

⁸ BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

⁹ SALIH, Sarah. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

¹⁰ BUTLER, Judith. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

filosofia política e se preocupado com as políticas de Estado neoliberais e as formas pelas quais a ação estatal regula a vida das pessoas nos mais diversos aspectos. Diante disso, a própria autora já reconheceu que suas reflexões se afastam do paradigma pós-estruturalista, aproximando-se da tradição de teoria crítica da Escola de Frankfurt¹¹.

Em função desse quadro, há tentativas de se dividir o pensamento e a produção da autora em duas partes, como se houvesse uma ruptura nos temas tratados: a primeira, exclusivamente dedicada ao gênero; e a segunda voltada a um escopo mais amplo de direitos humanos e questões políticas. Entretanto, na linha do proposto por Carla Rodrigues, acredito que não haja a possibilidade de divisão entre essas duas partes estanques. Não somente as reflexões sobre gêneros e sexualidades englobavam elementos de filosofia política, mas também as regulações de corpos de pessoas *queer* e mulheres permanecem tendo grande centralidade nos debates de Butler mais recentes¹². Um grande exemplo disso, parece-me, é *Undoing Gender*¹³, obra que possui o condão de unir mais claramente essas duas vertentes de interesse da autora.

Neste trabalho, o principal referencial epistemológico é a teoria performativa de gênero, proposta por Judith Butler, e suas implicações com relação ao processo de construção do sujeito. Desse modo, recorro mais frequentemente aos diversos escritos da autora nos quais o gênero era o protagonista. Isso não quer dizer, contudo, que não haja, mesmo dentre eles, divergências e nuances no tratamento de uma mesma questão. Amostra disso é o fato de *Corpos que Importam*¹⁴ ter sido escrito para acomodar na teoria as críticas que haviam se voltado contra *Problemas de Gênero*, sobretudo em relação à materialidade dos corpos; enquanto *A Vida Psíquica do Poder*¹⁵ tem como um de seus objetivos evidenciar o link, não devidamente explorado no livro de 1990, entre a

¹¹ MORAES, Maria Lygia Quartim de; FRATESCHI, Yara; RODRIGUES, Carla. Entrevista com Judith Butler. *Margem Esquerda*, n. 33, v. 2, 2019.

¹² RODRIGUES, Carla. Para além do gênero: anotações sobre a recepção da obra de Butler no Brasil. **Em Construção**: arquivos de epistemologia histórica e estudos de ciência, n. 5, 2019, p. 59-72. <http://dx.doi.org/10.12957/emconstrucao.2019.40523>.

¹³ BUTLER, Judith. **Undoing Gender**. New York and London: Routledge.

¹⁴ BUTLER, Judith. **Bodies that matter**: on the discursive limits of “sex”. London and New York: Routledge.

¹⁵ BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder**: teorias da sujeição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

performatividade e a formação da “psique interna”¹⁶. Todo esse preâmbulo para dizer que faço um uso consciente de conceitos de períodos distintos da construção da teoria butleriana.

Em especial, três elementos da teoria da autora são fundamentais para sustentar esta pesquisa: o papel da reiteração performativa de atos de fala na construção do gênero e da subjetividade; a necessidade de coerência, na matriz heterossexual, entre sexo, gênero e desejo e suas repercussões a partir do estabelecimento performativo do gênero; e, finalmente, a noção de que a construção de identidades e subjetividades ocorre por meio de processos de exclusão e de abjeção daqueles fora desse círculo constitutivo.

Em *Problemas de Gênero*, Butler assenta os primeiros pressupostos teóricos que irão sustentar sua teoria performativa de gênero. Na obra, a autora propõe uma desconstrução crítica da diferenciação entre sexo e gênero, demonstrando o condicionamento cultural de ambas as categorias e desvelando a suposta naturalidade que encobriria os determinantes biológicos do sexo, anteriormente impedindo seu apontamento enquanto algo culturalmente estabelecido. Mais adiante, refuta perspectivas essencializadoras acerca do gênero e, nesse sentido, o mesmo vale para o sexo, apontando que não somente inexiste qualquer essência pré-discursiva relativa às noções de sexo e gênero, mas também que a construção desses elementos se daria por meio de atos: o gênero não é algo que se é, mas algo que se faz¹⁷.

Nesse contexto, a autora recupera Foucault para apontar que o gênero, assim como o filósofo francês se referia ao sexo, pretende ocultar sua gênese, naturalizando sua construção e caracterizando como efeito aquilo que, na verdade, é sua causa. Com relação a isso, destaca que “os vários atos de gênero criam a ideia de gênero, e sem esses atos não haveria gênero algum, pois não há nenhuma ‘essência’ que ele expresse ou exteriorize, nem tampouco um ideal objetivo ao qual aspire, bem como não é um dado de realidade”, algo que somente se mantém diante

¹⁶ BUTLER, Judith. Preface (1999). In: BUTLER, Judith. **Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity**. New York and London: Routledge, 2007.

¹⁷ BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

de um “acordo coletivo tácito”, que é “obscurecido pela credibilidade dessas produções” as quais passam a ser encaradas como naturais¹⁸.

Sendo assim, o gênero se estabelece por meio de uma “performance repetida”, cuja reiteração é essencial ao estabelecimento e legitimação do próprio gênero que ela constitui. Nessa construção, a teoria dos atos de fala de John Austin possui um papel central, a partir da qual Butler extrai a noção de *performatividade* – formulação com a qual a autora trabalha sob forte influência da obra de Jaques Derrida¹⁹. O conceito se liga ao poder produtivo da linguagem, referindo-se a materializações por meio de enunciados linguísticos. Assim, “um enunciado dá existência àquilo que declara (ilocucionário) ou faz com que uma série de eventos aconteça como consequência do enunciado (perlocucionário)”²⁰. Isto é, no que se refere ao enunciado ilocucionário, dizer é o mesmo que fazer, uma vez que a fala materializa o ato e não apenas expressa uma intenção. Por outro lado, no enunciado perlocucionário, o discurso em si também é visto como *práxis*, não por ser um ato em si, mas por gerar atos a partir de seu pronunciamento. Assim, a fala perlocucionária produz efeitos de maneira mediata, enquanto a declaração ilocucionária atua de forma imediata²¹.

Transpondo essa ideia para as práticas de gênero, vislumbra-se que nossos atos corporais, assim como interpelações linguísticas externas, constituem e produzem nosso gênero, eis que o corpo não se caracteriza como uma superfície neutra de inscrição cultural, mas enquanto peça inserida no contexto cultural que o produz e cujos atos invariavelmente compõem os elementos responsáveis por sua constituição²².

No entanto, para que o estabelecimento performativo do gênero ocorra de forma eficaz, é preciso que haja constante repetição desses atos. Desse modo, “a performatividade não é um ‘ato’ singular, pois sempre será a reiteração de uma

¹⁸ BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, p. 241.

¹⁹ BUTLER, Judith. Preface (1999). In: BUTLER, Judith. **Gender Trouble**: Feminism and the Subversion of Identity. New York and London: Routledge, 2007, p. XV.

²⁰ BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 35.

²¹ BUTLER, Judith. **Excitable speech**: a politics of the performative. London and New York: Routledge, 1997, p. 17.

²² BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

norma ou de um conjunto de normas”²³, baseia-se em convenções já estabelecidas, bem como se exerce a partir de rituais e cerimônias²⁴. Nesse sentido, sua construção se aproxima da ideia de *citacionalidade*²⁵, a partir da qual o discurso produz aquilo que nomeia e sustenta sua autoridade na invocação e citação de normas hegemônicas que estabelecem sua própria autoridade e, mediante essa repetição, reforça a autoridade por meio de sua própria constituição. É o que ocorre, por exemplo, no discurso jurídico, inserido nas operações normativas e produtivas de constituição do sujeito, no qual, quando o juiz cita determinada lei, atua também performativamente em sua reconstituição e na afirmação de sua autoridade²⁶.

É essa reiteração constitutiva, também, como frisa Butler²⁷, que possibilita a agência do indivíduo diante do próprio poder que o subjetiva. Com relação a isso, a autora destaca que “o sujeito só permanece sujeito mediante a reiteração ou rearticulação de si mesmo como sujeito” e é nesse espaço de repetição, diante da iterabilidade, em que se encontra “o não-lugar da subversão, a possibilidade de recorporificar a norma subjetivadora capaz de redirecionar a sua normatividade”²⁸.

Neste momento, é importante que se faça a primeira conexão, ao menos mais explícita, do marco teórico adotado com o objeto da pesquisa. Conforme

²³ BUTLER, Judith. **Bodies that matter**: on the discursive limits of “sex”. London and New York: Routledge, 1993, p. xxi, tradução minha. No original: “Performativity is thus not a singular ‘act’, for it is always a reiteration of a norm or set of norms”.

²⁴ BUTLER, Judith. **Excitable speech**: a politics of the performative. London and New York: Routledge, 1997, p. 3-4.

²⁵ Butler busca as noções de “citacionalidade” e “iterabilidade” em Derrida. Os conceitos, embora se conjuguem de forma quase inseparável, não são sinônimos. O filósofo argelino frisa a diferença da seguinte forma. A *citacionalidade* corresponde a essa cristalização de determinadas práticas e discursos que ocorre por meio de sua repetição – citação, duplicação –, a qual, a cada nova vez, fornece um novo subsídio de sustentação. Todavia, essa citação demanda tanto que o enunciado “original” seja tirado de contexto quanto que o contexto acompanhe o enunciado em alguma medida. É nesse movimento que deslocamentos são produzidos, configurando a *iterabilidade*. Nesse sentido, a *iterabilidade*, ainda que ocasionada nesse mesmo processo, depende de alguma alteração, é quando “algo novo acontece”. Embora a própria *citacionalidade* já pressuponha que o que se cita não é o mesmo de antes, mas uma duplicação, a *iterabilidade* é que nomeia o “diferencial” em si e seria nesse espaço da diferenciação onde reside a possibilidade de agência para Butler. A confusão é provocada, porque, para Derrida, é praticamente impossível mencionar um sem o outro, tamanha a associação das duas formas de evento: “No citation without iteration. Who could doubt that citation implies iteration? Placed in parentheses, ‘iterability’ can define citationality in its possibility, and its ‘graphematic root’ as well”. Esses dois conceitos são essenciais para a interpretação que Derrida faz – e consequentemente também a Butler – da *performatividade*. Em: DERRIDA, Jacques. **Limited Inc**. Evanston: Northwestern University Press, 1988, p. 100.

²⁶ BUTLER, Judith. **Bodies that matter**: on the discursive limits of “sex”. London and New York: Routledge, 1993, p. 70-71.

²⁷ BUTLER, Judith. **Bodies that matter**: on the discursive limits of “sex”. London and New York: Routledge, 1993.

²⁸ BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder**: teorias da sujeição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p. 107.

destacado, os atos performativos reiterados que atuam na produção do gênero e do sujeito assumem diferentes formas. Dentre elas, possuem grande proeminência aqueles discursos que emanam de autoridades com a faculdade de geração de poderes vinculantes. Isso porque, embora determinado enunciado possua uma forma potencialmente performativa, ele depende de certas condições para que sua força se exerça. Assim, um sentenciamento de prisão, por exemplo, terá diferentes efeitos se declarado por um juiz representante do Estado ou por uma criança em fala com seus pais. De fato, a posição daquele que emite o enunciado afeta sua eficácia performativa²⁹.

Nesse contexto, não somente decisões judiciais, mas também deliberações que definem legislações vinculantes se caracterizam como fontes discursivas capazes de atuar na construção dos sujeitos nesse emaranhado de discursos performativos que compõem seus gêneros e suas subjetividades. Como salienta Butler, “atos performativos são formas de fala autorizadora”. Desse modo, estão “implicados em uma rede de autorização e punição”, incluindo uma série de diferentes atos, desde cerimônias de batismo até declarações de propriedade. O que há em comum, dentre essas diferentes enunciações, é que os “pronunciamentos não apenas performam uma ação, mas também conferem um poder vinculante à ação performada”. Nesse sentido, “se o poder do discurso de produzir aquilo que nomeia é ligado à questão da performatividade, então o performativo é um domínio no qual o poder atua como discurso”³⁰.

Levando isso em consideração, é possível posicionar os discursos que serão analisados (isto é, os debates da ANC) enquanto pronunciamentos performativos, inseridos em redes de poder, cuja enunciação contribui para o processo reiterativo de produção e representação de gêneros e sujeitos na sociedade brasileira.

Em um primeiro momento, parece fazer sentido apontar que, diferentemente de decisões judiciais cujo efeito é evidentemente ilocucionário, os debates entre os parlamentares constituintes sobre a população LGBTI+, os quais não se

²⁹ BUTLER, Judith. **Excitable speech**: a politics of the performative. London and New York: Routledge, 1997, p. 16.

³⁰ BUTLER, Judith. **Bodies that matter**: on the discursive limits of “sex”. London and New York: Routledge, 1993, p. 171, tradução minha. No original: “Performative acts are forms of authoritative speech [...]. Implicated in a network of authorization and punishment [...] statements which not only perform an action, but confer a binding power on the action performed. If the power of discourse to produce that which it names is linked with the question of performativity, then the performative is one domain in which power acts as discourse”.

converteram em norma constitucional, teriam apenas um caráter perlocucionário (embora reforçado pela institucionalidade do debate), uma vez que não se tornaram mandamentos vinculantes. Todavia, é preciso ter em mente dois fatores. Primeiro, há uma dimensão ilocucionária das discussões, na medida em que os parlamentares votaram para que o texto da futura Constituição, que estabelecia os contornos da cidadania para o Estado brasileiro, não incluísse pessoas LGBTI+. Em segundo lugar, o eventual caráter perlocucionário de alguns dos pronunciamentos não diminui os impactos concretos por eles produzidos.

Os debates registrados na Constituinte, em grande parte, possuem um caráter injurioso (e até mesmo de discurso de ódio) quando há referências à população LGBTI+, independentemente se proferidos ou não na presença de pessoas LGBTI+. Desse modo, os discursos atuam como uma forma de interpelação que participa da constituição do sujeito. E sua repetição, em diferentes formas e meios, opera na sujeição e subjetificação do indivíduo objeto do discurso³¹. Com relação a isso, Butler propõe uma revisão da noção althusseriana de interpelação para que comporte elementos para além da voz. Assim, a interpelação possui eficácia, também, em linguagem escrita e reproduzida – e prescinde de um sujeito para sua operação³².

Com efeito, a noção construída por Althusser influenciou o próprio Foucault em suas reflexões sobre a produtividade do discurso e a produção discursiva do sujeito. Contudo, há também uma superação do sentido estrito de interpelação por Foucault, sobretudo para compreender a “eficácia do discurso em outras instâncias que não sejam a palavra falada”³³. Nesse contexto, os registros presentes nos anais da Assembleia Constituinte permanecem a exercer seu caráter de interpelação e constituição. É nesse sentido que “ser saudado ou dirigido por uma interpelação social é ser constituído discursiva e socialmente de uma só vez”, de modo que ela é “socialmente eficaz”, influenciando na formação do sujeito,

³¹ BUTLER, Judith. **Excitable speech**: a politics of the performative. London and New York: Routledge, 1997, p. 23-27. BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder**: teorias da sujeição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p. 102-112.

³² BUTLER, Judith. **Excitable speech**: a politics of the performative. London and New York: Routledge, 1997, p. 32-34.

³³ BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder**: teorias da sujeição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p. 15.

independentemente de “assumir uma forma explícita ou oficial”³⁴. Assim, posicionam-se lado a lado constituição social e discursiva.

Dessa forma, ainda que a fala ofensiva não atue de forma ilocucionária, ela produz efeitos reais que machucam aquele que é por ela interpelado, impactando também em sua subjetivação. De fato, existe uma lacuna entre a ferida que se pretende produzir e a consequência que realmente se alcança a partir do discurso de ódio e de atitudes injuriosas³⁵. Algo que não somente abre espaço para diferentes afetações, a partir de um mesmo discurso, mas também possibilita a agência do indivíduo e a reapropriação de elementos causadores de subordinação enquanto forma de resistência: “ser chamado de um nome pode ser uma forma de ferir”, porém pode também ser quando “se inicia uma contra mobilização”, é um momento que simultaneamente “subordina e habilita, produzindo a cena de uma agência a partir da ambivalência, uma série de efeitos que excedem as intenções animadoras do chamado”³⁶.

Desse modo, é importante a compreensão de que a leitura e as análises a serem conduzidas não pretendem expor a produção de subjetividades de forma unilateral ou determinista. Isso porque ser chamado de “viado” ou “traveco” (expressões com grande potencial ofensivo a pessoas LGBTI+), ou ter determinados sujeitos classificados enquanto promíscuos, não significa que o reflexo será único em todos os indivíduos e nem que essa será a única possibilidade de formação desses sujeitos. Se, por um lado, os termos invariavelmente afetam a subjetividade do indivíduo LGBTI+ e compõem, em certa medida, o imaginário social, devido à reiteração desses estereótipos; em contraste, são diversas as possibilidades que tais interpelações podem provocar no sujeito e em sua constituição.

³⁴ BUTLER, Judith. **Excitable speech**: a politics of the performative. London and New York: Routledge, 1997, p. 153, tradução minha. No original: “To be hailed or addressed by a social interpellation is to be constituted discursively and socially at once. This interpellation need not take on an explicit or official form in order to be socially efficacious and formative in the formation of the subject”.

³⁵ BUTLER, Judith. **Excitable speech**: a politics of the performative. London and New York: Routledge, 1997, p. 102.

³⁶ BUTLER, Judith. **Excitable speech**: a politics of the performative. London and New York: Routledge, 1997, p. 163, tradução minha. No original: “being called a name can be the site of injury [...] may be the initiating moment of a counter-mobilization. The name one is called both subordinates and enables, producing a scene of agency from ambivalence, a set of effects that exceed the animating intentions of the call”.

Com efeito, trata-se de entender que, sobretudo sob uma perspectiva foucaultiana, a formação das subjetividades não se dá de forma determinista. E tampouco são únicas ou singulares. Não somente as influências que subordinam e assujeitam o indivíduo são apropriadas de formas diferentes, mas também a necessidade de repetição para a eficácia dessa subjetivação abre inúmeras possibilidades de falhas e acertos e de novas formas de inscrição do sujeito³⁷. De fato, ao se examinar um determinado elemento que atua na subjetivação de um grupo de pessoas (como é o caso dos anais da Constituinte), apenas se captura um momento específico desse processo constitutivo. Como se fosse uma foto do instante de uma subjetivação parcial. Isso porque o “sujeito que é produzido através da sujeição não é produzido em sua totalidade ou instantaneamente”, mas está “em processo de produção” e “é produzido repetidamente”³⁸.

É por isso, então, que, quando se questiona a contribuição dos discursos da ANC para a produção de determinadas formas de sujeitos, objeto desta investigação, não se espera encontrar uma resposta definitiva para o que caracteriza e assujeita os indivíduos LGBTI+. A intenção é apenas de delimitação de elementos que tiveram um papel crucial nesse processo de subjetivação, independentemente de como eles possam ter sido apropriados e ressignificados pelos indivíduos por eles afetados.

Parece importante, também, destrinchar como essa construção performativa do gênero se expande, mais diretamente, à produção de sujeitos LGBTI+ como um todo, elemento central na investigação proposta. É nesse quadro que assume especial importância a noção da ordem compulsória do sexo/gênero/desejo evidenciada por Butler³⁹. A autora dialoga com os conceitos de “contrato heterossexual”, de Monique Wittig, e da “heterossexualidade compulsória”, de Adrienne Rich, para abordar a composição da matriz heterossexual e da heteronormatividade. Dessa forma, sustenta que a matriz heterossexual pressupõe uma unidade e continuidade do sujeito, na qual um sistema binário estipula que a determinado sexo somente pode corresponder uma manifestação de gênero e, por

³⁷ BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder**: teorias da sujeição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p. 13-14, 100-101.

³⁸ BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder**: teorias da sujeição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p. 100.

³⁹ BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

sua vez, tal gênero se vincula a uma orientação sexual específica. Aquilo que desvia dessa ordem compulsória, produzindo uma descontinuidade na simetria imposta, é visto como abjeto e ininteligível, pois “gêneros ‘inteligíveis’ são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo”⁴⁰.

Repensando a própria noção de performatividade, Butler aprofunda sua teoria inicial, relacionando pontos já levantados, para compreender que não somente o gênero, mas também a sexualidade, de algum modo, seria construída nesses atos performativos, principalmente em virtude da tentativa de coerência disposta pelas normas hegemônicas, conforme destacado⁴¹. Assim, a relação entre gênero e sexualidade é mantida, embora não deva ser compreendida de forma compulsória e causal, sobretudo no que diz respeito à obrigatoriedade da determinação de um pelo outro, pois ainda que a unidade da heterossexualidade dependa, também, da “estabilização das normas de gênero”, o próprio gênero “designa uma zona densa de significações que contém e excede a matriz heterossexual”. Nesse sentido, embora a sexualidade não atue isoladamente na determinação do gênero, ela é um elemento central para a compreensão de sua dinâmica de construção, em especial quando se identifica o rompimento com as normas de gênero como subjacente às manifestações homofóbicas. Isto é, como a “sexualidade é regulada pelo policiamento e exposição vergonhosa do gênero”⁴².

Tendo em vista a relação estabelecida, é possível compreender, de forma mais evidente, o papel da performatividade na construção das diversas subjetividades LGBTI+, que tendem a borrar as fronteiras entre sexo, gênero e sexualidade. Sendo assim, o material objeto de análise da pesquisa atua de forma direta na produção de tais sujeitos, principalmente por meio de uma representação performativa⁴³, que, ao mesmo tempo que os caracteriza, atribui elementos que

⁴⁰ BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, p. 43.

⁴¹ BUTLER, Judith. **Bodies that matter**: on the discursive limits of “sex”. London and New York: Routledge, 1993, p. 180-185.

⁴² BUTLER, Judith. **Bodies that matter**: on the discursive limits of “sex”. London and New York: Routledge, 1993, p. 182, tradução minha. No original: “[...] the stabilization of gender norms, gender designates a dense site of significations that contain and exceed the heterosexual matrix. [...] sexuality is regulated through the policing and the shaming of gender”.

⁴³ BUTLER, Judith. **Excitable speech**: a politics of the performative. London and New York: Routledge, 1997, p. 22.

atuam na constituição desses indivíduos, ainda que por meio de interpelações que os ofendam.

Por fim, resta a exposição, ainda que breve, do último elemento da teoria butleriana que possuirá algum protagonismo nas análises a serem conduzidas: o processo de subjetivação por meio da exclusão e da abjeção daqueles indivíduos distintos do que se constrói como hegemônico.

Inicialmente, Butler parte de Julia Kristeva para acessar a discussão sobre abjeção e sobre a construção do sujeito pela exclusão – autora que, por sua vez, constrói sua teoria em diálogo com predicados de Jacques Lacan. Segundo aponta, “o ‘abjeto’ designa aquilo que foi expelido do corpo [...] mas é precisamente através dessa expulsão que o estranho se estabelece. A construção do ‘não eu’ como abjeto estabelece as fronteiras do corpo, que são também os primeiros contornos do sujeito”⁴⁴. Nesse sentido, identifica-se que o abjeto, o não sujeito, possui um papel central na constituição do sujeito hegemônico, que somente sustenta sua existência na inexistência do outro.

A criação da abjeção delimita a distinção entre uma zona de pertença, habitada pelo sujeito, e a de exclusão, inabitável, na qual se posiciona o abjeto. Nesse sentido, é a impossibilidade de acesso de determinados indivíduos a essa zona do “vivível” e do “habitável” que constitui os sujeitos que nela permanecem⁴⁵. Por exemplo, a construção da identidade⁴⁶ gay pela abjeção depende de uma unidade da identidade heterossexual, e vice-versa. O mesmo se aplicando às demais identidades LGBTI+ e outras não hegemônicas. Os subalternos realizam o papel de “constitutivos externos”, cuja exclusão é imprescindível para a manutenção do sistema de opressão e para a subjetificação daqueles socialmente hegemônicos. Sendo assim, o constante repúdio desses seres abjetos é necessário para a

⁴⁴ BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, p. 230.

⁴⁵ BUTLER, Judith. **Bodies that matter**: on the discursive limits of “sex”. London and New York: Routledge, 1993, p. xiii.

⁴⁶ Eu vinha priorizando o uso do termo “sujeito” em detrimento de “identidade” no texto, pois a pesquisa se preocupa, de uma forma ampla, com as contribuições do discurso da ANC para a produção de sujeitos, o que impacta tanto sua constituição subjetiva mais interna (ainda que este trabalho não busque aferir esse desdobramento), quanto a produção de sujeitos políticos, marcados por identidades construídas politicamente. No entanto, neste ponto, a afirmação de identidades se relaciona diretamente com a produção do sujeito como um todo, pois é a afirmação de identidades (e não apenas subjetividades) hegemônicas que criam os círculos de abjeção de outras formas de sujeito, conforme apresentado por Butler.

manutenção da identidade que se constrói em oposição⁴⁷. Portanto, “a força normativa da performatividade – seu poder de estabelecer o que se qualifica como um ‘ser’ – funciona não apenas pela reiteração, mas também pela exclusão”⁴⁸.

Considerando isso, a identificação das formas de construção de exclusões e abjeções, nos debates Constituintes, será uma importante perspectiva analítica para a determinação dos sujeitos LGBTI+ forjados discursivamente; bem como, em contrapartida, para o assentamento dos sujeitos hegemônicos que os delimitam.

2.2.

Análise Foucaultiana do Discurso e a Produção Discursiva de Sujeitos

Norman Fairclough chama atenção para que a análise do discurso (em especial, a análise crítica do discurso por ele proposta) se enquadraria mais como uma perspectiva teórica sobre a língua e a semiose, do que enquanto um método⁴⁹. É também essa a perspectiva que adoto neste trabalho, tratando a análise do discurso como uma lente teórica que guiará a forma como o material empírico será encarado e examinado, considerando falas, enunciados e pronunciamentos sob uma perspectiva discursiva. Isto é, trata-se da relação com o *corpus* analisado mais do que um método para realizar tal análise. Esse prisma parece fazer ainda mais sentido quando se trabalha com análise *foucaultiana* do discurso, abordagem que não possui qualquer método fechado, com etapas definidas a serem seguidas, mas apenas indicativos teóricos para a compreensão da prática discursiva e sua relação com o exercício do poder⁵⁰. Também por isso, a teoria do filósofo francês não aparecerá de forma direta na análise, uma vez que ela será conduzida tendo como lente a teoria de Judith Butler. Desse modo, a perspectiva foucaultiana fornece a base epistemológica para que seja aplicada a análise do discurso. Sendo assim, embora os aspectos mais “arqueológicos” do pensamento do autor sejam os que

⁴⁷ BUTLER, Judith. **Bodies that matter**: on the discursive limits of “sex”. London and New York: Routledge, 1993, p. 75-76.

⁴⁸ BUTLER, Judith. **Bodies that matter**: on the discursive limits of “sex”. London and New York: Routledge, 1993, p. 140, tradução minha. No original: “The normative force of performativity—its power to establish what qualifies as ‘being’—works not only through reiteration, but through exclusion as well”.

⁴⁹ FAIRCLOUGH, Norman. Análise Crítica do Discurso como Método em Pesquisa Social Científica. **Linha d’Água**, n. 25, v.2, p. 307-329, 2012.

⁵⁰ ARRIBAS-AYLLON, Michael; WALKERDINE, Valerie. Foucauldian Discourse Analysis. In: WILLIG, Carla; STANTON-ROGERS, Wendy. **The Sage Handbook of Qualitative Research in Psychology**. London: Sage, 2008, p. 91-108.

figuram neste primeiro momento, sua visão “genealógica” estará presente, sem dúvida, a partir do próprio uso que faz Butler de sua teoria.

Diferentemente de outras abordagens, a análise discursiva se faz mais consciente das interferências e mediações ocasionadas pelo próprio pesquisador no processo de produção do conhecimento, afastando pretensões de neutralidade, ao mesmo tempo em que valoriza o contexto no qual se inserem as investigações⁵¹. Não se compreende a linguagem como espelhando algo exterior ou blindando intenções que lhe seriam anteriores. Pelo contrário, é o próprio discurso que constrói a realidade a qual se analisa, sendo priorizado o entendimento do discurso como materialidade e não como um véu que oculta a intencionalidade do falante⁵². Sendo assim, é possível compreender a análise discursiva com enfoque no processo de construção social por meio do estudo da linguagem e seus diferentes usos⁵³.

Dentre uma miríade de vertentes possíveis, a opção por uma corrente foucaultiana de análise do discurso está diretamente ligada aos objetivos da pesquisa. Isso porque a análise foucaultiana se destaca por sua preocupação em explorar como as práticas discursivas atuam na constituição de subjetividades e objetividades⁵⁴. A análise do discurso, sob uma perspectiva foucaultiana, direciona-se para “interrogar a construção e as alterações possíveis da função do sujeito nas variadas formas de enunciação, ou seja, questionar as formas de enunciação nas suas produções de sujeitos”⁵⁵. Assim, torna-se a abordagem ideal para a identificação da constituição de sujeitos LGBTI+.

Nesse contexto, Fairclough elenca cinco contribuições principais da metodologia proposta por Foucault para a análise do discurso: 1) “a natureza constitutiva do discurso”; 2) “a primazia da interdiscursividade e da intertextualidade”; 3) “a natureza discursiva do poder”; 4) “a natureza política do discurso”; e 5) “a natureza discursiva da mudança social”⁵⁶. Neste trabalho, todas

⁵¹ ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. *ALEA*, v. 7, n. 2, p. 305-322, 2005.

⁵² ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. *ALEA*, v. 7, n. 2, p. 305-322, 2005.

⁵³ OSWICK, Cliff. Discourse Analysis and Discursive Research. In: SYMON, Gillian; CASSELL, Catherine. **Qualitative Organizational Research: core methods and current challenges**. London: SAGE, 2012, p. 473-491.

⁵⁴ CUNLIFFE, Ann L. Discourse Analysis. In: THORPE, Richard; HOLT, Robin. **The Sage Dictionary of Qualitative Management Research**. London: SAGE, 2008, p. 81.

⁵⁵ GALANTIN, Daniel Verginelli; RIBAS, Thiago Fortes. Política e Análise do Discurso na Arqueologia de Foucault. *Cadernos de ética e filosofia política*, n. 35, v. 2, 2019, p.189.

⁵⁶ FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora UnB, 2016, p. 85.

essas características agregam para a análise pretendida, mas a contribuição acerca da natureza constitutiva do discurso adquire maior relevância na percepção do material empírico e do *corpus* de análise.

Desse modo, seguindo Foucault, a análise a ser conduzida não trabalha a partir de paradigmas de continuidade, de modo que não se espera a identificação de qualquer forma de evolução nos discursos referentes às identidades LGBTI+, mas apenas compreender as diferenças, se existentes, entre as formas de retratação de pessoas LGBTI+, ocasionadas por diferentes “condições de emergência”⁵⁷.

Ademais, trabalhando com as chaves da descontinuidade e dispersão, pretende-se estabelecer, por meio do exame dos documentos, unidades discursivas diversas daquelas normalmente dispostas, como faz Foucault ao negar a unidade de conjuntos como o livro ou a obra de um autor. O filósofo alerta para a naturalidade com que essas unidades são assumidas e como se trata de sínteses discursivas cujos laços assumem uma validade reconhecida desde o início. Em contraste, propõe que se trabalhe a partir de acontecimentos dispersos, uma vez que unidades discursivas não são homogêneas ou uniformemente aplicáveis, mas variáveis e relativas⁵⁸.

É o que se procurou fazer, em escala bem menor, com a construção do *corpus* de análise desta investigação. Ao invés de tomar as unidades prontas, como uma ata de reunião isolada, buscou-se costurar o que poderia ser retratado como o discurso da ANC sobre pessoas LGBTI+, composto por diversos elementos dispersos, localizados em dezenas de atas e diferentes foros de discussão, e sem uma unidade pré-construída. Nesse sentido, buscou-se estabelecer essa delimitação do discurso da Constituinte sobre a temática específica para que pudesse ser desenvolvida uma análise global de seu exercício, com todo o material coletado sendo reunido. Sem focar, assim, no autor específico de determinado enunciado; de modo que não é uma prioridade da pesquisa, por exemplo, a análise de acordo com as divisões partidárias, embora em alguns poucos casos isso seja utilizado para contextualização. Isso porque, sob uma perspectiva foucaultiana, “quando se assume o autor e seu pensamento como dados naturais e como o centro de toda a organização discursiva, desvaloriza-se [sic] os discursos, não atentando às regras

⁵⁷ FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Lisboa: Edições 70, 2014.

⁵⁸ FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Lisboa: Edições 70, 2014, p. 56-60.

de suas formações e de seus funcionamentos”⁵⁹. Assim, é possível que se evidenciem, nas análises a serem traçadas, elementos para além daqueles já naturalizados.

Outro ponto de relevância para Foucault na análise do discurso diz respeito a não se buscar uma origem não revelada, “não compreender o discurso como um já-dito não-dito”⁶⁰ ou como sendo a exterioridade de algo que possui sua face oculta ou silenciosa. Trata-se, portanto, de conceber o discurso enquanto prática (*práxis*) com afetação direta na realidade e com sua concretude independente⁶¹, “tarefa que consiste em não [...] tratar os discursos como conjuntos de signos (de elementos significantes remetendo para conteúdos ou para representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos dos quais falam”⁶². É dizer que, embora os discursos sejam compostos por signos, eles fazem mais do que apenas designar coisas e é “esse ‘mais’ que os torna irredutíveis à língua e à fala. É esse ‘mais’ que é necessário fazer aparecer e descrever”⁶³.

Dessa forma, é central, nessa modalidade de análise, entender o que levou à materialização de dado enunciado e não de outro em seu lugar. Conforme colocado por Foucault, identificar a singularidade dessas emergências e “determinar as condições de sua existência, de fixar com máxima justeza os seus limites, de estabelecer as suas correlações com os outros enunciados que podem estar-lhe ligados, de mostrar que outras formas de enunciação o enunciado exclui”⁶⁴.

Isso perpassa a compreensão de como o discurso é controlado, selecionado, organizado e distribuído. Com relação a isso, Foucault sintetiza três grupos de procedimentos que teriam por função a restrição do discurso, na tentativa de afastar sua materialidade. O primeiro, contendo procedimentos de exclusão, externos, representado pela interdição, separação/rejeição e oposição do verdadeiro e do falso. O segundo, enfatizando elementos internos, relacionado à classificação, distribuição e ordenação, atuando nas dimensões do comentário, do autor e da disciplina. Por fim, o terceiro grupo diz respeito às condições de funcionamento, particularmente a seleção dos sujeitos que falam, afetada pelas categorias do ritual

⁵⁹ GALANTIN, Daniel Verginelli; RIBAS, Thiago Fortes. Política e Análise do Discurso na Arqueologia de Foucault. **Cadernos de ética e filosofia política**, n. 35, v. 2, 2019, p.188.

⁶⁰ FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Lisboa: Edições 70, 2014, p. 60.

⁶¹ FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Lisboa: Edições 70, 2014.

⁶² FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Lisboa: Edições 70, 2014, p. 87-88.

⁶³ FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Lisboa: Edições 70, 2014, p. 88.

⁶⁴ FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Lisboa: Edições 70, 2014, p. 63.

da palavra, das sociedades de discurso e dos grupos doutrinários. Assim, o autor chama atenção para os princípios da especificidade, descontinuidade e exterioridade; e para as noções de série, acontecimento, regularidade e condição de possibilidade. Desse modo, sugere a alternância entre descrições “críticas” e “genealógicas” na investigação dos discursos, considerando a necessidade de análise dos discursos entender os processos que os regulam e não desvendar um sentido universal⁶⁵.

Nessa linha, significa que deve ter centralidade na análise a identificação das formações discursivas e, sobretudo, de suas *regras de formação*: “as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição”, suas condições de existência, coexistência, manutenção, modificação e desaparecimento⁶⁶. Com relação a isso, importa que se observem: as superfícies em que emergiram os discursos (em nosso objeto, o contexto da Constituinte); as instâncias de delimitação (em nosso caso, a política); os sistemas de agrupamento e classificação (nesta pesquisa, os contornos de sujeitos LGBTI+); as posições institucionais e autorizações de fala (a quem foi permitida a fala na ANC); e as intertextualidades e interdiscursividades, que atuam dentro de um mesmo discurso (compreender que outros discursos compunham o discurso da ANC, como o médico, o religioso etc.)⁶⁷. Todos esses elementos auxiliarão no tratamento dado ao material empírico.

2.3.

A Teoria Fundamentada nos Dados e a Construção Categorias de Sujeitos LGBTI+

A teoria fundamentada nos dados ou teorização enraizada surgiu no campo de pesquisas sociológicas estadunidenses com o nome de *grounded theory*. A intenção, à época, era proporcionar meios de desenvolvimento de pesquisas sistemáticas, a partir de coleta de dados, no campo das ciências sociais⁶⁸.

⁶⁵ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

⁶⁶ FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Lisboa: Edições 70, 2014, p. 75.

⁶⁷ FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Lisboa: Edições 70, 2014.

⁶⁸ GLASER, Barney G.; STRAUSS, Anselm L. **The discovery of grounded theory**: strategies for qualitative research. New Brunswick and London: AldineTransaction, 2006.

A TFD “é derivada dos dados e, depois, ilustrada por exemplos característicos dos dados”⁶⁹. Por isso, difere dos métodos hipotético e lógico-dedutivos, nos quais a teoria é previamente pensada e, posteriormente, exemplos são encontrados ou criados para explicá-la e demonstrá-la⁷⁰. Desse modo, um dos elementos centrais retirados da TFD para o desenvolvimento deste trabalho é a preocupação em se delimitar uma hipótese a partir dos dados analisados, o que faço no último item do trabalho.

Além disso, utilizei a TFD com o propósito de sistematizar um aspecto mais descritivo dos eventos analisados, por meio da construção de categorias, traçando *discursos-tipo* (que demarcam, qualitativamente, os principais aspectos dos discursos observados) e *sujeitos-tipo* (delimitações do conjunto das principais características atribuídas às pessoas LGBTI+ na ANC), a partir da adaptação de proposta metodológica sugerida por Riccardo Cappi⁷¹.

O método foi importante, também, para a visão inicial do material, tendo sido a primeira etapa da investigação, antes da análise dos discursos. Diante disso, o Apêndice D explica de forma mais detida as características desse método e expõe os passos seguidos, além de conter um exame condensado dos principais argumentos identificados na ANC, a partir das categorias construídas.

2.4.

Fontes de Pesquisa e Amostragem

A investigação se desenvolveu, primordialmente, por meio da coleta e análise qualitativa de dados primários, que constituíam tanto os elementos componentes dos discursos objeto de análise, quanto os fatores necessários para a determinação do contexto de produção dos discursos examinados. Nesse aspecto, as duas fontes principais da pesquisa foram: os anais da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88; e documentos disponíveis no acervo do Fundo João

⁶⁹ GLASER, Barney G.; STRAUSS, Anselm L. **The discovery of grounded theory**: strategies for qualitative research. New Brunswick and London: AldineTransaction, 2006, p. 5. No original: “grounded theory is derived from data and then illustrated by characteristic examples of data”.

⁷⁰ LAPERRIÈRE, Anne. A teorização enraizada (*grounded theory*): procedimento analítico e comparação com outras abordagens similares. In: SALLUM JR., Brasília. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2014.

⁷¹ CAPPI, Riccardo. Pensando as respostas estatais às condutas criminalizadas: um estudo empírico dos debates parlamentares sobre a redução da maioridade pena (1993-2010). **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, v. 1, n. 1, 2014, p. 10-27.

Antônio Mascarenhas, acessível no Arquivo Edgard Leuenroth, localizado na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Paralelamente, utilizei a bibliografia específica sobre o tema de pesquisa para acessar dados secundários necessários para a compreensão do contexto analisado. Neste tópico, dedico-me a delinear a forma de acesso às fontes primárias e o recorte amostral definido para esta investigação.

2.4.1.

Os Anais da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988

O acesso aos anais da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988 se deu por meio de consulta às cópias digitalizadas de todas as atas disponibilizadas no site do Senado Federal⁷². Por se tratar de um material de milhares de páginas, incluindo todas as atas de plenário, das comissões e subcomissões temáticas, da comissão de sistematização e da comissão de redação, optou-se por fazer a seleção da amostra documental a ser analisada por meio de busca por palavras-chave.

O procedimento adotado consistiu na pesquisa por descritores que remetessem à população LGBTI+ e/ou a *status* dissidentes de gêneros e sexualidades, a partir dos quais foram selecionadas as discussões (com o contexto necessário para a compreensão) que dissessem respeito a diferentes caracterizações e demandas de pessoas LGBTI+. Os termos de busca foram definidos de forma ampla para que não houvesse perda de qualquer debate relevante para a pesquisa. Por isso, foram incluídas diversas expressões acerca das quais não se esperava, de antemão, que fossem encontrados quaisquer registros nos anais, por serem mais usuais contemporaneamente. Contudo, foram incluídas na busca como forma de precaução.

As palavras-chaves inicialmente definidas foram: orientação sexual; identidade de gênero; sexualidade; sexual; sexuais; gay; lésbica; travesti; transexual; homossexual; bissexual; homofobia; e transfobia⁷³. Após o contato

⁷² Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/CT_Abertura.asp. Acesso em: 24 abr. 2021.

⁷³ Na banca de qualificação da pesquisa, Thiago Coacci sugeriu a inclusão do termo “Aids” dentre as palavras pesquisadas. Embora o acréscimo fosse relevante, não foi possível fazê-lo em função de toda a etapa de levantamento dos dados já ter sido concluída e a análise já estar avançada naquele momento. De todo modo, para o exame priorizado aqui, o mais importante eram justamente os contextos nos quais a Aids aparecesse associada à homossexualidade, de forma que as palavras definidas parecem suficientes para captar tais ocorrências.

inicial com os dados, incluiu-se, dentre os termos de busca, a palavra “homossexualismo”, devido à percepção de seu uso frequente pelos parlamentares, embora já houvesse uso do termo “homossexualidade” à época, como se nota de registros nos próprios anais. A inclusão da palavra foi, também, mais uma precaução para a coleta minuciosa dos dados, uma vez que o termo “homossexualismo” já aparecia em todas as buscas feitas com as palavras “sexual” e “homossexual”, por ser parte componente de sua grafia. A busca encontrou discussões relevantes à pesquisa em atas de diversas sessões, todas indicadas no Quadro 1 do Apêndice E.

Todo o conteúdo selecionado para ser analisado foi agrupado em um documento único que delimita a amostragem dos Anais Constituintes que compõe parte do objeto desta pesquisa. Os documentos podem ser acessados [neste link](#). A amostra corresponde à totalidade dos discursos referentes à população LGBTI+ proferidos na Assembleia. O acesso aos anais foi imprescindível para a compreensão de como se desenvolveram os processos de representação e produção de sujeitos LGBTI+ na ANC.

2.4.2.

O Acervo do Fundo João Antônio Mascarenhas

Uma fonte central na reconstrução dos acontecimentos daqueles dois anos de Constituinte e, em especial, da articulação política levada a cabo pelo então Movimento Homossexual Brasileiro, foi a consulta ao acervo do Fundo João Antônio Mascarenhas⁷⁴.

Minha primeira tentativa de acesso à documentação foi no site do AEL⁷⁵, na esperança de que o acervo estivesse disponibilizado online. Nesse primeiro esforço, descobri que não apenas o acesso virtual não era possível, mas que também era necessário agendar uma visita ao arquivo, pois o acervo João Mascarenhas ainda não estava disponível ao público em geral, por se encontrar em “processamento técnico”.

⁷⁴ O Fundo, anteriormente, levava o nome da organização “Triângulo Rosa” tendo sido alterado posteriormente para “João Antônio Mascarenhas” por compor um arquivo mais extenso da vida do ativista.

⁷⁵ Disponível em: <https://www.ael.ifch.unicamp.br/>.

Desse modo, telefonei ao número indicado no site em meados de outubro de 2019. Fui informado que deveria fazer a solicitação por e-mail, junto com uma apresentação minha, indicando o objetivo de acesso ao arquivo. Após algumas trocas de e-mail, agendei minha visita para o dia 11 de novembro, às 9:30. Escolhi essa data para aproveitar uma viagem que já faria a São Paulo para um congresso. O que significa que eu teria pouco mais que uma tarde para acessar e selecionar todo o material, já que não voltaria ao arquivo mais vezes para consulta. Já no dia 11, depois de chegar e me apresentar no AEL, fui levado a uma das salas de processamento dos acervos, pois o arquivo do Fundo João Mascarenhas ainda estava sendo numerado e organizado.

O tamanho do acervo me surpreendeu. A quantidade de documentos era muito maior do que eu esperava. Estavam separados em oito grupos temáticos, cada um desses contendo diversos subgrupos, séries, subséries e dossiês sobre questões específicas relacionadas à trajetória de João Antônio Mascarenhas⁷⁶. Somando-se à extensão, mais dois fatores me fizeram perceber que eu teria que fazer uma escolha de quais grupos e subgrupos de documentos analisar, pois não haveria como examinar todos no pouco tempo que eu ficaria no arquivo. Primeiro, devido à falta de numeração, eu apenas podia acessar um conjunto de páginas por vez, para que não saíssem da ordem correta, devendo me atentar para que nenhum documento fosse recolocado em local indevido. Segundo, e principalmente, por se tratar de documentos já antigos, o manuseio precisava ser extremamente cuidadoso, inclusive com o uso de luvas, para não os danificar, o que tornava a leitura de cada documento bastante demorada. Em virtude disso, a primeira coisa que fiz foi selecionar quais categorias de documentos eu iria acessar e analisar. Assim, separei os conjuntos dispostos no Quadro 2 do Apêndice E.

Considerando o tempo escasso e o volume de documentos a serem examinados, mesmo após limitação das categorias de acordo com o quadro acima, adotei duas estratégias para conduzir a inspeção do material. Primeiro, mantive ao meu lado um caderno, no qual anotei os dados mais importantes para a construção do contexto de articulação política atinente à minha pesquisa. Por esse motivo, alguns elementos extraídos dos documentos não necessariamente tiveram o documento de origem copiado. Além disso, uma segunda estratégia, para não perder

⁷⁶ Ver documento “Quadro de Arranjo – Fundo João Antônio Mascarenhas”, arquivado na nuvem, para um panorama geral de todo o conteúdo do acervo.

tempo com a leitura e releitura de diversos arquivos, foi tirar foto dos documentos que possuíam maior relevância para a investigação, com o intuito de analisá-los com maior cuidado posteriormente. Foi feito um total de 176 registros fotográficos, de documentos de variados grupos, que estão disponíveis para acesso [neste link](#).

O acesso ao arquivo foi importante para a contextualização da demanda do MHB perante a Assembleia Nacional Constituinte. Permitiu, também, que se compreendesse como foi feita a articulação política, qual a relação dos ativistas homossexuais com os parlamentares constituintes, além das expectativas com relação ao pleito e das estratégias estabelecidas para conquistá-lo.

2.5. Relevância Social

Os números da violência contra pessoas LGBTI+ são já bastante conhecidos por ativistas e pesquisadores do tema. Ainda que percepção da dimensão concreta dessa violência seja extremamente difícil, sobretudo em função da ausência de estatísticas oficiais⁷⁷, relatórios emitidos por entidades da sociedade civil dão conta de suprir, ao menos parcialmente, esse déficit na produção de dados. É apenas em virtude disso que se tem acesso à letalidade desse tipo de discriminação no Brasil⁷⁸, em especial com relação a pessoas trans⁷⁹, não obstante a subnotificação de casos já constatada⁸⁰. Para além disso, há também o extremo da institucionalização dessa discriminação, com 69 países que ainda criminalizam relações sexuais consentidas

⁷⁷ COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH). **Violência contra pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersexo nas Américas**. Washington: OEA, 2015, p. 81-83.

⁷⁸ GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). **Mortes Violentas de LGBT no Brasil**: Relatório 2018. Salvador: GGB, 2019. Disponível em: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2019/01/relat%C3%B3rio-de-crimes-contra-lgbt-brasil-2018-grupo-gay-da-bahia.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2019.

⁷⁹ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO BRASIL (ANTRA); BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara N. B.. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018**. Brasil: ANTRA, 2019. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2018.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2019.

⁸⁰ ROCCO, Aline Tusset de; CARDOSO, Iuri; BERNARDES, Pedro Henrique Dias Alves; ALMEIDA, Marcos Felipe Lopes de; LELIS, Rafael Carrano. **Violências Contra Pessoas LGBTI+: registros do TODXS App. Sexualidade & Política**: Revista Brasileira de Políticas Públicas LGBTI+, v. 1, n. 1, p. 5-15, 2019.

entre pessoas adultas do mesmo sexo⁸¹ e 57 nos quais pessoas trans podem ser processadas criminalmente por externarem suas identidades⁸².

São fatores que ilustram o alto grau de vulnerabilização dessa população específica, reforçando a relevância social desta pesquisa. Algo que pode ser compreendido a partir da discussão sobre “precariedade” estabelecida por Judith Butler. Em *Vida Precária*, a autora inicia uma discussão de caráter mais ético e ontológico em sua obra, debruçando-se sobre elementos que estabelecem relações entre os seres humanos, promovendo bases para a alteridade e para a compreensão da vulnerabilidade do ser humano. Adquire relevância, nesse momento, a percepção do outro e as possibilidades de reconhecimento⁸³.

Posteriormente, em *Quadros de Guerra*, a autora aprofunda essa reflexão, a partir da diferenciação entre os conceitos de “precariedade” (*precariousness*) e “condição precária” (*precarity*)⁸⁴. Segundo ela, precariedade designa uma condição universal de todo ser humano, que se dá em virtude de sua constante vulnerabilidade com relação ao outro. Isto é, reflete sua finitude, uma vez que, a partir do convívio social, estaremos sempre expostos, podendo a vida ser encerrada a qualquer momento. Contudo, Butler sinaliza que há uma distribuição diferencial da precariedade pelas normas sociais, amplificando a condição precária de determinados indivíduos, a qual seria “a condição politicamente induzida na qual certas populações sofrem com redes sociais e econômicas de apoio deficientes e ficam expostas de forma diferenciada às violações, à violência e à morte”⁸⁵.

Assim, as camadas dominantes, sejam em função de raça, gênero, sexualidade ou classe social, estarão sujeitas ao mínimo de precariedade inerente à vida humana. Por outro lado, as estruturas sociopolíticas vivenciadas pelos grupos oprimidos caracterizam a condição precária que sobre eles recai, tornando-os mais

⁸¹ ILGA, World; MENDOS, Lucas Ramon; BOTH, Kellyn; LELIS, Rafael Carrano; PEÑA, Enrique López de la; SAVELEV, Iliia; TAN, Daron. **State-Sponsored Homophobia 2020: Global Legislation Overview Update**. Geneva: ILGA, December 2020.

⁸² TRANSGENDER EUROPE (TGEU). **Criminalization and Prosecution of Trans People**. Disponível em: <https://transrespect.org/en/map/criminalization-and-prosecution-of-trans-people/>. Acesso em: 15 nov. 2019.

⁸³ BUTLER, Judith. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

⁸⁴ Sigo aqui a tradução dos termos de acordo com o constante em *Quadros de Guerra*, considerando que, em obra posteriormente traduzida, haverá uma mudança na forma com a qual se encara a diferenciação desses termos.

⁸⁵ BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 46.

vulneráveis em sua existência, uma vez que lhes são negados diversos direitos aos quais os grupos dominantes têm acesso.

Nesse contexto, a ideia de “interdependência” assume destaque no pensamento da autora. Todos os seres humanos dependem de redes e estruturas de manutenção da vida, frequentemente vinculadas ao Estado, para que as atividades cotidianas sigam acontecendo⁸⁶. É preciso a compreensão de que a vida somente é possível a partir dessa cooperação mútua, algo bastante evidenciado pela pandemia da Covid-19. Nesse sentido, Butler chama atenção para o fato de o contexto pandêmico escancarar nossa interdependência global para a manutenção de estruturas que permitem a continuação da vida. E, desse modo, acelera o processo que cristaliza uma desigualdade radical entre seres humanos, cujas consequências recaem sobre populações já em situação de vulnerabilidade⁸⁷. Com relação a isso, medidas estatais de contenção da transmissão do vírus já mostraram seu impacto desproporcional sobre a vida de pessoas LGBTI+, em particular de pessoas trans, por ainda se guiarem por sistemas binários de gênero no estabelecimento de políticas públicas⁸⁸.

Além disso, Butler aciona a categoria do luto com especial proeminência para pensar a respeito das situações de precariedade induzida, que aumentam a vulnerabilidade de determinados grupos. Nesse sentido, afirma que, para ser precária, a vida precisa antes ser apreendida e reconhecida como uma vida⁸⁹. Desse modo, a vida somente será apreendida e entendida como válida e plena se for produzida “de acordo com as normas que a caracterizam como vida”. Portanto, existem sujeitos que não são reconhecidos enquanto tais e vidas que jamais serão reconhecidas como vidas. E, se esses sujeitos e essas vidas não são registrados, sua

⁸⁶ BUTLER, Judith. **The force of non-violence**: an ethico-political bind. London/New York: Verso, 2020.

⁸⁷ BUTLER, Judith. **Judith Butler sobre a Covid-19**: o capitalismo tem seus limites. *Blog da Boitempo*. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/20/judith-butler-sobre-o-covid-19-o-capitalismo-tem-seus-limites/>. Acesso em 18 maio 2020.

⁸⁸ CORRÊA, Sonia. De volta ao de sempre: segregação por sexo/gênero como medida de contenção da Covid-19. **Sexuality Policy Watch**. Disponível em: <https://sxpolitics.org/ptbr/de-volta-ao-de-sempre-segregacao-por-sexo-genero-como-medida-de-contencao-da-covid-19/10296>. Acesso em: 27 maio 2020.

⁸⁹ Butler diferencia “apreender” de “reconhecer”. Ela conceitua a apreensão como uma forma de conhecimento não inteiramente plena e um estágio anterior ao reconhecimento (*recognition*) em sua compreensão hegeliana. Em: BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: Quando a vida é passível de luto?. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 18.

perda também não será computada ou lamentada, produzindo perdas que não são “passíveis de luto” (*ungrievable lives*)⁹⁰.

Dessa forma, “a condição de ser enlutada é uma condição para toda vida que importa [...], sem a condição de ser enlutada, não há vida [...], há algo que está vivo, mas que é diferente de uma vida”⁹¹. E é por isso que o luto se torna central na compreensão das desigualdades, pois o sofrimento pela vida perdida somente pode ocorrer se tal perda foi computada. Ademais, considerando o engajamento político existente entre grupos em situação de vulnerabilidade, como a população LGBTI+, é possível que se identifiquem situações nas quais a perda de uma vida é, ao mesmo tempo, “ativamente lamentada dentro de uma comunidade e completamente despercebida – e impercebível – dentro de um quadro dominante nacional e internacional”⁹². Motivo pelo qual o luto público pode ser visto como possuindo uma dimensão performativa, que rompe o ciclo segundo o qual determinadas mortes são permanentemente ignoradas⁹³.

Diante disso, Butler articula como a precariedade (especialmente seu aspecto politicamente induzido, isto é, a condição precária) poderia funcionar enquanto um elemento de unidade não-identitária de grupos expostos a um maior grau de vulnerabilidade. Assim, a autora explora como a união performativa de corpos marcados por uma condição precária possibilita seu exercício do “direito de aparecer”, trazendo à esfera pública esses sujeitos cujas vidas frequentemente não são contabilizadas⁹⁴. A filósofa chama atenção, ainda, para a necessidade de que a vulnerabilidade não seja associada com “passividade”, mas sim compreendida enquanto um elemento componente das relações sociais e que inclui práticas de resistência. Assim, “persistir diante de uma condição de vulnerabilidade prova ser sua própria forma de força, distinta de uma defesa da força como a conquista da

⁹⁰ BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: Quando a vida é passível de luto?. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 16-17.

⁹¹ BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: Quando a vida é passível de luto?. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 33.

⁹² BUTLER, Judith. **The force of non-violence**: an ethico-political bind. London/New York: Verso, 2020, p. 73-74. No original: “actively mourned within one community and fully unmarked – and unmarkable – within a dominant national or international frame”.

⁹³ BUTLER, Judith. **The force of non-violence**: an ethico-political bind. London/New York: Verso, 2020.

⁹⁴ BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

invulnerabilidade”⁹⁵, a qual oferece a possibilidade de aprofundamentos de redes de aliança e solidariedade.

Nessa perspectiva, podem-se enquadrar as vidas de pessoas LGBTI+ enquanto não são passíveis de luto, por não serem, nem mesmo, categorizadas como vidas válidas do ponto de vista das estruturas dominantes. Desse modo, passam a ser sujeitos descartáveis, o que aumenta sua condição precária com relação ao restante dos indivíduos, sendo alvos constantes das mais diversas formas de violência.

Dessa forma, o presente trabalho se justifica em um contexto urgente e necessário de produção de dados sobre a população LGBTI+ no Brasil e no mundo⁹⁶, algo essencial para que se avance no estabelecimento de políticas públicas de qualidade que diminuam a condição precária dessas pessoas. A própria produção de dados, assim como o luto, pode funcionar como uma forma de pressionar o rompimento da barreira de invisibilidade que impede a consideração das mortes e violências sofridas por pessoas LGBTI+⁹⁷.

Ademais, considera-se, na linha de Butler, que a luta por direitos exerce um papel fundamental na redefinição dos limites que estabelecem o que é o humano, termo de significado aberto e constantemente em disputa⁹⁸. Portanto, a análise de representações produzidas pelo campo jurídico é central na compreensão dos obstáculos à superação de desigualdades e na inclusão de sujeitos tidos como abjetos no campo da humanidade. Algo ainda mais premente quando crescem discursos relacionados à falácia da “ideologia de gênero”, estimulando o ódio contra pessoas LGBTI+ e intensificando sua caracterização enquanto identidades

⁹⁵ BUTLER, Judith. **The force of non-violence**: an ethico-political bind. London/New York: Verso, 2020, p. 201. No original: “persistence in a condition of vulnerability proves to be its own kind of strength, distinguished from one that champions strength as the achievement of invulnerability”.

⁹⁶ ROCCO, Aline Tusset de; CARDOSO, Iuri; BERNARDES, Pedro Henrique Dias Alves; ALMEIDA, Marcos Felipe Lopes de; LELIS, Rafael Carrano. Violências Contra Pessoas LGBTI+: registros do TODXS App. **Sexualidade & Política**: Revista Brasileira de Políticas Públicas LGBTI+, v. 1, n. 1, p. 5-15, 2019.

⁹⁷ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Report of the Independent Expert on protection against violence and discrimination based on sexual orientation and gender identity**: Data collection and management as a means to create heightened awareness of violence and discrimination based on sexual orientation and gender identity. Genebra: Conselho de Direitos Humanos da ONU, 2019. Disponível em: https://ap.ohchr.org/documents/dpage_e.aspx?si=A/HRC/41/45. Acesso em: 15 nov. 2019.

⁹⁸ BUTLER, Judith. Fundações contingentes: feminismo e a questão do “pós-modernismo”. In: BENHABIB, Seyla; BUTLER, Judith; CORNELL, Drucilla; FRASER, Nancy. **Debates feministas**: um intercâmbio filosófico. São Paulo: Fundação Editora da Unesp (FEU), 2018.

abjetas⁹⁹. No Brasil, esse fenômeno foi impulsionado nos contextos eleitoral e pós-eleitoral, desde 2018, com aumento de discursos refratários às subjetividades LGBTI+¹⁰⁰. Sendo assim, torna-se ainda mais importante a recuperação dos discursos produtores dessas identidades e subjetividades, seja de forma abjeta ou não, para melhor compreensão e superação do estado atual de violência.

2.6.

Inserção da Pesquisa no Campo

Acredito que minha pesquisa se insira em mais uma tentativa de suprir as lacunas deste processo que marca a cidadania brasileira e cujos efeitos se fazem sentir duradouramente: os trabalhos constituintes de 1987-1988. Nesse sentido, é uma contribuição no meio de “obras que descortinem a um só tempo uma compreensão global do processo e uma amostragem etnográfica aprofundada e detalhada do *work in progress* relativo a algumas questões específicas”¹⁰¹. Neste caso, o enfoque maior é na última categoria, com uma investigação que se debruça particularmente sobre o tratamento dado a pessoas LGBTI+ naquele foro de discussão e produção normativa.

Sob tal aspecto, o trabalho se aproxima daquele conduzido por Adriana Vidal de Oliveira, ao tratar dos estereótipos de gênero na ANC e seus efeitos no texto da Constituição¹⁰². É dele, também, que retiro alguma inspiração metodológica, principalmente no que diz respeito à estrutura, que conta e analisa o processo simultaneamente. No mesmo sentido, outros pesquisadores se dedicaram a examinar o debate de questões específicas na construção da Constituição de 1988, dentre os quais destaco a investigação de Enézio de Deus Silva Júnior, que traça os diferentes discursos sobre a delimitação do conceito de família produzidos pelos parlamentares, aproximando-se, tangencialmente, do objeto de estudo desta

⁹⁹ JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Rev. psicol. polít.**, v. 18, n. 43, p. 449-502, 2018.

¹⁰⁰ BULGARELLI, Lucas; FONTGALAND, Arthur. **Violência contra LGBTs+ nos Contextos Eleitoral e Pós-Eleitoral**. Brasil, 2019. Disponível em: http://violencialgbt.com.br/dados/190321_relatorio_LGBT_V1.pdf. Acesso em: 05 abr. 2019.

¹⁰¹ PILATTI, Adriano. **A constituinte de 1987-1988: progressistas, conservadores, ordem econômica e regras do jogo**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016, p. 5.

¹⁰² OLIVEIRA, Adriana Vidal de. **Constituição e Direitos das Mulheres - Uma Análise dos Estereótipos de Gênero na Assembleia Constituinte e suas Consequências no Texto Constitucional**. Curitiba: Juruá, 2014.

dissertação¹⁰³. Permanece, porém, um déficit de levantamentos que reconstruam em detalhes o tratamento específico de questões LGBTI+.

Visto de outro ângulo, este trabalho se aproxima daqueles que têm se dedicado à construção de uma historiografia LGBTI+ no Brasil. Tarefa iniciada pelas importantes pesquisas de João Silvério Trevisan¹⁰⁴, James Green¹⁰⁵, Edward Macrae¹⁰⁶, Cristina Câmara¹⁰⁷, Sérgio Carrara¹⁰⁸, Regina Facchini¹⁰⁹ e Júlio Simões¹¹⁰. E que vem assumindo novos contornos, com a dedicação de outra geração de pesquisadores, em estudos como os de Silvia Aguião¹¹¹, Bruna Irineu¹¹², Jaqueline Gomes de Jesus¹¹³, Larissa Pelúcio¹¹⁴, Thiago Coacci¹¹⁵ e vários outros. Todas essas produções inspiram e sustentam este trabalho, que pretende se somar como uma contribuição no referido campo. No entanto, há duas com as quais a minha pesquisa compartilha uma maior afinidade. Com os trabalhos de Silvia Aguião, há em comum a preocupação com os elementos que promovem a constituição de sujeitos de direitos. Por outro lado, há uma conexão íntima, até mesmo uma espécie de continuidade – embora dispersa pelo tempo –, com a investigação desenvolvida por Cristina Câmara. A distinção central, porém, reside no ponto de enfoque. Enquanto Câmara se debruçou sobre os anais e eventos

¹⁰³ SILVA JÚNIOR, Enézio de Deus. **Falas de que famílias?** Análise dos discursos da Constituinte de 1987/1988 sobre direitos e relações familiares. Curitiba: Appris, 2018.

¹⁰⁴ TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso:** a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

¹⁰⁵ GREEN, James N.. **Além do carnaval:** a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

¹⁰⁶ MACRAE, Edward. **A construção da igualdade:** política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”. Salvador: EDUFBA, 2018.

¹⁰⁷ CÂMARA, Cristina. **Cidadania e orientação sexual:** a trajetória do grupo Triângulo Rosa. Rio de Janeiro: Academia Avançada, 2002.

¹⁰⁸ CARRARA, Sérgio. A antropologia e o processo de cidadanização da homossexualidade no Brasil. **Cadernos Pagu**, v. 47, 2016, e164717. <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201600470017>.

¹⁰⁹ FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas?:** movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

¹¹⁰ SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris:** do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

¹¹¹ AGUIÃO, Silvia. **Fazer-se no “Estado”:** uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direito no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

¹¹² IRINEU, Bruna Andrade. **Nas Tramas da Política Pública LGBT:** um estudo crítico da experiência brasileira (2003-2015). Cuiabá: EdUFMT, 2019.

¹¹³ JESUS, Jaqueline Gomes de. Travessia: caminhos da população trans na história. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (orgs.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

¹¹⁴ SILVA, Larissa Maués Pelúcio. **Nos Nervos, Na Carne, Na Pele** – uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de aids (Tese – Doutorado). São Carlos: UFSCar, 2007.

¹¹⁵ COACCI, Thiago. **Conhecimento precário e conhecimento contra-público:** a coprodução dos conhecimentos e dos movimentos sociais de pessoas trans no Brasil. Belo Horizonte: Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2018.

Constituintes por causa da atuação do Triângulo Rosa, objeto central de seu estudo; eu fui buscar informações sobre a referida organização em função, precisamente, de sua atuação na ANC. Desse modo, se os dados que trago à baila sobre o Triângulo são apenas tangenciais, espero conseguir avançar de forma mais detalhista sobre os discursos Constituintes, que não estavam no centro da pesquisa de Cristina Câmara.

Sendo assim, não obstante o lapso temporal, as discussões relativas às demandas do MHB em 1987-1988 permanecem como objeto pouco explorado na literatura. Em geral, a temática é tratada em trabalhos com escopo mais amplo, que abordam questões relacionadas à orientação sexual e ao movimento LGBTI+ no Congresso Nacional, sem que seja despendido espaço para a análise dos discursos proferidos pelos constituintes¹¹⁶. Nesse contexto, pode-se dizer que este trabalho recupera elementos inéditos de importante consideração na produção sobre o tema, contribuindo para a construção desse campo de estudos.

¹¹⁶ BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco; SANTOS, Daniel Moraes dos. O longo caminho contra a discriminação por orientação sexual no Brasil no constitucionalismo pós - 88: igualdade e liberdade religiosa. **Revista Libertas**, v. 1, n. 1, p. 25-72, 2013. SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Movimento LGBT e partidos políticos no Brasil. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 6, n. 1, P. 179-212, 2016. SANTOS, Gustavo Gomes da Costa; MELO, Bruno Leonardo Ribeiro de. The opposition to LGBT rights in the Brazilian national congress (1986-2018): actors, dynamics of action and recent developments. **Sociologies in Dialogue**, v. 4, n. 1, p. 80-108, 2018. <http://dx.doi.org/10.20336/sid.v4i1.93>.

O Movimento Homossexual Brasileiro chega à Constituinte

Stephen diz nossos nomes lenta, metodicamente, então, ainda mais devagar, completa: – Não se esqueçam de mim. – Você está brincado? Ninguém que conheceu você seria capaz de esquecer – afirma Art, com lágrimas escorrendo pelo rosto. – Não só eu – retifica ele, olhando para Jimmy. – Nós. Todos nós. O que fizemos. Pelo que lutamos. Nossa história. Quem nós somos. Eles não vão ensinar isso nas escolas. Eles não querem que a gente tenha uma história. Eles não nos enxergam. Eles não sabem que somos outro país, com fronteiras invisíveis, que somos um povo. Vocês têm que fazer com que eles vejam. – Stephen recupera o fôlego, tenso. – Vocês precisam lembrar. E passar isso adiante. Por favor. O tempo passa e as pessoas esquecem. Não permita que elas esqueçam.

Abdi Nazemian – *Tipo uma história de amor*

Antes de mergulharmos nos anais da Assembleia Nacional Constituinte, uma contextualização se faz necessária. Em especial, é importante desvelar *qual* Movimento Homossexual Brasileiro chegou até lá. Posicionar historicamente as articulações desse movimento social recém-organizado e as vivências de personagens específicos. Para essa recuperação histórica, utilizo sobretudo os dados primários obtidos por meio da pesquisa realizada no acervo do Fundo João Antônio Mascarenhas do Arquivo Edgard Leuenroth. Quando os documentos eram insuficientes para a reconstrução de tudo que havia se passado, vali-me também da literatura que se dedica à história do Movimento LGBTI+ para preencher as lacunas. Em uma versão preliminar deste capítulo, meu relato vinha sempre acompanhado das fotos dos documentos que o subsidiavam. No entanto, percebi que isso prejudicava a cadência da leitura. Assim, optei por aglutinar todos os documentos em um arquivo disponibilizado na nuvem, conforme indicado no capítulo anterior, sinalizando em nota de rodapé quando as afirmações tiverem sido embasadas na análise documental. Além disso, como explicado anteriormente, não foi possível o registro fotográfico de todos os documentos. Portanto, muito do descrito neste capítulo segue o conteúdo de minhas anotações quando em contato direto com o material.

A ditadura civil-militar, instaurada em 1964, foi definidora na modelagem do MHB. E seu efeito parece ter sido duplo. Se, de um lado, apontam que ela pode

ter retardado a organização política desse grupo no país¹¹⁷; por outro, foi no bojo do autoritarismo, e em resistência a ele, que a mobilização desses indivíduos se iniciou¹¹⁸. Inserida, contudo, em um momento mais propício, no qual já se acenava para uma transição “lenta, gradual e segura” para o governo democrático¹¹⁹.

O regime de exceção vigente impunha uma repressão moral, além da sabidamente política. Operações policiais sancionadas pelo Estado cumpriam o papel de perseguição a pessoas LGBTI+¹²⁰. Principalmente nas capitais e grandes cidades, o recurso a normas jurídicas instauradas pelo comando repressivo fundamentava a ambição militar de “limpeza” das vias públicas¹²¹. Era uma época na qual, mesmo não havendo um tipo penal que criminalizasse a homossexualidade ou a travestilidade, previsões do código penal e da lei de contravenções eram empregadas com o objetivo de encarcerar pessoas LGBTI+; entre as mais comuns, estavam “vadiagem, perturbação da ordem pública ou prática de atos obscenos em público”¹²². Esse aspecto era conjugado com a vigência de uma censura moral, calcada no discurso de proteção da “moral e dos bons costumes”, que impactava diretamente as diversas mobilizações de grupos tidos como sexualmente dissidentes¹²³.

A despeito desse cenário, e também em função dele, o caldo do movimento da contracultura que eclodira ao final dos anos 1960 esquentou as transformações culturais que reverberaram no Brasil a partir da década seguinte, preparando o

¹¹⁷ Nesse sentido, James Green conclui: “Determinar o curso de acontecimentos históricos que *poderiam ter* ocorrido é um empreendimento arriscado. Todavia, parece claro que se o governo militar não tivesse deslanchado uma onda de repressão, ampliado a censura e restringido os direitos democráticos em fins de 1968 com a imposição do AI-5 além de outras medidas, um movimento politizado pelos direitos de gays e lésbicas possivelmente teria surgido já no início dos anos 70”. Em: GREEN, James N.. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora Unesp, 2019, p. 464, *italico no original*.

¹¹⁸ FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas?**: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p. 93.

¹¹⁹ GREEN, James N.. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora Unesp, 2019, p. 405.

¹²⁰ OCANHA, Rafael Freitas. As rondas policiais de combate à homossexualidade na cidade de São Paulo (1976-1982). In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan. **Ditadura e homossexualidade**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2015, p. 149-175.

¹²¹ MORANDO, Luiz. Por baixo dos panos: repressão a gays e travestis em Belo Horizonte (1963-1969). In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan. **Ditadura e homossexualidade**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2015, p. 53-81.

¹²² GREEN, James N.. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora Unesp, 2019, p. 414.

¹²³ QUINALHA, Renan. Censura moral na ditadura brasileira: entre o direito e a política. **Rev. Direito Práx.**, Rio de Janeiro, Vol. 11, N. 03, 2020, p. 1727-1755. DOI: 10.1590/2179-8966/2019/44141.

terreno para o surgimento do MHB¹²⁴. Substituíam-se o enfoque de sociabilidade dos poucos espaços e grupos homossexuais existentes até então por uma organização primordialmente política. Ainda que esse aspecto “político” assumisse formas distintas¹²⁵. Tudo isso, influenciado sobremaneira pelas notícias de engajamento de gays e lésbicas no cenário internacional, especialmente nos contextos estadunidense e europeu¹²⁶.

São dois os eventos que invariavelmente convergem para fazer do ano de 1978 a data simbólica de nascimento do Movimento Homossexual no Brasil. O primeiro foi a criação do Lâmpião da Esquina, do qual um dos fundadores é figura central na história contada a partir desta pesquisa: João Antônio de Souza Mascarenhas. Ao lado dele, outros personagens fundamentais na construção inicial do movimento, como João Silvério Trevisan, Aguinaldo Silva e Darcy Penteado¹²⁷. A empreitada havia sido concebida com o propósito de veicular um “jornal feito por e com o ponto de vista de homossexuais, que discutisse os mais diversos temas e fosse vendido mensalmente nas bancas de todo o país”¹²⁸ e se enquadrava no conceito de “imprensa alternativa” da época¹²⁹. Com sede no Rio de Janeiro, o primeiro número do periódico seria lançado em abril de 1978¹³⁰. O intuito da publicação era tratar de temas marginalizados, cobrindo, então, para além da sexualidade, questões raciais, machismo, as insurgentes práticas ecológicas, entre outros¹³¹. Sua inserção no mercado editorial brasileiro foi importante para trazer à luz discussões invisibilizadas na mídia tradicional, o que também provocou sua

¹²⁴ GREEN, James N.. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: Editora Unesp, 2019, p. 418-426.

¹²⁵ FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

¹²⁶ GREEN, James N.. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: Editora Unesp, 2019, p. 426.

¹²⁷ GREEN, James N.. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: Editora Unesp, 2019, p. 441.

¹²⁸ TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018, p. 316.

¹²⁹ MACRAE, Edward. **A construção da igualdade: política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”**. Salvador: EDUFBA, 2018, p. 141-143.

¹³⁰ Todas as edições publicadas pelo jornal, hoje digitalizadas, estão gratuitamente disponíveis em acervo mantido pelo Grupo Dignidade: <http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>.

¹³¹ TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018, p. 317.

perseguição pelos censores do regime ditatorial, “sob a acusação de atentado à moral e aos bons costumes”¹³².

O segundo acontecimento foi a fundação do grupo Somos. Seus integrantes começaram a se mobilizar também em abril de 1978, embora o conjunto somente viesse a ser nomeado mais tarde. De forma provisória, chegou a ser tratado por Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais, antes que o nome hoje conhecido se consolidasse – Grupo Somos de Afirmação Homossexual. A partir de então, ainda que incerto sobre seus propósitos, o coletivo começou a ocupar espaços de articulação política envolvendo outros atores, como militantes da esquerda socialista, do movimento negro e do movimento estudantil. Embora começasse a buscar uma maior recepção de mulheres lésbicas e de homossexuais negros, o grupo seguia composto primordialmente por homens gays brancos. Uma composição perturbadora, que demoraria a deixar de ser regra nos grupos de militância gay, com exceção daqueles que se criavam com o específico fim de dissidência, como foi o caso do Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF) e do Grupo de Negros Homossexuais (GNH) – este último, mais tarde, influenciando na criação do Adé-Dudu, já em Salvador¹³³. De todo modo, o pioneirismo do Somos e seu papel de inserção da homossexualidade no campo do político não podem ser ignorados. Dado esse pontapé inicial, o tempo trataria de proliferar as organizações e as pautas que seriam encampadas pelo movimento.

Essas iniciativas se enquadravam no que, posteriormente, Regina Facchini classificaria como a “primeira onda” do MHB, na qual priorizavam-se articulações e encontros mais politizados, em contraste aos modelos de “guetos homossexuais” existentes anteriormente¹³⁴. Ambas foram experiências relativamente curtas – o *Lampião* publicou seu último número em julho de 1981¹³⁵ e o Somos encerrou suas atividades no ano de 1983¹³⁶ –, mas assentaram as bases para o desabrochar do MHB. Ainda na taxonomia definida por Facchini, chegados os anos de 1980,

¹³² TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018, p. 323.

¹³³ MACRAE, Edward. **A construção da igualdade**: política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”. Salvador: EDUFBA, 2018.

¹³⁴ FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas?**: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p. 93-102.

¹³⁵ TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018, p. 338.

¹³⁶ FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas?**: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p. 103.

principiava também a eclosão da “segunda onda”¹³⁷. A década marcou a comunidade homossexual do Brasil e do mundo de forma avassaladora. O início da epidemia de HIV/Aids, aliado ao desinteresse do poder público na gestão dessa crise e no cuidado dos doentes – ligados ao menosprezo pela população mais afetada pelo vírus à época –, foi um baque para o movimento que ainda se estruturava. O luto que atingia seus integrantes estabeleceu um novo cenário e demandou uma transformação nas estratégias que se traçavam até então¹³⁸. A morte que cercava os ativistas foi responsável não somente pela diminuição de pessoas engajadas – e, conseqüentemente, do número de grupos –, mas também instaurou o medo que enfraqueceria as demandas de “liberação sexual”¹³⁹. Se Edward Macrae, escrevendo no auge desses acontecimentos, via o contexto como uma fase em que o “movimento homossexual brasileiro tenha entrado em sério declínio, restando pouquíssimos grupos em atividade”¹⁴⁰; Regina Facchini, já com certo distanciamento histórico, compreendia a questão por uma lente distinta. Reconhece que, de fato, ocorreu uma diminuição *quantitativa* dos grupos engajados. Contudo, sugere que isso não teria implicado o declínio do movimento como um todo, mas sim aberto portas para outras formas de atuação e para o surgimento de novas organizações¹⁴¹. No centro dessa militância que se transformava, sob a influência do contexto da redemocratização e da epidemia mencionada, estava sua abertura à atuação no campo institucional¹⁴². Essa foi uma característica acentuada nas duas entidades que marcariam o movimento naqueles anos: o Grupo Gay da Bahia (GGB) e o Triângulo Rosa¹⁴³.

¹³⁷ FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas?:** movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p. 102.

¹³⁸ SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris:** do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009, p. 117-135.

¹³⁹ FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas?:** movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p. 102.

¹⁴⁰ MACRAE, Edward. **A construção da igualdade:** política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”. Salvador: EDUFBA, 2018, p. 303.

¹⁴¹ FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas?:** movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

¹⁴² SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris:** do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009, p. 117.

¹⁴³ Além desses dois, também floresceria naquela década o grupo Atobá, do Rio de Janeiro, em 1986, que assumiria destaque nas campanhas de prevenção à Aids. Sua trajetória, no entanto, não será focalizada aqui por não ter se relacionado mais diretamente com os eventos objeto de estudo. Ver: SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris:** do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009, p. 118.

O GGB foi fundado em fevereiro de 1980 e, além de seguir com uma atuação longa, até os dias atuais, teve seu pioneirismo ao buscar o registro formal de seu estatuto; adquirindo um reconhecimento jurídico que antes não era nem mesmo cogitado pelos coletivos do MHB¹⁴⁴. Cinco anos mais tarde, no ano de 1985, o Triângulo Rosa seguia o mesmo caminho e efetivava o registro do grupo em cartório. Seria a atuação intensa dessas duas organizações que marcaria os anos 1980 do ativismo homossexual no Brasil. Mesmo período em que seria discutida a nova Constituição, buscando repactuar as definições da república e da nação brasileiras, em superação à amarga conjuntura autoritária. Antes, contudo, seriam duas as batalhas de aquecimento para os eventos passados na ANC.

Foi no ano de 1981 que o GGB iniciou um movimento pela despatologização da homossexualidade. Em julho daquele mesmo ano, a entidade enviaria uma carta aberta à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) explicando o pleito, ato que mais tarde repetiria em relação a outras entidades científicas. O foco da campanha era “tornar sem efeito” no país previsão da Classificação Internacional de Doenças (CID), elaborada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), por meio da extinção do §302.0 do Código de Saúde do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS), o qual incluía o “homossexualismo” na lista de doenças, definido como “desvio e transtorno sexual”. Já em 1982, o coletivo havia conseguido angariar mais de 15 mil assinaturas em abaixo-assinado de apoio ao pleito. E tentou, sem sucesso, agendar uma audiência junto ao Ministério da Previdência e Assistência Social, para a entrega do documento a Hélio Beltrão, que chefiava a pasta naquele momento. Entre as assinaturas coletadas, viam-se nomes bastante conhecidos, incluindo políticos, artistas e intelectuais. Alguns deles, Franco Montoro, Darcy Ribeiro, Ulysses Guimarães, Mário Covas, Zezé Motta, Raimundo Faoro, Gilberto Velho, Ruth Escobar, Fernando Gabeira e Cacá Diegues¹⁴⁵.

A articulação do GGB envolveu, ainda, o envio insistente de novas cartas ao referido Ministro expondo a demanda. Em uma das primeiras, chamavam atenção para o posicionamento de Luiz Inácio Lula da Silva, então presidente do

¹⁴⁴ MOTT, Luiz. O imprescindível GGB, Grupo Gay da Bahia. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa. **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018, p. 211-225.

¹⁴⁵ Dados obtidos a partir de pesquisa no acervo do Fundo João Antônio Mascarenhas do AEL.

Partido dos Trabalhadores, em setembro de 1981: “Não aceitaremos que em nosso Partido, o homossexualismo seja tratado como doença e muito menos como caso de polícia. Defenderemos o respeito que merecem essas pessoas, convocando-as ao empenho maior de construção de uma nova sociedade”. A resposta usual do órgão oficial a Luiz Mott, subscritor da maioria das cartas, apegava-se a questões procedimentais, alegando ora que não podia realizar alterações na CID, já que era elaborada pela OMS; ora que, mesmo que a alteração pretendida não fosse diretamente na CID, “todas as instituições de saúde do país” adotavam a classificação e, ainda assim, a competência para qualquer mudança seria do Ministério da Saúde. Naquela época, a CID ainda enquadrava o “homossexualismo” enquanto doença e a OMS só viria a sinalizar a mudança em 1990. Diante de posicionamentos como esse, o GGB chegou a consultar o então Ministro de Relações Exteriores, Saraiva Guerreiro, para saber se a alteração “implicaria quebra de compromisso do Brasil com a Organização Mundial da Saúde”. Conforme levantamento feito pelo grupo, em 1983, a medida já havia sido tomada por países como Noruega, Suécia, Dinamarca e Finlândia, sem que houvesse qualquer represália do órgão internacional¹⁴⁶.

Embora a campanha estivesse sendo protagonizada pelo GGB, e o Triângulo Rosa nem mesmo tivesse sido criado naquele momento, a questão não estava fora do radar de João Antônio Mascarenhas, que dava sua contribuição de forma mais indireta. Em carta elaborada pelo ativista em junho de 1982, intitulada “reivindicações dos homossexuais brasileiros”, a eliminação do §302.0 do Código de Saúde figurava em primeiro lugar. Ao lado dela, estavam outras nove demandas: alcançar a proteção legal contra discriminação por motivo de orientação sexual, “principalmente na Constituição Federal, Código Penal e Lei de Imprensa”; acabar com a “pretensa legítima defesa da honra”, frequentemente utilizada para justificar o assassinato de homossexuais; impedir o uso do “atentado ao pudor” para perseguição a homossexuais; a diminuição da “maioridade sexual” para 15 anos, para relações homo e heterossexuais; promoção de “cursos de informação sexual” nas escolas; revisão do tratamento dado às questões da vadiagem e da prostituição; proibir a divulgação de preconceitos na imprensa; impedimento de censura de materiais com conteúdo sexual; fim da violência e corrupção policiais. Quem

¹⁴⁶ Dados obtidos a partir de pesquisa no acervo do Fundo João Antônio Mascarenhas do AEL.

também havia colaborado com a campanha tinha sido Herbert Daniel, que à época exercia a função de assessor do deputado federal Liszt Vieira (PT-RJ). Mais tarde, ele próprio estaria entre os primeiros candidatos assumidamente homossexuais, concorrendo ao mandato de deputado estadual do Rio de Janeiro em 1986, também pelo PT, com apoio do Triângulo Rosa¹⁴⁷.

Como resultado da incidência política realizada, de acordo com anotações de Mascarenhas, a campanha pela despatologização chegou a obter apoio de sete Câmaras Municipais (Florianópolis, Maceió, Olinda, Pompéia, Porto Alegre, Salvador e São Paulo), três Assembleias Legislativas (Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo) e cerca de 358 políticos de todo o país, que haviam sido eleitos em 1982. Depois de quatro anos de trabalho nessa frente, o reconhecimento finalmente chegou em nove de novembro de 1985, quando a retirada do “homossexualismo” do Código de Saúde foi chancelada por decisão tomada em sessão plenária do Conselho Federal de Medicina¹⁴⁸.

O segundo evento de relevo na agenda do movimento social da década de 1980, antes dos debates constituintes, contaria também com engajamento ativo do GGB que, já em 1982, fazia circular suas reivindicações específicas aos jornalistas e aos meios de comunicação. O tratamento estigmatizante dado ao homossexual pela mídia foi o que motivou essa segunda campanha. Eram, ao todo, sete as reivindicações, mas uma resguardava a centralidade: acrescentar no Código de Ética do Jornalista (CEJ) previsão que proibisse a disseminação de preconceito motivado por orientação sexual. Como parte da articulação, o grupo chegou a organizar um “Júri Popular dos Meios de Comunicação sobre o tratamento ao Homossexualismo”. A iniciativa foi sediada em Salvador e contou com o apoio, entre outros, do Sindicato dos Jornalistas da Bahia, do Movimento Negro Unificado e dos diretórios do PT e PMDB baianos. Finalmente, foi durante o XXI Congresso Nacional de Jornalistas, em 1986, que seria aprovada, por unanimidade, a emenda ao artigo 10º, letra “d”, do CEJ, com o intuito de proibir a discriminação por orientação sexual no meio do jornalismo profissional¹⁴⁹.

¹⁴⁷ Dados obtidos a partir de pesquisa no acervo do Fundo João Antônio Mascarenhas do AEL.

¹⁴⁸ Dados obtidos a partir de pesquisa no acervo do Fundo João Antônio Mascarenhas do AEL.

¹⁴⁹ Dados obtidos a partir de pesquisa no acervo do Fundo João Antônio Mascarenhas do AEL.

Nessa época, o Triângulo Rosa já havia sido fundado, com seu registro em oito de abril de 1985¹⁵⁰, e participara da articulação junto aos jornalistas, desempenhando papel fundamental no convencimento de sindicatos de todo o país. De acordo com Mascarenhas, a demanda havia sido apoiada por dez sindicatos da referida classe¹⁵¹. A discussão que se travava a esse propósito prenunciava algumas das dificuldades que a organização teria em relação ao termo “orientação sexual”, um ano mais tarde, na ANC.

O grupo carioca, diferentemente do GGB, não se engajou na luta contra a Aids, buscando se distanciar da doença e da estigmatização que ela promovia da homossexualidade na época, embora tenha se envolvido em ações pontuais relativas à temática¹⁵². E justamente essa falta de foco do Triângulo na epidemia levaria um de seus fundadores, pouco depois, a participar da criação do braço fluminense do GAPA – Grupo de Apoio à Prevenção à Aids¹⁵³. Considerando isso, Cristina Câmara resume as características que diferenciavam o grupo:

o Triângulo Rosa, mesmo que ainda marcado pela necessidade da ‘afirmação’ e pela discussão com a medicina, introduziu uma nova problemática destacando a peculiaridade do grupo. Reivindicava os direitos individuais para os gays e a inserção do movimento na correlação de forças existentes na polêmica jurídica¹⁵⁴.

Desse modo, talvez a principal contribuição da organização, certamente influenciada pela formação de um de seus fundadores, João Antônio de Souza Mascarenhas – que havia cursado direito –, estava no recurso, à época ainda incipiente, à gramática dos direitos para tratar das vivências e experiências dos homossexuais. Utilizando, assim, a autoafirmação “para uma politização e ainda pela possibilidade de reivindicarem coletivamente um reconhecimento efetivo – jurídico-político – por parte da sociedade”¹⁵⁵.

¹⁵⁰ A data está inscrita em uma série de documentos do grupo disponíveis no acervo do Fundo João Antônio Mascarenhas do AEL, acompanhado de outros dados. No entanto, outros trabalhos sugerem que o registro teria sido em 27 de fevereiro de 1985.

¹⁵¹ Dados obtidos a partir de pesquisa no acervo do Fundo João Antônio Mascarenhas do AEL.

¹⁵² CÂMARA, Cristina. **Cidadania e orientação sexual**: a trajetória do grupo Triângulo Rosa. Rio de Janeiro: Academia Avançada, 2002, p. 67.

¹⁵³ CÂMARA, Cristina. **Cidadania e orientação sexual**: a trajetória do grupo Triângulo Rosa. Rio de Janeiro: Academia Avançada, 2002, p. 43.

¹⁵⁴ CÂMARA, Cristina. **Cidadania e orientação sexual**: a trajetória do grupo Triângulo Rosa. Rio de Janeiro: Academia Avançada, 2002, p. 38.

¹⁵⁵ CÂMARA, Cristina. **Cidadania e orientação sexual**: a trajetória do grupo Triângulo Rosa. Rio de Janeiro: Academia Avançada, 2002, p. 38.

Como explica Câmara, a questão chegou a motivar rachas internas no grupo e a perspectiva jurídica era privilegiada justamente por Mascarenhas. Vencedor esse aspecto, provocou-se a mudança do subtítulo da organização de “grupo de liberação homossexual” para “grupo de defesa dos direitos dos homossexuais”¹⁵⁶. Delineava-se aí uma estratégia que, de alguma forma, assemelha-se a outra que ocorreria décadas mais tarde, também no campo jurídico. Um dos objetivos almejados por Mascarenhas era atingir os “mal informados”, que ainda enxergavam o movimento como um estímulo à homossexualidade e a variadas formas de rompimento com paradigmas morais¹⁵⁷. Havia, ainda que não explícita, uma tentativa de “limpeza” da imagem do movimento homossexual. Operação muito semelhante à observada na adoção do termo “homoafetivo”, que traduziu a demanda jurídica pela união civil entre pessoas do mesmo sexo no Brasil. De acordo com análise de Roger Raupp Rios, o emprego do termo, que aproxima a questão da área do direito de família, teria o efeito de “purificação” e “higienização” das relações gays e lésbicas, tornando-as mais palatáveis e encaixando-as nos padrões hegemônicos, o que pode acabar por estigmatizar ainda mais os comportamentos sexuais desviantes¹⁵⁸.

Era nesse contexto, e com essa bagagem, que o MHB chegaria à Constituinte. Embora integrantes da organização apontassem para uma importante contribuição do grupo Lambda – Movimento pela Livre Orientação Sexual, de São Paulo, no processo¹⁵⁹; a função recairia, sobretudo, nos colos do Triângulo Rosa; com intensa coordenação de João Antônio de Souza Mascarenhas, que conseguiria um espaço para sua participação inédita em duas subcomissões: a Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais (1C); e a Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias (7C). Não por acaso, foi nesses dois espaços onde a discussão a respeito de pessoas LGBTI+, em geral, e da orientação sexual, em particular, deu-se de forma mais extensa, mostrando como a presença do militante havia deslocado os parlamentares de suas zonas de conforto, obrigando-os a debater um tema que prefeririam ignorar.

¹⁵⁶ CÂMARA, Cristina. **Cidadania e orientação sexual**: a trajetória do grupo Triângulo Rosa. Rio de Janeiro: Academia Avançada, 2002, p. 77.

¹⁵⁷ CÂMARA, Cristina. **Cidadania e orientação sexual**: a trajetória do grupo Triângulo Rosa. Rio de Janeiro: Academia Avançada, 2002, p. 78.

¹⁵⁸ RIOS, Roger Raupp. Perspectivas e tensões no desenvolvimento dos Direitos Sexuais no Brasil. **Revista de Informação Legislativa**, v. 52, n. 207, 2015, p. 331-353.

¹⁵⁹ CÂMARA, Cristina. **Cidadania e orientação sexual**: a trajetória do grupo Triângulo Rosa. Rio de Janeiro: Academia Avançada, 2002, p. 45.

O ambiente que o ativista encontraria na ANC, sob um espectro político mais amplo, contava com uma maioria de parlamentares conservadores, ou integrantes do chamado “centrão”¹⁶⁰. Como agravante, tinha-se o maior contingente de legisladores evangélicos até então observados¹⁶¹. Entretanto, a exploração de determinadas previsões regimentais, como a escolha de relatorias em comissões estratégicas, pela esquerda, aliada a outros fatores institucionais e conjunturais, possibilitaria a aprovação de provisões de caráter progressista¹⁶².

A campanha envolvendo a nova Constituição parece ter tido um auspício maior que as duas anteriores promovidas na primeira metade daquela década. Não obstante a despatologização e o fim da estigmatização pela imprensa fossem igualmente imprescindíveis, algo a mais parecia estar em jogo em 1987 e 1988. Para além da proteção que a norma constitucional forneceria, irradiando-se para todos os campos sociais, conseguir a inscrição da “orientação sexual” naquele texto significava, também, incluir os homossexuais dentro da nação brasileira, reconhecê-los enquanto humanos e cidadãos.

Traço essa reflexão a partir daquela iniciada por Ochy Curiel, quando analisando os processos constituintes na Colômbia. A autora enfatiza que a Constituição Política reflete a ideologia hegemônica da sociedade. Seu texto “expressa um poder jurídico, teórico e político significativo, dado que contém, confirma e legitima um discurso que foi produto da negociação e aliança de quem teve o poder de decidir, escrever e ordenar suas prescrições”¹⁶³. É um documento decisivo no forjamento de uma nação e que “condiciona e orienta as relações de sexo, raça, classe e sexualidade entre compatriotas”¹⁶⁴. Assim, o texto é fundante da sociedade e instaura uma nova “expressão cultural que se assume como resultado

¹⁶⁰ PILATTI, Adriano. **A Constituinte de 1987-1988**: Progressistas, Conservadores, Ordem Econômica e Regras do Jogo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

¹⁶¹ MELO, Sydne. Deus, a Bíblia e os evangélicos na Constituinte (1987-1988). **Revista Caminhando**, v. 23, n. 2, p. 81-105, jul./dez. 2018.

¹⁶² PILATTI, Adriano. **A Constituinte de 1987-1988**: Progressistas, Conservadores, Ordem Econômica e Regras do Jogo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

¹⁶³ CURIEL, Ochy. **La Nación Heterosexual**: Análisis del discurso jurídico del régimen heterosexual desde la antropología de la dominación. Bogotá: Brecha Lésbica y em la frontera, 2013, p. 29, tradução minha. No original: “expresa un poder jurídico, teórico y político significativo, dado que contiene, avala y legitima un discurso que fue producto de la negociación y alianza de quienes tuvieron el poder de decidir, escribir y ordenar sus prescripciones”.

¹⁶⁴ CURIEL, Ochy. **La Nación Heterosexual**: Análisis del discurso jurídico del régimen heterosexual desde la antropología de la dominación. Bogotá: Brecha Lésbica y em la frontera, 2013, p. 33, tradução minha. No original: “condiciona y orienta las relaciones de sexo, raza, clase y sexualidad entre connacionales”.

de um pacto social”¹⁶⁵, de um “contrato social simbólico”, que assume a feição de um “contrato heterossexual”. É justamente na busca pela “unidade da nação” que se configura o processo excludente que alija determinados sujeitos do grupo hegemônico tratado como “povo soberano”, o qual concede legitimidade à Constituição¹⁶⁶.

Todos esses são elementos que catalisam o aspecto produtor do discurso performativo trabalhado no capítulo anterior. Daí o jogo de palavras, inscrito no título, que enfatiza a relação profunda entre a *constituição* de sujeitos e a *Constituição* Política, responsável pelo estabelecimento da nação brasileira, momento no qual se reconstitui, também, o país, buscando apagar os resquícios do regime autoritário anterior. Nesse sentido, compreendo a ANC como um marco performativo fundante. Nas palavras de Butler, “o Estado-nação pode apenas reiterar sua própria base para legitimação, produzindo, literalmente, a nação que serve de base para sua legitimação”. E é precisamente na Constituinte que esse ato performativo se consolida, no qual são definidos aqueles que ficarão de fora dessa parcela reconhecida, conferindo-lhes um *status* por meio do qual “estão, ao mesmo tempo, discursivamente constituídas em um campo de poder e juridicamente destituídas”¹⁶⁷.

Foi nesse contexto e cenário que se daria a preparação do Triângulo Rosa para levar até a ANC aquela que era considerada como a “demanda única” do MHB: a vedação da discriminação motivada por orientação sexual. A questão chegou a ser tematizada nas eleições que definiram os parlamentares constituintes. Um exemplo disso foi o documento “Dê um basta à discriminação às vivências homossexuais”, lançado pela candidata a deputada federal, pelo PT de São Paulo, Irede Cardoso, no qual demonstrava seu apoio à causa do MHB e mencionava especificamente a demanda pela inclusão de parágrafo na futura Constituição que proibisse a discriminação contra esse grupo. Outras candidatas aos cargos de deputada federal ou estadual também apresentaram apoio à questão nas eleições de 1986, além de

¹⁶⁵ CURIEL, Ochy. **La Nación Heterossexual**: Análisis del discurso jurídico del régimen heterossexual desde la antropología de la dominación. Bogotá: Brecha Lésbica y em la frontera, 2013, p. 33, tradução minha. No original: “expresión cultural que se asume como resultado de um pacto social”.

¹⁶⁶ CURIEL, Ochy. **La Nación Heterossexual**: Análisis del discurso jurídico del régimen heterossexual desde la antropología de la dominación. Bogotá: Brecha Lésbica y em la frontera, 2013, p. 91-108.

¹⁶⁷ BUTLER, Judith; SPIVAK, Gayatri Chakravorty Spivak. **Quem canta o Estado-nação?:** língua, política, pertencimento. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2018, p. 36-37.

Herbert Daniel, mencionado acima. Entre elas, Dulce Pereira Cardoso (PT-SP) e Rosalina Santa Cruz (PT-SP), que veicularam cartas de intenção endereçadas diretamente a homossexuais e travestis¹⁶⁸.

Os momentos prévios ao comparecimento na Constituinte envolveram um metódico trabalho por parte do ativista do Triângulo Rosa. O discurso que Mascarenhas iria proferir na ANC, intitulado por ele de “homossexualidade e constituinte”, havia sido retocado e ensaiado por diversas vezes. Esse esmero detalhista se mostrava uma característica do militante carioca em todas as atividades ligadas ao MHB. Além da organização sistemática de seus documentos, todos os discursos pareciam ser cuidadosamente preparados e sua caligrafia marcava o tempo de leitura para cada um deles. Como parte desse trabalho metódico, o grupo realizou sondagens periódicas, durante toda a duração dos trabalhos constituintes, para compreender as chances da demanda que patrocinavam. Assim, quase que mensalmente, eram listadas e atualizadas as posições dos parlamentares com relação ao tema¹⁶⁹.

Além disso, o advogado e militante realizou uma série levantamentos para subsidiar a incidência política junto aos parlamentares, tanto em 1987-88 quanto no prelúdio à Revisão Constitucional programada para 1993. Em uma dessas sondagens, produziu a lista “Negros e Mulatos na Constituinte”. O documento foi revisado pela professora e ativista do movimento negro Lélia Gonzalez¹⁷⁰, para aferir a correta designação racial dos deputados e senadores, e partia da seguinte premissa: por vivenciarem um elevado grau de discriminação no seio social, em virtude do racismo disseminado no Brasil, esses parlamentares seriam potencialmente mais simpáticos ao pleito do MHB, sobretudo por constituírem – também eles – um grupo oprimido e estigmatizado. Observações pessoais do ativista ilustram a questão:

Resolvemos examinar a posição dos constituintes, que pertencem a grupos usualmente rotulados de minoritários. Pretendemos verificar se tomaram uma atitude de solidariedade em relação à talvez mais discriminada das minorias ou se,

¹⁶⁸ Dados obtidos a partir de pesquisa no acervo do Fundo João Antônio Mascarenhas do AEL.

¹⁶⁹ Dados obtidos a partir de pesquisa no acervo do Fundo João Antônio Mascarenhas do AEL.

¹⁷⁰ Cristina Câmara conta que havia certa proximidade entre o Triângulo e Lélia, por meio de quem o grupo conseguiu uma sala no Planetário da Gávea para realizar suas reuniões à época em que ela era diretora do órgão. Ver: CÂMARA, Cristina. **Cidadania e orientação sexual: a trajetória do grupo Triângulo Rosa**. Rio de Janeiro: Academia Avançada, 2002, p. 47.

em lugar disso, incorporaram às respectivas personalidades o machismo do branco discriminador¹⁷¹.

A mesma lógica sustentava a listagem de parlamentares judeus – que eram apenas dois –, ainda que esse não seja um segmento particularmente atingido por preconceito no contexto brasileiro, e de mulheres. Esse fator é reforçado por outra anotação similar de João Antônio Mascarenhas, quando fazia um balanço dos trabalhos constituintes: “eu gostaria de examinar a ocorrência, ou não, de homogeneidade na atuação dos grupos minoritários (mulheres, negros, homossexuais, evangélicos e judeus) na Assembleia Nacional Constituinte, em 1988”. Nesse mesmo documento, datado de novembro de 1990, Mascarenhas parece sugerir que poderia ter havido parlamentares homossexuais na ANC, ainda que isso não fizesse diferença, devido à não publicização de suas identidades e ao não engajamento com a pauta. Nesse sentido, escreve: “Lamentavelmente, eu, como ativista guei, já de início, sabia que teria de omitir a parcela mais interessada na questão: a dos homossexuais. Por quê? Porque os parlamentares brasileiros homossexuais não são assumidos, e eu não sou ‘dedo-duro’”¹⁷².

Para além de avaliar os parlamentares virtualmente pré-dispostos a apoiar a causa, o Triângulo Rosa também realizou um exame do grupo oposto. A seleção incluiu uma análise de que o chamado “centrão”, em sua quase totalidade, havia se posicionado contrariamente à demanda. Além disso, o levantamento dos evangélicos integrantes da ANC mostrava que neste grupo apenas os constituintes Lysâneas Maciel (PDT-RJ) e Benedita da Silva (PT-RJ) haviam se mostrado favoráveis à demanda. A relação da petista, em especial, com o MHB se mostraria conturbada ao longo dos anos, ainda que tenha sido uma de suas defensoras mais ativas na ANC. Um exemplo disso ocorreu em março de 1994, quando a deputada se viu obrigada a veicular uma nota intitulada “Pra começo de conversa...”. Nela, defendia-se de críticas de “alguns grupos de homossexuais”, as quais considerava “injustas e precipitadas”. A reprovação havia surgido em virtude de posicionamento contrário da parlamentar a incluir a “união civil entre homossexuais” como um dos pontos do Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores. Na nota, ressaltava seu histórico de defesa de grupos estigmatizados e combate à discriminação. Esclareceu que seu posicionamento não havia sido sobre o mérito da questão, mas

¹⁷¹ Dados obtidos a partir de pesquisa no acervo do Fundo João Antônio Mascarenhas do AEL.

¹⁷² Dados obtidos a partir de pesquisa no acervo do Fundo João Antônio Mascarenhas do AEL.

em referência ao objetivo do documento. Segundo ela, “não cabe ao Programa de Governo incluir um ponto que é da esfera legislativa e constitucional, mas sim fazer parte do programa do Partido dos Trabalhadores, entendendo que é preciso avançar no combate à discriminação ao homossexualismo”. A resposta parecia direcionada, particularmente, à carta de repúdio enviada pela Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL) ao presidente nacional do PT, dias antes naquele mesmo mês, em referência a declarações de Benedita da Silva e Irma Passoni. O documento, assinado por Jovana Baby, Naldo Silva e Ailton V. Teixeira, almejava manifestar “desprezo e antipatia as declarações da duas desinformadas que se dizem deputadas e não passam de dublês”. Explicavam seu incômodo afirmando que “no momento que a comunidade gay brasileira se prepara para dar o pontapé inicial na campanha do PT à presidência da república, elas vêm com suas vassouras varrem tudo de ruim, e jogam na panela limpa do Lula”. Acrescentam, ainda, que acreditam que as duas deputadas não servem para “um partido progressista e honrado como o PT”. Por fim, ameaçavam “desencadear uma campanha nacional contra as duas”, caso as declarações não fossem corrigidas¹⁷³.

Outro fato curioso, em menção ao aspecto religioso, foi a tentativa do grupo Lambda de buscar a solidariedade do deputado, sabidamente evangélico, João de Deus (PDT-RS). Como era de se esperar, a resposta do parlamentar ao telegrama enviado pela organização paulista não foi receptiva: “Não daremos auxílio nenhum para os desavergonhados possuídos pelo demônio do homossexualismo”¹⁷⁴.

Mais um elemento presente nas ações do Triângulo Rosa, visando ao convencimento da ANC de seu pleito, havia sido o envio de diversas cartas aos parlamentares, sobretudo àqueles identificados pelo grupo como de esquerda e centro-esquerda. Pelos registros pessoais de Mascarenhas, haviam sido postadas ao menos 273 cartas apenas no início de 1988. O que significa que o número total de envios era muito maior, uma vez que diversas outras remessas haviam sido feitas em 1987 – conforme registro, no mínimo 475 cartas para 288 Constituintes –; a maioria delas, sem resposta. Sobre este último aspecto, Mascarenhas observava: “vale notar que o silêncio não significa necessariamente má-vontade. Grande número dos que votaram a nosso favor não respondeu às nossas cartas”. Auxiliando nesse processo, o GGB entrou em contato com conselheiros da Ordem dos

¹⁷³ Dados obtidos a partir de pesquisa no acervo do Fundo João Antônio Mascarenhas do AEL.

¹⁷⁴ Dados obtidos a partir de pesquisa no acervo do Fundo João Antônio Mascarenhas do AEL.

Advogados do Brasil (OAB) para solicitar que o Conselho Federal da entidade se posicionasse em favor da reivindicação levada perante a Constituinte. Com efeito, outro fator incluído nas preparações levadas a cabo pelas organizações era a pesquisa sobre legislação internacional. Nesse sentido, foram realizados amplos levantamentos de quaisquer normativas que inscrevessem algum nível de proteção a homossexuais, com o intuito de que isso servisse de argumento diante dos parlamentares constituintes¹⁷⁵. Todo esse empenho, porém, não havia sido suficiente. Promulgava-se, em cinco de outubro de 1988, uma Constituição silente sobre os direitos de pessoas LGBTI+.

Após a frustração do movimento na Constituinte, a intenção de Mascarenhas era de se afastar um pouco do ativismo e não mais encabeçar as frentes de *advocacy* do MHB articuladas pelo país, em especial o *lobby* para a Revisão Constitucional que se aproximava. No entanto, acabou convencido, contanto que tivesse ajuda de outras organizações. Depois de algumas conversas e ajustes, foi definido que o Dignidade – Grupo de Conscientização e Emancipação Homossexual auxiliaria diretamente o advogado na matéria, com atuação eventual do GGB, que também havia sido nominalmente convidado. Os primeiros encaminhamentos foram os seguintes:

Como em 1987, ele [Mascarenhas] será a pessoa que defenderá a proposta em Brasília e procuraria um constituinte para apresentar a proposta. 2. Ele continuará com a preparação do nosso caso, mas não mandará mais “n” cartas e cópias para os demais grupos, além do Dignidade. 3. O Dignidade agirá como agente dele, mantendo contato com ele e ajudando com a procura de legislação que poderá ajudar nossa causa. 4. Mensalmente o Dignidade produzirá um resumo das ocorrências e das correspondências relativas à proposta “Orientação Sexual”, o qual será mandado para os demais grupos. 5. Na questão das pesquisas das leis orgânicas, os demais grupos deverão doravante mandar as cópias para o Dignidade, que manterá a relação das leis pesquisadas. 6. O Dignidade produzirá mensalmente um boletim informativo, do tamanho igual à Folha de Parreira, a ser chamado “Orientação Sexual”, o qual conterá material explicativo sobre o significado do termo “orientação sexual”, pequenos textos de entidade e de pessoas qualificadas em defender o uso do termo e a causa dos homossexuais, etc. Contribuições dos demais grupos serão bem vindas. O original do boletim será produzido em Curitiba e mandado para vários constituintes simpatizantes em Brasília para ser xerocado e distribuído aos constituintes (com exceção dos evangélicos). No boletim constará os nomes de todos os grupos homossexuais (femininos e masculinos) do Brasil, a não ser que houvesse objeção da parte de algum deles¹⁷⁶.

¹⁷⁵ Dados obtidos a partir de pesquisa no acervo do Fundo João Antônio Mascarenhas do AEL.

¹⁷⁶ Dados obtidos a partir de pesquisa no acervo do Fundo João Antônio Mascarenhas do AEL.

O esquema valeria também na articulação para inclusão do termo em Leis Orgânicas dos municípios e Constituições Estaduais. No nível municipal, as organizações enviaram pedidos diretamente a uma série de vereadores. Além disso, contataram o então prefeito do Rio de Janeiro, César Maia, que havia votado favoravelmente ao pleito em 1988, para que ele pudesse influenciar nas decisões das cidades fluminenses. O envio de cartas articulado pelo Dignidade, GGB e Triângulo Rosa era incessante. Tentavam atingir o maior número de autoridades possível. E esse esforço teve seus resultados. Conforme levantamento feito pelas organizações em 1993, a “orientação sexual” havia sido incluída em duas Constituições Estaduais (Mato Grosso e Sergipe) e nas Leis Orgânicas do Distrito Federal e de 71 municípios – incluindo seis capitais¹⁷⁷.

Cinco anos depois da ANC, em setembro de 1993, Mascarenhas estava em Brasília para cumprir sua promessa de defesa do pleito durante os trabalhos revisionais. Havia sido convidado para falar perante a Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias em audiência pública realizada pelo órgão¹⁷⁸. Assim como antes, não se havia poupado esforços na preparação para o evento. Além dos levantamentos de costume, o Dignidade, que agora participava ao lado do Triângulo Rosa da incidência política, chegou a entrar em contato com diversas organizações internacionais, solicitando seu auxílio na obtenção de informações que subsidiassem o novo pleito. Entre elas, estavam a ILGA – então descrita com *International Lesbian and Gay Association* –, a *National Gay Rights Advocates*, a *Gay Rights National Lobby* e a *Just Out*. A maior parte das comunicações do coletivo eram assinadas por Toni Reis, David Harrad e Marcos Ribeiro. Outra iniciativa foi o envio de textos informativos aos parlamentares que atuariam na revisão. Um deles, como planejado, explicava detalhadamente o significado do termo “orientação sexual”. Outro, intitulado “10 verdades sobre a homossexualidade”, parecia ter sido elaborado por Luiz Mott e ia frontalmente de encontro aos argumentos oposicionistas apresentados em 1987 e 1988. As tais “dez verdades” eram:

- 1) Ser homossexual não é crime. Nenhuma lei no Brasil condena um ser humano homossexual. É legal ser homossexual.
- 2) Homossexualidade não é doença. Todas as Ciências garantem: é normal ser homossexual. Querer “curar” o homossexual é ignorância.

¹⁷⁷ Dados obtidos a partir de pesquisa no acervo do Fundo João Antônio Mascarenhas do AEL.

¹⁷⁸ Dados obtidos a partir de pesquisa no acervo do Fundo João Antônio Mascarenhas do AEL.

- 3) Homossexualidade não é pecado. Os gays e lésbicas também se amam entre si, e todo amor é divino. Jesus nunca condenou os homossexuais.
- 4) A homossexualidade sempre existiu. O amor homossexual é tão antigo quanto a própria humanidade e nunca vai acabar.
- 5) Todos os povos praticam a homossexualidade. Em muitas tribos indígenas e africanas os sacerdotes e as próprias divindades são homossexuais.
- 6) A homossexualidade é natural. Inúmeras espécies animais praticam a homossexualidade. Os gays não ameaçam a extinção da espécie humana.
- 7) A causa do [sic] homossexualidade é um mistério. Nada distingue o físico e a mente do homossexual dos demais cidadãos. Todos são seres humanos.
- 8) A intolerância e o preconceito contra lésbicas, gays e travestis é um tipo de racismo. A Constituição Federal proíbe qualquer forma de discriminação.
- 9) A AIDS não é uma doença gay. Todos devemos nos proteger. A AIDS se transmite através do sangue, espermatozoides e secreção vaginal. Sexo sem risco: camisinha!.
- 10) Conheça alguns homossexuais célebres: Platão, Leonardo da Vinci, Shakespeare, Santos Dumont, Cleópatra, Safo, Princesa Leopoldina, James Dean, Martina Navratilova, Angela Rorô, e muitos outros¹⁷⁹.

Naquela ocasião, entretanto, o MHB não pôde contar com um suporte crucial. O PT, cuja bancada havia apoiado a demanda integralmente em 1987 e 1988, havia decidido, após deliberação do diretório nacional do partido, não participar das atividades de revisão, por compreender que seriam uma ameaça aos direitos já conquistados anos antes. No entanto, o grupo contou com o importante apoio do deputado Fábio Feldmann (PSDB-SP), que na oportunidade patrocinou emenda para inclusão da “orientação sexual” no artigo terceiro da Constituição. De todo modo, a despeito desses esforços, a proposta foi novamente derrotada, em fevereiro de 1994, com 250 votos contrários, 53 favoráveis e sete abstenções. Diante disso, o parlamentar que havia apoiado o pleito circulou carta onde tecia considerações sobre o ocorrido, chamando atenção para como esse tipo de preconceito e discriminação se encontravam “profundamente arraigados no imaginário e práticas socioculturais da sociedade brasileira”. Indicou, ainda, que os milhões de homossexuais residentes no país seguiam marcados pelo “tripé privação-opressão-discriminação, o qual se traduz por uma realidade de relativa exclusão social”. Assim como na Constituinte, o que veremos mais detalhadamente nos capítulos a seguir, havia reinado o argumento de que o grupo já estaria protegido pela vedação genérica contra discriminação¹⁸⁰.

Diante desse panorama, é possível assumir que foi apenas em virtude de um intenso trabalho de ativistas e políticos que o debate sobre identidades e vivências

¹⁷⁹ Dados obtidos a partir de pesquisa no acervo do Fundo João Antônio Mascarenhas do AEL.

¹⁸⁰ Dados obtidos a partir de pesquisa no acervo do Fundo João Antônio Mascarenhas do AEL.

LGBTI+ chegou à Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88. A partir da controvérsia com relação à inclusão ou não do termo “orientação sexual” no texto constitucional, os parlamentares debateram e expuseram suas compreensões acerca do que seriam e o que fariam determinados grupos desviantes das normas de gênero e sexualidade. Sob o ponto de vista do marco-teórico adotado neste trabalho, esses discursos dos constituintes colaboraram para a constituição de subjetividades LGBTI+, seja no imaginário social, seja em pessoas especificamente interpeladas pelas falas proferidas. Desse modo, nos capítulos seguintes, pretende-se explorar quais foram os contornos dessa discussão, identificando-se, qualitativamente, os aspectos de maior relevo para esses processos de assujeitamento.

4

Sem direitos, sem garantias

Não foi fácil. Não foi difícil. Foi doloroso escrever esse livro. Ele me lembrou que a minha existência trans, enquanto humanidade, só é possível a partir de muito sofrimento humano. Não do martírio ou do sacrifício, mas da existência em si. Os esforços que fiz para estar aqui somente eu posso sentir. Esse livro carrega minha existência. Mesmo que o livro apresente tantos personagens, ainda há uma unidade: a luta por existir. A sobrevivência por existir. O esforço de existir e resistir.

Atena Beauvoir – *Contos Transantropológicos*

A ordem que escolhi para contar a história segue a cronologia própria da Constituinte, não necessariamente ligada a uma “cronologia temporal”. Desse modo, grande parte dos eventos relatados neste e no capítulo seguinte aconteceram simultaneamente, ao passo que o quinto capítulo reflete acontecimentos, em sua maioria, temporalmente posteriores.

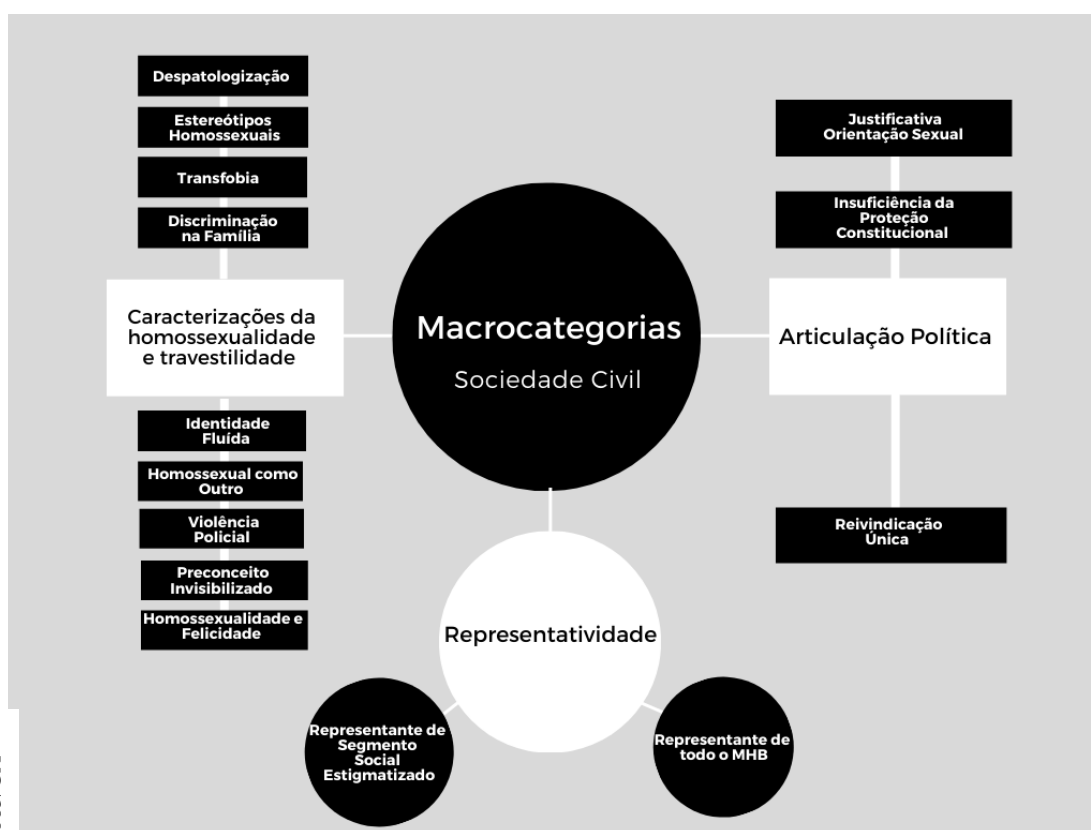
Instaurada a ANC, o processo se dava da seguinte forma: as questões eram inicialmente discutidas nas subcomissões temáticas, que preparavam anteprojetos dos artigos que lhes cabiam e enviavam às comissões temáticas; as quais, por sua vez, repetiam o mesmo processo. Uma vez finalizadas as discussões nas comissões temáticas, todo o texto elaborado era enviado à Comissão de Sistematização, responsável por construir o esboço da futura Constituição. Após isso, o projeto de Constituição passaria ainda por votação em dois turnos no plenário da ANC, antes de ser uniformizado pela Comissão de Redação¹⁸¹. Considerando esse quadro, neste capítulo começo pela análise dos debates da Subcomissão de Direitos e Garantias Individuais (1-C) para, posteriormente, examinar os desdobramentos na Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher.

Conforme já alertado na introdução, o número de transcrições é grande e há, em certos momentos, um caráter repetitivo nos discursos parlamentares. Se essa repetição também serve como forma de reforçar o aspecto performativo desses discursos, sua transcrição tem um propósito de recuperação de elementos históricos,

¹⁸¹ Para uma compreensão mais atenta e pormenorizada das regras procedimentais da Constituinte, ver: PILATTI, Adriano. **A Constituinte de 1987-1988**: Progressistas, Conservadores, Ordem Econômica e Regras do Jogo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

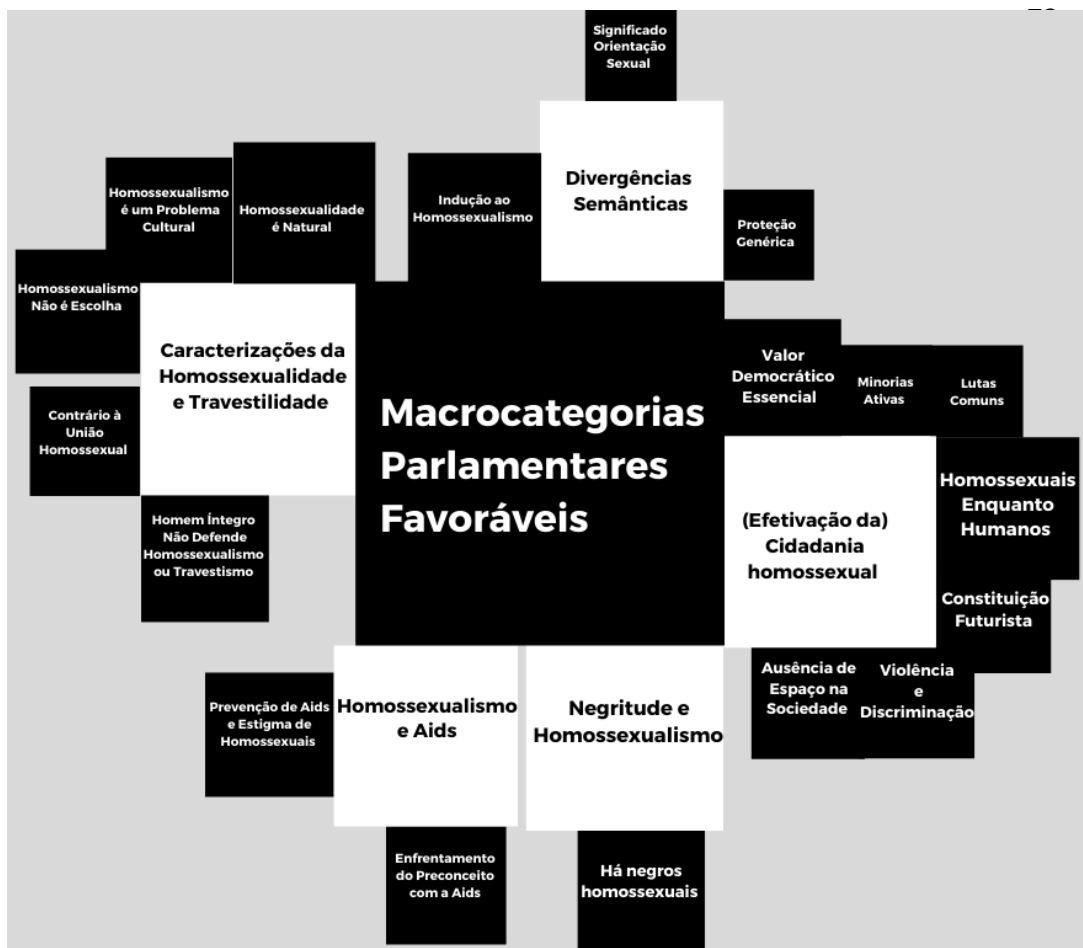
que voltam a ser veiculados por meio desta dissertação. Para facilitar a leitura, destaco os trechos mais relevantes para a análise em negrito. Além disso, ainda visando auxiliar na compreensão do complexo processo Constituinte, há algumas ferramentas em apêndice que podem ser consultadas: a) uma linha do tempo dos eventos mais relevantes da ANC em relação ao tema pesquisado; b) a relação de todas as comissões e subcomissões; c) um fluxograma da ordem de processamento da Constituinte; e d) o resultado da sistematização dos discursos analisados a partir da TFD. Procurei, ainda, dar uma contextualização mínima aos falantes citados, mesmo que não tenha sido objetivo desta pesquisa a individualização dos discursos. Assim, indico, sempre que possível, a instituição de filiação dos expositores das audiências públicas citados. Com relação aos parlamentares, adotei o seguinte critério: a primeira menção ao nome vem sempre acompanhada de seu partido e estado de origem; volto a indicar a filiação partidária apenas quando a segunda menção ao constituinte se afasta muito da aparição original, de modo a localizar novamente quem lê. Por fim, as Figuras 1, 2 e 3 abaixo representam graficamente o processo de aglutinação das categorias que sintetizam as principais formas discursivas identificadas na Constituinte. Embora elas reflitam o resultado da análise de todo o material pesquisado, incluindo aquele explorado nos próximos dois capítulos, incluo-as desde o início para servir de mapa para a leitura, considerando que elas também serviram de guia no próprio processo de seleção e análise. Os passos que levaram até elas estão detalhados no Apêndice D.

Figura 1 – Macrocategorias Sociedade Civil



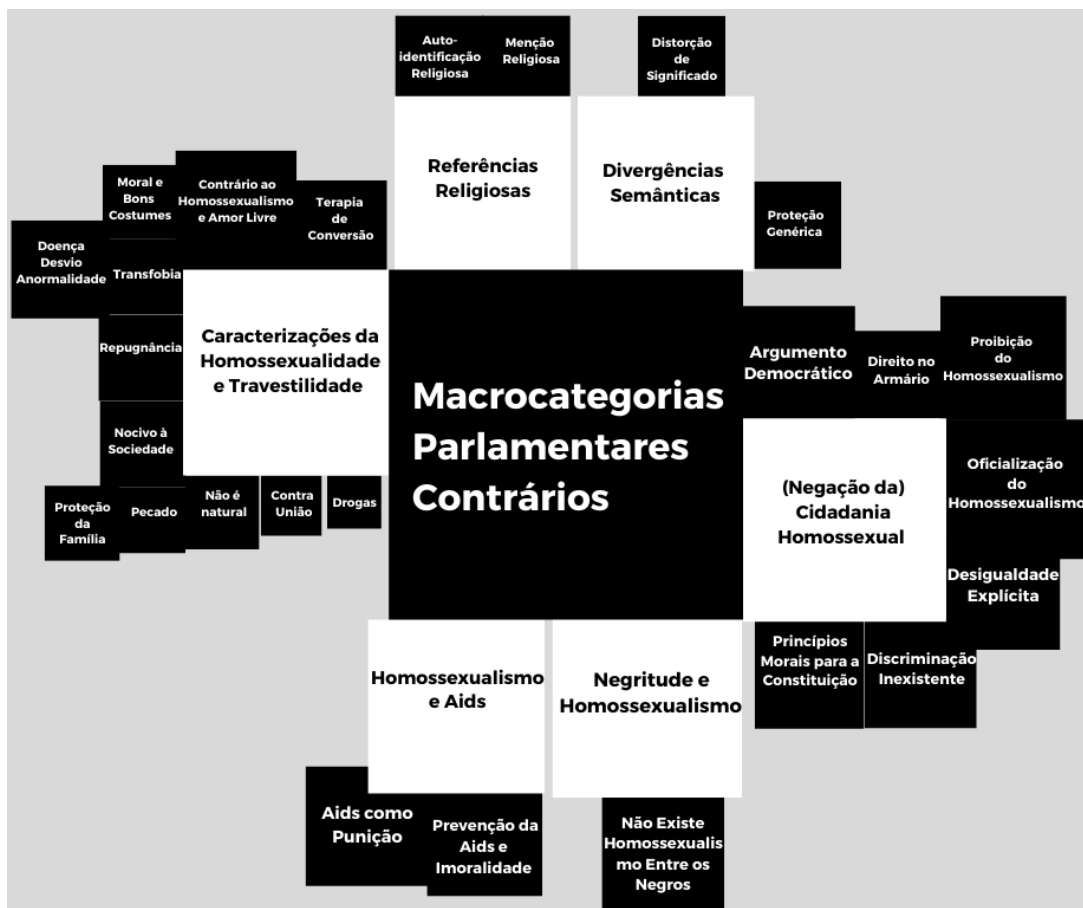
Fonte: autoria própria.

Figura 2 – Macrocategorias Parlamentares Favoráveis



Fonte: autoria própria.

Figura 3 – Macrocategorias Parlamentares Contrários



Fonte: autoria própria.

4.1.

Subcomissão de Direitos e Garantias Individuais

Abril de 1987. Esse seria um mês marcante na luta pela liberdade sexual no Brasil. Pela primeira vez, um representante do movimento homossexual, abertamente gay, levaria as demandas do coletivo a uma Assembleia Constituinte, que havia sido inaugurada há poucos meses. Seriam duas as oportunidades de apresentação dos pleitos desse grupo ao conjunto de parlamentares responsáveis pela elaboração do futuro texto constitucional. Uma delas se deu na Subcomissão de Direitos e Garantias Individuais, que teve sua instalação na manhã do dia sete de abril de 1987¹⁸². Nesse dia, ocorreu a votação para composição da mesa que conduziria os trabalhos da subcomissão, seguindo as indicações estabelecidas previamente entre as lideranças partidárias¹⁸³ e sendo definida a seguinte formação: presidente – Antônio Mariz (PMDB-PB), primeira vice-presidente – Lúcia Braga (PFL-PB), segundo vice-presidente – Antônio Câmara (PMDB-RN). Em seguida, Antônio Mariz designou o constituinte Darcy Pozza (PDS-RS) para a função de relator, exercendo prerrogativa da presidência prevista no regimento¹⁸⁴. De acordo com o cronograma regimental, a subcomissão teria 30 dias para a apresentação de um anteprojeto, que seria elaborado pelo relator, e 45 para a conclusão de todos seus trabalhos, incluindo a discussão do anteprojeto, que posteriormente deveria ser enviado à Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher¹⁸⁵.

Já na segunda reunião, o debate se centrou em questões procedimentais, em especial nos critérios para admissão de representantes da sociedade civil para exposições orais. De acordo com o regimento interno da Assembleia, deveriam ser destinadas entre cinco e oito reuniões da subcomissão para a “audiência de

¹⁸² BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher - Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 1ª Reunião (instalação) em 7 de abril de 1987, p. 1.

¹⁸³ Para uma visão mais detalhada dos acordos estabelecidos na composição das comissões e subcomissões, ver também: PILATTI, Adriano. **A Constituinte de 1987-1988: Progressistas, Conservadores, Ordem Econômica e Regras do Jogo**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

¹⁸⁴ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher - Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 1ª Reunião (instalação) em 7 de abril de 1987, p. 1-2.

¹⁸⁵ BRASIL. Diário Oficial. **Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte**, 1987. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/regimento-interno-da-assembleia-nacional/resolucao-2-1987. Acesso em: 21 abr. 2021.

entidades representativas de segmentos da sociedade”¹⁸⁶. Contudo, não eram dispostos critérios para a escolha de tais entidades. Nas discussões, os constituintes pareceram concordar com a necessidade de considerar a pertinência temática dos assuntos específicos ali tratados para o estabelecimento das exposições. Restou controversa a forma de convocação das entidades. Levantou-se a possibilidade de que algumas instituições, consideradas “mais representativas”, fossem convidadas para apresentarem sua opinião. Citaram-se como exemplos a OAB e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Além disso, sugeriu-se que a lista de entidades aventadas circulasse entre os parlamentares, os quais poderiam apresentar recomendações adicionais¹⁸⁷.

A reunião seguinte, a terceira, iniciou-se com a proposta de que, além das entidades representativas, fossem chamados juristas para participar das audiências públicas, com o intuito de que abordassem as questões legais mais relevantes atinentes ao tema da subcomissão. Com relação à forma, definiu-se o seguinte procedimento: os integrantes da subcomissão levantariam os nomes relevantes a serem convocados, que seriam, então, encaminhados à Presidência da Comissão geral, a qual distribuiria os convites¹⁸⁸.

Como também aponta Adriana Vidal de Oliveira, as discussões registradas nas atas não esclarecem se foi adotado o mesmo procedimento de convite com relação a todas as entidades¹⁸⁹. E, embora nos anais tenha constado o termo “solicitações” de audiência, o que parece ser possível afirmar, a partir do debate documentado, é que precisaria haver pelo menos a indicação de algum parlamentar para que a participação de uma organização na audiência fosse considerada, ainda que não houvesse outros requisitos que não a pertinência temática. Nesse sentido,

¹⁸⁶ BRASIL. Diário Oficial. **Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte**, 1987. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/regimento-interno-da-assembly-nacional/resolucao-2-1987. Acesso em: 21 abr. 2021.

¹⁸⁷ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher - Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 2ª Reunião em 8 de abril de 1987, p. 3-4.

¹⁸⁸ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher - Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 3ª Reunião em 9 de abril de 1987, p. 9-10.

¹⁸⁹ OLIVEIRA, Adriana Vidal de. **Constituição e Direitos das Mulheres** - Uma Análise dos Estereótipos de Gênero na Assembleia Constituinte e suas Consequências no Texto Constitucional. Curitiba: Juruá, 2014, p. 215.

destaca-se a seguinte manifestação do presidente da subcomissão, após ser indagado sobre a efetivação do convite à CNBB:

O SR. PRESIDENTE (Antônio Mariz): – Os contatos já foram feitos. O convite já foi endereçado tanto à CNBB como a outras entidades anteriormente sugeridas: às entidades representativas de trabalhadores e outras de várias natureza [*sic*]. Os contatos foram feitos e serão mantidos, continuados. A Comissão insistirá, junto às entidades sugeridas aqui pelos Srs. Constituintes, para que se possa realizar a audiência prevista¹⁹⁰.

Eis, então, uma primeira barreira de acesso à Assembleia Constituinte. Mesmo sendo aberta a possibilidade de engajamento da sociedade civil, o contato com um dos parlamentares e o êxito de seu “patrocínio” à demanda apresentada constituíam as primeiras limitações de ingresso no ambiente constituinte e enfatizam as distribuições de *autorizações de fala*, elemento central no método foucaultiano para a compreensão do discurso construído: “quem fala? Quem, no conjunto de todos os indivíduos falantes está autorizado a sustentar este tipo de linguagem? Quem é o seu titular? Quem recebe dela a sua singularidade [...] e de quem [...] recebe ela senão a sua garantia, pelo menos a sua presunção de verdade?”¹⁹¹. Ainda assim, mesmo que superado esse primeiro obstáculo para a inserção na discussão, as diferentes *posições institucionais* ocupadas pelos atores da sociedade civil colocam seus discursos em assimetria hierárquica com relação aos parlamentares, o que será explorado à frente¹⁹².

Alguns dias mais tarde, na manhã de 22 de abril de 1987, a sexta reunião se iniciou com a leitura das solicitações de audiência apresentadas até o momento. Dessa vez, já apareceu na lista o nome de João Antônio de Souza Mascarenhas, que não constava na relação anunciada na reunião anterior, qualificado como “Diretor de Comunicação Social do Grupo Carioca de Liberação Homossexual Triângulo Rosa”¹⁹³. Sua exposição havia sido agendada para o dia 30 daquele mesmo mês, data em que também falaria o vice-presidente da CNBB. Não fica evidente nos registros das atas, e também não encontrei nenhuma informação nesse sentido na

¹⁹⁰ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher - Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 5ª Reunião em 15 de abril de 1987, p. 16.

¹⁹¹ FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Lisboa: Edições 70, 2016, p. 88.

¹⁹² FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Lisboa: Edições 70, 2016, p. 89.

¹⁹³ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher - Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 6ª Reunião em 22 de abril de 1987, p. 18.

pesquisa do arquivo, qual parlamentar teria sugerido seu nome e possibilitado sua participação nos debates daquela subcomissão. Em entrevista concedida a Cristina Câmara, em outubro de 1992, João Mascarenhas indica que

O Triângulo Rosa fez uma solicitação à secretaria da Constituinte e teve uma resposta positiva. O critério certamente foi o seguinte, ouvir grupos bastante diversos, o índio o homossexual... coisas definidas. Não havia possibilidade, por exemplo, de outro grupo gay ser ouvido, por isto fui representando o movimento brasileiro¹⁹⁴.

Do excerto, ainda não é possível identificar se o grupo havia contatado diretamente algum parlamentar para que apoiasse sua participação nas audiências públicas. Até mesmo a afirmação feita por Mascarenhas sobre o critério de admissão parece ser uma suposição acerca dos fatores que teriam sido levados em consideração na análise dos pedidos. A segunda assertiva, no entanto, é completamente coerente com o contexto vivenciado: se conseguir o êxito de aprovação de uma entidade do movimento homossexual já parecia difícil, a aceitação de mais de uma organização certamente seria impensável naquele momento histórico. E justamente daí parece se extrair o senso de Mascarenhas de que sua fala teria o condão de representar todas as organizações do referido movimento, algo que será explorado à frente a partir de seu discurso.

Após a leitura das audiências agendadas, o presidente abriu para considerações dos constituintes presentes antes da aprovação dos nomes elencados. Nessa primeira oportunidade, demonstrou-se a resistência de parlamentares à temática da sexualidade e, até mesmo, à presença de Mascarenhas na subcomissão. O constituinte Ubiratan Spinelli (PDS-MT) relatou a seguinte preocupação:

– Sr. Presidente, teremos de ouvir o diretor de Comunicação Social do Grupo Carioca de Libertação Homossexual Triângulo Rosa. Logicamente teremos de ouvi-lo. É um direito que assiste a todos de participar das comissões. Mas **temos que ver até que ponto esse tema é atinente à Constituição**. A pessoa tem liberdade sexual, mas temos de ver **até que limite vai o assunto nesta Subcomissão**, inclusive na própria Constituição, para que **isso não se transforme em deboche**¹⁹⁵.

¹⁹⁴ CÂMARA, Cristina. **Cidadania e Orientação Sexual**: a trajetória do grupo Triângulo Rosa. Rio de Janeiro: Academia Avançada, 2002, p. 113.

¹⁹⁵ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher - Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 6ª Reunião em 22 de abril de 1987, p. 18, grifos meus.

A manifestação do parlamentar começa a esboçar um argumento que seria recorrente dentre os opositores da demanda do grupo homossexual: não se trata de “assunto constitucional”, como se houvesse uma determinada classificação, não exposta mas evidente na mente do parlamentar, segundo a qual determinados temas mereceriam, de antemão, tratamento constitucional, enquanto outros deveriam ser excluídos antes mesmo de serem debatidos. Do ponto de vista dogmático, é importante ressaltar, não existe uma definição *a priori*¹⁹⁶ do que seria ou não “assunto constitucional”, uma vez que é o próprio poder constituinte originário aquele responsável por estabelecer tal distinção, não cabendo limitação a sua atuação¹⁹⁷. Trata-se, portanto, de um debate político a ser resolvido pela própria ANC, que deverá demarcar aquilo que compreende ser relevante para integrar a futura Constituição.

Além disso, embora inicie sua afirmação dizendo que o representante deveria ser ouvido, foca sua fala na tentativa de enfatizar o não cumprimento do único requisito até então estabelecido para a participação nas audiências (a pertinência temática), sugerindo a falta de legitimidade do provável expositor. Ainda mais, o emprego da palavra “deboche” reforça a insinuação de que a matéria em questão não somente não dizia respeito àquela subcomissão, mas também que permitir sua apresentação diminuiria a seriedade dos debates ali travados. Spinelli prossegue com sua argumentação, com interpelações de Antônio Mariz:

O SR. CONSTITUINTE UBIRATAN SPINELLI: – Se o sujeito abordar direitos e garantias sexuais isto aqui **vai ser um festival gay**.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Mariz): Esta Subcomissão definirá a não discriminação por motivo de raça, sexo, profissão, credo religioso.

O SR. CONSTITUINTE : – Mas **isso não tem sexo definido**.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Mariz): – Mas existe. Então é um fato social que deve ser definido em lei e também merece, certamente, atenção¹⁹⁸.

¹⁹⁶ Ainda que haja a discussão sobre o caráter material ou formal de certas normas constitucionais (o que indicaria que determinadas questões não necessariamente precisariam vir reguladas pela própria Constituição), isso em nada limita a possibilidade de atuação da ANC, que segue desimpedida para delimitar o conteúdo do futuro texto. Além do mais, a tutela de direitos fundamentais é já consolidada como uma das funções do texto constitucional. Ver: MARTÍNEZ, Gregorio Peces-Barba. **Curso de Derechos Fundamentales**: teoria general. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid y Boletín Oficial del Estado, 1999.

¹⁹⁷ MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2014.

¹⁹⁸ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher - Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 6ª Reunião em 22 de abril de 1987, p. 18, grifos meus.

A afirmação do parlamentar de que a mera presença e manifestação oral de um homem gay na subcomissão ocasionariam um “festival gay” parece reconhecer certo grau de performatividade no discurso do ativista, no qual falar sobre a homossexualidade, e particularmente sobre direitos sexuais, equivaleria a praticá-la. Butler chama atenção, analisando o contexto da política militar “*don’t ask, don’t tell*”, relativa à não publicização de identidades de gays e lésbicas nas forças armadas estadunidenses, para certas construções conservadoras nas quais afirmar-se homossexual é visto como o mesmo que praticar uma “conduta homossexual”. O vocábulo adquire uma propriedade “contagiosa”. Desse modo, nesse tipo de declaração, “as palavras [...] não apenas descrevem; elas são figuradas como performando aquilo que descrevem, não apenas no sentido em que constituem o falante como um homossexual, mas que constituem o discurso como uma conduta homossexual”¹⁹⁹. Essa lógica sustentou as diretrizes do Estado norte-americano que impediam homossexuais de saírem do armário caso quisessem continuar servindo no exército de seu país. Do mesmo modo, o constituinte recorre a essa construção para estabelecer a comunicação em prol dos direitos sexuais como algo ofensivo por significar a prática de atos (homo)sexuais no ambiente constituinte.

Outro ponto se destaca no discurso do constituinte, em sua resposta à intervenção do presidente da subcomissão: “mas **isso** não tem sexo definido”. Ele parece estar se referindo ao grupo de homossexuais, mas poderia igualmente ter em mente identidades trans, ainda que não expostas sob esse termo à época. A sentença, por si só, demonstra a ignorância do parlamentar acerca do tema que comenta, não compreendendo os elementos que de algum modo caracterizam as diversas orientações sexuais. De toda forma, isso é o menos relevante em sua fala. O emprego do pronome demonstrativo “isso”, no lugar de um pronome pessoal (como “eles”), serve como uma forma de desumanização daqueles sobre os quais ele está falando, transformando-os em objetos. Ou melhor, abjetos. No paradigma butleriano, trata-se de uma forma de posicioná-los, os LGBTI+ abjetos, enquanto constituintes externos à humanidade da qual ele, sujeito parlamentar, vê-se como

¹⁹⁹ BUTLER, Judith. **Excitable speech**: a politics of the performative. London and New York: Routledge, 1997, p. 107, tradução minha. No original: “The words [...] do not merely describe; they are figured as performing what they describe, not only in the sense that they constitute the speaker as a homosexual, but that they constitute the speech as homosexual conduct”.

pertencente²⁰⁰. Assim, exclui-se esse grupo de indivíduos do conceito do humano, privando-os do reconhecimento de direitos no texto constitucional²⁰¹.

As reuniões que se seguiram, antes do dia programado para a fala de Mascarenhas, transcorreram sem debates mais aprofundados sobre a temática de nosso interesse central. Menções esparsas aos termos “orientação sexual” e “homossexual” foram feitas na leitura de propostas de dispositivos que vedassem a discriminação, incluindo falas de Jacqueline Pitanguy, em nome do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, e dos constituintes Joaquim Haickel (PMDB-MA) e José Paulo Bisol (PMDB-RS).

Outro momento em que a questão surgiu, de forma breve, foi durante a exposição de Cândido Mendes, em audiência pública na oitava reunião da subcomissão. O professor exercia, dentre outras, a função de Secretário-Geral da Comissão Brasileira da Justiça e Paz da CNBB/RJ, além de ter integrado a Comissão de Estudos Constitucionais, e estava inscrito para discorrer sobre os “novos direitos humanos”. Em sua fala, permeada por algumas referências religiosas, como à própria CNBB e aos papas Paulo VI e João Paulo II, sugeriu a inclusão no diploma constitucional de dispositivo que indique que “ninguém será prejudicado ou privilegiado” em razão de uma série de fatores, incluindo, ao final, “qualquer particularidade ou condição social”. De acordo com ele, “todos os problemas da discriminação do homossexualismo foram perfeitamente definidos na Constituição espanhola a partir de um princípio como este”²⁰². Questionado por Darcy Pozza se o termo “orientação sexual” não representaria melhor a demanda dos homossexuais, Cândido Mendes replica o seguinte:

– Acho que é uma contribuição extremamente rica e inovadora. Essa expressão, talvez deixe mais explícito **esse problema**. A única questão que me aflige é se a noção de orientação envolveria por si mesma **um excesso de subjetividade ou não**. Quer dizer, os grupos homossexuais são mais ativos na defesa da sua cidadania. Eles estiveram várias vezes com a Comissão de Justiça e Paz e com a Comissão Afonso Arinos. A noção de orientação possivelmente não garantiria a noção da discriminação como a particularidade ou a condição social, porque tiraria o elemento subjetivo. Inclusive essa sugestão, confesso, é muito melhor, muito mais precisa, porque se trata de **um problema ligado à orientação**. Mas veja bem. O que me pergunto é se **a homossexualidade é hoje um problema** – a doutrina

²⁰⁰ BUTLER, Judith. **Bodies that matter**: on the discursive limits of “sex”. London and New York: Routledge, 1993.

²⁰¹ BUTLER, Judith. **Undoing gender**. London and New York: Routledge, 2004.

²⁰² BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher - Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 8ª Reunião em 24 de abril de 1987, p. 50-51.

hesitaria sobre isso – **ligado ao sexo ou a modos de comportamento social global**, onde o sexo é apenas um determinado tipo de orientação²⁰³.

A resposta ilustra mais dois elementos discursivos recorrentes nos debates analisados: o tratamento da homossexualidade como um “problema”, ainda quando em afirmações favoráveis ao pleito do grupo, e a confusão acerca dos diferentes significados de palavras e especificidades relacionadas às questões de gênero e sexualidade, algo que exemplifica, também, a falta de inserção de tais debates no senso comum da época. De fato, mesmo dentre aqueles mais próximos do tema, tinha pouco tempo que o termo “orientação sexual” havia se assentado, dimensão que será explorada mais adiante. Exemplo disso foi o “puxão de orelha” que levou Martha Suplicy, tida como “simpatizante” da causa, já em 1993, vindo de diversas organizações – entre elas o GGB, o Dignidade e o Triângulo Rosa – por ter empregado o termo como sinônimo de “educação sexual” no nome de seu grupo de pesquisa – “Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual”²⁰⁴. Além disso, embora tenha se mostrado favorável à utilização do termo, o expositor projetou uma dúvida sobre sua aplicação que, mais tarde, figuraria entre os argumentos centrais de seus opositores. O questionamento acerca do “excesso de subjetividade” do vocábulo “orientação” sustentou os argumentos que apontariam a possibilidade de ambiguidade trazida pela expressão “orientação sexual”.

4.1.1.

Homossexualidade e Constituinte: o discurso e a presença de João Antônio de Souza Mascarenhas

Finalmente, às nove horas e cinquenta minutos da manhã de 30 de abril de 1987, iniciou-se a 12ª Reunião da subcomissão. João Antônio de Souza Mascarenhas falaria na primeira parte da reunião, tendo 20 minutos para expor seu tema, intitulado “Homossexualidade e Constituinte”.

O discurso do ativista se iniciou da seguinte forma: “Exmº Sr. Presidente. Srª e Srs. constituintes, na condição de **representante** não só do Triângulo Rosa, mas **de todas as entidades congêneres que compõem o Movimento Brasileiro de Liberação Homossexual**, quero dizer da nossa satisfação em estarmos aqui

²⁰³ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher - Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 8ª Reunião em 24 de abril de 1987, p. 54.

²⁰⁴ Dados obtidos a partir de pesquisa no acervo do Fundo João Antônio Mascarenhas do AEL.

presentes”²⁰⁵. A colocação de Mascarenhas parece pressupor não somente que ele representa todo o movimento homossexual da época, mas também a existência de um conjunto de indivíduos único e de pensamento inteiramente alinhado dentro de tal grupo. Trata-se de uma questão problemática, principalmente considerando o conjunto de afirmações feitas pelo militante na Assembleia Constituinte. Conforme destacado anteriormente, isso se deve também, em grande medida, ao fato de nenhuma outra organização do movimento ter participado dos trabalhos constituintes. Desse modo, é compreensível que Mascarenhas se sentisse na obrigação de suprir tal lacuna, ainda que dela possam surgir elementos que acabem por apagar a diversidade do grupo, sub-representando suas diferenças internas. No entanto, esse processo é provocado, sobretudo, pela própria falta de acesso de outras entidades, o que impede que a pluralidade de visões e abordagens do movimento seja refletida no processo democrático. Algo que não recai sobre grupos hegemônicos, cuja representação se dá de forma transversal em todas as demais pautas; sem o rótulo da identidade, mas sempre apresentadas a partir de um prisma, por exemplo, da branquitude e da cisheteronormatividade. Embora a conjuntura da epidemia de HIV/Aids, conforme descrito no segundo capítulo, tenha sido responsável pela diminuição do número de grupo engajados do MHB, isso não parece o suficiente para justificar a ausência de outras entidades, uma vez que, tivesse havido a abertura da ANC, existiam outros grupos engajados na questão junto ao Triângulo, como era o caso do GGB e do Lambda, que poderiam ter contribuído diretamente de Brasília.

Em *Problemas de Gênero*, Butler desenvolve uma crítica contundente ao sujeito “mulher” estabelecido por correntes do feminismo liberal. Evidencia que a aglutinação de pautas feministas em torno de uma categoria de “mulher” pretensamente universal, embora possa ter um objetivo político, é vetor para o exercício de apagamentos de características que interseccionam a diversidade das experiências. Desse modo, provoca-se uma essencialização do que caracterizaria a “mulher”, sob uma perspectiva universal, cujo efeito é o enfoque apenas nos atributos hegemônicos dessa identidade, excluindo, por exemplo, mulheres negras

²⁰⁵ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher - Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 12ª Reunião em 30 de abril de 1987, p. 113, grifos meus.

e trans²⁰⁶. É possível transpor essa lógica para compreender os aspectos de representação do discurso analisado. Em primeiro lugar, a aglutinação do movimento da época sob a categoria “homossexual” era limitante, não ilustrando a diversidade de experiências de pessoas que se identificavam enquanto dissidentes em razão de gênero e sexualidade. De fato, ainda que determinados termos identitários contemporâneos ainda não tivessem grande adesão no final da década de 1980 (o que não quer dizer que não existiam, como veremos), é inegável que o surgimento do Movimento Homossexual Brasileiro é marcado por um protagonismo e hegemonia de homens gays brancos cisgêneros, com o alijamento de experiências lésbicas, bissexuais e trans, além daquelas vivenciadas por pessoas LGBTI+ negras²⁰⁷.

Por outro lado, é preciso lembrar os obstáculos de acesso ao ambiente constituinte apontados anteriormente. Com efeito, mesmo se tratando de um grupo socialmente marginalizado, hierarquias internas ao próprio movimento organizado não podem ser ignoradas. A participação, em um contexto normalmente hostil a quaisquer integrantes desse coletivo, provavelmente será acessada com menos obstáculos pelos setores hegemônicos do referido movimento social. Sendo assim, ainda que a presença do Triângulo Rosa ali fosse imprescindível, e que certa unidade de pautas também se caracterize quase como um requisito político para o êxito de alguma demanda nesse ambiente já pouco favorável, não se pode perder de vista, durante a análise de seu discurso, esse possível caráter de hegemonia e de maior visibilidade do grupo representante dentro do movimento homossexual como um todo.

Após agradecer a oportunidade e disposição dos integrantes da subcomissão em ouvirem o “representante de um grupo social estigmatizado”²⁰⁸, João Mascarenhas adianta que a reivindicação do movimento é simples: “expressa proibição de discriminação por orientação sexual, no dispositivo que deverá substituir o atual art. 153, § 1º, da Constituição vigente”. A escolha do termo “orientação sexual”, conforme recupera Sérgio Carrara, deu-se após seu cotejo com

²⁰⁶ BUTLER, JUDITH. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

²⁰⁷ FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas?:** movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

²⁰⁸ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher - Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 12ª Reunião em 30 de abril de 1987, p. 113.

as alternativas “opção sexual” e “preferência sexual”. O processo contemplou a consulta a intelectuais, em especial antropólogos, para que houvesse uma “legitimação” da expressão escolhida pelo movimento social²⁰⁹, indicando se tratar da mais apropriada a ser incluída no texto constitucional. De certa forma, renunciava-se à solução do conflito pulsante no movimento da época sobre a categorização da homossexualidade enquanto uma condição inerente ou um atributo voluntário, entre ser ou estar homossexual²¹⁰. Regina Facchini afirma que essa teria sido uma “solução de consenso” que acabou por marcar a perda de protagonismo da “polêmica entre homossexualidade como ‘opção’ ou como ‘essência’”²¹¹. Além disso, marca a preferência, naquele momento, por um termo de *status*, em detrimento de uma linguagem identitária, que predomina hoje na militância brasileira, algo bastante tensionado atualmente no movimento transnacional, que oscila entre termos identitários potencialmente excludentes (como LGBTI) e uma linguagem de *status* mais ampla (como SOGIESC²¹²)²¹³. De todo modo, o fato é que, embora não tivesse ainda sido disseminado o uso do termo “identidade de gênero”, e haja trabalhos indicando que, naquele contexto, acreditava-se que “orientação sexual” abarcaria também proteção a pessoas trans²¹⁴, o discurso do representante do MHB em defesa da expressão deixa evidente que não havia uma preocupação específica com a proteção de travestis e transexuais contra a discriminação a partir da inscrição constitucional do referido termo, como será visto adiante.

Em sequência, o ativista frisou o apoio da demanda pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, chamando atenção para o fato de o machismo também ser

²⁰⁹ Cristina Câmara aponta que a terminologia havia sido objeto de discussão entre pelo menos onze dos treze grupos que se havia mapeado a existência naquela época. Ver: CÂMARA, Cristina. **Cidadania e orientação sexual: a trajetória do grupo Triângulo Rosa**. Rio de Janeiro: Academia Avançada, 2002, p. 96.

²¹⁰ CARRARA, Sérgio. A antropologia e o processo de cidadanização da homossexualidade no Brasil. **Cadernos Pagu**, v. 47, 2016, e164717. <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201600470017>.

²¹¹ FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p. 117.

²¹² O acrônimo corresponde, em inglês, a “orientação sexual, identidade e expressão de gênero e características sexuais”.

²¹³ Sobre esse debate no movimento organizado transnacional, ver: GALIL, Gabriel Coutinho. **Fora do Armário, Além das Fronteiras: a proibição de discriminação com base em orientação sexual e identidade de gênero no sistema global de direitos humanos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

²¹⁴ BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco de Moraes; VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti; AGUIAR, Rafael dos Reis. Objetivos Fundamentais do Estado Brasileiro. In: CERDEIRA, Pablo; VASCONCELLOS, Fábio; SGANZERLA, Rogerio. **Três Décadas de Reforma Constitucional** – onde e como o congresso nacional procurou modificar a constituição de 1988. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2018, p. 143.

a origem das discriminações contra homossexuais, assim como em relação às mulheres. Além disso, delineia uma justificativa para a necessidade de inclusão do termo “orientação sexual” no texto constitucional, em detrimento de sua aparição em legislação ordinária. Segundo ele, isso estabeleceria uma hierarquia discriminatória, ferindo o princípio da isonomia, por sugerir que alguns tipos de proibição de discriminação seriam mais “respeitáveis” do que outros e, por isso, mereceriam respaldo constitucional.

A primeira parte de seu discurso é tomada pela contextualização do Triângulo Rosa, do movimento homossexual brasileiro e internacional e das vitórias já alcançadas pelo coletivo representado. Ao falar do Triângulo Rosa, explica o simbolismo do nome do grupo, em referência aos homossexuais mortos e encarcerados em campos de concentração nazista; enfatiza o fato de se tratar de uma organização “legalmente registrada”; e salienta que seu principal objetivo é “lutar contra todo tipo de discriminação, sem exceção: [...] contra a mulher, o negro, o deficiente físico e o idoso”, embora o foco primordial seja com relação aos homossexuais que, em suas palavras, sofrem o mesmo preconceito que os demais, mas com “uma taxa adicional”²¹⁵.

O fato de Mascarenhas ter levantado, logo no início de sua fala, um argumento jurídico (com relação ao princípio da isonomia) e, em seguida, ressaltar a existência de um registro legal do grupo que representa, parece ser reflexo de dois fatores distintos. Em primeiro lugar, a formação do próprio ativista, que era advogado e, assim, mais acostumado ao linguajar do campo jurídico. De outro lado, Regina Facchini sugere que essa maior busca por reconhecimento legal e oficialização da organização “podem ser interpretados como uma institucionalização dos grupos” associada à “passagem para um regime democrático e a uma desarticulação da ênfase antiautoritária”²¹⁶. Assim, enfatizar isso diante dos constituintes, aliado ao uso de argumentos jurídicos vistos como técnicos, é uma forma de desvincular a demanda do movimento e sua própria existência de uma suposta caracterização clandestina e subversiva, que se concretizaria em oposição à regularidade estatal.

²¹⁵ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher - Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 12ª Reunião em 30 de abril de 1987, p. 113.

²¹⁶ FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p. 115.

A luta pela despatologização da homossexualidade em âmbito nacional, efetivada por decisão do CFM em 1985, foi o enfoque seguinte da fala. Mascarenhas descreveu rapidamente a campanha conduzida pelo Grupo Gay da Bahia, destacando o apoio recebido de diversas entidades e, sobretudo, de políticos, inclusive citando nominalmente alguns dos constituintes. Aproveitou para frisar a demonstração de suporte de alguns, também, à inclusão no texto constitucional. Seguindo na apresentação de vitórias do movimento, relatou a aprovação, no ano anterior, de inciso do Código de Ética do Jornalista proibindo a discriminação por orientação sexual.

O representante do Triângulo Rosa contestou a sugestão apresentada por Hélio Santos, integrante da Comissão de Estudos Constitucionais, de emprego do termo “particularidade social”, igualmente proposto por Cândido Mendes, conforme já apontado, para proteção de homossexuais. O ativista salientou que a expressão seria “muito vaga” e chamou atenção para o fato de a locução “orientação sexual” se apoiar em recomendações de antropólogos e no vocábulo utilizado em legislações internacionais²¹⁷.

A preocupação de Mascarenhas com a vagueza do termo vai ao encontro do questionamento de Butler acerca da abertura de significado do vocábulo “humano”. A autora explicita que “os termos pelos quais somos reconhecidos como humanos são socialmente articulados e mutáveis”²¹⁸. Desse modo, a compreensão do “humano” varia de acordo com a raça, o sexo, a sexualidade, entre outros marcadores, de forma que alguns indivíduos são apreendidos como menos que humanos. Caracteriza-se, assim, uma “produção diferencial do humano”. Segundo ela, a luta por direitos de gays e lésbicas requer a demonstração de que essas são vidas que merecem ser protegidas. Mais que isso, implica “um refazer da realidade, uma reconstituição do humano”²¹⁹. Insistir, por exemplo, no uso da expressão “direitos humanos LGBTI+” expõe o caráter contingente do termo, que historicamente define um conjunto específico de pessoas (e não todas), ao mesmo tempo que performativamente afirma que sujeitos LGBTI+ também estão incluídos nesse conjunto, suspendendo a presunção existente até o momento acerca de quem

²¹⁷ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher - Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 12ª Reunião em 30 de abril de 1987, p. 114.

²¹⁸ BUTLER, Judith. **Undoing gender**. London and New York: Routledge, 2004, p. 2.

²¹⁹ BUTLER, Judith. **Undoing gender**. London and New York: Routledge, 2004, p. 30.

seria esse “humano” ao qual são garantidos direitos²²⁰. Com certeza, a segurança de ser presumido como humano e titular de direitos é um privilégio que recai sobre o sujeito hegemônico, em razão de diversos marcadores sociais que são naturalizados como universais: a branquitude, a heterossexualidade, a cisgeneridade, entre outros. Desse modo, ainda que a longo prazo o objetivo possa ser a eliminação de hierarquias e marcações identitárias, alinhado à crítica da teoria *queer* à identidade²²¹, a não inclusão de uma proteção específica no texto constitucional, contentando-se com um termo genérico como “particularidade social”, pode fazer com que também essa previsão seja interpretada à luz do sujeito de direito universal hegemônico, excluindo os próprios indivíduos discriminados que buscam a tutela da nova Constituição.

O discurso segue com a exposição do paradigma legal relativo aos direitos sexuais em diversos países do mundo, na tentativa de demonstrar não somente a viabilidade, mas também o caráter de vanguarda da proposição, implementada em países “mais desenvolvidos” e progressistas. Feita essa breve incursão no contexto internacional, Mascarenhas anuncia que pretende abordar rapidamente a questão de “preconceitos e desinformação”. Eis o primeiro momento em que a fala do ativista torna evidente a limitação de sua representação, anteriormente apresentada como irrestrita. Chama atenção para a retratação de homossexuais na mídia, em especial programas de televisão e teatro-revista, destacando que há a construção preconceituosa de um “protótipo do homossexual brasileiro”. E prossegue, enfatizando:

Este, para eles – e a mensagem que eles transmitem veicula, no caso da televisão, para milhões – é um tipo extremamente efeminado, cheio de maneirismos grotescos, neurótico, fútil, ridículo. O homossexual aparece como um travesti ou quase isso. Enfim, aparece imitando uma mulher, e uma mulher vista pelo ângulo machista. Na imprensa, o preconceito também é freqüente e algumas vezes de forma velada. Assim, o portador de idéias preconcebidas, inconsciente ou conscientemente – temos de reconhecer que algumas vezes é inconsciente, ainda que o dano não seja menor por isso – trata categorias diferentes como se fossem iguais. **Estabelece uma falsa sinonímia, por exemplo, entre "homossexual" e "travesti-prostituto".** Frisa a homossexualidade de um delinquente, quando a orientação sexual desse não tem nada a ver com o delito. **Induz gratuita e erroneamente, uma vinculação pretensamente automática entre a homossexualidade e o submundo, especialmente com a prostituição e o tráfico**

²²⁰ BUTLER, Judith. *Undoing gender*. London and New York: Routledge, 2004, p. 38.

²²¹ LELIS, Rafael Carrano. Interpretação Constitucional Queer. In: LELIS, Rafael Carrano; ALMEIDA, Marcos Felipe Lopes de. *Diálogos LGBTI+*: avançando lutas e conjugando campos. Salvador: Devires, 2019, p. 145-156.

de drogas, quando, no corpo da notícia, nada existe que corrobore a informação. Trunca fatos e, às vezes, até os relata de forma inexata, negando-se a retificar essas informações. Outras vezes, o jornalista, pura e simplesmente, omite qualquer informação que venha contra aqueles preconceitos por ele cultivados²²².

De fato, a construção de estereótipos de pessoas LGBTI+ pela mídia é um elemento extremamente relevante a ser discutido e questionado. À época, final da década de 1980, ainda mais premente que nos dias atuais. Na linha do marco teórico adotado, também representações midiáticas possuem seu grau de performatividade que contribui para a construção da subjetividade de pessoas LGBTI+ externa e internamente, além de criar uma imagem irreal desse grupo, que passa a compor o imaginário social, estimulando preconceito e violência. Paralelamente, essa forma frequente de insultos machistas atribuídos a gays (e também lésbicas) reforça a maneira pela qual a homossexualidade se constitui como uma forma de rompimento com a matriz heterossexual estabelecida, fragmentando, ainda que sem necessariamente imbuídos de qualquer intenção subversiva, as condicionantes impostas pela expectativa de coerência na ordem sexo/gênero/desejo. Como frisa Butler, a “homofobia com frequência opera através da atribuição de um gênero danificado, falho ou, de doutro modo, abjeto aos homossexuais, isto é, chamando homens gays de ‘femininos’ ou lésbicas de ‘masculinas’”²²³. Um dos aparatos disruptivos centrais em tais práticas, que provoca a reação homofóbica, consiste justamente na desestabilização de características fundamentais que definem cada um desses gêneros tidos como construções estáveis e naturais.

Todavia, o exemplo empregado por Mascarenhas reflete a notável lacuna de sua representação, que não abarca a totalidade de pessoas oprimidas e estigmatizadas por razões de gênero e sexualidade. Algo que estará ainda mais manifesto em sua fala em outros episódios na Assembleia.

Antes de focalizar esses elementos do discurso, uma contextualização é importante. Conforme já destacado, a articulação inicial do que hoje é chamado de movimento LGBTI+ se deu com demasiado protagonismo de apenas uma das letras

²²² BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher - Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 12ª Reunião em 30 de abril de 1987, p. 114, grifos meus.

²²³ BUTLER, Judith. **Bodies that matter**: on the discursive limits of “sex”. London and New York: Routledge, 1993, p. 182, tradução minha. No original: “homophobia often operates through the attribution of a damaged, failed, or otherwise abject gender to homosexuals, that is, calling gay men ‘feminine’ or calling lesbians ‘masculine,’ and because the homophobic terror over performing homosexual acts, where it exists, is often also a terror over losing proper gender”

representadas pela sigla: homens gays. Se pouco espaço era facultado a mulheres lésbicas e a bissexuais, por exemplo, ainda menos visibilidade tinham (se é que alguma) travestis e transexuais²²⁴. De fato, o movimento de pessoas trans organizadas politicamente, sobretudo travestis, de forma autônoma, somente floresceria a partir dos anos 1990, com a criação da Associação das Travestis e Liberados do Rio de Janeiro (ASTRAL), em maio de 1992²²⁵. Cerca de cinco anos depois do discurso que analisamos. Conforme aponta Larissa Pelúcio, o engajamento de grupos travestis foi possibilitado, em larga medida, pelo que classificou como um processo de “SIDAnização”. Segundo ela, é a partir da assunção de responsabilidades relacionadas à gestão da própria saúde, em função da epidemia de Aids, que se viabilizou a politização de certos indivíduos e a construção de uma “bioidentidade política”²²⁶.

Isso não quer dizer, contudo, que pessoas (e identidades) travestis e transexuais não existissem já na época da Constituinte. Pelo contrário, o emprego desses termos em diferentes momentos, registrado pelos anais, ilustra que não somente essas expressões e identidades de gênero já existiam, mas também que eram extremamente marginalizadas pelo próprio movimento homossexual, ainda que grande parte da sociedade enxergasse, naquele momento histórico, todos LGBTI+ como “gays”²²⁷. Com efeito, Jaqueline Gomes de Jesus assenta que formas de vivência travesti no Brasil datam, pelo menos, do século XVII²²⁸. Em uma tentativa de mapeamento do ativismo trans no Brasil, Thiago Coacci estabelece três “ondas” que marcaram o avançar dessa militância. A primeira teria seu início nos anos 1990. No entanto, o próprio autor reconhece que fixar esse marco inicial “de certa maneira ignora formas de ativismo que já existiam anteriormente, desde pelo

²²⁴ SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

²²⁵ CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio. Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad** – Revista Latinoamericana, n. 14, ago. 2013, p. 319-351.

²²⁶ SILVA, Larissa Maués Pelúcio. **Nos Nervos, Na Carne, Na Pele** – uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de aids (Tese – Doutorado). São Carlos: UFSCar, 2007, p. 122.

²²⁷ VIEIRA, Helena; FRACCAROLI, Yuri. Violência e dissidências: um breve olhar às experiências de repressão e resistência das travestis durante a ditadura militar e os primeiros anos da democracia. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (orgs.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

²²⁸ JESUS, Jaqueline Gomes de. Travessia: caminhos da população trans na história. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (orgs.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

menos a década de 1960”, quando já havia alguma espécie de articulação entre pessoas hoje denominadas como trans, sobretudo em torno de questões ligadas à cirurgia de “transgenitalização” e do compartilhamento de experiências ligadas à prostituição, ainda que nada disso se desse de maneira formal ou institucionalizada²²⁹.

O discurso de Mascarenhas busca estabelecer como negativa a representação do homossexual pela mídia e faz isso contrapondo-a às vivências travestis, das quais ele próprio constrói um estereótipo, figura que seu discurso pretensamente quer criticar. Assim, a uma frase ilustrando o que seria uma forma equivocada de caracterização do homossexual, segue-se a declaração “o homossexual aparece como um travesti ou quase isso”. Não restam dúvidas de que se trata de uma associação da travestilidade a algo negativo, que não se deve seguir e à qual ele, supostamente representando todos os homossexuais, não quer ser associado. Isso se aprofunda com o uso do termo “travesti-prostituto”, que automaticamente relaciona a travestilidade à prostituição, novamente reforçando um estereótipo, acompanhado da ilação de que a confusão entre as duas identidades seria a causa de vinculação da homossexualidade com um “submundo”, marcado pela prostituição e pelo tráfico de drogas.

Essa fala nos traz duas possibilidades de análise. Primeiro, a transfobia²³⁰ escancarada na exposição do porta voz da única organização da sociedade civil presente na Assembleia para tratar especificamente de demandas do MHB encerra a questão acerca da extensão de sua representatividade. Pessoas travestis e transexuais não estiveram representadas na Constituinte. Não tiveram espaço para suas possíveis demandas. E isso não é mitigado pela presença do Triângulo Rosa, que não somente não veiculou reivindicações associadas a essas experiências, como também, de forma explícita, construiu uma caracterização pejorativa dessas pessoas. Nesse sentido, é possível ver aspectos na fala do ativista que correspondem

²²⁹ COACCI, Thiago. **Conhecimento precário e conhecimento contra-público**: a coprodução dos conhecimentos e dos movimentos sociais de pessoas trans no Brasil. Belo Horizonte: Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2018, p. 122.

²³⁰ O uso anacrônico, aqui, é proposital. Um dos objetivos desta pesquisa consiste, conforme já delineado, na nomeação de processos de violência, hierarquização e exclusão que fizeram parte da construção do Movimento LGBTI+. Assim, há também um aspecto performativo deste trabalho ao estabelecer determinadas práticas como transfobia ou homofobia, termos que não eram empregados quando esses mesmos comportamentos analisados ocorreram. Todavia, essa mesma nomeação serve ao propósito de materializar essas violências e (re)inscrevê-las na história que deu origem tanto ao Movimento LGBTI+ quanto à sociedade brasileira.

à expressão de elementos tido como centrais na caracterização de atos transfóbicos, entre os quais Jaqueline Gomes de Jesus inclui a configuração de “percepções estereotipadas negativas e de atos discriminatórios contra homens e mulheres transexuais e travestis”²³¹. Trata-se de uma petição de garantia de direitos constitucionais que pressupõe a exclusão de pessoas trans para que sejam tutelados homossexuais.

Isso nos leva ao segundo ponto de análise. Em seu discurso, Mascarenhas admite o mesmo artifício empregado por heterossexuais com relação a gays e lésbicas: torna as pessoas trans o “constitutivo externo” que permite o surgimento de um “homossexual sujeito de direitos”. Conforme já destacado, Butler ilumina formas de produção de sujeitos e identidades a partir da abjeção. Segundo ela, a construção de um sujeito hegemônico depende da existência de um abjeto, externo a ele, que possibilita a visualização da linha que separa quem é sujeito e quem não é. E, desse modo, há uma performatividade que define o ser e o posiciona em uma “zona de pertença”²³². É essa operação que constrói o sujeito heterossexual, em detrimento do abjeto homossexual. No caso do discurso aqui analisado, a exclusão feita é da (tratada por “do”) travesti abjeta, para que possa emergir um sujeito homossexual. Nesse sentido, “os mesmos termos que conferem ‘humanidade’ a alguns indivíduos são aqueles que privam outros certos indivíduos da possibilidade de alcançar esse status, produzindo um diferencial entre o humano e o menos-que-humano”²³³.

Com efeito, é possível notar que, apesar de a produção de exclusão ser uma característica das formações discursivas, isso não significa que “todas as exclusões são equivalentes”²³⁴. Assim, essa produção de hierarquias internas ao próprio grupo de dissidentes sexuais e de gênero opera em uma dinâmica diversa daquelas estabelecidas por seus detratores em geral e nela alteram-se as posições de “quem

²³¹ JESUS, Jaqueline Gomes de. Transfobia e crimes de ódio: assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. *História agora*, v. 16, n. 2, 2013, p. 105-106.

²³² BUTLER, JUDITH. *Bodies that matter*: on the discursive limits of “sex”. London and New York: Routledge, 1993.

²³³ BUTLER, Judith. *Undoing gender*. London and New York: Routledge, 2004, p. 2, tradução minha. No original: “the very terms that confer ‘humanness’ on some individuals are those that deprive certain other individuals of the possibility of achieving that status, producing a differential between the human and the less-than-human”.

²³⁴ BUTLER, JUDITH. *Bodies that matter*: on the discursive limits of “sex”. London and New York: Routledge, 1993, p. 156, tradução minha. No original: “all exclusions are equivalents”.

irá contar como ‘sujeito,’ e quem será obrigado a não contar”²³⁵. De fato, Cristina Câmara aponta que essa oposição era na central na política, até mesmo interna, traçada pelo Triângulo Rosa para compreender sua própria identidade homossexual, que “surteu como a construção de uma nova relação entre os homens e afastando de si a referência à criminalidade, transpondo-a para o [sic] travesti”²³⁶. A visão predominante era de que travestis deveriam constituir um movimento separado, o que é elucidado na entrevista de um dos integrantes do grupo à autora: “Então a gente não considerava o travesti enquanto homossexual, quer dizer, isso era claro pra gente. O travesti jamais poderia fazer parte de uma luta homossexual, porque ele era outra coisa”²³⁷. Sintetizando a questão, outro membro afirma “deveria ter um movimento de luta dos travestis separado dos homossexuais”²³⁸. Essas são evidências não somente da representatividade limitada de Mascarenhas, mas também do aspecto estrutural que essa exclusão assumia no MHB.

O ponto seguinte da intervenção é uma declaração que contesta a visão essencializada do homossexual:

Estamos falando muito em homossexual. **Quem é o homossexual?** É o homem efeminado? É a mulher masculinizada? É aquela pessoa que se engaja exclusivamente em relações sexuais com pessoas do mesmo gênero? É aquele que algumas vezes, tem esse relacionamento com pessoa do mesmo sexo e, outras vezes, com pessoas de sexo diverso, o bissexual? O bissexual não passará de um homossexual enrustido? Qual é o número e a frequência de atos sexuais necessários para alguém ser qualificado de gay e a partir de que idade? O fato de ganhar um dinheirinho e desempenhar papel ativo torna a pessoa imune a essa etiqueta? E aquele que, por determinado período, manteve relações com pessoas do mesmo sexo e, depois, de um momento para outro, passou a manter relações exclusivamente com pessoas do sexo oposto? Como vamos enquadrá-lo? Há um prazo para a concessão do perdão, para que prescreva o título de homossexual, o rótulo infamante, e ele possa aí merecer o certificado de heterossexual? A confusão aumenta quando nos lembramos de que, em geral, **a maioria esmagadora dos homossexuais** e esse ponto é muito importante dos que pertencem à outra banda quando digo a outra banda, quero referir-me aos heterossexuais, aqueles que não são discriminados por orientação sexual – **é constituída por pessoas casadas, homens e mulheres, os quais se empenham terrivelmente no sentido de que ninguém venha desconfiar de que eles são gays**. Não raro, até atacam violentamente os que partilham de mesma orientação sexual, pois assim, pensam, darão demonstração de heterossexualidade e dissiparão eventuais dúvidas de que

²³⁵ BUTLER, JUDITH. **Bodies that matter**: on the discursive limits of “sex”. London and New York: Routledge, 1993, p. 156, tradução minha. No original: “who will count as ‘subject,’ and who will be required not to count”.

²³⁶ CÂMARA, Cristina. **Cidadania e orientação sexual**: a trajetória do grupo Triângulo Rosa. Rio de Janeiro: Academia Avançada, 2002, p.57.

²³⁷ CÂMARA, Cristina. **Cidadania e orientação sexual**: a trajetória do grupo Triângulo Rosa. Rio de Janeiro: Academia Avançada, 2002, p. 58.

²³⁸ CÂMARA, Cristina. **Cidadania e orientação sexual**: a trajetória do grupo Triângulo Rosa. Rio de Janeiro: Academia Avançada, 2002, p. 58.

receiam ser alvo. Além dessa dificuldade em se qualificar alguém de homossexual e identifica-lo como tal, ainda vemos muitos que dizem – enfim, é um raciocínio muito válido – que o vocábulo homossexual não é substantivo, é somente adjetivo. Conseqüentemente, não haveria um homossexual. Homossexuais seriam os atos, as ações, as atitudes e as identidades²³⁹.

Em sua fala, Mascarenhas questiona os estereótipos e a busca por elementos que pretendem identificar uma essência da experiência homossexual, justamente aquilo que foi incapaz de fazer com relação às vivências de pessoas trans alguns momentos antes. Insere-se, também, na tensão entre essencialistas e construcionistas que mobilizava militantes, acadêmicos e militantes-acadêmicos à época, tal qual exposto por Sérgio Carrara²⁴⁰. De todo modo, a crítica que expõe se aproxima daquela também delineada por Judith Butler, que interroga os efeitos de apagamento e invisibilização gerados por identidades estáveis que pressupõem contornos específicos e imutáveis dos sujeitos por elas designados. Embora o ativista não avance para considerar a interseção da homossexualidade com outros fatores sociais como raça ou gênero, é evidente que ele busca conciliar um uso político da identidade homossexual, imprescindível até mesmo para sua presença na Assembleia, com uma perspectiva crítica que rejeita um rótulo definidor daqueles representados pelo termo. Aponta, inclusive, certa fluidez na percepção de identidades sexuais. Aproxima-se, assim, da noção de “essencialismo estratégico” sugerida por Spivak, ainda que de forma bastante limitada, quando consideramos sua incapacidade de inclusão de identidades trans. Segundo a autora, um anti-essencialismo absoluto seria, ele próprio, uma forma de essencialismo. Desse modo, o uso seletivo da identidade construída de forma essencializada, ciente de suas limitações, permite que ela seja algo estrategicamente eficaz, conferindo contornos mais práticos ao pós-estruturalismo²⁴¹. Embora essa perspectiva teórica tenha sido abandonada, mais tarde, pela própria Spivak²⁴², além de fortemente criticada por Butler, isso não impede que identifiquemos nessas enunciações um

²³⁹ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher - Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 12ª Reunião em 30 de abril de 1987, p. 114, grifos meus.

²⁴⁰ CARRARA, Sérgio. A antropologia e o processo de cidadanização da homossexualidade no Brasil. **Cadernos Pagu**, v. 47, 2016, e164717. <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201600470017>.

²⁴¹ MCROBBIE, Angela; SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Strategies of Vigilance: An Interview with Gayatri Chakravorty Spivak. In: MCROBBIE, Angela. **Postmodernism and Popular Culture**. New York: Routledge, 1994, p. 122-123.

²⁴² DANIEL, Sara; JONSSON, Stefan; SPIVAK, Gayatri Chakravorty. An Interview with Gayatri Chakravorty Spivak. **Boundary**, v. 20, n. 2, 1993, p. 35.

manejo estratégico que se aproxima ao proposto pela formulação da autora, em maior ou menor medida. Contudo, ainda no discurso em análise, é possível ver a limitação de sua aplicação, que invariavelmente provoca alguma forma de reificação. Na linha da crítica de Butler,

Fazer apelos à categoria das mulheres, em nome de propósitos meramente ‘estratégicos’, não resolve nada, pois as estratégias sempre têm significados que extrapolam os propósitos a que se destinam. Nesse caso, a própria exclusão pode restringir como tal um significado inintencional, mas que tem consequências. Por sua conformação às exigências da política representacional de que o feminismo articule um sujeito estável, o feminismo abre assim a guarda a acusações de deturpação cabal da representação²⁴³.

De fato, qualquer uso estratégico mantém o caráter excludente inerente a construções essencialistas. Não é possível que se construa uma identidade estável sem que algo esteja fora dela, justamente para estabilizá-la. Todavia, como parece reconhecer a própria Butler, algum uso tático do termo “mulher” deve ainda ser possível, desde que acompanhado de (e permitindo as) críticas que “interrogam as operações excludentes e relações de poder diferenciais que constroem e delimitam as invocações feministas de ‘mulher’”²⁴⁴. Nesse sentido, invoca a autora, embora espere por uma “coalizão de minorias sexuais que transcendam as simples categorias de identidade”, uma vez que o uso político de categorias identitárias corre o risco de se tornar um “instrumento do poder que se opõe”, isso não é razão suficiente para “não usar e não ser usado pela identidade”²⁴⁵. Assim, transpondo a mesma lógica para contextos mais amplos do emprego de termos identitários, a urgência de demandas de certos grupos oprimidos não permite que a articulação de seus pleitos se dê, a curto prazo, alheia a qualquer forma de construção identitária e possivelmente essencializadora. Nesse sentido, o recurso a tais termos como forma de alcançar certa capilaridade política se torna imprescindível no êxito de suas demandas, principalmente em um contexto de regulação estatal, no qual é preciso um “sujeito definido” para o qual sejam direcionadas as políticas públicas²⁴⁶. Essa oposição se assemelha à diferenciação estabelecida por Nancy

²⁴³ BUTLER, JUDITH. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, p. 23.

²⁴⁴ BUTLER, JUDITH. **Bodies that matter**: on the discursive limits of “sex”. London and New York: Routledge, 1993, p. 5, tradução minha. No original: “interrogates the exclusionary operations and differential power-relations that construct and delimit feminist invocations of ‘women’”.

²⁴⁵ BUTLER, Judith. Preface (1999). In: BUTLER, Judith. **Gender Trouble**: Feminism and the Subversion of Identity. New York and London: Routledge, 2007, p. xxvii-xxviii.

²⁴⁶ AGUIÃO, Silvia. **Fazer-se no “Estado”**: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direito no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

Fraser entre remédios afirmativos e transformativos: ainda que o objetivo final seja o segundo, não há como renunciar totalmente à primeira categoria de remédio, a despeito de seu potencial excludente e reificador²⁴⁷. Nesse sentido, Ochy Curiel enfatiza que, mesmo em se tratando de um debate em andamento, essa discussão permitiu “relativizar a política de identidade, colocando-lhe limites, assumindo-as como estratégias e posicionamentos, mais do que como fins em si mesmos”²⁴⁸.

De volta ao trecho da exposição destacado acima, em sua segunda parte, Mascarenhas enuncia um elemento definidor da vida de gays e lésbicas, bem como de quaisquer pessoas LGBTI+: “a maioria esmagadora dos homossexuais [...] é constituída por pessoas casadas [...] os quais se empenham terrivelmente no sentido de que ninguém venha desconfiar de que eles são gays”²⁴⁹. A ideia do armário, esfera privada à qual são relegadas pessoas LGBTI+, impedidas pelo preconceito, é outro fator central na constituição dessas subjetividades. Talvez precisamente o motivo, também, de não serem identificados parlamentares LGBTI+ na Assembleia Constituinte. Por se tratar, a orientação sexual e a identidade de gênero, de características nem sempre autoevidentes ou visíveis e identificáveis nos indivíduos, como a cor da pele, abre-se uma lacuna na qual o armário figura, ao mesmo tempo, enquanto um aparato de opressão e proteção. Com efeito, até os dias de hoje, essa segue sendo uma forma de violência presente na vida dessas pessoas. Nem mesmo aquelas mais publicamente assumidas estão inteiramente descoladas dessa experiência, “cada encontro com uma nova classe cheia de estudantes, para não dizer de um novo chefe, assistente social, agente de empréstimo, locador, médico, ergue novos armários cujas características e inquietantes leis [...] demandam [...] novas requisições de sigilo ou revelação”²⁵⁰. Desse modo, também

²⁴⁷ FRASER, Nancy. From Redistribution to Recognition? Dilemmas of justice in a "postsocialist" age. In: OLSON, Kevin. **Adding Insult to Injury**: Nancy Fraser debates her critics. London: Verso, 2008, p. 11-41.

²⁴⁸ CURIEL, Ochy. Hacia la construcción de un feminismo descolonizado. In: MIÑOSO, Yuderlys Espinosa; CORREAL, Diana Gómez; MUÑOZ, Karina Ochoa (orgs). **Tejiendo de otro modo**: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014, p. 330, tradução minha. No original: “relativizar la política de identidad, poniéndole límites, asumiéndolas como estrategias y posicionamientos, más que como fines en sí mismos”.

²⁴⁹ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher - Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 12ª Reunião em 30 de abril de 1987, p. 114.

²⁵⁰ SEDGWICK, Eve Kosofsky. **Epistemology of the Closet**. Berkeley: University of California Press, 1990, p. 67-68, tradução minha. No original: “every encounter with a new classful of students, to say nothing of a new boss, social worker, loan officer, landlord, doctor, erects new closets whose fraught and characteristic laws [...] exact [...] new requisitions of secrecy or disclosure”.

a presença do próprio Mascarenhas na subcomissão se revela como uma etapa de construção e destruição de um novo armário, um ato performativo por meio do qual ele busca assentar as bases iniciais para que esse próprio instituto possa deixar de existir.

Se encaminhando para o fechamento do discurso, Mascarenhas procura focar em elementos que retratam a discriminação sofrida de forma recorrente por gays, lésbicas e bissexuais. Nesse sentido, novamente destaca o papel exercido pelos veículos de comunicação, que contribuem para o aumento do preconceito, principalmente a partir da disseminação de informações equivocadas, que associam a homossexualidade a doenças, à prostituição e à criminalidade. Além disso, enfatiza uma forma específica, e particularmente cruel, de discriminação sofrida por esse grupo: aquela vivenciada no ambiente familiar²⁵¹. Esse contexto, comumente vinculado ao conforto e amparo, principalmente em sua definição mais tradicional, é talvez a primeira origem de sofrimento de crianças e jovens LGBTI+. Não somente diante da necessidade de esconder sua condição dos próprios familiares, mas também considerando que, caso decidam expô-la, podem ser eles seus primeiros agressores. Jonh Boswell salienta que essa seria uma peculiaridade da opressão sofrida por dissidentes sexuais, ao menos quando se pensa em arranjos familiares heteronormativos, que não identificam em seu núcleo familiar pessoas com as quais compartilham essa condição de subalternidade e com as quais poderiam nutrir um sentimento de pertença²⁵².

Logo em seguida, o ativista se concentra na invisibilização da violência e discriminação cotidianas enfrentadas por homossexuais. Segundo afirma, ele, enquanto “estigmatizado” e “vítima”, é capaz de enxergá-las, pois são práticas que o afetam diretamente. No entanto, esses acontecimentos passam despercebidos àqueles que não os vivenciam. Diante disso, ele apresenta aos parlamentares um documento, elaborado pelo grupo, no qual elencam-se vários casos de discriminação por orientação sexual, “com nomes, lugares e datas”²⁵³. Nomes.

²⁵¹ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher - Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 12ª Reunião em 30 de abril de 1987.

²⁵² BOSWELL, John. **Christianity, Social Tolerance, and Homosexuality**: gay people in western europe from the beginning of the christian era to the fourteenth century. Chicago: the University of Chicago Press, 1980.

²⁵³ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher - Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 12ª Reunião em 30 de abril de 1987, p. 114.

Lugares. Datas. Trata-se de elementos que permitem a materialização desses eventos de violência, uma forma de torná-los reais aos olhos daqueles que encaram a situação com indiferença. Não se pode deixar de relacionar essa estratégia com uma certa dimensão performativa do luto e do sofrimento, como ressaltado por Judith Butler. O luto público é uma forma de se romper um padrão no qual determinadas mortes são repetidamente ignoradas, bem como variadas formas de violência²⁵⁴. Assim, a exposição desses casos, nomeando-os, revestindo-os de concretude diante dos constituintes, é também uma maneira de se reivindicar um “direito de aparecer”, escancarando os sofrimentos experimentados por esse grupo estigmatizado²⁵⁵.

Finalmente, João Antônio de Souza Mascarenhas encerra sua fala agradecendo a oportunidade e destacando:

Não temos a ingenuidade de imaginar que, de um momento para o outro, só o fato da inclusão, na Constituição Federal, da expressão "orientação sexual" venha fazer com que, de uma penada, a discriminação desapareça. Não, longe disso. O que queremos com isso é **fazer com que o oprimido se sinta juridicamente habilitado a lutar pelo respeito dos seus direitos**, nem mais, nem menos²⁵⁶.

O trecho destacado acima, de certa forma, resume o objetivo do esforço de incidência política realizado pelo grupo na Assembleia Nacional Constituinte. Não se tem a pretensão de eliminar a discriminação, mas assentar as bases para que essa mesma pretensão possa ser juridicamente possível e tenha sua legitimidade respaldada nesse momento em que se reconstitui o próprio Estado brasileiro. Trata-se da busca pelo reconhecimento de dissentes sexuais como integrantes dessa nação que se delimita com o novo pacto político, momento no qual se traça, também, a linha que separa quem é, quem pode ser e quem não é cidadão.

4.1.2.

Interpelações Parlamentares ao Homossexual na Constituinte

Finalizado o discurso inicial do ativista do MHB, passou-se à sua interpelação pelos constituintes, com questionamentos relativos à sua fala.

²⁵⁴ BUTLER, Judith. **The force of non-violence**: an ethico-political bind. London/New York: Verso, 2020.

²⁵⁵ BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

²⁵⁶ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher - Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 12ª Reunião em 30 de abril de 1987, p. 115, grifos meus.

Realizaram intervenções, mediadas pelo presidente Antônio Mariz (PMDB-PB), os seguintes parlamentares: Ubiratan Spinelli (PDS/MT), Dirce Tutu Quadros (PTB/SP), José Viana (PMDB/RO), Eliel Rodrigues (PMDB/PA), Lúcia Braga (PFL/PB) e Luiz Salomão (PDT/RJ). Houve, ainda, uma pergunta direcionada por Nilse Gomes de Souza que, apesar de não ser constituinte, participava da audiência na condição de assessora técnica do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Com exceção das contribuições de Luiz Salomão e Nilse Gomes, todas as manifestações realizadas pelos demais presentes continham uma forte carga homofóbica, em diferentes graus, ainda quando o parlamentar em questão alegava apoiar a causa ou mesmo não possuir preconceitos. Acho essencial recordar que essas foram falas proferidas não em uma discussão interna dos constituintes, mas na presença de e direcionadas a João Antônio Mascarenhas, um homem assumidamente gay. Nesse sentido, antes de passar à análise, gostaria de recuperar o conceito de *interpelação*, definido por Butler a partir das noções construídas por Althusser e Foucault, que foi desenvolvido no primeiro capítulo deste trabalho. Sua compreensão é importante para que sejam devidamente observados os desdobramentos das práticas discursivas identificadas no contexto examinado.

A virada discursiva produzida no campo da linguagem foi, também, impulsionada pelos esforços de grupos socialmente estigmatizados que buscavam demonstrar os efeitos práticos e concretos de enunciações injuriosas. Reconhecer a performatividade de certos atos de fala é importante não somente sob uma perspectiva social, mas também jurídica, uma vez que a comprovação dos danos provocados por ofensas verbais abre a possibilidade do acionamento de sanções previstas no ordenamento jurídico²⁵⁷. No entanto, nesse contexto, é justamente o caráter de constituição social que possui maior relevo. De volta ao exemplo althusseriano de interpelação, o chamamento de um policial a um indivíduo que passa na rua desencadeia seu processo de formação social. Esse agente, que representa em alguma medida a vontade estatal, provoca no indivíduo seu próprio reconhecimento enquanto sujeito e vulnerável à aplicação de lei ou sanção diante da saudação recebida. Embora Althusser julgue se tratar de um processo unilateral – essa subjetivação provocada pela interpelação –, Butler aponta exatamente para o contrário, indicando que é a falha constitutiva desse ato performativo que permitiria

²⁵⁷ BUTLER, Judith. **Excitable speech**: a politics of the performative. London and New York: Routledge, 1997.

diferentes graus de desobediência e rearticulação²⁵⁸. Do mesmo modo atua o discurso de ódio que, segundo a autora, possui essa dimensão interpelativa, agindo na constituição do sujeito, ainda que suscetível a falhas por não se tratar de uma operação unilateral²⁵⁹. Assim, é preciso considerar que as falas analisadas a seguir foram formas de interpelações sofridas por um homem gay em contexto no qual não se encontrava entre pares. E tais falas, além de atuarem diretamente sobre ele, cristalizam a produção de um imaginário social acerca desses indivíduos e seguem a interpelar novos sujeitos mesmo que pela mera reprodução escrita. O momento de criação da Carta Política delimitava e constituía a nação brasileira e também circunscrevia a constituição de outros sujeitos, ainda que excluídos desse conceito de nação.

Feita essa breve incursão teórica, é possível voltar à análise das discussões. O debate foi iniciado por Ubiratan Spinelli – aquele mesmo que alguns dias antes questionava a credibilidade da participação de Mascarenhas diante do risco de um “festival gay”. Inicialmente, o parlamentar destaca que “**nos**sa preocupação com o **homossexualismo** masculino é bem mais forte do que no concernente às mulheres”²⁶⁰. Chamo aqui, pela última vez, atenção para o uso do termo patologizante “homossexualismo”, empregado pela quase totalidade dos participantes da ANC, favoráveis e contrários à demanda do MHB, e que se repetirá com frequência nos trechos a serem analisados. Outro elemento que salta aos olhos, nesse pequeno excerto, é o emprego do pronome possessivo “nos

²⁵⁸ BUTLER, Judith. **Bodies that matter**: on the discursive limits of “sex”. London and New York: Routledge, 1993, p. 81-82.

²⁵⁹ BUTLER, Judith. **Excitable speech**: a politics of the performative. London and New York: Routledge, 1997, p. 24.

²⁶⁰ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher - Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 12ª Reunião em 30 de abril de 1987, p. 115, grifos meus.

plural ameniza a carga de responsabilidade pessoal do parlamentar pela frase ofensiva que se seguiria, demonstrando algum grau, ainda que mínimo, de precaução em evitar um embate mais direto com o expositor da audiência pública a quem, ainda assim, ele atingia com sua fala.

A acepção completa do enunciado destacado, por sua vez, reflete a perpetuação de visões machistas até mesmo em uma esfera de preconceito homofóbica. Nesse sentido, além de mulheres lésbicas e bissexuais historicamente sofrerem com a invisibilização dentro do próprio MHB²⁶¹, a percepção, na lógica do detrator, de sua suposta “inofensividade” também atua perante construções sexistas que estabelecem regras estritas de masculinidade e associam a feminilidade a espaços e ações de menor relevância ou impacto²⁶². Esse padrão é identificado por Butler ao analisar o objeto de estudo de um professor de neuropsiquiatria estadunidense que concentra seus esforços na necessidade de efetivação de um diagnóstico de “distúrbio de identidade de gênero” quase exclusivamente em meninos, não vendo relevância de estender sua preocupação às pessoas do sexo feminino. Segundo ela,

ele parece estar relativamente despreocupado com as meninas, o que me impressiona como totalmente sintomático de sua preocupação com a autoridade patriarcal e sua incapacidade de ver a ameaça que as mulheres de todos os tipos podem representar para as suposições que ele faz sobre o poder masculino. O destino da masculinidade absorve esse estudo porque a masculinidade, uma construção frágil e falível, precisa do apoio social do casamento e de uma vida familiar estável para encontrar seu caminho correto²⁶³.

O argumento de Butler se sustenta quando examinamos a justificativa apresentada a seguir por Spinelli para sua maior tormenta diante de homossexuais masculinos e sua aparente indiferença às mulheres lésbicas e bissexuais: “as

²⁶¹ FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas?:** movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

²⁶² Elemento que reverbera também na seara jurídica, considerando que a maioria dos países que criminalizam relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo o fazem exclusivamente nos casos de atos sexuais praticados entre dois homens. Ver: ILGA, World; MENDOS, Lucas Ramon; BOTHA, Kellyn; LELIS, Rafael Carrano; PEÑA, Enrique López de la; SAVELEV, Iliia; TAN, Daron. **State-Sponsored Homophobia 2020: Global Legislation Overview Update**. Geneva: ILGA, December 2020.

²⁶³ BUTLER, Judith. **Undoing gender**. London and New York: Routledge, 2004, p. 90. No original: “he seems to be relatively unconcerned with girls, which impresses me as entirely symptomatic of his preoccupation with patriarchal authority, and his inability to see the threat that women of all kinds might pose to the presumptions he makes about male power. The fate of masculinity absorbs this study because masculinity, a fragile and fallible construct, needs the social support of marriage and stable family life in order to find its rights path”.

mulheres são mais recatadas, mais comedidas, não fazem estardalhaço dessa sua condição”²⁶⁴. Novamente, se pensarmos a partir do raciocínio feito pelo parlamentar, trata-se de mais uma exaltação a traços da masculinidade. Isso porque, conforme salienta Butler, um dos principais motivos para a perpetuação do ódio homofóbico deriva do fato de gays e lésbicas romperem com diversas características associadas a um ou outro sexo e reforçadas pelas normas sociais²⁶⁵. Assim, a incorporação por homens gays de atributos tidos como femininos é vista como extremamente problemática, ao passo que mulheres lésbicas não geram grande incômodo.

Seguindo em sua intervenção, o parlamentar ressalva que não pretende generalizar, pois, segundo ele, o “homossexualismo pode ser dividido em classes”, as quais ele classifica da seguinte forma: os “mais comedidos” ou os “homossexuais educados”; os “gays”, segundo ele responsáveis pelo “trabalho mais de perturbação, de escândalo perante a sociedade”; e “os [*sic*] travestis”. O tratamento negativo de expressões de travestilidade seguem distinção inicialmente estabelecida pelo próprio João Mascarenhas e já discutida acima. Por outro lado, é interessante notar a diferenciação cunhada pelo parlamentar entre as figuras do gay e do homossexual, como se as palavras não representassem a mesma condição. Notadamente, o termo “homossexuais” vem acompanhado de “educados”, conferindo uma adjetivação que sugere se tratar de uma característica não usualmente associada a esse grupo de indivíduos, o mesmo ocorrendo com a menção a serem eles os “mais comedidos”.

Essa tentativa de taxonomia de pessoas homossexuais pode, em alguma medida, ser relacionada com a pesquisa realizada por Peter Fry na década de 1970 no Brasil, na qual buscava recuperar, sob uma perspectiva antropológica, o histórico da construção e nomeação da homossexualidade no país. Nesse sentido, o autor retoma categorias que designam representações da sexualidade encontradas em pesquisa de campo realizada por ele, conjugando uma série de identidades que relacionam a orientação do desejo, papéis sexuais e performances de gênero. Dentre uma miríade de possibilidades, as nomeações perpassam: macho, homem, bicha, ativo, passivo, entendido, entre outros. Nesse contexto, Fry traça um paralelismo

²⁶⁴ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher - Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 12ª Reunião em 30 de abril de 1987, p. 115.

²⁶⁵ BUTLER, Judith. **Bodies that matter**: on the discursive limits of “sex”. London and New York: Routledge, 1993.

entre a superação do paradigma médico e as diferenças de identidades no Brasil. Assim, aponta que o termo “gay” surgiu como uma forma de caracterização da homossexualidade como algo positivo, no contexto da liberação sexual, opondo-se à categoria médica do “homossexual”. Do mesmo modo, o “entendido” é uma forma de superar a noção hierárquica e estigmatizante produzida pelo termo “bicha”, propondo uma caracterização igualitária²⁶⁶.

Sob essa luz, é possível notar o maior conforto do parlamentar com a utilização do termo associado à medicalização da condição da homossexualidade, enquanto variações a essa categoria, que possam representar maior autonomia e empoderamento desse grupo social, apresentam-se como uma ameaça potencializada. Trata-se, portanto, do grupo mais “perigoso”, capaz não somente de “desencaminhar” demais inocentes – levando-os à prática do “homossexualismo” –, mas também responsáveis pela disseminação do uso de drogas. Nesse sentido, destaco o seguinte trecho da fala do parlamentar:

[...] se tem notícias sobre o que referiu V. S^a no meio do homossexualismo mais forte, dos gays, do uso de drogas e de outro tipo de indução, principalmente levando outras pessoas a se desencaminharem, principalmente os jovens de 15, 18 e 20 anos, que são levados a mudar a orientação da sua educação exatamente por certos tipos de pessoas que não têm educação; um homossexual de nível mais baixo, que são os gays, que são os travestis, que induzem a juventude ao uso de drogas, e, de outros instrumentos e até de dinheiro, para que com eles compartilhem de relações sexuais²⁶⁷.

Esse tipo de ilação falaciosa caracteriza e contribui para o estabelecimento de pânicos morais, como será mais bem discutido à frente, algo que se intensifica na fala de alguns constituintes com o transcorrer dos debates. Seguindo sua intervenção, mais uma vez o constituinte demonstra sua preocupação com certa “contagiosidade” e com atos performativos da expressão da homossexualidade, como quando alertava para a possibilidade de um “festival gay” na ANC. Segundo ele,

Intimamente não temos nada contra os homossexuais. Não acha V. S^a que eles deveriam **ser mais comedidos** perante a sociedade, sem **ferir a individualidade** de outras pessoas, sem **agredir publicamente**? Às vezes, estamos num lugar,

²⁶⁶ FRY, Peter. Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: FRY, Peter. **Para inglês ver: identidade política na cultura brasileira**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1982, p. 87-115.

²⁶⁷ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher - Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 12^a Reunião em 30 de abril de 1987, p. 115.

sentado, e alguns desses homossexuais – não falo em termo geral – vêm com insinuações, praticando certas atitudes que incomodam muito as pessoas. Esta é a nossa preocupação²⁶⁸.

Inicialmente, não há como ignorar a contradição evidente produzida pela primeira frase do parlamentar. Ela vai na mesma linha da argumentação de outros constituintes, de acordo com a qual a negativa da inclusão do termo orientação sexual não derivaria de qualquer acepção preconceituosa ou mesmo de suas vontades pessoais, mas sim possuiria alguma espécie de justificação jurídica, ainda que não desenvolvida. Ademais, apesar dessa afirmação, não restam dúvidas acerca do posicionamento pessoal do referido parlamentar com relação à demanda, que em diversas oportunidades mobilizou argumentos de oposição ao pleito. Não obstante, ainda assim, Spinelli insiste em finalizar esse momento de intervenção da seguinte forma: “quanto ao problema de constar ou não na Constituição, isso vamos debater aqui. **Meu ponto de vista ainda não está firmado nesse sentido**”²⁶⁹, buscando transparecer uma abertura e disposição ao diálogo que contradiz tudo o que fora anteriormente afirmado por ele.

De todo modo, voltando à análise da preocupação do parlamentar com a performatividade da homossexualidade, o trecho destacado acima ilustra um elemento também recorrente nos debates da ANC. Spinelli delimita sua preocupação em relação à expressão pública de afeto entre pessoas do mesmo sexo que, segundo ele, seria uma forma de “agressão” aos demais. Em trabalhos mais recentes, Butler reforça que, embora tenha estabelecido a noção de performatividade de gênero a partir da teoria dos atos de fala construída por John Austin²⁷⁰, essa performatividade é (e sempre foi²⁷¹) também corporal. Significa dizer que os corpos também possuem essa dimensão performativa a partir da qual

²⁶⁸ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher - Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 12ª Reunião em 30 de abril de 1987, p. 115, grifos meus.

²⁶⁹ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher - Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 12ª Reunião em 30 de abril de 1987, p. 115, grifos meus.

²⁷⁰ AUSTIN, John Langshaw. **How to do things with words**. Cambridge: Harvard University Press, 1975.

²⁷¹ Como já havia dito, “if one wonders how a linguistic theory of the speech act relates to bodily gestures, one need only consider that speech itself is a bodily act with specific linguistic consequences. Thus speech belongs exclusively neither to corporeal presentation nor to language, and its status as word and deed is necessarily ambiguous”. Ver: BUTLER, Judith. Preface (1999). In: BUTLER, Judith. **Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity**. New York and London: Routledge, 2007, p. xxviii.

seus atos constituem o gênero, assim como constituem outros aspectos da subjetividade²⁷². É nesse sentido que existe um paralelo entre a fala inicial de Spinelli, apreensivo com a possibilidade de um “festival gay”, e essa esfera de uma suposta “agressão” agora mencionada por ele. Mais uma vez, reconhece-se um grau de performatividade relacionado à homossexualidade. Se antes falar sobre ela era o mesmo que praticá-la, agora a disposição de dois corpos de pessoas do mesmo sexo lado a lado, na qual haja alguma insinuação de afeto, não somente parece se traduzir em um ato de “sexo público” – um atentado ao pudor –, como também possui tamanha força performativa a ponto de ser responsável por alguma forma de agressão aos que compartilham o mesmo ambiente que tais corpos.

Um aspecto adicional de análise nos leva de volta às categorias descritas na pesquisa de Peter Fry. O incômodo do parlamentar, ao reforçar a necessidade de que homossexuais sejam “mais comedidos”, na realidade, parece se dar com relação à categoria da “bicha” trabalhada por Fry. Segundo ele, às “bichas” se associam papéis femininos e uma posição sexual “passiva”²⁷³. Nesse sentido, como também frisado por Butler²⁷⁴, parece haver um maior incômodo e uma exacerbação do ódio quando se tornam mais evidentes os rompimentos com as normas tradicionais de gênero, o que encontra seu ápice em casos de expressões e identidades de gênero que não correspondem ao sexo designado no nascimento. Desse modo, a abjeção maior, no caso dos gays, dá-se com relação àqueles que são vistos como mais “espalhafatosos” ou “afeminados”, que incorporam expressões de gêneros tidas como femininas, um preconceito que reverbera até mesmo nas relações existentes dentro da própria população LGBTI+²⁷⁵. Em reflexão sobre a questão, Sérgio Carrara, em comento a pesquisas realizadas pelo Datafolha, na parada do orgulho LGBTI+ de São Paulo em 2005, e pelo Centro Latino-Americano em Sexualidade

²⁷² BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

²⁷³ FRY, Peter. Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: FRY, Peter. **Para inglês ver**: identidade política na cultura brasileira. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1982, p. 87-115.

²⁷⁴ BUTLER, Judith. **Bodies that matter**: on the discursive limits of “sex”. London and New York: Routledge, 1993.

²⁷⁵ Um exemplo disso são as interações sexuais por aplicativos, nas quais homens gays frequentemente indicam, já em seu perfil, não terem interesse de nem ao menos iniciar conversa com homens afeminados. Sobre isso, ver a pesquisa: COSTA, Ramon Silva. **Entre taps e direitos**: proteção de dados pessoais, privacidade e liberdade no aplicativo Grindr. Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Direito. Programa de Pós-Graduação em Direito, 2020, p. 88-158.

e Direitos Humanos – junto ao Grupo Arco-Íris e ao Centro de Estudos de Segurança e Cidadania – na versão carioca do mesmo evento em 2004, sugere um direcionamento sutilmente distinto. Ao sublinhar números dos referidos levantamentos, segundo os quais a maioria dos entrevistados consideravam haver “exagero nos trejeitos” de certos homossexuais, enquanto parcela significativa dos gays indicou preferir “parceiros mais masculinos”; o autor aponta que “a necessidade política de afirmação de uma homossexualidade viril” se liga a um mecanismo de defesa diante da discriminação. O reforço da adequação desses indivíduos às “normas de gênero vigentes” – as quais romperam por seu desejo desviante – parece figurar como requisito “para ingressar no universo da cidadania ou da conjugalidade bem sucedida”²⁷⁶.

Além disso, é importante notar como historicamente o avanço da pauta LGBTI+ no campo jurídico se deu em alguma medida atrelado a esse resguardo da esfera pública, associando-se as conquistas de direitos ao fundamento do direito à privacidade. É o que ocorreu, por exemplo, em precedentes relacionados à descriminalização de relações entre pessoas do mesmo sexo – na argumentação levada à Suprema Corte estadunidense nos casos *Bowers v. Hardwick*²⁷⁷ e *Lawrence v. Texas*²⁷⁸ e na decisão do Comitê de Direitos Humanos em *Toonen v. Australia*²⁷⁹ –, além de esse ser um elemento recorrente nas decisões proferidas por cortes internacionais de direito humanos²⁸⁰. Contudo, não obstante essa tendência, de acordo com levantamento da ILGA, há ainda 69 países nos quais relações homossexuais são criminalizadas, mesmo em ambientes privados²⁸¹. Desse modo, ainda que descabida e promotora de uma hierarquização com relação a quais corpos

²⁷⁶ CARRARA, Sérgio. Só os viris e discretos serão amados?. **Folha de São Paulo**, 19 de junho de 2005. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1906200509.htm#:~:text=Paulo%20%2D%20S%C3%B3%20os%20viris%20e,%3F%20%2D%2019%2F06%2F2005&text=S%C3%93%20OS%20VIRIS%20E%20DISCRETOS%20SER%C3%83O%20AMADOS%3F&text=Paradas%20do%20orgulho%20de%20%C3%A9sbicas,aten%C3%A7%C3%A3o%20dos%20institutos%20de%20pesquisa.>

Acesso em: 28 mar. 2021.

²⁷⁷ Decisão disponível em: <https://supreme.justia.com/cases/federal/us/478/186/#tab-opinion-1956747>. Acesso em: 21 abr. 2021.

²⁷⁸ Decisão disponível em: <https://supreme.justia.com/cases/federal/us/539/558/#tab-opinion-1961305>. Acesso em: 21 abr. 2021.

²⁷⁹ Decisão disponível em: <https://juris.ohchr.org/Search/Details/702>. Acesso em: 21 abr. 2021.

²⁸⁰ LELIS, Rafael Carrano; GALIL, Gabriel Coutinho. Direito Internacional Monocromático: previsão e aplicação dos direitos LGBTI na ordem internacional. **Revista de Direito Internacional**, v. 15, n. 1, p. 277-298, 2018.

²⁸¹ ILGA, World; MENDOS, Lucas Ramon; BOTH, Kellyn; LELIS, Rafael Carrano; PEÑA, Enrique López de la; SAVELEV, Ilia; TAN, Daron. **State-Sponsored Homophobia 2020: Global Legislation Overview Update**. Geneva: ILGA, December 2020.

têm o direito à expressão pública, esse argumento do parlamentar não serviria para excluir a possibilidade de o texto constitucional vedar a discriminação contra esse grupo de indivíduos, visto que diversos avanços jurídicos ocorridos nos anos que se seguiram à ANC ainda possuíam esse atrelamento ao ambiente privado como uma limitação.

Os trabalhos seguem com a participação da constituinte Dirce Tutu Quadros, que inicia a intervenção se posicionando como “uma representante do povo que acredita que quanto mais livre a sociedade, mais sadia ela será, e que realmente todos os cidadãos são iguais”. Segundo ela, “nunca deixei de conviver com um homossexual ou nunca me afastei de um homossexual de forma alguma. Todo ser humano para mim é igual”²⁸². Aponta, também, ter acabado de voltar da Holanda, talvez para mostrar sua predisposição a ideias mais progressistas. Tendo dito isso e, ainda, demarcado seu lugar de aliada da causa, salientando a Mascarenhas que poderia contar com seu “apoio irrestrito em todas as formas possíveis” e indicando que havia aderido ao pleito no dia anterior, passa a manifestar suas “preocupações” não somente como “representante do povo, mas **como mãe de família**”²⁸³. Tutu Quadros antecipa que o esclarecimento que pede pode soar desagradável e o resume da seguinte forma:

Por exemplo, eu gostaria de apresentar um **projeto de opção de controle à natalidade**. Esse projeto naturalmente vai incluir um projeto de educação sexual nas escolas etc. Só daí, por esse princípio, eu gostaria de formular perguntas. Por exemplo, a **minha preocupação em relação aos meus filhos se estende pura e simplesmente em razão do fato de que eu gostaria que eles tivessem filhos e da preocupação das consequências que o homossexualismo está trazendo no momento – a Aids e uma série de outros efeitos**. Gostaria de saber a sua opinião, por mais chocante que seja, quanto à educação sexual etc. Poderá parecer estranho, mas gostaria de saber, por exemplo: **o homossexual é um cidadão realizado, ou ele gostaria de não ser homossexual?** Pergunto isso para **saber se vale a pena colocar uma proposta, na parte de educação, para se prevenir o homossexualismo**. Repito, homossexualismo não me ofende de forma alguma. Cada um, na minha opinião, se realiza sexualmente como bem entende. Mas nós representantes do povo, temos de nos informar da melhor maneira possível.

A então deputada constituinte, além de possuir formação acadêmica no exterior, foi responsável pela defesa de uma série de pautas consideradas

²⁸² BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher - Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 12ª Reunião em 30 de abril de 1987, p. 115.

²⁸³ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher - Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 12ª Reunião em 30 de abril de 1987, p. 115, grifos meus.

progressistas na ANC, entre elas a educação sexual e descriminalização do aborto²⁸⁴. Isso, todavia, não impediu seu desconhecimento e mesmo reprodução de estereótipos com relação a fatores ligados ao tema da homossexualidade, o que, mais uma vez, ilustra o déficit estrutural na formação nessa seara, sobretudo no contexto da época. A preocupação de que a homossexualidade viesse a impedir que seus filhos tivessem descendentes parece em contradição com a proposta de um projeto de controle à natalidade, alinhado às expectativas feministas da época. Ademais, a menção à Aids e o estabelecimento de sua relação direta com a homossexualidade reflete que esse estereótipo persistia mesmo dentre aqueles vistos como aliados do movimento, não obstante a existência de estudos que indicavam que a disseminação do vírus não se ligava à orientação sexual²⁸⁵. Por fim, a dúvida, aparentemente genuína, com relação à necessidade ou não de uma educação de prevenção à homossexualidade escancara, mais uma vez, as consequências da falta de representatividade dentro do ambiente constituinte. Isso porque a presença de pessoas LGBTI+ não somente facilitaria a disseminação das pautas pregadas pelo movimento, mas também teria o efeito de aumentar a empatia dos parlamentares com relação a esses indivíduos, humanizando suas existências. Nesse sentido, Andrew Reynolds, em pesquisa realizada sobre a representatividade LGBTI+ em casas legislativas, nomeia isso como “familiaridade por presença”, indicando que a presença desses indivíduos no parlamento torna suas vivências menos abstratas, dando nomes e materializando esse “outro”, o que propicia um ambiente mais aberto à aprovação de políticas que beneficiem essa população²⁸⁶. Ao questionamento da parlamentar, Mascarenhas responde se considerar um sujeito “plenamente realizado” e sublinha que potencial infelicidade em outros indivíduos

²⁸⁴ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). **Dirce Maria do Vale Quadros**. Rio de Janeiro: FGV, s/d. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dirce-maria-do-vale-quadros>.

Acesso em: 21 abr. 2021.

²⁸⁵ Com efeito, Vera Paiva elucida que a “pesquisa social e epidemiológica nos informava desde 1985” que a morte em virtude da Aids “poderia ser masculina ou uma história feminina, de amor heterossexual ou homossexual, de alguém bem jovem ou de pessoas na meia idade”. Nesse sentido, “já sabíamos que o vírus não escolhe sexo, idade, religião, classe social, país ou continente, e se expande em contextos de maior vulnerabilidade social”. Apesar dessas evidências científicas, no entanto, seguia-se a associação da epidemia provocada pelo HIV, com grande contribuição da mídia e de autoridades techno-científicas, aos “chamados ‘promíscuos’ – homossexuais, usuários de drogas, trabalhadores do sexo, africanos e haitianos”. Ver: PAIVA, Vera. A psicologia redescobrirá a sexualidade?. **Psicologia em Estudo**, v. 13, n. 4, out/dez 2018, p. 642.

²⁸⁶ REYNOLDS, Andrew. Representation and rights: the impact of LGBT legislators in comparative perspective. **American Political Science Review**, Cambridge, v. 107, n. 02, p. 259-274, 2013.

relacionada à sua orientação sexual se deve, justamente, ao preconceito disseminado pela sociedade²⁸⁷.

O próximo constituinte a se manifestar foi José Viana (PMDB-RO). Sua fala inicial foi breve e, considerando meu esforço aqui em recuperar os discursos da época, permitindo a reconstrução desse contexto histórico e sua aproximação com nossas vivências contemporâneas, reproduzo-a de forma integral:

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ VIANA: – Sr. Presidente, **apesar de o Conselho Federal de Medicina afirmar que não é doença, eu acredito que o homossexualismo seja doença**. Gostaria de dizer também que **sou evangélico**. A **Bíblia Sagrada**, que é o livro dos livros e o livro por excelência, **condena radicalmente esse ato**. Também me parece que **essa prática fere a moral da família e da sociedade**. Como disse o nosso companheiro, homossexual nunca me prejudicou. Sou um homem democrata, **defendo os direitos individuais e da liberdade**, acho que **todo cidadão tem direito à vida e à liberdade**. Mas se eu tivesse um filho assim – graças a Deus, até hoje não tive filhos assim – procuraria fazer tudo, procuraria um tratamento para que não acontecesse isso. Isso me parece **ferir a moral da família e da sociedade**. Acredito que seja **uma enfermidade, uma doença**. Apesar, repito, de o Conselho Federal de Medicina dizer que não é doença, parece-me que é doença. Era o que tinha a dizer²⁸⁸.

Primeiramente, acho importante lembrar que essa fala foi feita pelo parlamentar em um momento no qual, supostamente, as intervenções deveriam ser direcionadas ao expositor da audiência pública para que os constituintes pudessem esclarecer eventuais dúvidas com relação ao tema de exposição. No entanto, José Viana utilizou seu espaço para realizar algumas afirmações. Não parece haver intenção de debate e seu discurso não aponta qualquer espécie de questionamento. Um primeiro elemento relevante na fala é a negação com relação a aspectos médico-científicos. Conforme apontado no capítulo anterior, apesar do histórico de medicalização e patologização da homossexualidade no Brasil e no mundo, dois anos antes, em 1985, o Conselho Federal de Medicina optou pela retirada da homossexualidade do rol de doenças a serem diagnosticadas pelos profissionais credenciados, em iniciativa articulada pelo Grupo Gay da Bahia. Não obstante esse fato, do qual o parlamentar afirma ter conhecimento, o orador reafirma sua crença (e este parece ser o termo mais adequado) de classificação do “homossexualismo”

²⁸⁷ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher - Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 12ª Reunião em 30 de abril de 1987, p. 115.

²⁸⁸ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher - Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 12ª Reunião em 30 de abril de 1987, p. 116, grifos meus.

enquanto uma forma de patologia sem a apresentação de quaisquer argumentos técnicos para tanto. Pelo contrário, o aparente embasamento de José Viana, que se declara evangélico, são os textos bíblicos que, segundo ele, condenariam tais atos. Como enfatiza Cristina Câmara, em análise da fala de outro parlamentar, “quando as explicações do saber médico questionam as concepções religiosas, a última palavra é sempre a de Deus”²⁸⁹.

É também a partir desse referencial que o parlamentar enquadra a homossexualidade enquanto uma ameaça à moral da família e da sociedade. É inegável a influência exercida por certos grupos religiosos nesse momento de construção da carta política que delimitará os rumos da nação brasileira. O texto, que preconiza a laicidade do Estado, é cunhado a partir de preceitos religiosos específicos que impossibilitam, desde o início, que haja qualquer aplicação real dessa pretensa laicidade. As referências a elementos religiosos, nomeadamente cristãos, não se esgotam nesta oportunidade, tendo direcionado a fala de diversos outros parlamentares, como será analisado à frente.

Há um segundo elemento na fala que chama a atenção. Embora o parlamentar não expresse um posicionamento direto sobre a demanda do MHB, é possível inferir, diante de suas afirmações, que seria contrário a ela. Desse modo, é latente a contradição dessa negativa com os valores de uma pessoa que alega ser democrata e defender os direitos e liberdades individuais de todos os cidadãos. No entanto, ainda que isso pareça absurdo, trata-se de um paralelo recorrente nos debates, o que permite aferir, mais uma vez, que certos parlamentares enxergam pessoas LGBTI+ como estando distantes de seu conceito de cidadania. Não haveria contradição em defender direitos individuais e liberdades para todos e se opor à proteção contra discriminação com base em orientação sexual, pois esse “todos” não engloba tais indivíduos, que são novamente afastados da ideia de humanidade.

A intervenção de José Viana é respondida por João Mascarenhas de forma igualmente breve. Com relação à caracterização da homossexualidade enquanto doença, frisa que não é possível que esse debate seja travado ali, visto que nenhum dos dois possuem formação médica, e limita-se a elencar outros países nos quais a despatologização também foi efetivada. De outro lado, chamou atenção para sua própria origem cristã e reproduziu fala do Papa João Paulo II afirmando que

²⁸⁹ CÂMARA, Cristina. **Cidadania e orientação sexual**: a trajetória do grupo Triângulo Rosa. Rio de Janeiro: Academia Avançada, 2002, p. 126.

qualquer ato sexual, mesmo entre cônjuges, era condenável se não visasse à procriação, evidenciado a seletividade do parlamentar em seguir a doutrina religiosa²⁹⁰.

Dando andamento aos trabalhos, o questionamento seguinte partiu de Nilse Gomes de Souza, assessora técnica do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, vinculado ao Ministério da Justiça, que indaga sobre a correlação entre o machismo e a violência e discriminação sofridas por homossexuais. Em resposta, Mascarenhas concorda com a linha traçada, aludindo ao fato de o machismo ser a origem da violência homofóbica. Com efeito, de acordo com Daniel Borrillo, que se debruçou sobre as diferentes formas de manifestação e categorização da homofobia, as práticas homofóbicas estão intrinsecamente ligadas ao sexismo instaurado de modo profundo em nossa sociedade, por meio do qual são naturalizados papéis de feminino e masculino. Uma ordem sexual que “implica tanto na [sic] subordinação do feminino ao masculino, quanto a hierarquização das sexualidades”²⁹¹. Desse modo, a homofobia, em seu aspecto mais geral, seria produto do padrão machista, que hostiliza quem não se adequa à função de seu gênero atribuído, de macho ou fêmea. Assim, gays e lésbicas, ao assumirem algumas das características do gênero originalmente oposto (como o desejo sexual) rompem essa barreira, o que provoca a desaprovação social. Nesse aspecto, voltamos, mais uma vez, à percepção do preconceito contra esse grupo enquanto produto da disrupção da lógica normativa que demanda coerência na tríade sexo/gênero/desejo, conforme ressaltado por Butler.

O próximo a tomar a palavra foi o constituinte Eliel Rodrigues (PMDB-PA), que participava dos trabalhos da subcomissão na condição de suplente. O tom que mistura ofensividade e contradição visto na fala de José Viana volta a se repetir. De início, demonstra seu “pesar”, dirigindo-se diretamente a Mascarenhas, por ver um “semelhante” seu “envolvido num problema dessa natureza”, embora diga nutrir respeito pela “pessoa humana em seus **aspectos intrínsecos**”. É curioso notar que o uso do termo “intrínsecos” sugere se tratar de algo inato ao ser humano – a homossexualidade – e, portanto, não passível de alteração e nem mesmo

²⁹⁰ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher - Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 12ª Reunião em 30 de abril de 1987, p. 116.

²⁹¹ BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016, p. 30.

caracterizado como uma escolha, diferentemente do que o parlamentar afirmará mais à frente. Dito isso, Eliel declara que o homossexual deve ter direito à liberdade; quê, por ser livre, precisa “exercer seu direito livremente”²⁹².

Não obstante essa pequena introdução, traz seu primeiro argumento contrário à inclusão do termo “orientação sexual”, neste momento embasando-se em um fundamento mais técnico-jurídico do que relativo ao conteúdo: “quando a nossa atual Constituição, em seu §1º do art. 153, diz que ‘todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça e tudo mais’, creio que está envolvido aí esse direito também do homossexual”. Esse posicionamento, que se repetirá dentre os opositores do pleito do MHB, fornece um pretexto que, simultaneamente, nega a demanda e alega aceitá-la, sob a justificativa de que ela estaria abarcada seja pela proteção genérica, seja pelo termo “sexo”, como exploro mais detalhadamente no fim deste capítulo. Isso recupera questão discutida anteriormente, acerca dos riscos da aposta em termos tidos como universais e abstratos para a proteção de grupos estigmatizados, uma vez que a presunção de universalidade costuma recair apenas sobre setores hegemônicos quando constatada a ausência de previsões específicas. Com efeito, essa discussão adquire especial relevo no contexto de transformação constitucional que se iniciava no fim daquela década. Desse modo, diferentemente de constituições sintéticas, a Constituição Federal que se construía nos anos de 1987 e 1988 seria predecessora do movimento do Novo Constitucionalismo Latino-Americano²⁹³, marcado, entre outros fatores, pela grande ampliação de direitos previstos no texto constitucional²⁹⁴ e alargamento do conceito de cidadania²⁹⁵. Nesse contexto, a restrição a termos específicos, voltados à proteção de grupos marginalizados, poderia ser encarada como uma negativa ao reconhecimento de direitos a tais indivíduos. Eis o porquê, considerando o caráter analítico do texto aprovado na ANC, de um argumento como esse poder ser entendido como uma

²⁹² BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher - Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 12ª Reunião em 30 de abril de 1987, p. 116.

²⁹³ AVRITZER, Leonardo. O novo constitucionalismo latino-americano: uma abordagem política. In: AVRITZER, Leonardo et al. **O constitucionalismo democrático latino-americano em debate: soberania, separação de poderes e sistema de direitos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p. 19-42.

²⁹⁴ AVRITZER, Leonardo. O novo constitucionalismo latino-americano: uma abordagem política. In: AVRITZER, Leonardo et al. **O constitucionalismo democrático latino-americano em debate: soberania, separação de poderes e sistema de direitos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p. 19-42.

²⁹⁵ BELLO, Enzo. O pensamento descolonial e o modelo de cidadania do novo constitucionalismo latino-americano. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD)**, São Leopoldo, v. 7, n. 1, p. 49-61, jan./abr. 2015.

tentativa velada de impedir a proteção pretendida, ainda que sob a justificativa de que tal tutela já estaria coberta pelo referido dispositivo.

Prosseguindo em sua intervenção, o parlamentar faz menção, de forma descontextualizada, ao número de homossexuais no território nacional que, segundo ele, “não sei se chega a cinco por cento”. Mais uma vez, a alusão ao número de gays no país – sem qualquer respaldo científico, uma vez que nem mesmo nos dias de hoje têm-se acesso a esse número, considerando o déficit de produção de estatísticas oficiais sobre a população LGBTI+ – sugere que não se trata de uma parcela relevante (ou grande o suficiente) para que mereça atenção e amparo do texto constitucional. Considera, assim, como se essas pessoas não precisassem nem mesmo serem contadas enquanto cidadãs, novamente traçando uma linha de separação entre o que aquela Assembleia pretendia estabelecer enquanto nação e povo brasileiro “legítimo”. O tamanho da população, pelo contrário, não deveria importar. O próximo trecho de sua fala merece uma transcrição completa:

O SR. CONSTITUINTE ELIEL RODRIGUES: – Em torno disso. Mas vemos isso com certo pesar, porque cremos que, na **dignidade das recuperações**, de que falou o Deputado José Viana, devíamos lutar com todas as forças, com o **objetivo de soerguer, nosso semelhante**, porque, pelo que V. S^a falou, muitas vezes, trata-se de um jovem criado com aquele amor, com aquele carinho em casa, mas surgem certos problemas na sua vida, certos traumas. **Eu mesmo tenho pessoas amigas, conhecidas, a quem estimo, que são homossexuais**. E tenho por essas pessoas, poderia dizer até, profunda compaixão, porque são meus semelhantes. E eu os amo, porque Cristo ama a todos, mas não posso compartilhar do mesmo **sentimento de uma liberação total, em termos do sexo, como Deus os criou: homem e mulher**. Parece-me que sempre há certa expectativa de uma influência má sobre as pessoas, **uma força má que as induziu, que as levou e as leva a essa prática**, por que [sic], no princípio, Deus não estabeleceu ninguém com uma situação desse tipo. **Ou é homem ou é mulher**. Então, **essa formação congênita**, em que pese aos trabalhos médicos que há esse respeito, às verificações desse tipo que V. S^a citou, realmente, é um problema um tanto complexo. Reservo-me o direito, humanamente falando, de **me sentir pesaroso por isto, ao mesmo tempo em que desejo assegurar ao homossexual a sua vida livre na sociedade**, como um ser responsável, que um dia terá de prestar contas diante de Deus de seus atos, como todos nós. Era o que tinha a dizer²⁹⁶.

O primeiro elemento que salta aos olhos é a contradição entre as ideias do próprio parlamentar. Rodrigues havia indicado anteriormente, e aqui reforça tal ponto ao descrever a homossexualidade como uma “formação congênita”, acreditar-se tratar a orientação sexual de algo inerente ao indivíduo. Contudo, isso não o

²⁹⁶ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher - Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 12^a Reunião em 30 de abril de 1987, p. 116, grifos meus.

impediu de afirmar que tal condição seria induzida por uma “força má” e nem mesmo de apresentar seu suporte a iniciativas de “recuperação” de pessoas não heterossexuais. Tampouco parece coerente a postura do parlamentar que voltou a afirmar sua intenção de assegurar a liberdade de gays e lésbicas, apesar de ter se posicionado contrariamente ao pedido do grupo. Por fim, cabe salientar três elementos que parecem interligados: a reaparição de alusões religiosas no discurso, servindo como forma de embasamento à posição defendida; também ligado a isso, a percepção de que haveria, dentre homossexuais, um sentimento voltado para a “liberação total” do sexo, o que evidentemente se opõe aos valores religiosos do parlamentar; e, mais uma vez, a confusão que parece se repetir entre orientação sexual e identidade de gênero – um retrato, também, do estado das discussões à época e não uma exclusividade de Rodrigues – na menção do parlamentar que, de acordo com a criação divina, trata-se de “homem” ou “mulher”, ainda que o fato de determinada pessoa possuir atração por alguém do mesmo sexo não diga nada sobre ela se identificar ou não com algum gênero específico.

Em resposta ao deputado constituinte, Mascarenhas dispensa a suposta compaixão expressada pelo parlamentar, afirmando que não precisa dela. Ademais, antecipa-se para refutar uma objeção que já se esboçava na fala de Eliel Rodrigues e que seria mais profundamente elaborada e replicada com o avançar dos debates. Conforme esclarece o advogado e ativista, a intenção do movimento não era que a Constituição Federal estabelecesse “tenham relacionamentos homossexuais, aproveitem as relações homossexuais”. Pelo contrário, o foco estava apenas em impedir que aquelas pessoas que as praticassem fossem alvo de discriminação: “essa discriminação, Sr. Constituinte, é porque muitas pessoas perdem o emprego, perdem o afeto da família, perdem a consideração dos outros, no momento em que descobrem que elas são homossexuais”²⁹⁷. Indo mais além, busca arrefecer outras preocupações levantadas na subcomissão, frisando que a tutela pretendida se refere a atos realizados em ambiente privado: “então, é isso. Não pedimos a V. Ex.^a nem aos outros que estimulem a homossexualidade, apenas que uma pessoa não seja

²⁹⁷ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher - Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 12ª Reunião em 30 de abril de 1987, p. 116.

prejudicada **pelo fato do que fazem dois adultos entre quatro paredes**, sem violência ao fecharem a porta, tendo ambos prazer”²⁹⁸.

Dentre as diversas formas de oposição ao que estava sendo pleiteado pelo Triângulo Rosa, era frequente um questionamento de caráter semântico, pondo em dúvida o termo escolhido pelo movimento para melhor representar suas próprias demandas. Foi nesse sentido a sexta interpelação dirigida a João Antônio Mascarenhas na sessão daquele dia. Quem trouxe o assunto foi a constituinte Lúcia Braga (PFL-PB):

A SRA. CONSTITUINTE LÚCIA BRAGA: – Gostaria de **parabenizar o ilustre expositor pela coragem de sua proposta, numa sociedade discriminatória, em que o preconceito contra o homossexual, é forte, evidente e aberto**. Queria endossar, em princípio, as palavras da colega Dirce Tutu Quadros, quando ela se refere a essa **preocupação dos filhos nas escolas**, e perguntaria ao ilustre expositor. **Por que o termo "orientação sexual"?** A meu ver, é uma colocação **muito abrangente. Daria margem** a que um professor homossexual, por exemplo, **induzisse até os jovens ao homossexualismo**. Por que não o termo comportamento homossexual, por exemplo? Gostaria de um esclarecimento a esse respeito. Quero também dizer, de antemão, que **não tenho preconceito contra o homossexualismo**, muito ao contrário.

As partes inicial e final do trecho destacado são relevantes para compreender a posição a partir da qual e na qual a constituinte insere sua fala. Ela reconhece a intensidade da homofobia observada na sociedade brasileira da época, parabenizando Mascarenhas pela coragem de sua militância, ao mesmo tempo em que assevera que ela não está entre tais pessoas preconceituosas. O preconceito é configurado como um mal cuja origem é externa aos dois interlocutores, de modo algum provocado por ela. No entanto, ao esclarecer, mais à frente, o que queria dizer com a indução de jovens ao “homossexualismo”, a parlamentar assume a homossexualidade como negativa e indesejada. Segundo ela, o questionamento “não é no sentido dele [professor] querer ter prática sexual com o aluno”, mas se refere à conotação didática do termo, por meio da qual poderia haver uma tentativa de ensino da prática do “homossexualismo” em sala de aula. E arremata a descrição de seu sentimento da seguinte forma: “acho que haverá um risco. Nossa preocupação, como mãe, seria a de **nosso filho ainda adolescente tender para o homossexualismo**, induzido pelo mestre, pela força que o professor tem diante do

²⁹⁸ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher - Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 12ª Reunião em 30 de abril de 1987, p. 117, grifos meus.

aluno”²⁹⁹. Isso revela a complexidade da disseminação de debates sobre sexualidades naquela época³⁰⁰. Ao mesmo tempo, delineia um aspecto estrutural da homofobia, que transpassa a intenção aparente do indivíduo. De acordo com o discurso da constituinte, seria compatível se apresentar como uma pessoa sem preconceito e se preocupar com uma suposta “indução” de seu filho à homossexualidade, embora a possibilidade de “indução” à heterossexualidade não lhe cause qualquer desconforto. Essa forma de homofobia, que adquire aspectos institucionalizados, aproxima-se daquela que Daniel Borrillo caracterizou como uma “homofobia cognitiva”, exercida cotidianamente, e que “enraíza-se na atitude de desdém constitutiva de um modo habitual de apreender e categorizar o outro”. Nesse contexto, a privação de direitos a esse grupo, por exemplo, é vista como natural, bem como construções negativas desses indivíduos que se apresentem de forma “menos grosseira” e “eufemística”³⁰¹.

A explicação de Mascarenhas à parlamentar acerca do termo escolhido remonta o debate já descrito no início deste capítulo: a definição da expressão perpassou a consulta a antropólogos e à legislação internacional. Assim, optou-se por aquela mais empregada na seara jurídica internacional e no campo das ciências sociais. Ele salienta, também, que proteger contra a discriminação não é sinônimo de uma liberdade irrestrita e qualquer tentativa de “induzir” à homossexualidade não estaria resguardada pelo termo. Com a intermediação do presidente Antônio Mariz, que aponta se tratar de apenas uma objeção semântica e não ao pleito em si, Lúcia Braga insiste na possibilidade, buscando a aprovação de Mascarenhas, de que o texto constitucional proíba contra a discriminação por “comportamento homossexual”. Segundo ela, dessa forma o objetivo da vedação ficaria mais evidente; ecoada pelo presidente da subcomissão, que indaga: “já não seria também uma forma de preconceito omitir, através de um eufemismo, a homossexualidade?”³⁰². A constituinte chega a afirmar que sua sugestão, apoiada

²⁹⁹ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher - Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 12ª Reunião em 30 de abril de 1987, p. 117, grifos meus.

³⁰⁰ E também recentemente, considerando a permanência de reverberação desses discursos contemporaneamente, a partir da noção de “ideologia de gênero”, como será explorado ao fim do último capítulo.

³⁰¹ BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016, p. 24.

³⁰² BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher – Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 12ª Reunião em 30 de abril de 1987, p. 117.

pelo presidente, teria ido além, adotando até “mais” do que estava sendo pedido, assumindo de “maneira mais vasta e explícita” o preconceito o qual se combatia. A resposta final de Mascarenhas absorve um artifício discursivo já empregado por ele em outros momentos na ANC, que consiste no seu posicionamento enquanto uma pessoa religiosa e fazendo referências a elementos religiosos, o que possivelmente lhe garantia alguma empatia da maior ala opositora a seu pleito. Porém, dessa vez, não tendo o questionamento de Braga se embasado em elementos espirituais, a menção serve a ilustrar as consequências do emprego de um ou outro termo:

[...] a igreja – e peço perdão a V. Ex.^a, porque não conheço a sua Igreja, infelizmente, falo da **minha Igreja**, a Igreja Católica Apostólica Romana, **em que fui criado** – distingue entre a **homossexualidade e o ato homossexual**. Não é considerado pecado ser homossexual. É considerado pecado, para a Igreja Católica Apostólica Romana, o ato homossexual. Se V. Ex.^a falasse no homossexual, aí estaria implícito aquele que, apesar de ser homossexual, não tem prática homossexual, não tem comportamento homossexual, e os há³⁰³.

O ponto central de seu argumento é que ser homossexual e praticar atos homossexuais não são sinônimos. Assim, incluir “comportamento homossexual” não abarcaria ambas as situações. Além disso, parece haver pelo menos mais duas razões pelas quais a expressão “orientação sexual” seria preferível nesse contexto. Em primeiro lugar, trata-se de um conceito menos engessado e que não somente abarca proteção contra discriminação a outras formas de orientação sexual já inteligíveis à época (como a bissexualidade), mas também permitiria abranger orientações que viessem a ser compreendidas no futuro. Por outro lado, “comportamento homossexual” parece ser um termo menos palatável politicamente, visto que reforçaria o argumento levantado por alguns parlamentares de que isso seria uma forma de “oficializar” a homossexualidade diante de sua inclusão no texto constitucional.

Encerrada essa questão, a última interpelação a João Antônio Mascarenhas na Subcomissão de Direitos e Garantias Individuais é feita pelo parlamentar Luiz Salomão, filiado ao PDT do Rio de Janeiro. Friso novamente sua filiação, já mencionada acima, com o intuito de sublinhar o fato de ser o primeiro pertencente

³⁰³ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher – Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 12ª Reunião em 30 de abril de 1987, p. 117-118, grifos meus.

a um partido de esquerda, e vinculado ao bloco dos progressistas na ANC³⁰⁴, a se manifestar diante de Mascarenhas. De fato, o tom e conteúdo de sua fala também se sobressaem com relação ao que se ouviu até este momento. Sua colocação inicial nos permite uma série de análises diversas. Por isso, sigamos por partes. A intervenção se inaugura da seguinte forma:

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO: – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, nobre expositor, **gostaria de dizer inicialmente que não sou homossexual, pelo menos por enquanto. Pode ser que um dia venha a ser, não sei.** Mas tenho compromissos com grupos homossexuais do Rio de Janeiro de defender a sua causa e até me sinto um tanto inadimplente, porquanto os trabalhos nesta Casa nos têm absorvido muito e sequer tenho respondido às solicitações que me vêm desses grupos do Rio de Janeiro. E **tenho compromisso com esses cidadãos basicamente porque estou empenhado na democracia.** Não sei se esta questão foi abordada anteriormente – imagino que sim –, mas acho que **os democratas têm o dever de lutar contra os preconceitos e a discriminação sob quaisquer formas.** Nesse sentido, o que é fundamental **na nova Constituição é reconhecer a homossexualidade como um fato natural,** como um fato ainda não muito bem explicado, não muito bem conhecido que, por isso mesma, por conta dessa **ignorância social, conduz a explicações verdadeiramente absurdas,** como por exemplo, a tentativa de dar explicações de natureza fisiológica como uma doença, nessa interpretação verdadeiramente absurda que conduziu, em certos momentos exacerbados da história, à discriminação extrema do nazismo, com o isolamento em campos de concentração, com a chacina de homossexuais. Essa questão é particularmente grave, no momento em que há uma história coletiva com relação a essa doença que vem apavorando a todos – **a AIDS – e que particularmente estigmatiza os homossexuais.** Há tentativa de explicações psicológicas também ainda insuficientes, a despeito do esforço de investigação de tantos cientistas, no intuito de caracterizar bem essa questão³⁰⁵.

O primeiro aspecto relevante do trecho acima se refere à forma como o parlamentar se apresenta. Se analisada separadamente, a afirmação “não sou homossexual” poderia ser interpretada como uma maneira de se afastar essa condição de alguém que defenderia o pleito desse grupo e, por isso, enseja a possibilidade de associação a esse rótulo identitário percebido como negativo. Todavia, não se trata de uma tentativa do constituinte de manter intacta sua presunção de heterossexualidade. Pelo contrário, as palavras que se seguem (“pelo menos por enquanto”; “pode ser que um dia venha a ser, não sei”) não somente colocam em dúvida o engessamento de sua própria sexualidade, reconhecendo a fluidez das manifestações de desejo, como também tem o potencial de maximizar a

³⁰⁴ PILATTI, Adriano. **A Constituinte de 1987-1988:** Progressistas, Conservadores, Ordem Econômica e Regras do Jogo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016, p. 3-4.

³⁰⁵ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões).** Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher – Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 12ª Reunião em 30 de abril de 1987, p. 118, grifos meus.

empatia dos parlamentares com essa condição, alertando que qualquer um deles poderia vivenciar essa forma de orientação sexual. Outro ponto até então sem precedentes na discussão que observamos é a associação direta da defesa de direitos de gays e lésbicas à democracia. A conexão feita pelo parlamentar ilustra como o pleito do MHB está mais intrinsecamente ligado ao regime que será instaurado pela carta política discutida na ANC: recusar a proteção contra discriminação a certos grupos também significa, desde o começo, contribuir para uma democratização deficitária e excludente. Arrematando essas palavras iniciais, Salomão reconhece a necessidade de conceber a homossexualidade (e, frise-se, ele é o primeiro parlamentar a empregar este termo e não “homossexualismo”) como natural, contrapondo-se aos discursos proferidos anteriormente, inclusive chamando atenção para a estigmatização que recai sobre esse grupo em virtude da epidemia de HIV/Aids.

Por fim, na análise do discurso, a percepção das ausências também é um fator significativo. Nesse caso, é notável que o parlamentar não tenha inserido em seu discurso uma referência direta ao fato de ele “não ter preconceito contra homossexuais”, algo presente em quase todas as falas anteriores. Essa contraposição evidencia que tal tipo de afirmação é frequentemente utilizada como suporte para exposição de visões preconceituosas e negativas sobre a homossexualidade, mesmo dentre aqueles que demonstram alguma forma de apoio ao pleito do movimento. No caso de Salomão, a ausência de preconceito se afirma indiretamente (e, por que não, performativamente), a partir da defesa que fez dos direitos desse grupo. E essa posição apresenta coerência no restante de sua exposição:

[...] O que me parece, como Constituintes, é que **devemos preservar, sobretudo nesta Comissão, tão importante, a questão da liberdade de opções, sem preconceitos, até porque a luta dos homossexuais no Brasil está apenas engatinhando. É muito recente. Só recentemente os homossexuais se organizaram e conquistaram as suas primeiras vitórias**, mas ainda há uma longa estrada, inúmeros obstáculos a vencer, para atingirmos situações parecidas com as de outros países. Agora me recorde de noticiário recente sobre a Suécia, onde há projetos de lei permitindo que a herança seja legada a um parceiro homossexual, o que já é um reconhecimento quase que pleno das relações homossexuais ao mesmo nível das relações heterossexuais. Com essas considerações, **gostaria de indagar ao ilustre conferencista se a proposição do Triângulo Rosa é considerada suficiente, isto é, se basta incluir no art. 153, § 1º, como propõe, a questão da não discriminação do cidadão por sua orientação sexual**. Na Subcomissão em que sou titular, a da Ordem Econômica, tivemos uma separação em relação à Constituição vigente dos direitos sociais e dos

direitos econômicos. Mas tive oportunidade de apresentar sugestão de norma constitucional, na parte referente aos princípios da ordem social, no sentido de vedar, de proibir a discriminação do salário, da remuneração em função da idade, do sexo, do estado civil, enfim, de todos os elementos que servem para os padrões discriminarem os seus empregados. **Gostaria de perguntar ao ilustre conferencista se, na avaliação do Movimento que aqui representa, esta proposição do art. 153, § 1º da Constituição vigente seria suficiente, ou se há outras partes da Constituição que careceriam de consideração especial dessa questão da orientação sexual.** O ilustre conferencista e sua entidade já deve ter apresentado sugestões de normas constitucionais, mas, se não teve oportunidade de fazê-lo eu, com muito gosto, e outros Constituintes que têm esse pensamento democrático, esse pensamento antipreconceituoso, estaríamos dispostos a patrocinar emendas tendentes a eliminar essa fórmula odiosa de discriminação dos cidadãos. Muito obrigado. (Palmas.).³⁰⁶

Assim como a referência, no trecho anterior, aos assassinatos e tortura de homossexuais pelo holocausto nazista, a menção à recente organização do movimento de homossexuais no Brasil demonstra um conhecimento maior do interlocutor sobre a pauta debatida, principalmente quando comparado a seus colegas parlamentares. Além disso, seu questionamento acerca de outros possíveis direitos a serem incluídos na Constituição mostram um real comprometimento em atender às demandas da causa apresentada naquela audiência pública perante a subcomissão. Não somente apoiou o pleito inicial, como também se abriu à possibilidade de maior consolidação da cidadania desses indivíduos. A resposta de João Mascarenhas que se segue recupera elementos já apresentados no capítulo anterior. Segundo o ativista, aquela era a reivindicação única do movimento para a ANC, sendo os demais objetivos, os quais ele elenca para os constituintes presentes, a nível infraconstitucional. Durante a listagem das reivindicações básicas do movimento, o constituinte Luiz Salomão faz um último questionamento, o qual irá desencadear a manifestação que deixa mais evidente a limitação de Mascarenhas para representar todas as pessoas LGBTI+ e suas diferentes demandas. O ativista mencionava a discriminação no ambiente de trabalho, o que levou Salomão a indagar:

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO: – Permita-me que o aparteie, apenas para me referir a esse ponto que V. S^a acabou de mencionar; o fato de que há um dispositivo da Constituição vigente que impede a discriminação por sexo, na questão do trabalho. É minha intenção emendar minha própria sugestão, no sentido de incluir a expressão proposta pela entidade que V. S^a representa.

³⁰⁶ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher – Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 12ª Reunião em 30 de abril de 1987, p. 118, grifos meus.

Embora houvesse aparentemente concordância entre os dois, já que a sugestão do parlamentar era justamente incluir o termo “orientação sexual” também no trecho referente a questões trabalhistas, Mascarenhas aproveitou a oportunidade para esboçar uma explicação do porquê a palavra “sexo” não abarcaria a discriminação contra gays, lésbicas e bissexuais. Isso poderia ter sido feito de muitas formas. Entretanto, a via escolhida pelo integrante do Triângulo Rosa se sustentou por meio de um discurso extremamente transfóbico, que transcrevo a seguir:

O SR. JOÃO ANTÔNIO DE SOUZA MASCARENHAS: – Exatamente. Porque há pessoas que nos dizem: Para que vocês querem a inclusão de orientação sexual, pois já fala em sexo? É a mesma coisa. Não é. **Sexo é o sexo biológico, masculino, feminino.** Vamos dizer, **Roberta Close, por mais feminino que seja, por mais silicone que use, por mais hormônios que tome, por mais elegantes as roupas femininas que vista, continuará sendo homem.** E, mais ainda, parece que ele não é transexual. O transexual é aquele que faz **a mudança cirúrgica de sexo, que ele pretende que seja de sexo, mas não é.** Digamos, **um homem que quer passar por mulher**, transexual masculino, para feminino, aí **se faz castrar**, faz **construir um arremedo de vagina**, usa silicone para as mamas, para as ancas, **mas continua um homem, não consegue procriar**, não consegue amamentar, jamais conseguirá uma implantação dos órgãos internos femininos, ou mesmo uma transexual mulher para se passar para homem. Poderá fazer o **arremedo de um pênis. Esse pênis nunca terá ereção, nunca poderá ejacular.** Ela jamais poderá conseguir testículo. Quer dizer, **por mais que do ponto da aparência exterior, continuem parecendo do sexo oposto, realmente não são, porque gêneros só existem dois: masculino e feminino.**

A isso, segue-se o final da lista de reivindicações básicas que Mascarenhas mencionava. O trecho destacado acima permite uma infinidade de análises distintas, incluindo a centralidade da genitália na definição do sexo, problematizada por Butler em seus escritos³⁰⁷; o enfoque na maternidade na definição de “mulher” – a falta de “mulheridade” de uma mulher trans residiria em sua impossibilidade de procriar e amamentar – e no vigor sexual na definição de “homem” – neste caso, a preocupação reside com a possibilidade de se ter uma ereção e de ejacular –; e a sobreposição dos conceitos de sexo e gênero na descrição feita por Mascarenhas. Todos, pontos importantes. Contudo, quero aproveitar esse trecho para discutir a limitação da representatividade de Mascarenhas e as alternativas de atuação do MHB hegemônico, considerando o contexto da época.

³⁰⁷ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

4.1.3.

Ininteligibilidade maximizada: fraturas na construção do Movimento LGBTI+ e a primeira frustração do pleito

Traçar esse tipo de análise, cerca de 35 anos mais tarde, requer bastante cuidado. Principalmente em se tratando de uma figura importante para o MHB e que dedicou grande parte de sua vida na luta por direitos que hoje se consolidam. Minha preocupação é evitar o anacronismo no exame da fala. Mais que isso, como já disse, trata-se também de uma tentativa de refletir sobre o próprio desenvolvimento do movimento LGBTI+ brasileiro, evidenciando os processos de hierarquização que levaram à sua formação e à subalternização de certas identidades. Trazer tais contradições à tona não significa destruir e macular a história de luta e ativismo ocorridas até aqui, dentro de condições de possibilidade específicas. Pelo contrário, isso permite uma reflexão acerca das formas de construção política do movimento, o que inclui um aprimoramento de suas abordagens para que se evitem futuros processos de hierarquização e exclusão. Tais questões devem sempre ser abordadas e compreendidas sob o prisma de sua complexidade, de modo que não é possível condenar certas atitudes cegamente, descontextualizadas, e nem mesmo assimilá-las de forma inocente, como se apenas o engessamento do contexto histórico tivesse produzido determinadas formas de incidência política seletiva.

Um elemento crucial a ser considerado nesse contexto recupera as limitações à participação de movimentos sociais, especialmente aqueles ligados a dissidentes sexuais e de gênero, na ANC e a restrição a falas autorizadas mencionada no início deste capítulo. A mera participação de um gay publicamente assumido, representante de uma organização que militava em prol dos direitos de homossexuais, já pode ser considerado um evento sem precedentes para o ambiente político da época – um “escândalo”. Por isso mesmo, é compreensível que essa única organização que obteve acesso a esse espaço privilegiado procure calibrar o discurso diante de sua audiência, apresentando demandas bastante aquém do almejado pelo próprio movimento. E parece que isso realmente foi feito ao se focar todos os esforços de incidência política na proibição contra discriminação com base em orientação sexual. Não se “ousou” tocar em outras demandas como união civil, direitos patrimoniais, penalização de crimes de ódio, entre outros, até pelo fato de muitas dessas pautas ainda não terem avançado para um consenso maior dentro do

movimento naquele momento. Por outro lado, não parece ser possível enquadrar nesse tipo de cálculo político aceitável as manifestações de Mascarenhas sobre a vivência de pessoas trans e travestis, em especial quando consideramos as declarações de integrantes do Triângulo Rosa destacas no início do capítulo, em entrevista a Cristina Câmara.

Nessa linha, torna-se oportuno recuperar uma reflexão de Butler acerca da atuação de um movimento progressista por direitos sexuais. Ainda que naquela oportunidade a autora traçasse a discussão à luz do direito ao casamento, sua conclusão se aplica também ao nosso quadro de análise. No contexto do casamento, a busca por legitimação diante do Estado, um pleito que garante acesso a inúmeros outros direitos, opera de forma semelhante à abjeção de certos indivíduos para o estabelecimento de outros sujeitos de direitos. Nesse caso, trata-se de uma forma de legitimação que, com frequência, requer a manutenção de outros arranjos de relação como ilegítimos. Ou, ao menos, prescinde de certos arranjos afetivos-sexuais em sua articulação. Nas palavras da autora, “a delimitação da legitimação ocorrerá apenas através de uma exclusão de um certo tipo [...]. A esfera da aliança íntima legítima é estabelecida por meio da produção e intensificação de regiões de ilegitimidade”³⁰⁸. Todavia, segundo ela, o quadro do campo sexual não se limita a essa dicotomia entre legítimo e ilegítimo. Há, ainda, um campo mais radical que não é pensado a partir do referencial da legitimidade e que opera externamente a esse jogo de deferência estatal. Essas disputas, então, promovem a foraclusão³⁰⁹ que

³⁰⁸ BUTLER, Judith. **Undoing gender**. London and New York: Routledge, 2004, p. 105, tradução minha. No original: “the delimitation of legitimation will take place only through an exclusion of a certain sort [...]. The sphere of legitimate intimate alliance is established through the producing and intensifying regions of illegitimacy”.

³⁰⁹ Em outras traduções do mesmo texto de Butler para o português (ver: BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual?. **Cadernos Pagu**, n. 21, p. 219-260, 2003) o termo “foreclosure” empregado pela autora foi traduzido para sinônimos correntes como exclusão, rejeição, repressão etc., a depender do contexto. A outra tradução possível, pela qual optei nos trechos que utilizo aqui, refere-se ao termo “foraclusão”, que remete a um conceito específico cunhado por Jacques Lacan. Fiz essa opção por entender que o uso das palavras por Butler não se dá “por acaso”, sobretudo considerando que nesse mesmo artigo – como em diversos outros – ela dialoga com variados aspectos da teoria do psicanalista francês. Sendo assim, entendo que tenha tido por objetivo remeter ao conceito lacaniano quando fez uso da palavra nos trechos citados, ainda que não tenha explicitado isso. Desse modo, a título de contextualização, trago a definição traçada por Elisabeth Roudinesco e Michel Plon, segundo a qual a foraclusão designa “um mecanismo específico da psicose, através do qual se produz a rejeição de um significante fundamental para fora do universo simbólico do sujeito. Quando essa rejeição se produz, o significante é foracluído. Não é integrado no inconsciente, como no recalque, e retorna sob forma alucinatória no real do sujeito” (ver: ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p. 245). O conceito é elaborado por Lacan a partir da noção dada pelo termo jurídico alemão “*verwerfung*”, que estabelece o tratamento de um “fato como se ele nunca houvesse existido” (ver:

rende opções externas ao casamento com impensáveis. Nos termos do debate sobre o casamento gay, à época, parte da articulação levada pelo movimento organizado se pautava de certa forma que garantir o direito ao casamento para gays e lésbicas operava, simultaneamente, como uma maneira de exclusão de outros arranjos sexuais³¹⁰. Nesse sentido, Butler salienta:

Essas hierarquias não apenas fazem valer a distinção entre vidas queer legítimas e ilegítimas, mas também produzem distinções tácitas entre formas de legitimidade. O par estável que se casaria se pudesse é moldado como ilegítimo, mas elegível para uma legitimidade futura, enquanto os agentes sexuais que funcionam fora do âmbito do vínculo matrimonial e sua reconhecida, se ilegítima, forma alternativa, agora constituem possibilidades sexuais que nunca serão elegíveis para uma tradução em legitimidade. Essas são possibilidades que se tornam cada vez mais negligenciadas na esfera política como consequência da prioridade que o debate sobre o casamento assumiu. Trata-se de uma ilegitimidade cuja condição temporal deve ser forcluída de qualquer possível transformação futura. Não é apenas *ainda não* legítimo, mas é, podemos dizer, o irrecuperável e irreversível passado da legitimidade: *o nunca será, o nunca foi*³¹¹.

Essa mesma hierarquização de ilegitimidades é acarretada a partir dos discursos de Mascarenhas na ANC. Gays, lésbicas e bissexuais são considerados ilegítimos, porém dentro de um alcance no qual ainda é plausível que suas vivências, e também aqui talvez somente parcela desses LGB se enquadrariam no padrão normativo proposto, transponham-se para uma esfera de legitimidade; ao passo que pessoas trans e travestis constituem aquela ilegitimidade interdita, impassível de serem abarcadas pelos círculos de aceitabilidade social, jurídica e estatal.

Desse modo, a atuação de Mascarenhas avança o limite da construção do discurso que seria considerado politicamente possível para seu contexto histórico. Não se trata apenas disso, uma vez que tal conjuntura possivelmente corresponderia

SAFATLE, Vladimir. **Introdução a Jacques Lacan**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018, p. 55).

³¹⁰ BUTLER, Judith. **Undoing gender**. London and New York: Routledge, 2004.

³¹¹ BUTLER, Judith. **Undoing gender**. London and New York: Routledge, 2004, p. 106, tradução minha, itálico no original. No original: “These hierarchies not only enforce the distinction between legitimate and illegitimate queer lives, but they also produce tacit distinctions among forms of illegitimacy. The stable pair who would marry if only they could are cast as illegitimate but eligible for a future legitimacy, whereas the sexual agents who function outside the purview of the marriage bond and its recognized, if illegitimate, alternative form now constitute sexual possibilities that will never be eligible for a translation into legitimacy. These are possibilities that become increasingly disregarded in the sphere of politics as a consequence of the priority that the marriage debate has assumed. This is an illegitimacy whose temporal condition is to be foreclosed from any possible future transformation. It is not only *not yet* legitimate, but it is we might say the irrecoverable and irreversible past of legitimacy: *the never will be, the never was*”.

a não advogar por direito de pessoas trans, porém sem posicioná-las de forma abjeta e utilizá-las, a partir de discursos transfóbicos, como base para estabilizar a legitimação de gays, lésbicas e bissexuais. A falta de incorporação de uma perspectiva crítica ao ativismo leva a que “a partir da urgência de se fazer uma reivindicação política, naturalizam-se as opções mais legíveis dentro do campo sexual”³¹². Nessa medida, a atuação política, a aparente necessidade de “agir e falar de maneiras que são reconhecidamente políticas”³¹³, sustenta-se na forclusão do próprio campo político, o qual carece de uma perspectiva crítica, sem a qual “depende fundamentalmente de um desconhecimento – e despolitização – das próprias relações de força pelas quais seu campo de atuação é instituído”³¹⁴. De fato, na posição crítica que Butler assenta sobre o ativismo em torno do casamento gay, torna-se importante o sopesamento entre o que é politicamente possível e aquilo criticamente aceitável. Trata-se da possibilidade de abordar essa forclusão como algo que é inevitavelmente produzido, concebendo um ativismo mais consciente das próprias exclusões que produz, de modo a minimizá-las, ao mesmo tempo que “conserva viva a tensão entre manter uma perspectiva crítica e fazer uma reivindicação politicamente legível”.³¹⁵ Em conclusão, o jogo de legitimação é ambivalente, sendo crucial o cuidado para que a deslegitimação não seja meramente transposta para outra parte da população LGBTI+, que não se “transforme a deslegitimação coletiva em uma deslegitimação seletiva”³¹⁶.

Portanto, tendo em vista a reflexão traçada, é evidente como o debate promovido pela única representação de dissidentes sexuais na ANC se inseriu nessa complexa rede na qual a militância política pode atuar na mesma lógica excludente que ela procura dissolver. Novamente, evitando anacronismos, é preciso destacar que uma análise discursiva, como a desenvolvida aqui, não está preocupada e, por

³¹² BUTLER, Judith. **Undoing gender**. London and New York: Routledge, 2004, p. 108, tradução minha. No original: “from the urgency to stake a political claim, one naturalizes the options that figure most legible within the sexual field”.

³¹³ BUTLER, Judith. **Undoing gender**. London and New York: Routledge, 2004, p. 107, tradução minha. No original: “act and speak in ways that are recognizably political”.

³¹⁴ BUTLER, Judith. **Undoing gender**. London and New York: Routledge, 2004, p. 107, tradução minha. No original: “relies fundamentally on an unknowingness – and depoliticization – of the very relations of force by which its own field of operation is instituted”.

³¹⁵ BUTLER, Judith. **Undoing gender**. London and New York: Routledge, 2004, p. 108, tradução minha. No original: “keep the tension alive between maintaining a critical perspective and making a politically legible claim”.

³¹⁶ BUTLER, Judith. **Undoing gender**. London and New York: Routledge, 2004, p. 115, tradução minha. No original: “transform a collective delegitimation into a selective one”.

isso, não adentra o campo da intenção do falante do discurso. Sendo assim, o propósito desta análise é posicionar esses mesmos discursos como elementos históricos que compõem a construção do que hoje é conhecido como Movimento LGBTI+. Expor as fraturas de seu estabelecimento político é essencial para garantir a incorporação de um aspecto crítico.

Finalizada a última intervenção de Mascarenhas, o presidente Antônio Mariz agradeceu a contribuição do ativista para os trabalhos da subcomissão, salientando ter sido exposto o pleito de um segmento social que merece respeito e cujas informações seriam consideradas para a tomada de decisão e formação do capítulo referente aos direitos e garantias. Passado esse momento, foram feitas apenas menções tangenciais à temática da sexualidade por dois expositores em audiência pública – José Geraldo de Souza Júnior, representando a CNBB; e Hélio Santos, professor do Centro de Estudos Afro-Brasileiros – antes que fosse apresentado o anteprojeto do capítulo pelo relator da subcomissão, o constituinte Darcy Pozza (PDS/RS).

Conforme mencionado no início deste capítulo, o relator possuía o prazo de 30 dias para apresentar o anteprojeto das normas a serem votadas pela subcomissão, consoante previsão do artigo 17 do Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte (RIANC)³¹⁷. Isso ocorreu pouco mais de uma semana depois do discurso de João Antônio Mascarenhas. A 20ª reunião da subcomissão foi aberta às nove horas da noite de 11 de maio de 1987. Os parlamentares constituintes se reuniam em uma das salas do Anexo II da Câmara dos Deputados, em Brasília, para ouvir à leitura do anteprojeto elaborado por Darcy Pozza³¹⁸. O anteprojeto apresentado consistia em um artigo elencando os direitos e garantias individuais, distribuídos em 33 incisos e especificados em 35 parágrafos. Dentre eles, lia-se no inciso terceiro:

III – A igualdade perante a lei. Será punido, como crime inafiançável, qualquer tipo de discriminação. Ninguém será prejudicado ou privilegiado, em razão de raça, sexo, cor, estado civil, idade, trabalho rural ou urbano, credo religioso, **orientação**

³¹⁷ BRASIL. Diário Oficial. **Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte**, 1987. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/regimento-interno-da-assembly-nacional/resolucao-2-1987. Acesso em: 21 abr. 2021.

³¹⁸ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher – Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 20ª Reunião em 11 de maio de 1987, p. 206.

sexual, convicção política ou filosófica, deficiência física ou mental ou condição social³¹⁹;

O fim da leitura foi recepcionado com palmas, congratulando o relator pelo trabalho realizado. Segundo informações fornecidas pelo relator, ele havia recebido 1.121 propostas dos parlamentares daquela subcomissão, tendo incorporado 730 delas a seu texto, parcial ou integralmente. Logo em seguida, antes de sugerir o encerramento da reunião, o presidente Antônio Mariz descreveu brevemente os próximos passos a serem dados pela subcomissão. Seriam publicados e distribuídos o relatório e anteprojeto elaborados pelo relator para que houvesse a ciência de todos os integrantes da subcomissão. Posteriormente, seguiria a discussão do anteprojeto pelos parlamentares, que poderiam apresentar emendas ao texto original. De acordo com o artigo 59, §4º, as emendas poderiam ter carácter supressivo, aditivo, modificativo ou substitutivo. Por fim, o relator apresentaria um parecer sobre as emendas oferecidas, que deveria ser votado, exigida maioria absoluta para todas as deliberações, antes da redação final do anteprojeto e seu encaminhamento à comissão principal³²⁰. A votação, é importante salientar, não seria relativa a cada emenda, mas seria votado, inciso por inciso, o conteúdo do parecer do relator.

A essa explicação, seguiram-se escassas e breves manifestações, apontando dúvidas sobre horários das próximas reuniões e parabenizando a subcomissão. Apenas uma das intervenções, a última delas, esboçou um questionamento sobre o mérito do anteprojeto apresentado. O constituinte Eliel Rodrigues que, lembre-se, estava presente na condição de suplente – tendo já na segunda reunião indagado se poderia participar de todas as discussões, independentemente da presença ou não do titular a quem eventualmente substituiria³²¹ – demandou ao presidente a respeito da possibilidade de apresentação de emendas supressivas. Diante da resposta positiva de Antônio Mariz, justificou sua dúvida: “O SR. CONSTITUINTE ELIEL RODRIGUES: – Porque, **em relação ao problema do homossexual, tenho uma**

³¹⁹ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher – Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 20ª Reunião em 11 de maio de 1987, p. 207, grifo meu.

³²⁰ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher – Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 20ª Reunião em 11 de maio de 1987, p. 209.

³²¹ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher - Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 2ª Reunião em 8 de abril de 1987, p. 4.

discordância a fazer. Então, peço a oportunidade de poder apresentar uma emenda supressiva”³²². Seguidamente, encerrou-se a reunião daquele dia.

Na manhã do dia 14 de maio de 1987, começava a 22ª reunião da subcomissão, primeira oportunidade para apresentação de emendas ao anteprojeto do relator. Transcorrida discussão sobre algumas emendas relativas à matéria penal, o questionamento sobre a inclusão do termo “orientação sexual” viria à tona apenas no final da reunião. Novamente, a iniciativa foi de Eliel Rodrigues, que solicitou fosse discutida na próxima reunião proposta do constituinte Joaquim Haickel relativa à não incriminação com base em ideais filosóficos ou religiosos, uma vez que havia sido aventada a possibilidade de listagem dos mesmos motivos incluídos no inciso III, que mencionava a orientação sexual, algo que havia “chamado sua atenção”³²³.

No dia seguinte, ao início da 23ª reunião, o mesmo parlamentar voltou a se manifestar:

O SR. CONSTITUINTE ELIEL RODRIGUES: – Sr. Presidente, em relação ao debate de ontem, eu havia feito uma solicitação a V. Ex.^a, à Mesa e ao Plenário. No momento em que o Deputado Haickel se refiria [sic] à ampliação do rol dos aspectos de discriminação no que concerne à igualdade perante a lei em que ele propunha que, em determinado item, no item XI fossem incluídos mais os detalhes do item III, do referido artigo, **solicitei ser inscrito, no dia de hoje, para falar a respeito da orientação sexual**, que está inserida dentre uma das discriminações de igualdade perante a lei. **Gostaria que houvesse maior número de pessoas em plenário. Então, indago a V. Ex.^a, se posso aguardar mais um pouco para tratar do assunto**³²⁴.

O constituinte demonstrava certa ansiedade em abordar a questão. Era seu terceiro aviso, desde a apresentação do anteprojeto, de que pretendia tratar do tema. No entanto, adiava mais uma vez esse momento. Seu pedido foi atendido pelo presidente. Pouco depois, a palavra foi retomada pelo próprio Eliel Rodrigues, que, agora, julgava já haver um número suficiente de parlamentares para que sua exposição fosse ouvida. Começou com a leitura do inciso já mencionado do

³²² BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher – Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 20ª Reunião em 11 de maio de 1987, p. 209, grifo meu.

³²³ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher – Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 22ª Reunião em 14 de maio de 1987, p. 225.

³²⁴ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher – Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 23ª Reunião em 15 de maio de 1987, p. 227.

anteprojeto, que abordava a igualdade perante a lei e a não discriminação. Segundo ele, conforme já esperado, sua proposta era de que fosse suprimido o termo “orientação sexual”. Fundamentou assim:

Gostaria, **por princípio religioso, evangélico**, de pedir à Mesa e ao Plenário uma atenção especial sobre isso, porque **vou referir-me à Escritura Sagrada**, ao que está escrito no **livro de Deus**, Deuteronomio, Cap. 23, V. 17 e 18, para que tenhamos uma idéia mais abrangente do que é a questão do homossexualismo. Não é um problema apenas da atualidade. mas de gerações e gerações passadas, e de que Deus tratou, no meio do seu povo. Israel, de modo diferente de como a sociedade hodierna está querendo encarar-lo. É um problema muito sério e delicado, que implica numa grande responsabilidade, principalmente para nós, Constituintes, **em abriremos uma perspectiva perante a lei quanto a este aspecto da orientação sexual ser livre e indiscriminada**. Diz assim o Livro de Deus, Deuteronomio, no Cap. 23, Vs. 17 e 18, no Antigo Testamento: 'Palavra de Deus ao seu povo – Não haverá rameira ou prostituta dentre as filhas de Israel, nem haverá sodomita' – o homossexual – "dentre os filhos de Israel. Não trará salário de rameira" – a prostituta – "nem preço de cão" – o sodomita ou homossexual – "à casa do Senhor teu Deus por qualquer voto, porque ambos são igualmente uma abominação ao Senhor teu Deus". Na Carta de São Paulo aos cristãos, no Novo Testamento –, portanto, nos nossos dias da Era Cristã – o grande apóstolo dos gentios escreveu a respeito carta aos cristãos em Roma. No Cap. 1º, Vs. 18 a 32, que vou ler de maneira resumida, ele assim se declara: "Porque dos céus se manifesta a ira de Deus sobre toda a impiedade e injustiça dos homens, que detêm a verdade e a mentira. Porquanto o que de Deus se pode conhecer nele se manifesta, porque Deus lhe manifestou. Porque, tendo conhecido a Deus, não o glorificaram como Deus, nem lhe deram graças, e mudaram a glória de Deus incorruptível em semelhança de imagem de homem corruptível, e de aves, e assim por diante. Pelo que também Deus" – este é o ponto importante para o qual quero chamar atenção do nosso douto Plenário – "os entregou às cobiças dos corações, à imundícia para desonrarem os seus corpos entre si. Deus abandonou as paixões infames, porque até as suas mulheres mudaram o uso natural, no contrário à natureza. E semelhantemente também os varões, deixando o uso natural da mulher, se inflamaram em sua sensualidade, uns para com os outros, varão com varão, cometendo torpeza, e recebendo em si mesmos a recompensa que convém ao seu erro" – **é o caso, hoje, da AIDS**. "E como eles não se importaram de ter conhecimento de Deus, assim Deus os entregou a um sentimento perverso, para fazerem coisas que não convém. Estando cheios de toda a iniquidade, prostituição, malícia, avareza, maldade, cheios de inveja, homicídios, contendas, engano, malignidade". E a parte final – "**Os quais são dignos**. não conhecendo a justiça de Deus, **de morte, os que tais coisas praticam**, não somente as fazem, mas também consentem aos que as fazem". Eis que também o faz o Apóstolo São Paulo numa carta para o jovem Timóteo. É a primeira carta no Cap. 1, Vs. 9 e 10: "Sabendo disto, que a lei não é feita para o justo, mas para os injustos e obstinados, para os ímpios e pecadores, para os profanos e irreligiosos, para os parricidas e matricidas, para os homicidas. Para os fomicários, para os sodomitas, para os roubadores de homens, para os mentirosos, para os perjuros e para o que for contrário à sã doutrina". **De modo que, basicamente, encontramos, na Escritura Sagrada, todos esses senões e detalhes que impelem a consciência cristã a um devido cuidado, quando colocamos esse termo "orientação sexual" como liberdade discriminada perante a lei**. A nossa proposta, Sr. Presidente, Sr. Relator e Srs Constituintes, é

no sentido de que seja suprimida esta expressão "orientação sexual", segundo emenda que vamos oferecer a esta Subcomissão. Muito obrigado³²⁵.

Como se vê, o constituinte, além de se declarar evangélico, embasa seu pedido *integralmente* em fundamentos religiosos, com a leitura, inclusive, de trechos da bíblia³²⁶. Não há sequer a tentativa de conciliar os argumentos religiosos a razões de outra natureza. Fica evidente na justificação que sua demanda emana exclusivamente de interesses ligados ao que chamou de “princípio religioso”, algo que não parece inteiramente compatível com uma Assembleia que instituiu a liberdade de crença e a laicidade estatal. Sua fala adianta também a recorrente caracterização da Aids enquanto uma forma de punição divina ao “pecado” da homossexualidade.

O trecho em questão escancara, também, uma interdiscursividade muito presente na ANC, que consiste nas formas pelas quais o discurso político é mobilizado pelo discurso religioso (e vice-versa) na abordagem de temáticas específicas. Em algumas vertentes da análise do discurso, a interdiscursividade é adotada como um “primado” na concepção analítica. De acordo com isso, todo e qualquer enunciado comporia uma cadeia aberta de discursos em constante diálogo. Esse aspecto, privilegiado, por exemplo, por Michel Pêcheux e Mikhail Bakhtin, retira a individualidade da construção dos discursos, posicionando-os em uma esfera de contextualizações anteriores que são imprescindíveis para lhe conferirem sentido³²⁷. Aproxima-se, assim, ainda que sem sobreposição, dos conceitos

³²⁵ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher – Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 23ª Reunião em 15 de maio de 1987, p. 227-228.

³²⁶ Movido por alguma curiosidade e também para confirmar a autenticidade do trecho citado pelo parlamentar, fui buscar uma bíblia para conferir. Para minha surpresa, o texto que constava na versão que consultei da obra era totalmente distinto daquele citado pelo parlamentar. Na minha cópia, o texto do Deuteronômio, citado por Eliel Rodrigues, lê-se: “Javé não aceita ofertas idolátricas – Entre as israelitas não haverá prostituta sagrada, nem prostituto sagrado entre os israelitas. Não leve à casa de Javé seu Deus, como cumprimento de um voto, o salário de uma prostitua sagrada, nem o pagamento de um prostituto sagrado, porque os dois são abomináveis para Javé seu Deus” (ver: SEM AUTOR. **Bíblia Sagrada** – edição pastoral. São Paulo: Paulus, 1990, p. 212). Como se vê, não há qualquer referência a “sodomitas” ou algo que possa ser lido como “homossexualidade”. Menciono isso para ilustrar como, mesmo no discurso religioso, mobilizava-se o texto bíblico partir de leituras e interpretações específicas direcionadas ao interesse dos falantes. Nesse sentido, é possível destacar que há uma série de diferenças entre versões da bíblia traduzidas para o português, algumas das quais (como a destacada) nem mesmo mencionam questões relativas à homossexualidade nas passagens citadas na ANC (ver: BEZERRA, Benedito Gomes. **Questões de gênero em traduções da Bíblia para português e inglês: uma abordagem comparativa. Discurso e Sociedade**, v. 5, n. 3, p. 492-513, 2011).

³²⁷ MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015, p. 28.

derridadianos de citacionalidade e iterabilidade trabalhados por Butler e mencionados no primeiro capítulo desta dissertação. De todo modo, mesmo que se trabalhe dentro do primado do interdiscurso, há que se conceber a possibilidade de que haja variados graus de intensidade da interdiscursividade. Dessa forma, em determinados discursos, como o analisado aqui, esse elemento se fará mais evidente, naquele que Foucault denominou de “campo de concomitância”³²⁸; o que também afeta os efeitos produzidos por esse outro discurso no enunciado com o qual se estabelece o diálogo.

A conflituosa relação entre sexualidade e religião é milenar. No contexto brasileiro, suas raízes históricas são também profundas. Roberto Efrem Filho chama atenção para como esse fenômeno teria se intensificado nos tempos recentes, nos quais os “evangélicos” são necessariamente estabelecidos de forma antagônica à militância no campo do gênero e da sexualidade. Em sua leitura, esse seria um processo por meio do qual os evangélicos têm sido construídos como “o outro” do ativismo LGBTI+, correndo-se ainda o risco de uma generalização exacerba das complexidades que compõem ambos os “extremos”³²⁹. Entretanto, mesmo que haja o diagnóstico de acentuação desse fenômeno, fato é que – conforme ilustrado pelos discursos recuperados nesta pesquisa – essa oposição não é nem um pouco recente, no nível institucional assim como no social. Longe de ser mero acaso, a semelhança entre os discursos observados no ambiente Constituinte e aqueles que emergiram após a ascensão de grupos de extrema direita no Brasil, sobretudo a partir da campanha presidencial de 2018, é evidência de que tais atores permaneciam presentes no contexto político-institucional brasileiro, ainda que em estado de latência. Em especial, no campo político, viu-se essa relação se desenvolver de forma mais perceptível a partir da atuação da “bancada evangélica” – que não se confunde propriamente com a Frente Parlamentar Evangélica, cuja base de apoio para criação é mais ampla e diversificada³³⁰ – no Congresso Nacional, ainda que nem sempre à luz dos holofotes.

³²⁸ FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Lisboa: Edições 70, 2016, p. 96.

³²⁹ EFREM FILHO, Roberto. “Os evangélicos” como nossos “outros”: sobre religião, direitos e democracia. **Religião e Sociedade**, n. 39, n. 3, p. 124-151, 2019.

³³⁰ Relação de parlamentares integrantes da Frente Parlamentar Evangélica disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=54010>. Acesso em: 22 abr. 2021.

Nesse sentido, pesquisa conduzida por Christina Vital e Paulo Victor Lopes delineia a influência exercida por lideranças evangélicas no jogo político institucionalizado, analisando casos de grande repercussão, como o escândalo do “kit gay” durante o primeiro mandato do governo Dilma Rousseff. Muitos dos elementos discursivos apontados aqui foram mobilizados também naquele contexto, a exemplo da possibilidade de “indução” à homossexualidade e da retórica de proteção à “família”³³¹. Na mesma linha, Wellton da Silva de Fátima frisa como determinadas doutrinas religiosas cristãs desencadeiam o processo de produção de sentidos sobre o campo do gênero e da sexualidade e seus diferentes atores, sendo o discurso religioso um fator chave na construção deturpada da relação entre a religiosidade cristã e as sexualidades desviantes das normas sociais³³².

O primeiro a se contrapor à fala de Eliel Rodrigues é o relator Darcy Pozza, que intervém sugerindo ter tido uma interpretação distinta da expressão inserida: “[...] nada mais é do que um dispositivo que indiscrimina os indivíduos homossexuais, longe de intentar contra a prática do homossexualismo, nem procura sua legalização. Absolutamente. Apenas não discrimina os homossexuais, direito que entendemos ser das minorias”³³³. Sua posição foi corroborada pela constituinte Rita Camata (PMDB/ES), que ressaltou que, assim como Rodrigues, participava da reunião enquanto suplente. Seu discurso trouxe, também, elementos religiosos. No entanto, desta vez, a referência serviu para apontar que a própria bíblia não discriminaria contra qualquer pessoa humana. Nesse sentido, a parlamentar cumprimentou Eliel Rodrigues e disse admirá-lo “pela sua fé e determinação de seguir a palavra de Deus e de interpretá-la através da Bíblia”, antes de chamar a atenção para sua própria interpretação dos textos e reforçar de que se tratava ali da construção de um “trabalho que reflita não apenas o presente, mas também o futuro do nosso País”³³⁴, não sendo possível o cerceamento de liberdades individuais.

³³¹ VITAL, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite. **Religião e Política**: uma análise da atuação dos parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

³³² FATIMA, Wellton da Silva de. **O discurso religioso e as sexualidades mal ditas**. Curitiba: Appris, 2020.

³³³ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher – Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 23ª Reunião em 15 de maio de 1987, p. 228.

³³⁴ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher – Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 23ª Reunião em 15 de maio de 1987, p. 228.

Como se vê, à argumentação de Eliel Rodrigues inteiramente baseada em textos religiosos, não se seguiu nenhuma tentativa de repudiar o embasamento em elementos teológicos para a discussão que estava sendo travada na ANC. Pelo contrário, outro dos argumentos seguiu na mesma lógica, enfatizando a compatibilidade da proposição com os escritos bíblicos. Os termos em que se travava o debate, independentemente da posição de cada parlamentar, ilustra como a formação dos constituintes limitava, desde o início, as possibilidades de forjamento dessa nova nação brasileira estabelecida pela Constituição. Na manifestação subsequente, a discussão segue balizada pelos mesmos parâmetros:

O SR. CONSTITUINTE COSTA FERREIRA: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, sobre o caso que está sendo discutido, nesta Subcomissão, com relação ao homossexual, o nobre Constituinte Eliel Rodrigues trouxe um quadro que realmente dá oportunidade para que os Srs Constituintes reflitam. A nobre Constituinte Rita Camata destacou que a própria Bíblia não faz discriminação. Na era da graça, com o cristianismo, o Evangelho, que é a palavra de Deus, é para toda a humanidade. Não importa que o indivíduo tenha sido ladrão, isto ou aquilo, ele poderá ser reintegrado na sociedade. O nobre Constituinte Eliel Rodrigues está enfocando o assunto de um ângulo no sentido de **evitar que seja legalizado o homossexualismo**, porque S. Ex.^a lembra ser bom que não nos esqueçamos de que **o homossexualismo é motivo de maldição**. Isto **não quer dizer que nós queiramos eliminar os homossexuais**. Mas **quem dera se eles pudessem parar com este hábito, e assimilar o hábito verdadeiro** para o qual foram colocados no mundo. Isto é claro, não é? Existem livros, não apenas a Bíblia, que registram que, na história da humanidade, **nações foram exterminadas por determinação divina devido à prática do homossexualismo**. As mulheres simplesmente ficavam de braços cruzados, desprezadas, pois os homens não as queriam mais, e sim outros homens. **Os homossexuais são tão habilidosos quanto às mulheres. Vestem-se de perucas, colocam sapatos altos, e terminam enganando muitos homens que acabam acreditando que aquele charme é ainda maior que o das mulheres**. Precisamos analisar esses aspectos, a fim de que **não, acatemos aberrações** que existem na sociedade. **Precisamos, é lógico, dar direito a todos. Não devemos discriminar ninguém, mas vamos ajudar aqueles que estão com problemas**. Na nossa Igreja, por exemplo, quando as pessoas aceitam a fé cristã, no sentido total, para servir ao Senhor, nós a aconselhamos, orientamos. **E nós temos tido muitos casos de homossexuais que abandonaram a sua vida antiga e que se casaram**. Isto pode acontecer. Depende da fé e da compreensão dos homens. Aí sim, vejo que não se trata de discriminação, mas de ajuda, ou seja, dar oportunidade para que eles vivam. Não se trata de dar apoio para que seja introduzido na sociedade **este costume que mancha, que macula** e que não deixa de representar uma competição com as mulheres. Eu sinceramente fico até com ciúmes, quando vejo esta competição com as mulheres, no sentido de colocá-las à margem. **A mulher foi feita justamente para exercer este papel feminino, de ser companheira do homem**, complementando o homem e vice-versa. **Deve haver igualdade entre homens e mulheres**. Agora, **a possibilidade de haver um terceiro, alguém que fica entre um outro, na coluna do meio, tirando a atenção de ambos, fazendo a mulher ficar nervosa e o homem ter mais opções**, é um assunto que deve ser muito bem refletido. **Somos contra a discriminação, mas também somos contra a legalização de aberrações**.

O SR PRESIDENTE (Antônio Mariz): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nyder Barbosa. Mas, antes, gostaria de lembrar ao nobre Constituinte Costa Ferreira, só para estabelecer o equilíbrio da discussão, considerando-se que se discute no momento a isonomia, que **homossexualismo não é uma singularidade do sexo masculino, ele ocorre também no sexo feminino**³³⁵.

A fala de Costa Ferreira (PFL/MA) intensifica a perspectiva trazida pelos parlamentares opositores da demanda do MHB, em especial ecoada por aqueles ligados a setores religiosos: incluir o termo “orientação sexual” no texto constitucional significaria “oficializar o homossexualismo”. Sob essa visão, permitir a expressão na futura Constituição seria uma forma de estimular a prática desses atos vistos como “aberrações”. Embora seja esse um artifício discursivo para contribuir para a disseminação de pânico morais e dificultar a aprovação do pleito pelos pares constituintes, há algum aspecto jurídico a ser notado.

Quando se fala em “oficialização” ou “legalização”, parece partir-se do pressuposto de que a prática da homossexualidade não seria permitida pela lei brasileira à época. Contudo, como se sabe, relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo foram descriminalizadas no Brasil em 1831, com a entrada em vigor do Código Penal do Império. O novo diploma revogou provisão anteriormente aplicável da lei colonial que determinava que fosse incinerada viva a pessoa que tivesse cometido o “pecado da sodomia”. Não obstante isso, conforme também ressaltado por João Antônio de Souza Mascarenhas em um dos momentos de sua fala, “legalismos” ainda permitiam a prisão de homossexuais no Brasil por meio da aplicação de outras provisões penais, como o crime de atentado ao pudor³³⁶. Desse modo, há, realmente, certo aspecto da proibição contra discriminação com base em orientação sexual que teria o condão de reforçar a legalidade da homossexualidade e, assim, coibir manobras que levavam à criminalização *de fato* desses atos em algumas ocasiões – o que reforça ainda mais a necessidade de inclusão do termo no texto –, muito embora não fosse a isso que o parlamentar fizesse referência quando afirmou que

³³⁵ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher – Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 23ª Reunião em 15 de maio de 1987, p. 228, grifos meus.

³³⁶ ILGA, World; MENDOS, Lucas Ramon; BOTH, Kellyn; LELIS, Rafael Carrano; PEÑA, Enrique López de la; SAVELEV, Ilia; TAN, Daron. **State-Sponsored Homophobia 2020: Global Legislation Overview Update**. Geneva: ILGA, December 2020, p. 94.

“somos contra a discriminação, mas também somos contra a legalização de aberrações”³³⁷.

Há mais um aspecto analítico relevante no trecho acima, que se refere ao retorno a elementos de essencialização dos gêneros masculino e feminino na construção do discurso homofóbico. Mais uma evidência de como o sexismo e o pavor nutrido pela transgressão às normas de gênero cristalizadas operam na gênese do ódio homofóbico e transfóbico. Nesse sentido, destacam-se as afirmações da necessidade de assimilação do “hábito verdadeiro” do homem, em referência à heterossexualidade; a menção ao que possivelmente seriam experiências trans, referindo-se a homossexuais que se “vestem de mulher”; a preocupação do desequilíbrio causado pelos homossexuais em casamentos alheios, desestabilizando os papéis masculino e feminino previamente estabelecidos; e, finalmente, o completo apagamento de vivências de homossexualidade feminina, com a invisibilização de mulheres lésbicas e bissexuais, fato que teve de ser lembrado por Antônio Mariz em sua intervenção.

O debate prossegue com a colocação do constituinte Nyder Barbosa (PMDB/ES). Mais uma vez, o discurso se centra em questões religiosas, aliadas agora à retórica da moral familiar:

Sr. Presidente, em relação à matéria tratada pelo Deputado Eliel Rodrigues, queria dizer que **não sou ligado a nenhuma igreja. Embora tenha a crença no Deus todo poderoso, o grande arquiteto do universo**, não sou ligado a nenhuma igreja. Mas não posso deixar, **como pai de família, de defender os princípios de moral que as igrejas defendem**, as igrejas de modo geral. Sr. Presidente, a inclusão deste texto no item III funcionaria, assim, como **um estímulo à proliferação de princípios que atingem a moral**. Não diria só do homossexualismo masculino, pois **existe o problema do lesbianismo**, que é da mesma forma grave Deputado Eliel Rodrigues, **já apresentei uma emenda incluindo este texto no anteprojeto e gostaria que fosse examinado sob esse prisma de moral**, porque **não é possível que a sociedade estimule a prática do homossexualismo**. Não posso admitir isto. Nesta altura, lembro a **atitude do ditador Fidel Castro, de Cuba, que acabou com o homossexualismo**. Fidel diz que o homossexualismo é uma prática do capitalismo, de gente que não tem nada para fazer. Fidel pegou os homossexuais e os colocou nas plantações de cana. Simplesmente acabou com essa prática, que julgo altamente **nociva à formação dos bons princípios de moral e dos costumes**. Então, queria me solidarizar com o Deputado Eliel, com os membros desta Comissão. Não posso admitir que a Constituição que vamos elaborar e que vai representar o pensamento da sociedade brasileira venha a **estimular a queda dos princípios de moral da sociedade**. Podemos perfeitamente ignorar a existência desse dispositivo no texto constitucional. Faço um apelo a V. Ex.^a para que

³³⁷ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher – Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 23ª Reunião em 15 de maio de 1987, p. 228.

reexamine essa matéria, meditando sobre os **prejuízos que vai causar à sociedade brasileira**. Que acima de tudo reexamine a nossa emenda, que já deu entrada desde ontem, onde procuramos fazer uma ampla justificativa das razões que nos levam a condenar a manutenção deste dispositivo no texto constitucional. **Vamos ser liberais, mas a ponto de estimular perversões sexuais, data vênica, não estamos de acordo**³³⁸.

A fala introduz, de maneira desenvolvida, o discurso disseminado pela ANC segundo o qual a homossexualidade atentaria contra a “moral e os bons costumes”, trazendo prejuízos à sociedade – em consonância, como visto no primeiro capítulo, com características do regime ditatorial. Portanto, seria inconcebível proteger gays, lésbicas e bissexuais contra a discriminação. Essa moral defendida, é evidente, segue atrelada a valores religiosos, como confirmado pelo próprio parlamentar, não obstante tenha feito questão de se eximir da ligação com qualquer igreja. O fim da fala de Barbosa também ilustra um aspecto político peculiar da realidade brasileira que tem se tornado mais saliente com a ascensão de grupos de extrema-direita no contexto político atual – a defesa de um liberalismo econômico atrelada ao conservadorismo na dita pauta de costumes. Finalmente, a menção do parlamentar ao regime cubano parece se tratar de um aceno aos colegas de esquerda. Embora o PMDB estivesse dividido entre conservadores e progressistas no contexto na ANC³³⁹, Nyder Barbosa estava posicionado no espectro mais à direita, contrário a pautas como a reforma agrária³⁴⁰. Isso serve para evidenciar como a liberdade sexual, mais recentemente associada às demandas da esquerda, foi historicamente alijada por líderes de todos os espectros político, havendo inclusive registros de perseguição a gays e lésbicas em regimes socialistas³⁴¹.

Na sequência, foi feita uma intervenção confusa sobre o tema por Ubiratan Spinelli, sugerindo a retirada também de “sexo” do rol do inciso terceiro, considerando a abrangência do termo. Sem atenção dos demais a essa colocação, foram introduzidos outros temas até que a discussão sobre orientação sexual

³³⁸ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher – Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 23ª Reunião em 15 de maio de 1987, p. 229, grifos meus.

³³⁹ PILATTI, Adriano. **A Constituinte de 1987-1988**: Progressistas, Conservadores, Ordem Econômica e Regras do Jogo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016, p. 3-4.

³⁴⁰ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). **Nyder Barbosa de Meneses**. Rio de Janeiro: FGV, s/d. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dirce-maria-do-vale-quadros>. Acesso em: 22 abr. 2021.

³⁴¹ BORRILLO, Daniel. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

retornou por meio de fala do constituinte José Carlos Coutinho (PL/RJ), que parecia também alheio ao cerne do debate, tendo defendido a manutenção do termo por entender necessária a orientação sexual obrigatória como matéria nos colégios. Com a deixa, foi a vez de Maguito Vilela (PMDB/GO) se contrapor à linha que seguia o debate, sugerindo que a inclusão do termo não levaria a nenhum incentivo à promiscuidade. Exemplificou apontando que querer a descriminalização do adultério não significaria estimulá-lo³⁴². Diante disso, Eliel Rodrigues voltou a se pronunciar:

Somos a favor da educação sexual. Quanto a isso, não temos dúvidas. Mas o termo "orientação sexual" está nos trazendo problemas, porquanto não se trata da formação sexual esdrúxula do que possa ter a pessoa, seja lésbica ou homossexual masculino. **O problema existe em relação à influência que esses indivíduos possam exercer sobre as pessoas.** A nobre Constituinte Lúcia Braga lembrou, ainda há pouco, a influência que poderão sofrer nossos filhos nas escolas com **a liberdade que essas pessoas passarão a ter, sem discriminação alguma.** Então, como pessoas, eu as respeito e as amo, e delas tenho pena. Lembro as palavras de Cristo, com relação à mulher pecadora, a mulher adúltera. Quando todos que a rodeavam queriam condená-la e, segundo a lei, apedrejá-la, Cristo disse: "Aqueles que não tiverem pecado que atirem a primeira pedra." Diz a Escritura que todos se foram retirando do local, e a mulher permaneceu com Cristo. E Cristo perguntou à mulher. "Mulher, alguém te condenou?" E ela disse: "Não, Senhor." E Cristo lhe respondeu: "Então, eu também não te condeno, mas vá e não peque mais." É uma mudança de vida, e é isso o que pretendemos. **Cristo não compactuou com o pecado, Cristo não disse que tudo estava certo ou errado, não disse que o homossexual vai para o Céu ou não. Mas ele pregou o arrependimento.** Quer dizer, conosco convivem os ladrões, os feiticeiros, toda espécie de gente e, nem por isso, deixam de ser pessoas humanas. **A influência que essas pessoas exercem são momentâneas, ao passo que a influência exercida por um homossexual – lésbica ou outra do gênero – é um fermento na sociedade.** É por isso que achamos que eles podem existir e praticar os atos próprios, e mesmo que **pecaminosos e absurdos**, mas é uma responsabilidade individual. Mas é perigoso abrir essa concessão, da mesma forma como há o **sexo normal**, masculino e feminino, como há o negro que não prejudica ninguém, como há determinada concepção filosófica que não prejudica ninguém. **Mas a influência dos homossexuais é perniciosa.** Por isso penso que seria **uma abertura que poderia trazer consequências perigosas para o País**³⁴³.

O parlamentar aproveitou a confusão feita por José Carlos Coutinho para recuperar o questionamento com base na semântica do vocábulo “orientação” traçado anteriormente por Lúcia Braga. O parlamentar sugere, inclusive, que a

³⁴² BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher – Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 23ª Reunião em 15 de maio de 1987, p. 230.

³⁴³ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher – Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 23ª Reunião em 15 de maio de 1987, p. 230, grifos meus.

discriminação seria um elemento necessário para tolher a liberdade dos homossexuais e evitar, assim, que desencaminhem a sociedade. Em sua comparação, gays e lésbicas são piores do que ladrões, pois, de volta às referências religiosas, realizam atos “pecaminosos e absurdos”. Mais ainda, finaliza sua intervenção com a ameaça de que a proteção contra discriminação por orientação sexual pode trazer “consequências perigosas” ao país, ainda que inespecíficas e também não desenvolvida a relação causal de tais consequências. Como aponta Gayle Rubin, esse tom profético e a alusão a fantasmas que ameaçam o *status quo* são elementos recorrentes na ambiência que antecede ao estabelecimento de pânico morais, como é o caso do ódio homofóbico intensificado durante a década de 1980 devido à epidemia de HIV/Aids³⁴⁴.

Diante da menção a seu nome, a constituinte Lúcia Braga volta a se manifestar, reforçando que sua oposição era ao termo e não à liberdade em si, pois acreditava que a Constituição deveria conter algum indicativo que vedasse a discriminação contra homossexuais, apenas acreditando ser ideal que se indicasse “comportamento homossexual” para que fosse evitada qualquer ambiguidade³⁴⁵. Mencionou, conforme analisado anteriormente, que havia contado com o apoio de Antônio Mariz em sua colocação. Contudo, em seguida, o presidente da subcomissão pediu a palavra para esclarecer que as ponderações posteriores feitas por Mascarenhas o haviam convencido de que o termo mais adequado seria mesmo “orientação sexual”, por se tratar daquele mais adotado internacionalmente, e acrescentou, em relação ao trabalho do relator, que esse era “um dos pontos altos do parecer o reconhecimento da igualdade quando ocorrer um comportamento sexual que fuja ao considerado normal”³⁴⁶. Todavia, isso não encerrou o debate sobre a melhor terminologia. Mais uma vez, a confusão entre os diferentes aspectos das matérias discutidas e o desconhecimento sobre questões específicas relativas à sexualidade se fizeram mostrar:

³⁴⁴ RUBIN, GAYLE. Pensando o sexo – notas para uma teoria radical da política da sexualidade. In: RUBIN, GAYLE. **Políticas do sexo**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

³⁴⁵ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher – Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 23ª Reunião em 15 de maio de 1987, p. 230.

³⁴⁶ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher – Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 23ª Reunião em 15 de maio de 1987, p. 230.

A SRª CONSTITUINTE LÚCIA VÂNIA: – Pela ordem, Sr. Presidente. Em relação ao art. 3º, à expressão "orientação sexual", chamo a atenção de V. Ex.ª no sentido de que **deveríamos realmente procurar uma terminologia que pudesse substituir esta expressão**. Embora, sob meu ponto de vista, considere que não deva existir de forma alguma discriminação sexual, que deva ser amparado por lei, **acho que isso propicia dupla interpretação, favorecendo muito a que se possa fazer uma divulgação disso ou daquilo**. Embora outras Constituições tenham essa terminologia, dentro de nossa linguagem pode ocorrer uma dupla interpretação. Não podemos fazer discriminação, **mas também não devemos propagar aquilo que a maioria da sociedade condena**. [...] O SR. PRESIDENTE (Antônio Mariz): – Certo. Rememorando a exposição aqui feita, essa expressão corresponderia a um conceito juridicamente já definido, e que estaria inserto em outras legislações de países estrangeiros aqui citados. Depreendese, das afirmações do representante dessa associação, que "orientação sexual" significa que os homossexuais não aceitam sua condição como um estado patológico, como doença, mas como orientação livremente adotada. Este é o sentido que eles pretendem imprimir à expressão. [...] O SR. CONSTITUINTE MAGUITO VILELA: – Sr. Presidente, entendo que a discussão está propiciando algumas divagações, que não deixam de ser importantes, mas, especificamente, o que se deve definir, ao se analisar esse § 3º é se tal comportamento deve ser discriminado ou não. Temos de nos cingir a isso: devemos ou não discriminar os homossexuais. Entendo assim, porque veja só: temos de conceder a todos igualdade perante a lei. Será punido como crime inafiançável qualquer tipo de discriminação. Ninguém será prejudicado ou privilegiado em razão de raça, sexo, cor e assim por diante. Acho que nos devemos ater a isso. Devemos privilegiar ou discriminar os homossexuais, ou qualquer raça, sexo, cor, ou não? O ponto a que nos devemos ater é este. Esse é o nó górdio da questão. O SR. CONSTITUINTE JOSÉ CARLOS COUTINHO: – **Isso é fundamental porque amanhã se estabelecerá em leis, por exemplo, que o homossexual, masculino ou feminino, não poderá fazer concurso para médico**. A palavra orientação sexual hoje é fato. Há o homossexual masculino e feminino, quer dizer, tanto o homem como a mulher adotam tal tipo de comportamento. **Já existe essa realidade, não vamos criar nada**. Mas o que tem de ficar bem claro é o entendimento que vamos dar a esse texto. Isso é o que considero muito importante. Somos Constituintes e estudamos um pouco mais o assunto. Agora, o que as pessoas, os leigos, vão entender quando lerem isso? Achei que o eminente Relator foi muito feliz na palavra "orientação sexual". S. Ex.ª encontrou a expressão certa. Agora pergunto: será isso que queremos na Constituição? É esta a expressão adequada? Não haverá discriminação de sexo? Seria suficiente essa expressão para alcançarmos o nosso objetivo? [...] A SRA. CONSTITUINTE RITA CAMATA: – Complementando a exposição do nobre companheiro, acredito que a expressão "orientação sexual" seja uma maneira de discriminar. Sendo que o texto já diz, "será punido qualquer desrespeito ao credo religioso, ao sexo" e tantas outras coisas mais, acredito que até numa lei ordinária poderia haver um dispositivo que regulamentasse **a situação do terceiro sexo**. Então, questiono se a expressão "orientação sexual" poderia ser suprimida, **porque a partir do momento em que estamos reconhecendo a necessidade de explicitar isso, estamos discriminando. Sexo para mim é homem, mulher, homossexual, heterossexual**. Acho que subentendemos todo esse contexto que está aí, que é uma realidade³⁴⁷.

³⁴⁷ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher – Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 23ª Reunião em 15 de maio de 1987, p. 231, grifos meus.

Embora pareça se tratar de uma mera discussão de fundo – qual seria o melhor termo para concretizar a tutela almejada – ela reflete bastante o tratamento dado à homossexualidade na época. É possível notar que essa condição é pressuposta como algo negativo na maior parte dos discursos, inclusive dentre aqueles que apoiam a proteção contra discriminação. Além disso, paira no ar uma desconfiança constante acerca de gays, lésbicas e bissexuais, que seguem sendo posicionados como uma ameaça potencial à sociedade. As causas disso são multifatoriais. Entretanto, muitos desses sentimentos refletidos nos discursos analisados podem ter uma razão em comum: o desconhecimento das realidades sobre as quais se falava. Isso fica evidente na manifestação de Rita Camata (PMDB-ES), ao tratar a homossexualidade como um “terceiro sexo”. Fato é que, mesmo com a tentativa que se seguiria, do relator Darcy Pozza, de se esclarecerem os pontos da discussão, o debate semântico sobre o significado de “orientação sexual” havia retornado com toda a força.

O constituinte José Fernandes (PDT-AM) alega ter procurado o termo nas leis dos países citados por João Mascarenhas e indica que “se existe essa legislação” seria “em nível ordinário”, pois não encontrou a menção em nenhum texto constitucional. De fato, consoante levantamento realizado pela ILGA, a África do Sul, pioneira no reconhecimento constitucional, apenas inscreveria a proteção contra a discriminação por orientação sexual em sua Constituição no ano de 1994³⁴⁸. Apoiando-se nisso, o parlamentar sugere que a expressão poderia “propiciar uma interpretação ambígua, no sentido de exaltar esses comportamentos pouco naturais”, recuperando a preocupação aventada anteriormente por Lúcia Braga de o professor “induzir o aluno ao homossexualismo”³⁴⁹. Diante disso, sugestiona que “comportamento sexual” poderia ser uma boa alternativa, “porque

³⁴⁸ ILGA, World; MENDOS, Lucas Ramon; BOTH, Kellyn; LELIS, Rafael Carrano; PEÑA, Enrique López de la; SAVELEV, Ilia; TAN, Daron. **State-Sponsored Homophobia 2020: Global Legislation Overview Update**. Geneva: ILGA, December 2020, p. 186.

³⁴⁹ Um outro elemento de análise dessa discussão semântica foi levantado por Daniel Cardinali, após a leitura de uma das versões preliminares desta dissertação. O debate sobre a ambiguidade ignora completamente o contexto em que a expressão estará inserida e, como se sabe, o contexto é quase sempre imprescindível para a compreensão do vocábulo empregado, especialmente em matéria de interpretação normativa. Desse modo, o exame da expressão diante do conjunto do artigo retira os resquícios de ambiguidade que poderiam ser notados. Isso porque o dispositivo tem por objetivo vedar a discriminação baseada em características carregadas pelo indivíduo (como sexo, raça, idade, religião, entre outros), de modo que não faria sentido, em meio a tais elementos, pressupor que a Constituição estaria proibindo a discriminação em relação à “possibilidade de instruir alguém sexualmente” (caso se pensasse o termo com sentido de “educação”, como sugeriu a parlamentar).

aí diz respeito somente à convicção interna, moral de pessoa, não tem nada a ver com ensino ou orientação naquele sentido”³⁵⁰. Sua deixa foi seguida por outros colegas, que compartilharam os mesmos receios e enfatizaram como mais adequada a variação terminológica proposta por ele:

O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO CÂMARA: – Sr. Presidente, concordo com a Deputada Rita Camata e o nobre Deputado José Fernandes. Aqui diz "qualquer tipo de discriminação" e cita sexo, fixando-se no termo orientação sexual. Penso igualmente que como está **há a possibilidade de determinada pessoa fazer proselitismo em prol do homossexualismo. Se encontrássemos outra expressão, como "comportamento sexual" seria melhor.** Acho o assunto complexo. Não tenho nenhum tipo de preconceito, mas acho que a expressão "orientação" fica um pouco carregada. Creio que poderíamos encontrar um termo como "comportamento sexual". [...] A SR^a CONSTITUINTE LÚCIA VÂNIA: – Gostaria de lembrar ao Sr. Relator que nós, que somos educadores, batalhamos muito por uma orientação sexual nas escolas. Isso já está muito divulgado. Essa orientação seria realmente para propagar no bom sentido o sexo. Daí por que, lendo isso, aqui, **fiquei assustada**, porquanto dá a impressão de que vamos dar uma aula em relação àquilo que aceitamos. **Não devemos discriminar, mas ao mesmo tempo não podemos propagar.** Acho que, como mãe, como educadora, eu me colocaria nessa posição. Acho que como está posto, **o sentido é dúbio.** A SR^a CONSTITUINTE LÚCIA BRAGA: – Quero reafirmar as palavras da Constituinte Lúcia Vânia, porque foi essa a minha impressão, desde o início da palestra do Sr. João Mascarenhas. **Achei o termo, como falei há pouco, ambíguo e que daria margem a uma orientação dirigida.** Então, questiono junto aos Srs. Constituintes por que não assumirmos, no texto, o termo comportamento homossexual, ao invés de orientação sexual? É um termo mais direto. Vamos colocar "comportamento homossexual". Acho que se fizermos isso, o texto ficaria menos abrangente, *ipsis literis*. [...] O SR. CONSTITUINTE MAGUITO VILELA: – Sr. Presidente, **parece-me também que o termo comportamento sexual fica mais adequado**, porque aí não haverá discriminação por comportamento sexual. Acho que assim melhoramos inclusive o trabalho da redação. Creio que assim evitaríamos não qualquer discriminação atinente ao comportamento sexual. [...] O SR. CONSTITUINTE JOSÉ CARLOS COUTINHO: – Sr. Presidente, realmente **o nobre Constituinte colocou a expressão certa**, S. Ex^a falou da parte vernacular, quer dizer, o entendimento do povo. Se ainda temos dúvidas em relação à orientação, **acho que o comportamento fica bastante explicitado**, para melhor compreensão, pois assim sendo quem amanhã apanhar a nossa Constituição vai entender que não pode punir alguém, porque tem um comportamento sexual que não é o dele, individual³⁵¹.

Em que pese o objetivo dessa discussão ser a definição da melhor forma de proteger gays, lésbicas e bissexuais contra a discriminação que sofrem no meio

³⁵⁰ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher – Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 23ª Reunião em 15 de maio de 1987, p. 231.

³⁵¹ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher – Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 23ª Reunião em 15 de maio de 1987, p. 231-232, grifos meus.

social, persiste no discurso dos parlamentares indícios do medo com relação a esse “outro desconhecido” que a norma aprovada por eles estaria amparando. A questão é tratada, por todos, como algo alheio a eles próprios e, portanto, cujos limites e consequências são imprevisíveis. Para arrematar a discussão sobre a temática naquela reunião, o presidente Antônio Mariz passa à palavra ao relator para que faça suas considerações. Nesse sentido, Darcy Pozza afirma que seu trabalho “procurou atender às propostas de forma democrática” e que todas as sugestões levantas ali serão ponderadas a fim de que seja evitada a ambiguidade e que sejam atendidos os interesses das minorias a serem tuteladas pela futura Constituição – no caso, os homossexuais³⁵².

Três dias mais tarde, na manhã de 18 de maio de 1987, iniciava-se a 24ª reunião, às vésperas do prazo final para apresentação de emendas. Nessa oportunidade, Eliel Rodrigues finalmente apresentou sua emenda com o intuito de suprimir o termo “orientação sexual” do inciso terceiro do anteprojeto. A título de justificativa, fez constar:

Proibir a discriminação em razão da orientação sexual é redundante, porquanto está implícita na discriminação em razão do sexo, que é objeto da proteção do preceito em tela. Esse desdobramento, inclusive, pressupõe uma interpretação restritiva, que não pode ser aplicada aos direitos e garantias individuais, a menos que se trate de regime de exceção, em que e força elide o direito. Assim, a liberdade de orientação sexual, nos termos propostos, implica incentivos constitucional ao proselitismo de minorias ativas e conseqüente propagação do homossexualismo, a nosso ver. A garantia constitucional que a Nação exige é o livre desenvolvimento da manifestação do sexo em si – sexo normal – em todas as suas nuances, sem que isso signifique a concessão de privilégios a quaisquer minorias, mesmo porque elas reivindicam e têm direito igualdade de tratamento e integração ao meio social³⁵³.

É impossível não notar a discrepância entre essa justificativa, que constou oficialmente junto à emenda oferecida, e aquela exposta oralmente dias atrás. Embora o texto ainda traga referência a um “incentivo” ao proselitismo e à propagação do “homossexualismo”, o cerne da fundamentação se reveste de uma roupagem técnica, alegando a redundância da proteção e aludindo a uma interpretação restritiva. Não há qualquer menção aos elementos religiosos que

³⁵² BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher – Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 23ª Reunião em 15 de maio de 1987, p. 232.

³⁵³ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher – Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 24ª Reunião em 18 de maio de 1987, p. 239, grifos meus.

dominavam a fala anterior e apareciam de forma quase exclusiva. É evidente como se trata de um discurso adaptado para que seja possível maior aderência de seus colegas à proposta. Rodrigues formula, ainda, um pedido subsidiário. Caso a emenda supressiva não seja aceita, apresenta como alternativa a substituição da expressão “orientação sexual” por “comportamento sexual”. Como justificativa, incluiu: “o entendimento [que] reivindicam da expressão ‘orientação sexual’ pode levar à condição de profetismo [*sic*], de comportamento minoritário, sem dúvida condenado pelos usos do meio social”³⁵⁴. Suas propostas contaram com manifestação de apoio de dois constituintes presentes:

O SR. CONSTITUINTE NARCISO MENDES: – Sr. Presidente. com relação a emenda supressiva e à segunda alternativa que apresenta o Constituinte Eliel Rodrigues, entendo que não deveríamos entrar no mérito de fazer constar como norma constitucional nem orientação sexual nem comportamento sexual. Inclusive deixo aqui registrado meu protesto. No meu entender, **nem o representante do Triângulo Rosa deveria ter participado da nossa Subcomissão, porque o assunto que ele tratou aqui não é sério. Tratar do homossexualismo com o intuito de defendê-lo parece-me inoportuno.** Parabenizo o Constituinte Eliel Rodrigues pela sua proposta. Acho que devemos apoiar a emenda supressiva, que retira a expressão “orientação sexual”. **Protesto também em relação à expressão “comportamento sexual”, o que poderá gerar interpretações muito graves para a questão do homossexualismo, que entendo deve ser combatido visceralmente.** Imagine V. Ex.^a **desprazer que tem hoje pai,** seja ele quem for, **de ter um filho homossexual** e o que irá pesar sobre nossos ombros se o homossexualismo for de qualquer forma defendido, até sob a pecha de “comportamento sexual”. Não concordo, repito, com a expressão “comportamento sexual”. A expressão “orientação sexual” não deve fazer parte da nossa futura Constituição, ao menos que queiramos **manchá-la.** [...] O SR. CONSTITUINTE COSTA FERREIRA: – Com relação à emenda do nobre Constituinte Eliel Rodrigues, também acho temerário, **não porque queiramos discriminar alguém.** O expositor que esteve aqui, que deve ser e presidente, trouxe uma série de situações em que os homossexuais são discriminados. E destacou uma: um Sargento do Exército foi expulso da corporação em virtude de estar praticando pederastia passiva. Ele achou um desastre, uma discriminação não ter deixado o pederasta praticar o ato. **É lamentável uma situação dessas e até querer considerá-la uma discriminação.** Acredito que a nossa Subcomissão **deve preservar o direito de todos.** Mas não devemos partir para uma **situação vexatória.** Acredito que cada um tem o direito de fazer o que quer, é claro desde que **não desrespeite os bons costumes, a moral e a dignidade da pessoa.** Cada pessoa tem o seu jeito, pode fazer o que quiser, mas **não podemos legalizar uma situação dessas.** Parece-me que, apesar de termos de respeitar o direito de todos, **há direitos que não podem ser legalizados,** porque, ao invés de tomar uma segurança, **tornar-se-á uma aberração.** Segundo o expositor, o Sargento poderia praticar pederastia passiva à vista de todos, sem dar satisfação a ninguém, mas o próprio homem, quando mantém conjunção carnal com a mulher, não pode fazer

³⁵⁴ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões).** Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher – Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 24ª Reunião em 18 de maio de 1987, p. 239.

isso de público, tem de fazer num local reservado, é claro. Então, querer fazer uma demonstração dessas numa corporação é realmente querer ridicularizar a própria sociedade traumatizar o próprio homem e a própria mulher, pois **neste caso parece-me que se estaria estimulado os homens a abandonarem as próprias mulheres em benefício dos homossexuais**, cujo desejo, é claro, é praticar esse **tipo de sexo desagradável**. Eu, pelo menos, não sou contra. Cada qual que faça o que quiser. Só que legalizar uma situação dessas parece-me algo muito sério, que **poderá ter repercussões terríveis para a posteridade**, inclusive na nossa sociedade. Assim também aquele termo bondosamente sugerido, “orientação sexual”. **Imaginem um professor erudito expondo, em uma sala de aula, o seu ponto de vista deixando, no final, todos os jovens com aquela vontade, acertando aquele proselitismo, tomando-se seguidores do homossexualismo**. Acredito que deve haver um freio. O Constituinte Eliel Rodrigues em boa hora está sacando o apoio e a compreensão de todos porque, afinal de contas, S. Ex.^a não está querendo discriminar, é claro; está apenas preocupando-se com os mecanismos de proteção da sociedade. Não podemos, de maneira alguma, à quiza [sic] de liberdade, de direito, de não discriminação, incluir na nossa Constituição uma imoralidade como esta³⁵⁵.

Essas duas foram as últimas manifestações sobre o pleito do MHB na Subcomissão de Direitos e Garantias Individuais. A fala de Narciso Mendes (PDS-AC) retoma a retórica explorada no início deste capítulo, na abertura dos trabalhos da subcomissão. Discutir a proteção contra discriminação com base em orientação sexual, e abordar a temática do “homossexualismo”, tirava a seriedade dos debates. Conforme frisa Adriana Vidal de Oliveira, essa era uma forma de “desqualificação de demandas sobre liberdade sexual, como se existissem na Constituinte demandas sérias, que mereciam uma discussão nas Subcomissões e demandas que não seriam sérias, que não mereceriam espaço ali, pois seriam próximas a um deboche”³⁵⁶. Além disso, o parlamentar traça de novo a proximidade da pauta com aquela de uma suposta “defesa da família”, mais evidente nos debates em outras comissões; a “defesa do homossexualismo” impactaria de forma negativa os pais que tinham o “desprazer” de ter um filho homossexual. Mais ainda, frisa que se trata de uma condição a ser “combatida visceralmente”. Ambos os aspectos são ecoados na sequência no discurso de Costa Ferreira. Em relação à família, estabelece o absurdo de que incluir a proteção no texto constitucional seria uma maneira de estimular “homens a abandonarem as próprias mulheres em benefício dos homossexuais”. De outro lado, persiste na toada de que o pleito seria uma forma de legalização da

³⁵⁵ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher – Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 24ª Reunião em 18 de maio de 1987, p. 239, grifos meus.

³⁵⁶ OLIVEIRA, Adriana Vidal de. **Constituição e Direitos das Mulheres** - Uma Análise dos Estereótipos de Gênero na Assembleia Constituinte e suas Consequências no Texto Constitucional. Curitiba: Juruá, 2014, p. 219.

homossexualidade, algo inadmissível por ser tratar de uma “aberração”, desrespeitando a moral e os bons costumes. Vai tão longe a ponto de distorcer o discurso de Mascarenhas, na passagem que se refere ao sargento expulso pelo cometimento de “pederastia”³⁵⁷, que havia frisado em sua fala que a prática de quaisquer atos sexuais em público mereceria punição, independentemente da orientação sexual. Isto é, fossem hétero ou homossexuais. Dava-se, assim, o fim dos debates. Restava, agora, esperar pelo parecer do relator relativo às emendas apresentadas e sua subsequente votação.

Às nove horas e trinta minutos do dia 23 de maio de 1987, iniciou-se a 26ª reunião da Subcomissão de Direitos e Garantias Individuais, na qual Darcy Pozza apresentou seu parecer relativo às emendas, junto com o substitutivo ao anteprojeto originalmente elaborado. Segundo o relator, haviam sido encaminhadas 374 emendas à subcomissão, inúmeras das quais foram acolhidas, enquanto outras não puderem ser aproveitadas. Destaco que, conforme consta na ata da reunião anterior, o constituinte Eliel Rodrigues havia enviado ofício uma semana antes solicitando a retirada de sua emenda de nº 28, aquela que continha o pedido subsidiário de substituição do termo “orientação sexual” por “comportamento sexual”³⁵⁸. Desse modo, chegou para apreciação do relator apenas a emenda nº 84, visando à supressão do referido termo. Além dele, havia formalizado a proposta de retirada da expressão o constituinte Nyder Barbosa (PMDB-ES), com a emenda de nº 17³⁵⁹.

³⁵⁷ A alusão a esse caso foi recorrente nos debates. Trata-se de um sargento que havia sido expulso do exército por ter sido flagrado realizando sexo com outro homem, descrito pelos parlamentares como “pederastia passiva”, conduta criminalizada pelo art. 235 do Código Penal Militar, que previa: “Praticar, ou permitir o militar que com ele se pratique ato libidinoso, homossexual ou não, em lugar sujeito a administração militar: Pena - detenção, de seis meses a um ano”. A recepção do dispositivo pela atual Constituição chegou a ser questionada perante o STF, na ADPF nº 291, que acatou apenas parcialmente o pedido (sobre a decisão ver: CARDINALI, Daniel Carvalho. **A judicialização dos direitos LGBT no STF: limites, possibilidades e consequências**. Belo Horizonte: Arraes, 2018.). Durante sua fala, Mascarenhas havia ressaltado o seguinte: “Agora, eu seria o primeiro, se, por exemplo, num canto, eu visse dois homossexuais tendo relações, a achar que V. Ex.^a deveriam mandar prendê-los. Aqui não é lugar para um negócio desses. Isso tanto na homossexualidade, como na heterossexualidade. Também, se fosse uma mulher e um homem tendo relacionamento heterossexual, creio que V. Ex.^a deveriam prendê-los. Isso não é levar ao absurdo. Temos de enquadrar no contexto geral. O direito de não ser discriminado não significa impunidade. Ao contrário, isso até virá dar aos homossexuais, entendo, um sentimento de maior responsabilidade, porque eles não são párias, têm direitos. Mas, quem tem direito, tem necessariamente um dever. É a outra face da moeda”.

³⁵⁸ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher – Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 25ª Reunião em 19 de maio de 1987, p. 243.

³⁵⁹ A justificativa incluída pelo parlamentar era a seguinte: “o amparo que o item 111 do Anteprojeto dos Direitos e Garantias individuais, através da expressão ‘orientação sexual’, abre um precedente

A questão interesse da pesquisa foi um dos primeiros pontos abordados por Pozza, que afirmou: “no tocante ao princípio da isonomia, e diante dos debates no plenário desta Subcomissão, **optou-se pelo termo genérico ‘qualquer particularidade’**, para expressar o caráter efetivamente amplo e abrangente da não-discriminação”³⁶⁰. Havia sido exitosa a articulação levada a cabo pelos parlamentares opositores ao pleito apresentado pelo Triângulo Rosa. Nessa primeira oportunidade de discussão, a “orientação sexual” havia ficado de fora do texto constitucional. Não havendo ninguém com a iniciativa de oferecer um destaque ao dispositivo em questão, para que pudesse ter sua redação votada separadamente, a composição final do inciso terceiro foi a seguinte:

III – a igualdade perante a lei; será punida como crime inafiançável qualquer tipo de discriminação; ninguém será prejudicado ou privilegiado em razão de raça, sexo, cor, estado civil, idade, trabalho rural ou urbano, credo religioso, convicção política ou filosófica, deficiência física ou mental e qualquer particularidade ou condição social;

Adotava-se a expressão resultante das discussões da Comissão de Estudos Constitucionais – “particularidade social” – igualmente apoiada por Cândido Mendes e Hélio Santos nas audiências públicas. A argumentação e motivações apresentadas por João Antônio Mascarenhas acerca da impropriedade da expressão não pareceram ser suficientes diante da forte oposição recebida entre os parlamentares. Neste ponto, evidenciam-se mais intensamente as consequências ocasionadas diante das diferentes posições institucionais que ocupavam os parlamentares e o movimento social. A influência e capilaridade deste era evidentemente limitada no contexto constituinte. E a ausência de parlamentares engajados com a pauta da liberdade sexual tornava frágil a possibilidade de avanço da demanda que, não obstante houvesse sido incluída na primeira versão do anteprojeto, não possuiu fôlego para que se sustentasse em face dos diversos ataques sofridos. A questão não estava, isso começa a ficar nítido, dentre as prioridades, nem mesmo de parcela da esquerda e dos ditos progressistas.

Os trabalhos da subcomissão se encerraram naquele mesmo dia. Em sequência, o relator elaboraria o texto final, incorporando os destaques votados e

por demais perigoso, uma vez que pode estimular uma situação que preocupa famílias e choca a sociedade brasileira”.

³⁶⁰ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher – Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Ata da 26ª Reunião em 23 de maio de 1987, p. 257.

aprovados naquela reunião, que seria encaminhado à comissão temática para que fossem seguidos os trâmites regimentais. Consolidava-se, ali, a primeira derrota do Movimento Homossexual Brasileiro em sua luta pelo reconhecimento de gays, lésbicas e bissexuais enquanto sujeitos de direito. O próximo palco de batalha se daria na Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher.

4.2.

A Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher

Finalizados os trabalhos da subcomissão, o substitutivo final elaborado foi encaminhado à Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, onde seria lapidado um novo anteprojeto, englobando o trabalho realizado por mais duas subcomissões. O debate acerca do tema objeto desta pesquisa seria intenso naquele espaço, principalmente a partir da atuação do constituinte José Paulo Bisol (PMDB-RS), que, enquanto relator da comissão, reintroduziria a “orientação sexual” no texto a ser apreciado pelos parlamentares. Bisol havia sido nomeado para a função por Mário Assad (PFL-MG), que presidia a comissão após ter sido eleito na reunião de instalação realizada em primeiro de abril de 1987. Na mesma ocasião, foram escolhidos para ocupar a primeira e segunda vice-presidências, respectivamente, os constituintes Aécio Neves (PMDB-MG) e Anna Maria Rattes (PMDB-RJ)³⁶¹.

Na quarta reunião da comissão, quando já tinham sido repassados os textos das respectivas subcomissões, foram iniciados os debates. Contudo, não havia ainda sido elaborado anteprojeto pelo relator-geral. Nesse dia, inscreveram-se para falar diversos parlamentares. Após uma longa fila de discursos destacando a preocupação com a “liberação do comportamento social brasileiro”³⁶², o constituinte Costa Ferreira alinhavou a questão, relacionando-a ao “problema do homossexual”. Sua fala se dividiu nos pontos centrais de suas apreensões: o aborto, as drogas, a proteção da família, a “proliferação do divórcio” e a “libidinagem” atrelada ao

³⁶¹ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Ata da 1ª Reunião em 01 de abril de 1987, p. 1.

³⁶² BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Ata da 4ª Reunião em 27 de maio de 1987, p. 13.

homossexual. Tudo isso, segundo ele, ameaçava ocasionar uma “derrocada total da sociedade”, provocada por pessoas que “querem introduzir em nossos costumes uma completa **balbúrdia**”³⁶³. Recuperou, novamente de forma distorcida, o caso do militar que havia sido expulso do exército por manter relações homossexuais, para justificar que não se podia “confundir discriminação com libidinagem, imoralidade”. Em virtude disso, sustentou que “não podemos permitir que alguém seja discriminado, mas também não devemos, de maneira alguma, aceitar argumentos ilusórios, para introduzirmos maus costumes, entre nós, que só serviriam para **perverter a ordem pública, os bons costumes e a moral**”³⁶⁴. Dito isso, as exposições seguiram.

O alvoroço concernindo o tema voltaria à tona apenas na sétima reunião da comissão, realizada em primeiro de junho de 1987, quando se discutia o esboço do relatório a ser apresentado por José Paulo Bisol. Desde o início, instaurava-se a confusão ao se depararem com o fato de que o relator estava realizando acréscimos e supressões aos anteprojetos enviados pelas subcomissões para compor sua versão final. Somado a isso, predominava o clima de inquietude entre os parlamentares diante da incerteza da interpretação regimental: não se sabia, ao certo, se seria possível a apresentação de emendas ao relatório final ou se haveria a opção somente de aceite ou rejeição do parecer apresentado. A primeira acusação partiu de Narciso Mendes (PDS-AC). Segundo ele, caso compreendido dessa forma, conferiam-se, ao relator-geral, “poderes absolutos para desfazer todo o trabalho das Subcomissões”³⁶⁵. Como exemplo concreto, trouxe uma narrativa incongruente com o que ocorrera na Subcomissão de Direitos e Garantias Individuais:

O Relator da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais introduzira a expressão "orientação sexual" como direito fundamental do cidadão. **A matéria, votada, foi vencida por 17 votos a 1. Apenas o Relator da nossa Subcomissão votou favoravelmente à inclusão da expressão "orientação sexual"**. Parece-me, se a memória não me falha, que dezessete Srs. Constituintes votaram contrários à introdução dessa expressão. Não sei se poderia considerar esse trabalho apresentado um substitutivo. Nele S. Ex.^a reintroduz a expressão "orientação sexual", negando

³⁶³ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Ata da 4ª Reunião em 27 de maio de 1987, p. 16-17, grifos meus.

³⁶⁴ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Ata da 4ª Reunião em 27 de maio de 1987, p. 17, grifos meus.

³⁶⁵ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Ata da 7ª Reunião em 01 de junho de 1987, p. 32.

exatamente tudo aquilo que foi vontade da maioria da nossa Subcomissão. Caberia ao Relator da Comissão Temática munir-se de todos esses documentos e das emendas apresentadas para fazer o relatório. Mas não é isso que está acontecendo. O exemplo da inclusão da expressão "orientação sexual" nega absolutamente o que se está discutindo aqui³⁶⁶.

Apesar da revolta do parlamentar, no entanto, não havia sido exatamente assim que se passaram os eventos. O constituinte Antônio Mariz interveio para corrigi-lo, indicando justamente o que acabei de relatar no tópico anterior: a matéria não chegou a ser votada, pois o próprio relator havia retirado o termo “orientação sexual” da versão final de seu anteprojeto³⁶⁷. Logo em seguida, foi a vez de Costa Ferreira se debruçar sobre a questão, com a interpelação irônica de José Mendonça de Moraes (PMDB-MG), que destaco:

O SR. CONSTITUINTE COSTA FERREIRA: [...] E logo ao lado do "sexo" está a expressão "orientação sexual". Por sinal, nesta Constituinte, **observamos que essa palavra está muito em evidência, e muitos não sabem o que significa** essa "orientação sexual"... O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS: – **Mas, quando sabem, sabem até demais.** O SR. CONSTITUINTE COSTA FERREIRA: – Justamente, muita gente sabe e **outras, por não saberem, estão defendendo sua permanência no texto constitucional.** Todos devem ter sua liberdade. **Ninguém na sociedade deve ser discriminado, por exemplo, pelo simples fato de ter nascido homossexual.** Todos devem ter o seu direito na sociedade. **Entretanto, não podemos expor-nos ou a sociedade a exageros como esse.** [...] Manter essa expressão seria **exagero.** Já temos a palavra "sexo". Ninguém é discriminado por seu sexo – aí, **entendam como quiserem qual é o sexo.** Não há necessidade de mais essa expressão "orientação sexual" em nosso texto, apesar de todo nosso respeito àqueles que defendem sua permanência. Achamos isto **uma aberração,** porque todos, na sociedade, devem ter sua liberdade. No Rio de Janeiro e em várias outras partes do Brasil, **vemos homossexuais vestidos e pintados como mulher.** É uma liberdade, mas que fiquem por lá. **Ainda assim, não se muda sua origem masculina, a não ser que façam uma operação. No início, no nascimento, foram registrados como homens.** [...] O que estou discutindo é que não se deve colocar no texto da nossa Constituição **essa aberração.** Alerto os companheiros para que atentem para este dispositivo, que tem **implicações muito sérias na formação moral,** apesar de o Senador Bisol achar que o conceito de moralidade é quase idêntico ao da axiologia dos valores, por ser encarado de acordo com a concepção de cada um. **Os homossexuais, na nova Constituição, terão plena liberdade, como, aliás, vêm tendo, sem que sejam discriminados. Não podemos permitir que homossexuais, por exemplo, se casem, quer, dizer, homem com homem, mulher com mulher.** Isso seria um **desastre.** Não se **pretende discriminar, mas, sim, proteger a sociedade.** Que cada qual se **amantilhe, escondido,** com quem quiser Ninguém está contra isso. Se a pessoa tem condições financeiras de sustentar essa sua vontade, que o faça, mas que não

³⁶⁶ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões).** Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Ata da 7ª Reunião em 01 de junho de 1987, p. 32.

³⁶⁷ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões).** Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Ata da 7ª Reunião em 01 de junho de 1987, p. 32.

queira colocar isso na Constituição, porque será **um desrespeito**, um **desastre** que vai **comprometer a moralidade da Nação brasileira** perante as outras nações. Nelas há muita liberdade, as pessoas fazem o que querem, sem que, no entanto, esteja inserido na Constituição um dispositivo como esse que se quer aqui colocar. [...] Gostaríamos de chamar a atenção dos Constituintes para **o grande perigo** de se inserir tal coisa na Constituição. Devemos preservar as nossas instituições do **ridículo**. [...] **Ocultamente a pessoa pode fazer o que quiser, mas não pode vir a público, em competição desleal, inclusive, com as mulheres**, já que o homem não tem esse tipo de preocupação. As mulheres estão sendo muito massacradas. Tem havido **casos de pais de família que a abandonam por se terem envolvido nessas histórias**. Precisamos de uma **Constituição séria**, em que não sejam inseridas brincadeiras que nos ridicularizem, mas que enalteça o alto espírito do homem público, **protegendo a moral em nossa Pátria, os bons costumes da ordem pública**, enfim, a dignidade desses princípios³⁶⁸.

Exagero. Aberração. Desastre. Desrespeito. Perigo. Ridículo. São essas as palavras empregadas para se referir à possibilidade de proteger um grupo de seres humanos das violências que os afligem diariamente. Significativamente, no entanto, esse fato não possui muita relevância para o parlamentar, uma vez que o discurso destacado opera no sentido contrário; determina a desumanização de pessoas LGBTI+. Recuperando a discussão sobre abjeção, todos esses elementos discursivos presentes acima atuam estabelecendo uma “repulsa” às identidades e subjetividades LGBTI+, sobretudo a partir do repúdio e expulsão de seus corpos, posicionando-os enquanto “outros” e consolidando as “identidades culturalmente hegemônicas” daqueles que se opõem e contrastam às vivências abjetas³⁶⁹. Como salienta Butler, a partir das leituras de Julia Kristeva e Iris Young, esse “conjunto de Outros” é criado “por meio da exclusão e dominação”. Assim, esse assentamento de espaços internos e externos ao sujeito “é uma fronteira e divisa tenuamente mantida para fins de regulação e controle sociais”³⁷⁰. Desse modo, sanciona-se o sujeito em função de sua distinção do abjeto, que lhe confere estabilidade³⁷¹.

Para além dessa perspectiva desumanizante, que serve aos propósitos de perpetuação da condição precária experienciada por pessoas LGBTI+, negando estruturalmente o acesso à efetivação de direitos e à implementação de políticas

³⁶⁸ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Ata da 7ª Reunião em 01 de junho de 1987, p. 33-34.

³⁶⁹ BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, p. 231.

³⁷⁰ BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, p. 231.

³⁷¹ BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, p. 231-232.

públicas³⁷², outros dois elementos do discurso merecem atenção. O primeiro deles se refere à transfobia expressa na fala do parlamentar, que especificamente enfatiza a situação de “homossexuais vestidos e pintados de mulher”. Destaco que, apesar de nomeação contemporânea do termo enquanto *transfobia*, a contextualização temporal do discurso não retira seu aspecto violento. Pelo contrário, trata-se de evidência histórica que certos tipos de “homossexuais” – como era, por muitos, compreendida à época a vivência de pessoas trans – geravam uma maior perturbação nos meios sociais e, por isso, figuravam como alvo preferencial de violência e discriminação. Em contrapartida, a mescla caricata entre o discurso de ódio e alegação de uma proteção já consolidada, frequentemente presente nos discursos contrários ao pleito do MHB, é mais uma vez evidente. Se, por um lado, a demanda é absurda e impensável; de outro, ela é caracterizada como “desnecessária”, pois não somente homossexuais não sofreriam qualquer tipo de discriminação no Brasil, mas também essa tutela já estaria consagrada seja por previsões gerais, seja por interpretação que se pretendia querer dar ao termo “sexo”. É uma negativa que performativamente produz a discriminação que alega inexistente, reforçando, entre diversos insultos injuriosos, o suposto comprometimento da “moralidade da Nação brasileira” e enfatizando a “plena liberdade”, desde já restrita, de que se faça o que quiser, contanto que não seja no espaço público, o qual é majoritariamente o objeto da produção normativa na ANC.

A reunião seguinte, a oitava da comissão, iniciou-se com uma informação que acalmou o ânimo dos parlamentares. O presidente da ANC, Ulysses Guimarães, havia enviado novas instruções acerca do procedimento nas comissões temáticas. De acordo com o regramento remodelado, seria possível o oferecimento de emendas ao anteprojeto elaborado pelo relator-geral³⁷³. Assim, facultava-se aos constituintes a mobilização de colegas para retirada dos elementos do texto com os quais discordavam. Dentre eles, a “orientação sexual”. Diante disso, os ataques à questão foram guardados para debate posterior.

Já durante a nona reunião, o constituinte Narciso Mendes volta a expressar sua apreensão com a inclusão promovida pelo relator, registrando seu protesto ao

³⁷² BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: Quando a vida é passível de luto?. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

³⁷³ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Ata da 8ª Reunião em 01 de junho de 1987, p. 42.

que considerou a “forma pessoal” de José Paulo Bisol de redigir o relatório e chamando atenção para a “**excrecência** de se reintroduzir no texto do Relatório a expressão ‘orientação sexual’ – na verdade, **não entendemos a quem isso interessa**”. Volta a fazer menção a uma suposta votação que teria ocorrido sobre a matéria na subcomissão, relato equivocado que já havia sido objeto de correção no início dos trabalhos da comissão. Um pouco depois, no mesmo dia, o relator faria esclarecimentos com relação a questões levantadas pelos colegas, dentre elas, com alguma centralidade, residia o tratamento dado pela Constituição ao homossexual:

Quanto ao problema da família, o nobre Constituinte estranhou a expressão "união estável", como se ela incluísse a possibilidade de uniões entre homossexuais. Nobre Constituinte. **não estou preocupado com as uniões dos homossexuais**. Se eles querem fazer, que as façam! Desde que isto não se converta num escândalo social, é um direito deles. A palavra "casamento" também não evita, em si mesma essa expressão. **Porque eles falam em casamento!** Tenho lido nos jornais e até ouvi um Constituinte, aqui, falar: "Estamos permitindo casamento de homossexuais?" **Meu Deus, não se trata disso! Apenas se trata de dizer que os homossexuais são seres humanos!** E aqui disseram até que é uma questão de nascimento. Não vou a tanto. Acho que **é mais um problema cultural e de formação**. Mas, não entro em discussão. O que eu quero dizer é que os homossexuais não me perturbam. **Acho que eles são pessoas humanas**. E creio que ninguém tem o direito de não empregar um homem competente por ser ele um homossexual! É isto. Aqui argumentaram que eu estava colocando a expressão "orientação sexual" no sentido de autorizar a cópula homossexual, por exemplo, dentro de um quartel. Mas, meu Deus, dentro de um quartel, um lugar inadequado, a cópula homossexual é uma transgressão disciplinar! Entenderam? Será que não é simples isso? **Qualquer cópula num lugar inadequado, ou em público, é uma transgressão disciplinar**. Não estou autorizando essa transgressão disciplinar. Agora. V. Ex as me desculpem, mas, **na intimidade deles, eles farão o que quiserem, porque nós na nossa heterossexualidade, fazemos**. Ou não fazemos! Porque somos livres! **Que negócio é esse de restringir a liberdade dos outros, quando eles não afetam a nossa liberdade?** Não é este o discurso de todos, ou seja, que todo mundo é livre naquilo que não afeta os outros? **A mim a homossexualidade dos outros não afeta**. Não sei se os Constituintes se sentem afetados pela homossexualidade dos outros. A mim, não afeta. E eu conheço homossexuais tremendamente responsáveis, pessoas de caráter, inteligentes, com capacidade de trabalho! E nutro por eles o mais profundo respeito! Porque não sou o modelo de ninguém. A minha heterossexualidade é uma pessoal [*sic*], não afeta ninguém. Eu resolvo. E, se alguém não quiser ser heterossexual, tem esse direito, não vai me incomodar. [...] Então, a **união estável, por suposição natural, é entre o homem e a mulher**, nobre Constituinte. **Nem me passa pela cabeça legislar sobre as outras**. Repito: casamento não seria uma palavra que evitaria esse tipo de união homossexual. Acho, pois, que não há o que retificar aí³⁷⁴.

³⁷⁴ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Ata da 9ª Reunião em 08 de junho de 1987, p. 58-59, grifos meus.

O ponto de partida da fala de Bisol foi uma intervenção feita por José Mendonça de Moraes (PMDB-MG) na reunião anterior. O constituinte havia externado o fato de a inclusão do termo “união estável” ser um “avanço na definição de família”, fugindo ao padrão cristão e ao “padrão normal de família constituída”³⁷⁵. Analisando sua construção, o discurso do parlamentar não parecia se referir, naquele momento, a nada relacionado à homossexualidade, mas sim ao fato de poder haver uniões reconhecidas pelo Estado que não fossem o casamento, mesmo que restrita a pessoas de gêneros opostos – uma vez que a própria normativa prescrevia a união estável “baseada na igualdade entre **homem e mulher**”. No entanto, o relator da comissão escolheu esse gancho para elucidar sua opinião relativa à possibilidade de uniões civis entre pessoas do mesmo sexo. Ao deixar claro que em nenhum momento cogitou a possibilidade de um casamento entre dois homens ou duas mulheres, sinaliza também qual seu compromisso com a pauta: “Apenas se trata de dizer que os homossexuais são seres humanos!”. A fala se alinha ao que discutimos no início deste capítulo, como o reconhecimento de direitos e a inscrição desses indivíduos enquanto *sujeitos de direitos* tem o condão de conferir humanidade a suas existências. Todavia, ilustra, do mesmo modo, que o comprometimento da maior parte dos parlamentares a apoiarem a demanda do MHB residia, de fato, nessa proteção mínima. Isto é, trazer homossexuais para o campo da humanidade já era o esforço máximo possível nessa esfera de reconhecimento, não há espaço para ampliação e garantia de outros direitos para além dessa tutela contra a discriminação. O que não quer dizer que esses mesmos parlamentares não tenham se empenhado com afinco, como fez o próprio Bisol, para efetivar essa proteção mínima. Por fim, o discurso do constituinte indica, também, como a homossexualidade era vista, de modo geral, sob uma ótica

³⁷⁵ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Ata da 8ª Reunião em 01 de junho de 1987, p. 46. Na íntegra: “Por exemplo, quanto à forma como S. Ex^a define a família. O item XVIII me revela que se foge ao padrão normal de família constituída, pois diz que é garantida a constituição de família pelo casamento e, depois, por união estável baseada na igualdade entre homem e mulher. Acho que nem toda união estável pode significar família. Essa igualdade entre homem e mulher, não sei se é básica. Não entendi bem, e fiquei na dúvida. Daí o questionamento que faço. Isto porque, de modo geral, entende-se o que seria a união estável entre um homem e uma mulher - se bem que não está definido. Fico preocupado com esse avanço na definição de família. Foge aos padrões do Cristianismo. E o Brasil é um País de cristãos, em sua maioria. Devemos, realmente, respeitar o costume da maioria, que é o de constituir família por contrato civil, dentro das normas já estabelecidas na lei ordinária, ou, quando constituída a sociedade entre um homem e uma mulher através da igreja a que pertencem, seja esse contrato levado a registro para os efeitos civis”.

negativa, independentemente da posição do parlamentar em relação à inclusão ou não da “orientação sexual”. Nesse sentido, destaco seu diagnóstico de que essa condição seria “um problema cultural e de formação”. Percepção se acentuaria em outros momentos da Constituinte.

Ainda naquele mesmo dia, já no decorrer da 10ª reunião, realizada no final da tarde, a orientação sexual voltaria a ser tematizada pelo relator, que a utilizou de exemplo para ilustrar a falta de concatenação lógica de diversos argumentos explorados nos debates da comissão. Conforme sustenta, retirar o termo “orientação sexual” não confere licitude à discriminação contra homossexuais, que seguiria vedada pelo predicado geral contra quaisquer formas de tratamento discriminatório. Sendo assim, provoca ele, o único modo de possibilitar esse tipo de comportamento seria se, retirada a “orientação sexual”, acrescentasse-se “é permitida a discriminação dos homossexuais” ao texto constitucional. De outro modo, torna-se juridicamente irrelevante a retirada da “orientação sexual”, visto que a tutela de gays, lésbicas e bissexuais seria mantida por meio da proibição genérica. É interesse notar que o que faz aqui José Paulo Bisol é justamente inverter um dos argumentos “técnicos” apresentados pelos opositores da demanda: no caso deles, não há necessidade do termo, pois já há a proteção geral; mas, como afirma o relator, se a proteção geral já abarca esse grupo, a manutenção da expressão seria indiferente³⁷⁶.

À medida que transcorriam os debates, os argumentos já familiares e surpreendentemente contemporâneos insistiam em aparecer. O constituinte José Fernandes (PDT-AM) falou por duas vezes nessa etapa inicial das discussões. Em ambas as oportunidades, as questões que lhe afligiam eram as mesmas. Segundo ele, a combinação do preceito de inviolabilidade dos direitos e liberdades fundamentais e da proteção contra discriminação com base em orientação sexual teria impacto direto nas atividades religiosas de “sua Igreja” e de colegas cristãos (cita, nominalmente, José Mendonça, Antônio de Jesus, Costa Ferreira e José Elias)³⁷⁷. Os cultos seriam proibidos, pois condenam o “homossexualismo”. Não seria possível, caso a inviolabilidade se efetivasse, encontrar nenhum “pastor

³⁷⁶ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Ata da 10ª Reunião em 08 de junho de 1987, p. 79.

³⁷⁷ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Ata da 10ª Reunião em 08 de junho de 1987, p. 73.

pregando contra o homossexualismo – **o que é um direito dele**”³⁷⁸. Essas falas antecipavam uma discussão que reaflorou fortemente no Brasil durante o julgamento da Ação Direita de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) nº 26 e do Mandado de Injunção (MI) nº 4.733, que tratavam do dever do Estado em criminalizar condutas homotransfóbicas. A apreciação da matéria pelo Supremo Tribunal Federal (STF), cuja decisão final foi emitida em junho de 2019, provocou a movimentação de diversos parlamentares ligados a setores religiosos para tentar impedir o reconhecimento do mandado constitucional de criminalização, sob a mesma justificativa; o que abarcou, inclusive, iniciativa *institucional* do Senado Federal, que enviou ofício ao STF almejando a suspensão da votação do caso³⁷⁹. Não recai dentro dos objetivos desta pesquisa discutir a interação e limites desses dois direitos constitucionais – a liberdade religiosa e a vedação de discriminações negativas. Contudo, trago essa contextualização para evidenciar como, passados mais de trinta anos, mantém-se esse discurso que busca a efetivação de um “direito de discriminar” pessoas LGBTI+, independentemente de suas supostas bases religiosas.

Na reunião seguinte, a última antes do término do prazo para o recebimento de emendas ao parecer do relator, viu-se uma intensa discussão. O primeiro a expor seu argumento para eliminação da “orientação sexual” foi Antônio de Jesus (PMDB-GO):

Isso precisa ser eliminado, pois a sexualidade se apresenta sob várias formas, dentre elas a **sexualidade normal**, que norteia a procriação. Isso, **Deus garante**. Mas há também os desvios do sexo. Há a **sexualidade anômala**, que abrange as **perversões sexuais**. E **tudo isso se insere no contexto da orientação sexual**. [...] Portanto, se **abrirmos aqui esse precedente**, Srs. Constituintes, futuramente nossos filhos, nossos netos, **pagarão um alto preço pela nossa omissão**, por haveremos contribuído para que **determinados exageros fossem legalizados constitucionalmente**. [...] Quero chamar a atenção de todos os meus companheiros Constituintes para a necessidade de nos unirmos e **não termos medo de condenar aquilo que é indevido e injusto, pernicioso e nocivo para a sociedade**. Não vamos ter medo, vamos **ser corajosos e varonis**. Vamos ser, realmente, **homens de verdade**, neste momento em que a Nação exige e espera algo de nós³⁸⁰.

³⁷⁸ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Ata da 10ª Reunião em 08 de junho de 1987, p. 82, grifos meus.

³⁷⁹ VECCHIATI, Paulo Roberto Iotti. **O STF, a Homotransfobia e seu Reconhecimento como Crime de Racismo** – análise e defesa da decisão do Supremo Tribunal Federal que reconheceu a homotransfobia como crime de racismo. Bauru: Spessotto, 2020, p. 105-110.

³⁸⁰ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Ata da 11ª Reunião em 09 de junho de 1987, p. 86, grifos meus.

Como se vê, segue a toada patologizante, bem como a incoerente percepção de que a proteção contra discriminação legalizaria algo que já era legal, ao menos formalmente, naquele momento no país – a homossexualidade e práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo. A distinção entre sexualidade normal e anômala, estabelecida pelo parlamentar, opera no mesmo sentido de construção de subjetividades por meio da exclusão já salientada anteriormente. O que sustenta a existência de um “normal” – a sexualidade hétero – é justamente a exclusão do “patológico” – a homo, a bi e a transexualidade, que se misturam na percepção dos detratores e cujo alijamento, de todas, é imprescindível ao seu autorreconhecimento enquanto sujeitos. Mais ainda, a negativa dessas vivências enquanto expressões de subjetividades dignadas é atrelada por Antônio de Jesus ao exercício de uma masculinidade ideal, ao ser “varonil” e ser “homem de verdade”. Eis que não as rejeitar seria, portanto, ser viado, bicha, afeminado. Sob tal perspectiva, a afirmação da heterossexualidade – e também da cisgeneridade – somente se torna viável diante da foraclusão de uma homossexualidade que assombra a estabilidade da masculinidade heterossexual.

Do ponto de vista político, não há nenhuma serventia em aproximar a prática de atos homofóbicos e transfóbicos da repressão de uma homossexualidade enrustida. Isso porque, se tais pessoas homotransfóbicas vivem e se apresentam socialmente enquanto cisgênero e heterossexuais, seu discurso também parte dessa perspectiva e é assim considerado no meio social. Restringir a justificativa de atos de discriminação a isso seria dizer que pessoas cis-hétero nada tem a ver com a violência perpetuada contra LGBTI+, relegando-a a “uma questão interna” e retirando a dimensão de responsabilidade que heterossexuais e cisgênero possuem nesse quadro de violência. Isso não exclui, por óbvio, que pessoas inseguras de assumir suas condições desviantes busquem reforçar sua pertença à norma padrão por meio do alijamento de pessoas com desejos semelhantes aos dela. Por isso, a complexidade da questão demanda que tais vivências e orientação afetivo-sexuais sejam pensadas de forma fluída e não pré-concebidas, de modo que as diversas orientações sexuais são uma possibilidade para qualquer indivíduo – ninguém está “a salvo” de ter um desejo homossexual. Desse modo, não faria nem mesmo sentido pensar se a ofensa homotransfóbica parte de uma “pessoa homossexual” ou de uma “pessoa heterossexual”, pois são as próprias ofensas que performativamente

estabelecem as condições de existências de tais sujeitos e de tais identidades políticas.

Por outro lado, em uma leitura psicanalítica, é interessante analisar a fala do parlamentar a partir da noção da constituição melancólica da heterossexualidade construída por Butler. A autora busca o conceito inicial de Sigmund Freud, que caracteriza a melancolia como central na “formação do eu” e na “consolidação do gênero”³⁸¹. Nesse sentido, o repúdio que o menino faz à mãe, e a perda melancólica que disso resulta, provoca uma identificação que levaria à internalização compensatória do objeto perdido, sendo reorientada como forma de desejo heterossexual. Na leitura que Butler faz de Freud, partindo do postulado da *bissexualidade primária* estabelecido pelo psicanalista, aliado à sua interpretação do complexo de Édipo, é possível compreender que o menino, no processo de sua construção subjetiva, teria não somente “duas escolhas de objeto” (pai ou mãe) a fazer, mas também “entre as duas predisposições sexuais, masculina e feminina”³⁸². Nesse contexto, a definição recorrente, no plano psíquico, pela heterossexualidade “não resultaria do medo da castração *pelo* pai, mas do medo *de* castração – isto é, do medo da ‘feminização’ associado com a homossexualidade masculina nas culturas heterossexuais”³⁸³. Sob tal perspectiva, a sanção temida não seria relativa ao desejo heterossexual pela mãe, mas “é o investimento homossexual que deve ser subordinado a uma heterossexualidade culturalmente sancionada”³⁸⁴.

Sendo assim, recuperando a noção de melancolia, Butler sustenta que “a identificação do gênero é uma espécie de melancolia em que o sexo do objeto proibido é internalizado como proibição. Essa proibição sanciona e regula identidades de gêneros distintas e a lei do desejo heterossexual”³⁸⁵. Como consequência disso, a autora infere que não somente o tabu do incesto, como priorizado por Freud, determina a consolidação do gênero na solução do complexo de Édipo, mas há uma definição anterior, que se dá a partir do tabu contra a

³⁸¹ BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, p. 107-110.

³⁸² BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, p. 109.

³⁸³ BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, p. 110, ênfase minha.

³⁸⁴ BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, p. 110.

³⁸⁵ BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, p. 115-116.

homossexualidade, de modo que a própria heterossexualidade se constrói de forma melancólica, com a internalização do “objeto do investimento homossexual”, constituindo as “predisposições” identificadas por Freud.

Em conclusão, “quanto mais rigorosa e estável é a afinidade de gênero, menos resolvida é a perda original, de modo que as rígidas fronteiras de gênero agem inevitavelmente no sentido de ocultar a perda de um objeto amoroso original, o qual, não reconhecido, não pode se resolver”³⁸⁶. Entretanto, o que Butler busca mostrar é que as tais “predisposições”, desenhadas por Freud como “pré-discursivas” – integrando o ponto de partida para a formação do gênero e da heterossexualidade –, são, na verdade, resultado dessa lei repressiva anterior que produz a heterossexualidade de forma melancólica. Trata-se de uma sanção ou lei discursiva “distinguindo o que é dizível do que é indizível (delimitando e construindo o campo do indizível), o que é legítimo do que é ilegítimo”³⁸⁷. Desse modo, quando o parlamentar apresenta a prática homofóbica como requisito da construção “varonil” do “homem de verdade”, há certa coincidência com essa “formação do eu” e da heterossexualidade que ocorre, primordialmente, por meio da perda de um amor homossexual, diante da sanção estabelecida pelo tabu, e da internalização que a melancolia associada a essa perda provoca. O intuito de Butler, com esse tipo de crítica³⁸⁸, é precisamente desarticular os elementos de uma teoria psicanalítica tradicional que dá suporte à tese de uma “heterossexualidade primária ou universal”³⁸⁹.

³⁸⁶ BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, p. 116.

³⁸⁷ BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, p. 120.

³⁸⁸ Nesse sentido, vale dar destaque às advertências da autora sobre essa crítica específica: “On the occasions where I have sought to elucidate a heterosexual melancholia, that is, a refusal of homosexual attachment that emerges within heterosexuality as the consolidation of gender norms (‘I am a woman, therefore I do not want one’), I am trying to show how a prohibition on certain forms of love becomes installed as an ontological truth about the subject: The ‘am’ of ‘I am a man’ encodes the prohibition ‘I may not love a man’, so that the ontological claim carries the force of prohibition itself. This only happens, however, under conditions of melancholia, and it does not mean that all heterosexuality is structured in this way or that there cannot be plain ‘indifference’ to the question of homosexuality on the part of some heterosexuals rather than unconscious repudiation. (I take this point from Eve Kosofsky Sedgwick.) Neither do I mean to suggest that I support a developmental model in which first and foremost there is homosexual love, and then that love becomes repressed, and then heterosexuality emerges as a consequence. I do find it interesting, though, that this account seem to follow from Freud’s own postulates”. Em: BUTLER, Judith. **Undoing gender**. New York and London: Routledge, 2004, p. 199-200.

³⁸⁹ BUTLER, Judith. **Undoing gender**. New York and London: Routledge, 2004, p. 200.

Retomando os debates constituintes, Costa Ferreira seria o próximo a se pronunciar sobre a questão, trazendo a oposição mais extensa até o momento na comissão, da qual transcrevo trechos abaixo:

O SR. CONSTITUINTE COSTA FERREIRA: – Sr. Presidente, gostaríamos de falar ainda sobre alguns aspectos, já debatidos aqui, do substitutivo do Relator, Constituinte José Paulo Bisol. Um deles **diz respeito à expressão orientação sexual, que volta à tona para ser inserida, na nova Constituição**. Estudei as Constituições tanto dos países do bloco ocidental como as do bloco oriental e nelas **não encontrei qualquer referência neste sentido, em que pese ao fato de alguns deles serem bastante avançados**. Com todo respeito aos homossexuais, eu diria que **já consta da Constituição a palavra "sexo"**, Se se fala em sexo, aqui, seu **sentido torna-se abrangente**, podendo incluir **sexo normal, aberrações sexuais e até desvios sexuais** – aliás um capítulo da Medicina Legal trata exclusivamente do estudo da sexualidade. Entendo, porém, que a orientação sexual, no caso, da maneira como vem sendo trabalhada, tem finalidade específica. **O que os homossexuais querem, no nosso entender, é liberdade para se beijarem em público, para praticarem suas libidinagens publicamente e até simularem casamentos – quem sabe?** Em igrejas, cartórios etc. A expressão "orientação sexual", inserida neste texto, e, pois muito sutil e está, pois, a exigir dos Constituintes grande cuidado para que não se cometa, no Brasil, o que se poderia considerar uma **aberração constitucional**. [...] **Não estamos contra quem tenha desvio sexual!** Que pratique seus atos, desde que **encontre seus parceiros, e o faça lá, às ocultas, mas não publicamente**, de modo cínico, faltando com o respeito à sociedade. [...] **Por que não podem ser discriminados, agora podem beijar-se em público?** Outro caso citado, é o de um tenente ou general, que também ficou na mira das autoridades do Exército por haver beijado publicamente um rapaz. E há coisas horríveis, que não vou repetir. **No desespero de fazer constar a expressão "orientação sexual" na Constituição, o rapaz até cita um caso ocorrido com o Constituinte José Paulo Bisol**. [...] **Numa democracia todos têm liberdade para tudo**. Mas que se procure o lugar e o momento exato para realizar tais atos. [...] Do jeito que está aqui, **se alguém achar feio as duas pessoas do mesmo sexo trocarem amabilidades, beijos e outras coisas mais em público, estará sujeito até a ir para a cadeia porque se estará desrespeitando determinada "orientação sexual"!** Isso é uma **aberração!** Não sei quem teve a astúcia de trazer para a Constituinte **sugestão tão espúria como esta**. E há quem acolha essa sugestão! **Hoje em dia, os homossexuais têm franca liberdade para fazerem quase tudo!** [...] Agora, se o pusessem na rua pelo fato de ser homossexual, seria discriminação. E, assim, em todas profissões. [...] Ora. Sr. Presidente, é bom que pensemos um pouco e deixemos o direito de todos na Constituição. **Quando se fala em sexo, já está aqui**. Até de anjo, de que não se conhece o sexo... Fala-se em sexo dos anjos. Por que falar em "orientação sexual" aqui? Fica a discriminação, também, contra o sexo ou não. Então, está certo o que está aqui. Mas, "orientação sexual"!... Eu pediria a todos os Srs. Constituintes, mesmo àqueles que são simpáticos a esta causa, que se lembrem de que **isso poderá acarretar uma grande maldição para a nossa Pátria**. [...] Temos que subjugar-nos a quem manipula tudo isso, que é Deus. **Deus não aceita, de modo algum, que se legalize a prática do sodomismo, da libidinagem, enfim, de todas essas perversões sexuais, como o homossexualismo, o bissexualismo, o heterossexualismo**. É uma pena que **alguém nasça com esse problema**. Mas a pessoa vai vivendo e fazendo o que quer por aí fora. Não podemos, porém, tornar público essas **aberrações, como, por exemplo, o casamento entre homossexuais**. [...] Não queremos, Srs. Constituintes, **fazer proselitismo para trazê-los para a**

nossa causa, para aquilo que defendemos, contrariando aqueles que defendem a permanência da expressão "orientação sexual". O que desejamos é que todos sintam que já consta da Constituição que a discriminação contra o sexo é um crime. **E quem for pervertido, que pratique suas atividades às escondidas**, que faça o que quiser, mas não venha querer explicitar demais isso, que é **algo íntimo e pessoal**. Com isso é possível até que venhamos a angariar a antipatia de muita gente, mas estamos certos de que **cumprimos um dever perante a Nação brasileira**. Temos certeza de que cumprimos nosso mandato à risca. Ouço o nobre Constituinte Antônio de Jesus³⁹⁰.

É nessa fala de Costa Ferreira que ficam mais evidentes os elementos que, como voltarei a explorar no próximo capítulo, possibilitam interpretação do atual texto da Constituição como vedando a discriminação contra pessoas LGBTI+. Na tentativa de excluir a “orientação sexual” do texto, o argumento “técnico” mais recorrente desenvolvido pelos opositores foi de que a proteção já estava inscrita no texto. No caso de Ferreira, não se centrou na vedação geral, mas sim na presença do vocábulo “sexo”³⁹¹.

Igualmente, a colocação do parlamentar acerca da possibilidade de uma compreensão “abrangente” do termo “sexo” – o que incluiria “sexo normal, aberrações sexuais e até desvios sexuais” – ilustra como não há muita diferença, no que concerne a essa possibilidade de “significação aberta”, entre sexo ou orientação sexual. Sendo assim, os “riscos” que se correm e as “portas que se abrem”, na visão dos opositores, com uma ou outra expressão, não seriam tão distintos; restando, como fundamento primordial da contestação, a repulsa a vivências LGBTI+ e a necessidade de exclusão de suas subjetividades do conceito de cidadania. O que é reforçado pela repugnância com que se caracteriza a possibilidade de expressões públicas de afeto entre homossexuais no discurso do constituinte. Ademais, marca o discurso do parlamentar as referências à “Pátria” e à “Nação brasileira”, em nome das quais sustenta sua intolerância e hostilidade contra esse grupo específico. Deprendendo-se, então, sua exclusão da Nação delimitada e performativamente construída nesse discurso.

³⁹⁰ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Ata da 11ª Reunião em 09 de junho de 1987, p. 87, grifos meus.

³⁹¹ Essa mesma tese tem sido utilizada, com viés progressista, para remediar a ausência de previsão expressa da “orientação sexual” em diversos documentos normativos. É o que decidiu Comitê de Direitos Humanos em *Toonen v. Australia* e também o que defende Roger Raupp Rios para o texto constitucional. Ver: RIOS, Roger Raupp. Direito da Antidiscriminação, Sexo, Sexualidade e Gênero: a compreensão da proibição constitucional de discriminação por motivo de sexo. In: SARMENTO, Daniel; IKAWA, Daniela; PIOVESAN, Flávia. **Igualdade, Diferença e Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 704-705.

Além de elementos que vão se cristalizando pela repetição na fala de diversos dos legisladores presentes na ANC – como a exposição simultânea, tal qual fossem compatíveis, de “franca liberdade” a todos e da restrição aos atos de alguns –, vê-se a caracterização da homossexualidade como inata: “é uma pena que alguém nasça com esse problema”. Isso joga luz, mais uma vez, para a dinâmica presente no discurso homofóbico que condena a homossexualidade, não importa qual seja sua origem. Por vezes, colocada como um “defeito” de formação cultural – ou mesmo imposto por determinada “ideologia” que inscreve tais desejos no indivíduo. Por outras, uma doença de nascimento, que foge à normalidade estabelecida pelos mandamentos divinos. A ânsia pela reprovação de certos comportamentos é tão grande que o deputado chegou até mesmo a elencar dentre os supostos desvios sexuais o “heterossexualismo”. O que parece ilustrar, ao menos em parte, o desconhecimento sobre as práticas que ele mesmo condenava e o vocabulário ao qual ele buscava aludir na Constituinte. Ainda não tendo finalizado, Costa Ferreira sede um aparte ao colega Antônio de Jesus (PMDB-GO), antes de concluir sua exposição:

O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO DE JESUS: – Quando V. Ex.^a estava falando sobre os homossexuais, lembramos que, **lamentavelmente, a câmara Municipal de Salvador**, como se sabe – isto foi noticiado pelos jornais – **reconheceu, há pouco tempo, um grupo de gays como de utilidade pública**. Agora vejam bem, Srs. Constituintes, para onde se está caminhando! Se pelo menos aquela casa legislativa **se preocupasse em criar um centro de recuperação ou de reintegração dos homossexuais à sociedade eu estaria de acordo**, pois, sem dúvida, isto seria um benefício e uma proteção para eles. Mas, simplesmente **legalizar suas atitudes**, acredito que é uma distorção da realidade! Tenho em mãos o jornal O Globo, que noticia que, de mil e duzentos presos na 5^a Delegacia do Rio de Janeiro, cem estão infectados pelo vírus da AIDS. O galpão da 5^a Delegada, segundo o Desipe, grande número de detentos homossexuais. Então, **a AIDS – isto é indiscutível – e uma maldição resultante, até, desses desvios sexuais**. Aqui fica, mais uma vez, nossa advertência. Ao lado de V. Ex.^a, sou contrário a que se mantenha no texto constitucional a expressão “orientação sexual”, que **abre um leque para todo tipo de imoralidade**.

O SR. CONSTITUINTE COSTA FERREIRA: – Obrigado a V. Ex.^a. Para concluir, Sr. Presidente, quero apenas dizer que realmente a AIDS está grassando de tal maneira que os homens que têm sua liberdade já estão com medo. Anteriormente, sua transmissão se dava apenas pelo espermatozóide e pela transfusão de sangue. Agora, porém, até o dentista pode ser contaminado quando o infectado se submete a tratamento dentário! Então, **é preciso que se pense um pouco na segurança e na saúde dessas pessoas. Se aprovarmos isso, aí é que esta Nação vai acabar-se, rapidamente, com a epidemia da AIDS infectando todo o mundo. Parece que Deus, na hora certa executa seu plano. E este chegou o momento exato! Quando os homens estavam no auge da liberdade, começaram a ficar com medo**. Recebi, aqui, em Brasília, uma comitiva de Vereadores do Maranhão. Havia muitas mulheres no hotel mas, com medo de alguém estar com o vírus da AIDS e

eles o pegarem através do contato sexual estavam cautelosos. Precisamos manter a ordem, a saúde, enfim, a tranquilidade neste Brasil. Se a expressão "orientação sexual" for mantida aqui, no texto do Anteprojeto, haverá devassidão total. Sem isto, ela já está por aí! Todo mundo tem liberdade! **O homossexual masculino sai por aí vestido de mulher, com peruca loura, sapato alto e tudo o mais!... Lésbicas saem vestidas de homem, cortam o cabelo, usam barba!... Quem é que está discriminando essa gente?** E ainda é preciso colocar essa expressão, "orientação sexual" na Carta Magna, **para tudo isso ficar mais ostensivo?** Aí, sim, haveria discriminação! Por isso, Sr. Relator, em que pese a sua bondade gostaríamos de apelar a V. Ex.^a, a fim de que concorde conosco, **retirando esta parte de seu trabalho. Com isso não se vai tirar o direito de ninguém.** Pelo contrário, será enaltecido o legislador brasileiro. Muito obrigado. (Palmas.)³⁹²

A intervenção de Antônio de Jesus reforça o horror de homens heterossexuais cisgêneros diante da publicização, sobretudo quando desprovida da vergonha e da culpabilização estimuladas pelo ódio homotransfóbico, de identidades LGBTI+; como no caso do reconhecimento da utilidade pública do Grupo Gay da Bahia, diante do qual defende a necessidade de centros de “cura gay”. Sua fala insere, também, a Aids e sua retratação enquanto “maldição” divina. Com esse gancho, Costa Ferreira encerra sua participação *celebrando* a existência da doença e as mortes que ela provocou, cujo luto atingiu de maneira irreparável a comunidade LGBTI+, em especial na década de 1980. Nesse sentido, estabelece a ilação entre a proteção contra discriminação e a disseminação da síndrome no país, a qual é novamente caracterizada como um plano divino para tolher a liberdade de homossexuais. O mesmo parlamentar, dias antes na mesma comissão, defendia o direito à “vida desde a concepção”, em oposição ao direito ao aborto³⁹³. Essa contradição, tal qual muitas outras identificadas na ANC, segue contemporânea.

A fala de Costa Ferreira foi seguida por uma explanação mais ampla de José Genoíno (PT-SP), em que tratava de sua concepção de qual deveria ser a abordagem da Constituição com relação aos diversos aspectos ligados à sexualidade, incluindo aborto, violência, estupro, entre outros. Nesse entremeio, salientou que “o **problema** do homossexualismo” era um *fato* e não poderia ser ignorado pelos constituintes. Portanto, era preciso reconhecer no texto todas as formas de liberdade, inclusive para esse grupo, não permitindo que o ser humano seja

³⁹² BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Ata da 11ª Reunião em 09 de junho de 1987, p. 87-88, grifos meus.

³⁹³ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Ata da 7ª Reunião em 01 de junho de 1987, p. 33.

“prisioneiro de um preconceito”³⁹⁴. A essa breve defesa, seguiu-se outra, que igualmente ilustra como a percepção negativa de vivências LGBTI+ predominava entre os parlamentares, fossem eles contrários ou favoráveis à pauta do MHB. Quem falou agora foi Lysâneas Maciel (PDT-RJ), que interveio em defesa do parecer apresentado pelo relator:

Em nenhum momento, também, ouvi, quer em conversas particulares, quer em manifestações públicas, esse eminente, íntegro, respeitado e profundamente culto homem público, o Senador José Paulo Bisol, que honra a Assembleia Nacional Constituinte, **defender o homossexualismo, a prática caricata do travestismo**. Na verdade, está havendo uma certa confusão. **Essa caricatura do travestismo que anda por aí não beneficia ninguém**. Quando se fala em orientação sexual, eu queria explicar também que em nenhum momento o Relator defendeu a deficiência mental, a deficiência física o problema dos que adotam ou não uma religião. Será que quando ele disse que o deficiente mental não deve ser discriminado ele é a favor da debilidade mental? Será que ele está defendendo a debilidade mental? **Ele está dando as causas excludentes da discriminação; não está defendendo a prática de nada disso que está aqui!** As pessoas não podem ser condenadas por isso! E seria muito difícil fazê-lo – nisso ele teve grandeza e profundidade – porque abrangeu até o ponto de vista sob a perspectiva cristã³⁹⁵.

A exposição do parlamentar teve por objetivo defender a manutenção do termo “orientação sexual” no texto constitucional. Todavia, serve de exemplo da visão acerca da homossexualidade e da travestilidade que predominava na época. Mesmo dentre os progressistas, não eram muitos que encaravam essas expressões dissidentes de gênero e sexualidade como algo positivo, algo que mereceria seu reconhecimento pleno e autônomo. O limite da maioria era que esse grupo não fosse discriminado por uma característica que entendiam ser deplorável.

É preciso, mais uma vez, posicionar os discursos social e historicamente. Esse era, sem dúvida, o entendimento hegemônico – como talvez seja hoje, mas não no meio progressista –, de modo que a ausência de uma representatividade adequada leva ao tratamento deficitário da temática, algo que serve de parâmetro para refletir sobre as construções políticas e sociais atuais. Ainda que houvesse essa percepção negativa generalizada, essa certamente não era a questão no meio do movimento social, como não é hoje com outras vivências que sofrem ainda um alijamento exacerbado. Sendo assim, não há como negar que a inclusão de uma

³⁹⁴ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Ata da 11ª Reunião em 09 de junho de 1987, p. 88-89, grifos meus.

³⁹⁵ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Ata da 11ª Reunião em 09 de junho de 1987, p. 89, grifos meus.

representação qualificada, em espaços de poder e decisão, surtiria o efeito, ao menos, de instruir a discussão a respeito do tema, senão de gerar uma maior empatia dos pares que se engajassem no debate.

Aproveito esta oportunidade, ainda, para reforçar meus alertas com relação à precaução de que não seja feita uma leitura anacrônica dos discursos, nem por mim, nem por quem lê minhas análises. Quando destaco pontos que escancaram os processos de exclusão ocorridos na ANC, faço isso de maneira a evidenciar elementos históricos que fundam a nação e a sociedade brasileiras. O que não quer dizer, contudo, que tais pessoas devam ser cegamente condenadas pelas palavras que proferiram há cerca de trinta e três anos atrás. É possível que muitas delas tenham repensado e retrabalhado suas próprias concepções à luz do intenso debate sobre o tema que se realizou desde então. Nada garante que, se tivesse participado daquele momento histórico, não seria eu mesmo uma das pessoas proferindo discursos que hoje classifico como homofóbicos e transfóbicos. O que só aumenta o valor, também, daquelas que se apresentaram na vanguarda ao defender os direitos desse grupo de forma ampla, como foi o caso da constituinte Benedita da Silva (PT-RJ), mais bem explorado no capítulo seguinte.

Antes que o relator da comissão tivesse a oportunidade de arrematar suas considerações com relação aos questionamentos apresentados até então, houve uma última manifestação, que partiu de José Fernandes. O parlamentar, ao tocar na questão do “homossexualismo”, anuncia, desde já, que considera que “ninguém deve discriminar ninguém”. Ele, que antes se preocupava com a possibilidade de “sua Igreja” continuar condenando essa prática, alega agora que “o problema do homossexualismo deve ser encarado com fundamento **tecnocientífico** [sic]”, embora não deixe claro a que isso se refere. Contudo, assevera que não se podia aprovar algo que colocasse em “pé de igualdade, **com direitos iguais**, o homossexual, o heterossexual e os bissexuais”. Em função disso, comunica que apresentou emenda para solucionar a questão “de tal forma que não gere condições que venham a **prejudicar** o heterossexual”³⁹⁶. É difícil saber a qual emenda o parlamentar se referia, uma vez que ele havia oferecido duas emendas modificativas: uma alterando para “desvio sexual” e outra para “comportamento

³⁹⁶ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Ata da 11ª Reunião em 09 de junho de 1987, p. 92, grifos meus.

sexual”. Entretanto, é bastante interessante notar como a proteção da homossexualidade é desenhada enquanto uma ameaça à heterossexualidade; garantir direitos plenos a gays, lésbicas e bissexuais de alguma forma desestabilizaria, no discurso do constituinte, a posição hegemônica usufruída por heterossexuais.

Instantes depois, a palavra foi passada para José Paulo Bisol. Em grande medida, voltou a ecoar argumentos que já havia apresentado anteriormente, sobretudo com relação à necessidade de “não excluir os homossexuais da humanidade” – o que, vale lembrar, dialoga bastante com a concepção de luta por direitos delineada por Butler e explorada no início deste capítulo – e ao fato de que a regra geral contra discriminação já protegeria o grupo, sendo que então apenas uma exceção *expressa* permitindo a discriminação contra homossexuais alteraria o quadro de tutela constitucional. O dispositivo “é exemplificativo, não é exaustivo”. Porém, ao comentar sua incompreensão relativa aos pedidos de supressão do termo “orientação sexual”, adiciona um novo elemento a seu discurso:

Não consigo absorver esse problema, porque **não me parece cristão**. "Cristão", me parece, é um termo que contém tolerância, compreensão, amor. E não se pode ser cristão – pelo menos dentro do meu modesto ponto de vista – senão a partir do respeito ao outro. **É da essência do cristianismo respeitar a liberdade do outro. Por que tenho que me pôr na Constituição como modelo de existência dos outros?** Ninguém é modelo de ninguém, ninguém é exemplo³⁹⁷.

Há dois fatores bastante intrigantes no discurso destacado. O primeiro deles, talvez mais evidente, é a utilização da doutrina cristã, sob uma ótica progressista, para sustentar a preservação do texto como proposto pelo relator. Utiliza-se a mesma “fonte moral” da qual bebem os detratores da demanda. Por outro lado, Bisol sugere que não se deve universalizar, por meio texto constitucional, as vivências hegemônicas daqueles que obtiveram acesso à ANC. Ao negar a inscrição na Constituição de suas próprias experiências enquanto “modelo de existências dos outros”, articula alguns dos mesmos elementos presentes nas críticas feitas à universalização abstrata que, ao invés de universalizar, particulariza pontos de vista predominantes. Em seguida, o relator expressa a fala que está inscrita como epígrafe, no início desta dissertação:

³⁹⁷ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Ata da 11ª Reunião em 09 de junho de 1987, p. 94, grifos meus.

Posso retirar a expressão "orientação sexual", mas **gostaria que ficasse nos Anais da Casa quem vai retirá-la**, porque eu não vou nem posso assumir a responsabilidade de quem quer tirá-la. Quero que fique nos Anais, quero **que seja objeto de cientistas sociais o exame desse comportamento**. Quero **que os constitucionalistas examinem esse problema e o julgue. Porque vamos ser julgados!** Agora, me dêem o direito de ser julgado pelo que sinto e penso, e assumam as posições para que cada um seja julgado pelo que sente e pensa! **Sob minha responsabilidade, não sai.** Mas eu o retiro do Anteprojeto, desde que essa posição alcance maioria nominalmente conhecida. Vou fazer constar do Anteprojeto que, contrariamente ao meu pensamento... Mas eu me submeto à decisão da maioria³⁹⁸.

Essa colocação abre espaço para exaltar a importância de registro de memória de eventos históricos. A recuperação e análise desses fatos – em pesquisas como a desta dissertação, a de Cristina Câmara³⁹⁹ e muitas outras – é um elemento essencial para a compreensão da construção de nossa sociedade e para o estabelecimento de estratégias futuras, seja de políticas públicas, seja dos movimentos sociais. E isso somente é possível enquanto o Estado mantenha diretrizes de preservação e de livre acesso aos documentos históricos, algo que se vê cada vez mais ameaçado no contexto de deterioração democrática no Brasil⁴⁰⁰.

Três dias mais tarde, iniciava-se a 13ª reunião da comissão, quando seria votada a matéria após apresentação do substitutivo do relator. De modo surpreendente, apesar do posicionamento que vinha adotando em toda a discussão que ocorrera até este momento, José Paulo Bisol havia retirado a expressão “orientação sexual” da nova versão de seu anteprojeto. Em seu lugar, figurava que ninguém deveria ser privilegiado ou prejudicado por motivo de “comportamento sexual”. Na primeira oportunidade de fala, justificou que o termo original havia sido incluído como uma sugestão sua para “tentar um acordo, mas houve uma dificuldade, que não interessa aqui relatar, e não aconteceu o acordo”, de modo que

³⁹⁸ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Ata da 11ª Reunião em 09 de junho de 1987, p. 94, grifos meus.

³⁹⁹ CÂMARA, Cristina. **Cidadania e orientação sexual**: a trajetória do grupo Triângulo Rosa. Rio de Janeiro: Academia Avançada, 2002.

⁴⁰⁰ Sobre isso, ver o tópico “Uma justiça de transição inacabada, uma reconciliação imaginada, uma identidade secularizada e a ‘volta dos que não foram’”, em: SOARES, Maria Carolina Coelho de Sousa. **Entre a reconciliação política e a identidade nacional**: uma análise da justiça de transição brasileira à luz de uma proposta criativa deleuziana. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Dissertação de Mestrado), 2021.

tinha optado por essa alternativa. Deixou claro, no entanto, que não se opunha, caso a maioria votasse nesse sentido, de voltar com a “orientação sexual” para o texto⁴⁰¹.

A aprovação do substitutivo apenas foi concluída às onze da noite daquela sexta-feira, dia 12 de junho de 1987. Desse modo, a reunião foi suspensa e os constituintes precisariam retornar no dia seguinte para realizar a deliberação sobre as emendas e destaques apresentados⁴⁰². Dentre eles, estariam diversas tentativas de supressão do novo termo inserido pelo relator para a proteção de gays, lésbicas e bissexuais contra a discriminação, apresentadas por João de Deus Antunes (PDT-RS), Eliel Rodrigues (PMDB-PA), Darcy Pozza (PDS-RS), Doreto Campanari (PMDB-SP), Narciso Mendes (PDS-AC), José Mendonça de Moraes (PMDB-MG), Nyder Barbosa (PMDB-ES), Antônio de Jesus (PMDB-GO), Farbulani Júnior (PTB-SP), Milton Barbosa (PMDB-BA). O constituinte Farabulini Júnior já havia adiantado seu incômodo com relação a isso:

E evidente que os Constituintes comparecerão, votarão os destaques e – quem sabe? – poderemos extirpar de plano aspectos tais como o que se refere à orientação sexual. **S. Ex.^a piorou o texto.** Agora prestigia o comportamento sexual, de tal maneira que, na verdade, **não podemos aceitá-lo como termo constitucional**⁴⁰³.

Retomada a reunião, na manhã de sábado, a questão esteve entre as primeiras matérias a serem votadas. Após alguma confusão sobre como seriam tratadas as emendas oferecidas antes da alteração promovida pelo relator – já que mencionavam a supressão da “orientação sexual” e não do “comportamento sexual”, que agora constava no texto –, decidiu-se que o constituinte poderia alterar o termo do destaque para solicitar a supressão do “comportamento sexual”, já que este havia sido incluído tardiamente no relatório. Ultrapassada essa questão, o texto do artigo foi lido pelo vice-presidente da comissão, Aécio Neves, e a votação encaminhada por Farabulini Júnior, autor de destaque para exclusão da expressão. Antes da votação, o relator fez seu último alerta: “Então, fica bem claro que **quem quiser que os homossexuais sejam discriminados deve votar ‘sim’**; quem não

⁴⁰¹ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Ata da 13ª Reunião em 12 de junho de 1987, p. 124.

⁴⁰² BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Ata da 13ª Reunião em 12 de junho de 1987, p. 118.

⁴⁰³ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Ata da 13ª Reunião em 12 de junho de 1987, p. 127.

quiser que essa discriminação seja feita vota ‘não’”⁴⁰⁴. Conforme explicado pelo presidente Mário Assad, os termos de voto eram os seguintes: o “sim” aprovava o destaque e retirava “comportamento sexual”; o “não” mantinha o texto do relator como estava, incluindo a proteção mencionada. A chamada da votação foi feita pelo vice-presidente. Apurados os posicionamentos, contaram-se 29 votos contrários e 12 favoráveis⁴⁰⁵. Ainda que não da forma desejada pelo Triângulo Rosa, a incidência política tinha dado seus frutos e o texto final do anteprojeto da comissão, que seria encaminhado à Comissão de Sistematização, retinha uma previsão de vedação *expressa* contra a discriminação de gays, lésbicas e bissexuais. Restava que essa redação se sustentasse nos demais foros de deliberação da Constituinte.

⁴⁰⁴ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Ata da 13ª Reunião em 1 de junho de 1987, p. 138, grifos meus.

⁴⁰⁵ Nominalmente, a votação foi a seguinte: “Votaram “sim” os seguintes Constituintes: Adauto Pereira, Albérico Cordeiro, Cleonânio Fonseca, Costa Ferreira, Darcy Pozza, José Fernandes, José Mendonça de Moraes, Milton Barbosa, Orlando Pacheco, Paulo Almada, Ubiratan Spinelli e Farabulini Júnior. Votaram “não” os seguintes Constituintes: Aécio Neves, Aluísio Bezerra, Anila Maria Rattes, Antônio Câmara, Antônio Mariz, Délio Braz, Gonzaga Patriota, Humberto Lucena, Jaime Paliarin, João Agripino, João Menezes, João Paulo, João Rezek, José Carlos Coutinho, José Carlos Grecco, José Paulo Bisol, Lúcia Vânia, Lúcia Braga, Lysâneas Maciel, Mário Assad, Marílio Ferreira Lima, Maurício Nasser, Raul Belém, Roberto D’Ávila, Samir Achôa, Ulderico Pinto, Vitor Trovão, Ziza Valadares e Sigmaringa Seixas”. Ver: BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Ata da 13ª Reunião em 12 de junho de 1987, p. 139.

5

Minorias intoleráveis?

Bixa estranha, louca, preta, da favela/ Quando ela tá passando, todos riem da cara dela/ Mas se liga, macho/ Presta muita atenção/ Senta e observa a tua destruição [...]/ Que eu sou uma bixa louca, preta, favelada/ Quicando eu vou passar/ E ninguém mais vai dar risada/ Se tu for esperto, pode logo perceber/ Que eu já não tô pra brincadeira/ Eu vou botar é pra fuder/ A minha pele preta é meu manto de coragem/ Impulsiona o movimento/ Envaidece a viadagem/ Vai desce, desce, desce, desce/ Desce a viadagem!

Linn da Quebrada – *Bixa Preta*

O terceiro espaço no qual a discussão sobre a temática da orientação avançou mais detalhadamente foi a Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias (7-C), instalada no dia sete de abril de 1987. Na “cronologia temporal”, inclusive, seria nela onde João Antônio de Souza Mascarenhas se dirigiria a parlamentares constituintes pela primeira vez, inaugurando a participação de um homem assumidamente gay na ANC, um dia antes de sua fala perante a Subcomissão de Direitos e Garantias Individuais. Logo em seguida à conclusão dos trabalhos, o anteprojeto foi encaminhado à Comissão da Ordem Social, na qual a discussão seria retomada. Neste capítulo, conto como ocorreram os debates nesses dois espaços.

5.1.

A Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias

Seguindo os trâmites usuais, a composição da mesa da subcomissão se definiu da seguinte forma: presidente – Ivo Lech (PMDB-RS), primeiro vice-presidente – Doreto Campanari (PMDB-SP), segundo vice-presidente – Bosco França (PMDB-SE); Alcení Guerra (PFL-PR) foi nomeado relator pelo presidente recém-eleito⁴⁰⁶. Nesta, fugia-se ao padrão observado em outras subcomissões, nas

⁴⁰⁶ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Ordem Social - Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias. Ata da 1ª Reunião (instalação) em 7 de abril de 1987, p. 1.

quais o acordo entre lideranças costurado por Mário Covas havia garantido a indicação de um parlamentar do bloco progressista para a função de relatoria⁴⁰⁷.

O clima da primeira reunião refletia certo desapontamento por parte dos parlamentares, que sentiam que a subcomissão havia sido preterida, em virtude do desinteresse dos próprios membros da ANC – alguns dos quais lamentavam não terem sido designados para as subcomissões 7-A e 7-B – e também da imprensa, que voltava sua cobertura àqueles espaços decisórios focados em questões de interesse econômico⁴⁰⁸. No entanto, em sua primeira manifestação, a constituinte Benedita da Silva (PT-RJ) frisou o momento histórico que se vivia, enfatizando a importância de abarcar nas discussões minorias e grupos estigmatizados que não possuíam representação legislativa, os quais “envolvem desde o homossexualismo à prostituição”⁴⁰⁹.

O pouco interesse pelos trabalhos da subcomissão se refletiu na reunião seguinte, que não obteve o quórum regimental mínimo e teve de ser realizada de modo informal. Notava-se, sobretudo, a chamativa ausência dos vice-presidentes. A preocupação com a manutenção do quórum se tornou uma questão central que escancarava o desprezo dos constituintes pelas ditas “minorias” a quem aquela subcomissão se dedicava. Nessa reunião esvaziada, discutiu-se também sobre como seria estabelecida a participação nas sessões destinadas à audiência pública; quais grupos e movimentos sociais deveriam ser escutados. As conversas foram marcadas pela tentativa de elencar quais grupos estariam englobados dentre as minorias preconizadas pelo mandato temático da subcomissão. Houve também a preocupação recorrente de que a diversidade de tais movimentos fosse igualmente considerada e abarcada, chamando-se a atenção para as divergências existentes dentro dos próprios grupos organizados, a exemplo das distintas abordagens adotadas na militância de diferentes entidades do Movimento Negro⁴¹⁰.

⁴⁰⁷ PILATTI, Adriano. **A Constituinte de 1987-1988**: Progressistas, Conservadores, Ordem Econômica e Regras do Jogo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

⁴⁰⁸ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Ordem Social - Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias. Ata da 1ª Reunião (instalação) em 7 de abril de 1987.

⁴⁰⁹ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Ordem Social - Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias. Ata da 1ª Reunião (instalação) em 7 de abril de 1987, p. 2.

⁴¹⁰ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Ordem Social - Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias. Ata da 2ª Reunião em 9 de abril de 1987.

O MHB foi inicialmente lembrado por José Carlos Sabóia (PMDB-MA), que salientou: “não esqueçamos do que significa ser homossexual, nessa sociedade, e o que os códigos dizem, como eles reprimem, como eles discriminam, e estigmatizam todas essas pessoas, que por opção, ou porque por qualquer motivo, são homossexuais”⁴¹¹. O mesmo constituinte, enfatizando a necessidade de que fossem ouvidos antropólogos sobre as questões ali debatidas, chegou a sugerir o nome de Peter Fry – teórico engajado intelectual e politicamente em temáticas relativas à sexualidade – para participar das audições que se planejavam⁴¹²; a participação do antropólogo, entretanto, não voltaria a ser cogitada. Com o avançar da reunião, o presidente Ivo Lech pressionava para que fossem definidos ao menos quatro ou cinco nomes iniciais. Contudo, encerraram-se as conversas sem qualquer conclusão com relação a isso, havendo apenas uma aparente sugestão para que os parlamentares se movimentassem a pensar e contatar aqueles grupos e pessoas que considerassem imprescindíveis de serem ouvidos.

Apesar dessa indefinição registrada na ata, na reunião seguinte Ivo Lech informou que já havia adiantado os convites para as quatro primeiras audiências, a serem realizadas entre 27 e 30 de abril de 1987, abarcando representantes dos “deficientes mentais, negros, populações indígenas e deficientes físicos”⁴¹³. O presidente apontou, ainda, que haveria necessidade de acomodação, nos demais dias de audiências, de integrantes de outras entidades representantes de minorias que encaminhavam suas postulações e demonstravam seu desejo em contribuir para os debates da ANC. A partir disso, sublinha-se que os pedidos enviados pelas próprias organizações, como havia feito o Triângulo Rosa, pareciam estar sendo levados em conta na definição do cronograma de audiências daquela subcomissão.

Adiante, no contexto em que se discutia a acomodação de agendas, o próprio presidente sugestionou um calendário, no qual propunha que fossem ouvidas, no dia quatro de maio de 1987, “as minorias”, incluídos aí “os homossexuais”, ainda que sem pormenorizar quem seriam os representantes desse segmento. Neste ponto,

⁴¹¹ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Ordem Social - Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias. Ata da 2ª Reunião em 9 de abril de 1987, p. 8.

⁴¹² BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Ordem Social - Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias. Ata da 2ª Reunião em 9 de abril de 1987, p. 10.

⁴¹³ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Ordem Social - Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias. Ata da 3ª Reunião em 22 de abril de 1987, p. 13.

evidencia-se uma distinção feita entre os constituintes, ilustrada pelo nome que se definiu para a subcomissão. Pessoas com deficiência, negros e indígenas eram considerado um grupo separado, de maior representatividade. Desse modo, programava-se ao menos um dia de audiência exclusivo a cada um deles. De outro lado, o termo “minorias” englobava os demais grupos estigmatizados, que na ocasião Ivo Lech descreveu como “homossexuais, alcoólatras anônimos, e os supradotados, e ainda outras minorias que formulem o pedido a esta Subcomissão”⁴¹⁴. Encerrou-se a reunião com a aprovação do referido calendário.

Após idas e vindas nas alterações do cronograma, ao início da quinta reunião, em 27 de abril de 1987, o presidente da subcomissão realizou a leitura das audiências agendadas. Segundo o planejamento final, “os homossexuais” seriam ouvidos no próximo 29 de abril, dali a dois dias, às 17 horas. Não houve indicação na ata de quem falaria em nome do segmento, embora já saibamos que a tarefa recairia sobre o único dentre os integrantes do MHB que havia conseguido acesso à ANC: João Antônio de Souza Mascarenhas, representando a organização Triângulo Rosa.

5.1.1.

A hierarquização também é racial: invisibilização do homossexual negro

Antes do dia programado, a questão da homossexualidade surgiria de forma relevante, brevemente, apenas uma vez. A ignição do debate se deu com a fala de Natalino Cavalcante de Melo, que discursava em nome do Instituto Nacional Afro-Brasileiro (INABRA). Em sua exposição, defendendo os direitos do povo negro brasileiro, declarou o seguinte:

Não aceito, por exemplo, a agregação dos negros brasileiros às minorias, até por que [*sic*] esta vinculação de negro à minoria tem uma conotação colonialista e racista, colocar o negro, por exemplo, **ao fado [*sic*] do homossexual**. Se me perguntarem: você é contra a discriminação ou vai praticar a discriminação? Não, até porque **dentro do contexto da raça negra quero que alguém me prove se nos navios negreiros, nos quilombos, nas senzalas, existia a prática do homossexualismo, que desconheço no meio da nossa raça**⁴¹⁵.

⁴¹⁴ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Ordem Social - Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias. Ata da 3ª Reunião em 22 de abril de 1987, p. 15.

⁴¹⁵ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Ordem Social - Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias. Ata da 7ª Reunião em 28 de abril de 1987, p. 75, grifos meus.

A fala do expositor produz um completo apagamento das vivências de homossexuais negros. Em sua visão, o problema em questão não deveria ser abarcado por seu ativismo por supostamente não haver “prática do homossexualismo” dentre as pessoas que representa. Isso demonstra que não havia uma solidariedade imediata e automática entre grupos estigmatizados, o que, conseqüentemente, refletia-se no fato de nem sempre haver um apoio mútuo entre demandas de setores oprimidos, frustrando parcialmente as expectativas de Mascarenhas de quando contatou Lélia Gonzalez sobre a questão, conforme mencionado no segundo capítulo desta dissertação. Nesse sentido, ainda que a condição precária (*precarity*), na chave teórica de Judith Butler apresentada no primeiro capítulo, compartilhada por esses grupos seja um potencial aglutinador de suas lutas no combate a violências e discriminações estruturais, é imprescindível uma articulação política para que se efetive tal potência em ato⁴¹⁶. Sem isso, persistem, por exemplo, episódios de racismo em meio ao Movimento LGBTI+, ao mesmo tempo em que pode haver falta de apoio a demandas relacionadas à sexualidade por parte do Movimento Negro.

A primeira reação à colocação acima veio de Benedita da Silva. A parlamentar, apesar de sua relação controversa com o movimento LGBTI+ e sua formação religiosa, destacados previamente, foi uma das maiores defensoras do pleito do MHB na Constituinte. Ela, que em diversas ocasiões anteriores já havia indicado seu compromisso com a “comunidade negra homossexual”, voltou a frisar essa sobreposição de marcadores sociais, mesmo diante da discordância externada por mais um dos expositores, Waldimiro de Souza, presidente do Centro de Estudos Afro-Brasileiros (CEAB):

A SRA. CONSTITUINTE BENEDITA DA SILVA: – [...] Essa Subcomissão é muito importante, e **ter [sic] que ter espaço para o homossexual**, ela tem que ter espaço para a chamada minoria, para milhares e milhares de marginalizados que estão dando a sua contribuição, sendo explorados, sendo violentados. **Não tem sentido esta Subcomissão deixar de lado o homossexual**, o deficiente, porque temos o propósito de **fazer valer o direito desse cidadão e dessa cidadã** que, por uma série de circunstâncias, foram colocados em terceiro ou quarto plano na escala ou na hierarquia, na ascensão social, política e econômica do nosso País. [...] Eu conheço negros homossexuais, eu conheço negros deficientes, eu conheço negros de toda a sorte que possa haver neste nosso País. **E quando nós estamos tratando dos homossexuais, das minorias, do deficiente, nós estamos tratando da**

⁴¹⁶ BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e as políticas da rua**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

questão racial e, se nós aprofundarmos, historicamente, nas condições em que vivem, hoje, os nossos negros, veremos que é numa condição terrível. [...] Então, é muito importante que nós possamos, também, levar em conta que deve ser muito difícil, além de ser deficiente, ser negro, ser homossexual, neste País, e usurpados de todos os seus direitos sem poderem exercer plenamente a sua cidadania. [...]

O SR. WALDIMIRO DE SOUZA: – [...] Há uma discordância aí, na colocação que fez a minha irmã e Líder, Benedita: **o problema do homossexualismo não é um problema da raça negra**, não é um problema da humanidade no seu global, mas um problema setorizado, e que eu respeito. Veja bem! Não pode ser incluído, a meu ver, na humanidade, porque quando se diz homem/mulher já estão incluídos todos os seus problemas; não pensava em se especificar. Na hora em que se especifica, mostra que nossa inteligência diminuiu, encolheu. [...]

A SRA. CONSTITUINTE BENEDITA DA SILVA: – Eu não teria mais nada a dizer, se não fosse solicitada pelo ilustríssimo companheiro porque, hoje, nós vivemos uma luta que não podemos deixar de lado. É por isso que a Sr.^a Lélia, hoje, aqui, foi muito simpaticamente colocada como uma metralhadora giratória. Porque **temos que nos ver como um todo** e é assim que me vejo e tenho que ver o outro, como um todo. Então, isso é para dizer que **não basta, para mim, pura e simplesmente, falar do homossexualismo como se isso não fizesse parte da nossa vida**. [...] Quero colocar, mais uma vez que **existe um grande preconceito contra o cidadão homossexual**. E, de maneira nenhuma, eu coloquei aqui que a luta do homossexual é a mesma luta do negro. Não, pelo contrário! **O homossexual tem que conquistar ainda o negro para ser sensível à sua proposta política, para o reconhecimento do seu direito de poder exercer a sua cidadania**. Então, **é uma conquista que os homossexual [sic] ainda não tiveram junto à comunidade negra**. O que eu colocava – e era bom lembrar – é que estamos em uma sociedade onde temos negros que sabem ler e negros que não sabem ler, **temos negros que são homossexuais e temos os que não são**. Foi exatamente isso que eu estava dizendo. Quero reforçar, para que fique muito claro para nós, que **esta Subcomissão tem esse dever de colocar esses temas** – teremos representantes aqui de todas essas condições que foram colocadas aqui e não poderemos fugir do debate. **São cidadãos, cidadãs, e temos que garantir o seu direito aqui**. Nos trabalhadores com a questão do preconceito e, aí, enquanto Constituinte quero colocar que **eu pude perceber esse preconceito, porque incomodou muito o fato de que nesta Subcomissão tivesse a questão da minoria, do homossexual**⁴¹⁷.

O contraste é evidente. Enquanto Natalino de Melo e Waldimiro de Souza afastam as pautas de combate ao racismo e à homofobia, seja pela alegação de isso não afetar a população negra, seja por acreditarem não estar nos interesses específicos do movimento; Benedita volta a traçar sua preocupação com a interseção entre esses dois marcadores sociais da diferença, na tentativa de ilustrar como a questão da sexualidade é relevante para o Movimento Negro, justamente por não ser possível isolar o “negro abstrato” que não é atravessado por outras opressões além do racismo. Ela reafirma a existência do negro homossexual e, mais que isso, inscreve novamente o debate na gramática dos direitos e da cidadania: é

⁴¹⁷ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Ordem Social - Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias. Ata da 7ª Reunião em 28 de abril de 1987, p. 76-81, grifos meus.

preciso garantir a proteção desses indivíduos – gays, lésbicas e bissexuais – contra a discriminação, pois são cidadãos, a quem devem ser reconhecidos direitos, apesar do preconceito notado no próprio ambiente constituinte, conforme frisado por ela. Em entrevista a Cristina Câmara, a deputada petista relata um episódio ocorrido na constituinte, embora não registrado nos anais, que teria potencializado sua compreensão da necessidade de se solidarizar com a pauta:

Nós estávamos discutindo a questão racial. Logo depois veio o debate com a questão da orientação sexual para introduzir na Constituinte. Me levanta um homem, negro. [...] Pra você ver até onde vai o preconceito, aquele homem negro levanta-se: ‘Eu quero que você me diga... se **no navio negroiro tinha viado**?’⁴¹⁸

Uma boa lente para a leitura desses trechos é a noção de interseccionalidade, nomeada por Kimberlé Crenshaw⁴¹⁹ e trabalhada há várias décadas por teóricas e ativistas do feminismo negro⁴²⁰. A autora pensou a categoria, inicialmente, como um instrumento analítico para evidenciar formas de discriminação específicas vivenciadas por mulher negras, em virtude da interseção dos marcadores de raça e gênero. Assim, torna-se possível localizar esses lugares de “subordinação interseccional”, produzidos por meio da interação de vulnerabilidades pré-existentes. Nesse sentido, há uma combinação entre racismo e sexismo que resulta em espaços nos quais é permitido o acesso a homens negros e a mulheres brancas, ainda que de maneira precarizada, mas com total rechaço aos corpos de mulheres negras. É dizer: há aspectos dessas duas formas de preconceito estrutural que impactam desproporcional e particularmente mulheres não hegemonicamente racializadas⁴²¹. Essa questão, sem dúvida, também alimentou a crítica de Butler à categoria “mulher” enquanto sujeito do feminismo. Conforme destaca, “o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas”⁴²². Portanto, assumir a universalidade dessa categoria requer uma estabilidade que só se efetiva por meio

⁴¹⁸ CÂMARA, Cristina. **Cidadania e orientação sexual**: a trajetória do grupo Triângulo Rosa. Rio de Janeiro: Academia Avançada, 2002, p. 139.

⁴¹⁹ CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, vol. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989.

⁴²⁰ COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Intersectionality**. Cambridge: Polity Press, 2016.

⁴²¹ CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.

⁴²² BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, p. 21.

de uma exclusão que pressupõe, por exemplo, uma matriz heterossexual e racista⁴²³. Mais que isso, embora sua análise parta da categoria do gênero, Butler sustenta que a construção performativa do sujeito se dá de forma ampla, permeando também a racialização, de modo que os fenômenos devem ser vistos por meio de “múltiplas lentes de uma só vez”⁴²⁴.

A menção de Benedita ao nome de Lélia Gonzalez, que falara minutos antes perante a subcomissão, não se deu por acaso. A pensadora brasileira foi precursora na abordagem conjunta das questões que unem racismo e feminismo para refletir sobre a marginalização de mulheres negras, salientando o “esquecimento” da questão racial produzido pelo feminismo branco hegemônico, que recaía “numa espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizado e branco”⁴²⁵. Daí a necessidade apontada pela constituinte de ter de se “pensar como um todo”, englobando todas as características que as atravessam ou que podem vir a atravessar.

Do mesmo modo, pessoas LGBTI+ negras enfrentam uma conformação singular da discriminação, sujeitas a essa dupla estigmatização do racismo e da homotransfobia. Essa dimensão é incorporada na interpretação de Carla Akotirene, que adiciona o “cisheteropatriarcado” à lista de elementos conjugados pelo conceito de interseccionalidade no mapeamento de cruzamentos que produzem diferentes subordinações⁴²⁶. É para isso que Benedita da Silva tenta chamar atenção em diversos momentos nos debates da ANC. Existem gays, lésbicas e bissexuais negros. E, por isso, essas pessoas sofrem diariamente um racismo que é intensificado por sua sexualidade marginal. No contexto da teoria jurídica brasileira, Adilson José Moreira classifica esse tipo de expressão do preconceito como uma forma de “discriminação interseccional ou multidimensional”, que preconiza uma análise integrada das discriminações, abarcando a

⁴²³ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

⁴²⁴ BUTLER, Judith. Preface (1999). In: BUTLER, Judith. **Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity**. New York and London: Routledge, 2007, p. xvii.

⁴²⁵ GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 42.

⁴²⁶ AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

multidimensionalidade das opressões as quais, conjuntamente, limitam o acesso e as oportunidades de determinado grupo social⁴²⁷.

Como reflexo disso, Megg Rayara aponta a pouca representatividade de pessoas negras LGBTI+ nos espaços de militância organizada de ambos os movimentos sociais, sobretudo em papéis de liderança. Segundo ela, há uma afirmação da negritude a partir da cisheterossexualidade, ao passo que a homossexualidade se sustenta na branquitude; mantendo-se, assim, padrões de masculinidade alicerçados em dois sistemas hegemônicos, garantindo uma “supremacia inconteste de raça e gênero que opera no sentido de silenciar as masculinidades ditas periféricas”, assegurando a preservação de uma “estrutura patriarcal que reproduz visões do regime escravista”⁴²⁸. Esse aspecto reverbera, também, nas relações afetivo-sexuais entre homens gays e bissexuais: “interpretado como o sujeito ativo (penetrador), exige-se do homossexual negro que adote atitudes viris, que não desmunheque, que seja macho nos moldes padrões impostos por nossa sociedade”⁴²⁹, alinhando-se à sobreposição de dominações racial e sexual que caracterizam a composição desses sujeitos no contexto latino-americano⁴³⁰.

Trata-se de vivências de homens que veem sua liberdade corporal frequentemente tolhida pelas expectativas de comportamento inscritas a partir de estereótipos raciais, sexuais e de gênero. O que se intensifica no caso de masculinidades ainda mais periféricas, “marcadas por afeminamento escancarado, a bicha e o viado, que colocam sob suspeita inclusive sua condição de negro”⁴³¹, já que a negritude, sob essa perspectiva, estrutura-se a partir da “normalização do negro heterossexual”. Sendo assim, “a homofobia é acionada como um elemento fundamental na constituição da negritude, assim como o racismo é peça-chave na construção de uma homossexualidade padrão, que procura negar a possibilidade de

⁴²⁷ MOREIRA, Adilson José. **O que é discriminação?**. Belo Horizonte: Letramento: Casa do Direito: Justificando, 2017.

⁴²⁸ OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. Seguindo os passos “delicados” de *gays* afeminados, viado e bichas pretas no Brasil. In: CAETANO, Marcio; SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço da (orgs.). **De guri a cabra-macho: masculinidades no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2018, p. 129-130.

⁴²⁹ OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. Seguindo os passos “delicados” de *gays* afeminados, viado e bichas pretas no Brasil. In: CAETANO, Marcio; SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço da (orgs.). **De guri a cabra-macho: masculinidades no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2018, p. 130.

⁴³⁰ VIGOYA, Mara Viveros. **As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América**. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.

⁴³¹ OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. Seguindo os passos “delicados” de *gays* afeminados, viado e bichas pretas no Brasil. In: CAETANO, Marcio; SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço da (orgs.). **De guri a cabra-macho: masculinidades no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2018, p. 132.

existências que escapam a normatização e normalização dos corpos”⁴³². Essa percepção, patentemente, tende a se acentuar, com uma maior complexidade de manifestações, no caso de mulheres negras LGBTI+, que enfrentam uma tripla sobreposição de fatores de estigma, amparados em preconceitos estruturais com relação às suas vivências de gênero, raça e sexualidade.

É nesse mesmo sentido o depoimento dado por Valdecir Campestre, ex-integrante do grupo Somos, que reflete sobre a exclusão de pessoas negras do MHB à época. Ele, que se identificava como “homem, negro, homossexual”, dizia que nos grupos homossexuais a discriminação era “reproduzida integralmente”. O relacionamento sexual e afetivo com eles “não era uma constante” e, quando ocorriam, assumiam uma “relação paternalista”. Descreve que “o negro nesses grupos é um ‘tarefeiro’, isto quando é reconhecida alguma capacidade ou função, porque no geral é tido como incapacitado”⁴³³. Esse trecho traz mais uma evidência dos processos de hierarquização que marcaram a construção do MHB e reverberam até os dias de hoje.

5.1.2.

De novo o homossexual: variações e repercussões do discurso de Mascarenhas

Finalmente, na reunião seguinte, na noite de uma quarta-feira, 29 de abril de 1987, João Antônio de Souza Mascarenhas falaria diante da subcomissão. Esse foi o único outro foro de discussão acessado por Mascarenhas na Constituinte. Portanto, o convencimento daquele grupo de parlamentares consistia em metade de todas as suas chances para incluir a proteção contra discriminação baseada em orientação sexual na futura Constituição. Ouviu-se, em larga medida, o mesmo discurso destrinchado no capítulo anterior, com alterações menores no que diz respeito à ordem dos itens apresentados. A única mudança notável talvez tenha sido a explicação, logo no início da fala, de que o termo “orientação sexual” abarcava a heterossexualidade, a homossexualidade e a bissexualidade⁴³⁴. Elemento que seria

⁴³² OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. Seguindo os passos “delicados” de *gays* afeminados, viado e bichas pretas no Brasil. In: CAETANO, Marcio; SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço da (orgs.). **De guri a cabra-macho: masculinidades no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2018, p. 143.

⁴³³ Dados obtidos a partir de pesquisa no acervo do Fundo João Antônio Mascarenhas do AEL.

⁴³⁴ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Ordem Social – Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias. Ata da 8ª Reunião em 29 de abril de 1987, p. 100.

praticamente ignorado durante todas as discussões na ANC, cujos parlamentares liam “orientação sexual” enquanto sinônimo de “homossexual”.

As reações à exposição do ativista do MHB foram bem menos numerosas e de caráter bastante distinto daquelas observadas na Subcomissão de Direitos e Garantias Individuais. Neste espaço, os opositores à demanda apresentada por ele pareceram pouco interessados em manifestar a discordância diante de sua presença. O que não evitaria que, mais tarde, sem a possibilidade de Mascarenhas esclarecer pontos relativos à temática, os detratores viessem se anunciar. Neste momento inicial, as interpelações vieram apenas de Benedita da Silva e José Carlos Sabóia, ambos externando seu apoio ao pleito veiculado. Em sua intervenção, a constituinte do PT traça um paralelo entre o racismo, o machismo e a homofobia; ilustrando que, se não havia um alinhamento automático entre grupos oprimidos, a vivência de outras formas de discriminação pode, sim, amplificar a alteridade e empatia, resultando no apoio à causa do MHB. Nesse sentido, destaco os seguintes trechos:

A SR^a CONSTITUINTE BENEDITA DA SILVA: – [...] Confesso que, **com toda essa luta que tenho travado sobre a questão do preconceito**, somos obrigados a reconhecer que ele é muito forte, o preconceito racial, o machismo no nosso País, atingiu a sociedade como um todo. Precisamos fazer um esforço enorme para nos desfazer dessa coisa horrenda, que é o preconceito. Percebo que **há uma violência colocada a nível do preconceito que se faz ao homossexual, que é a própria violência da concepção do prazer**. Violentamos o prazer e estabelecemos regras para esse prazer, e, à medida em que estabelecemos as regras, fugimos dessas regras estabelecidas como prazer. Lógico, estamos no mundo dos chamados anormais ou, então, exóticos. [...] Deparamo-nos com isso no mito da democracia racial e vamos encontrar no machismo que está evidenciado, mas que as pessoas até justificam e colocam: '**Não. Eu não sou preconceituoso, não sou racista, não sou machista, porque até suporto o fato de ter amigos ou amigas que são homossexuais, negros ou coisa parecida**'. [...] Observamos que **no mercado de trabalho, por exemplo, a nível da homossexualidade, a questão do preconceito é muito forte, humilhante**. Na medida em que **a força de trabalho do homossexual vale menos que a força de trabalho até da própria mulher**, que já é discriminada nesse setor, observamos que, além desta humilhação, a nível da competência, como se fôsse [*sic*] uma compensação, **o homossexual é altamente explorado**. [...] Enfim, esse preconceito é um dos mais peçonhentos que podemos visualizar. Mas, é preciso que se entenda que, hoje, **na sociedade machista em que vivemos, estamos dando um passo a nível do debate. Esta Casa dá uma grande oportunidade**. Eu e o Sabóia estávamos aqui, entre os nossos cochichos, vendo como é difícil. Ao mesmo tempo, eu estava quase que me sentindo mal porque ficamos muito preocupados em ver que **realmente cometemos um genocídio, quanto a liberdade de pensar, de expressar e de agir de cada um dos indivíduos**. [...] Já conheço essa luta do Triângulo. Estou, mais uma vez, **reafirmando meu compromisso na luta pela liberdade**, e acho que **se não assumirmos**, aqui e agora, toda essa questão que tem sido colocada para as

minorias, **não seremos bons Constituintes** na medida em que não vamos garantir que a sociedade, como um todo, que todos os segmentos possam ir e vir e pensar.⁴³⁵

Um dos primeiros elementos enfatizados pela parlamentar – a pessoa que recusa a alcunha de preconceituosa, ao mesmo tempo que reproduz extensamente diferentes formas de estigmatização – interpela diretamente colegas constituintes que perpetuam tal atitude, eis que esse foi um artifício amplamente identificado nos debates analisados. Um padrão que se repete em todas as formas de intolerância, revelando como o discurso de ódio pode se dar, em muitos contextos, a partir de amenizações linguísticas que buscam retirar seu próprio rótulo de hostilidade. É interessante notar, também, como Benedita, uma constituinte engajada com pontos da pauta evangélica, situa sem rodeios o prazer como um dos aspectos centrais na discriminação perpetrada contra homossexuais. Trata-se de um esforço que reflete a possibilidade de conciliação entre os preceitos de determinadas seitas religiosas e a proteção a segmentos oprimidos da sociedade, como é o caso de pessoas LGBTI+. Ademais, há em seu discurso uma rearticulação da noção de liberdade, frequentemente distorcida por parlamentares contrários à demanda em questão, encarada como primordial na garantia da tutela a indivíduos homossexuais, diante das diversas formas de violência por eles vivenciada, conforme exemplificado na fala da deputada.

Em seguida, Sabóia interveio brevemente para enfatizar sua concordância com a fala anterior e salientar, assim como Benedita, que não sabia se seria possível avançar nessa luta naquele momento. Uma luta “a favor da igualdade, do respeito à sexualidade, do direito à sexualidade, neste País”⁴³⁶. Essas falas, embora favoráveis, serviam de termômetro para a percepção da maioria da ANC sobre o tema, tendo em vista a pouca esperança dos constituintes com relação ao avanço da pauta na Assembleia e no país, que, segundo Sabóia, “conviveu com a repressão em todos os níveis e que, historicamente, no que diz respeito ao corpo e à sexualidade, ele é

⁴³⁵ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Ordem Social – Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias. Ata da 8ª Reunião em 29 de abril de 1987, p. 102, grifos meus.

⁴³⁶ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Ordem Social – Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias. Ata da 8ª Reunião em 29 de abril de 1987, p. 103.

incapaz de tratar isso na família e nas instituições educacionais”⁴³⁷. A abertura extremamente limitada para a questão era ruidosa.

O presidente Ivo Lech encerrou a reunião daquele dia ressaltando terem “a consciência de que, pela primeira vez, uma Casa Legislativa, um Parlamento, abre um espaço aos homossexuais no Brasil”. No entanto, essa primeira oportunidade não parecia ter sido aproveitada pelos parlamentares, que pouco se engajaram com o convidado. A fala de Mascarenhas havia ecoado, mas justamente porque apenas aqueles que já apoiavam sua demanda aparentavam tê-lo escutado.

Sobre o tema discutido, apenas uma menção apareceria nos anais antes da apresentação do anteprojeto pelo relator. A questão foi brevemente suscitada por José Carlos Sabóia, que alertou para a pouca abertura do ambiente constituinte às demandas externas, inclusive pela estrutura regimental, e as consequências disso em relação à sua representatividade. Segundo ele, havia sido questionado o porquê de o professor Luiz Mott, antropólogo e ativista engajado na temática das sexualidades, não ter sido convidado para se manifestar sobre a questão perante a subcomissão. Como diagnóstico, apontou:

porque nesta Subcomissão nós não tivemos espaço, em termos físicos, de convidar nenhum grupo neste País; ou os grupos das minorias, daqueles que têm os seus direitos negados pela sociedade, daqueles que têm todo um estigma apontado contra si, eles lutaram para chegar até aqui, ou, então, não exigiram os seus direitos de imediato, nesta fase dos trabalhos constitucionais⁴³⁸.

A afirmação do parlamentar reforça, mais uma vez, as limitações de acesso à ANC discutidas no capítulo anterior, que foram responsáveis, também, por moldar a forma como a temática do gênero e da sexualidade vieram a ser tratadas naquele foro; tanto por legisladores quanto por representantes de movimentos sociais.

Dias mais tarde, na 13ª reunião, o relator Alcení Guerra realizaria a entrega do anteprojeto aos membros da subcomissão⁴³⁹. Não consta, nos anais, a versão preliminar do relatório apresentado. Isto é, antes da apreciação das emendas

⁴³⁷ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Ordem Social – Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias. Ata da 8ª Reunião em 29 de abril de 1987, p. 103.

⁴³⁸ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Ordem Social – Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias. Ata da 9ª Reunião em 30 de abril de 1987, p. 114.

⁴³⁹ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Ordem Social – Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias. Ata da 13ª Reunião em 12 de maio de 1987, p. 175.

apresentadas pelos parlamentares. No entanto, é possível identificar que o termo “orientação sexual” foi exitoso em romper essa primeira barreira procedimental, sendo incluído no texto do anteprojeto. Afere-se isso, justamente, a partir da constatação de Alcení Guerra de que já havia iniciativas para sua eliminação: “com relação ao recebimento de propostas de emendas – já recebi um número razoavelmente grande –, posso dizer que algumas são bastante conflitantes. Em relação àqueles artigos que esperava polêmicos, [...] em relação à orientação sexual, também **há proposta de retirada**”⁴⁴⁰. Em seguida, segundo sugestão do relator, foram estabelecidos dias para que as referidas emendas fossem discutidas, o que ocorreria em reuniões informais. Neste momento, novamente Benedita da Silva demonstrou seu compromisso com a demanda do MHB: como, devido a outros eventos, não poderia estar presente nos dias definidos para a discussão, solicitou que tivesse a oportunidade de, naquele mesmo dia, apresentar sua defesa acerca da manutenção de “orientação sexual” no texto constitucional. Falaria, contudo, apenas na semana seguinte, já na reunião de votação da mencionada emenda.

Foi em 25 de maio de 1987, às nove horas da manhã, na Sala da Comissão de Assuntos Regionais do Anexo II do Senado Federal, em Brasília, que se iniciou a 16ª reunião da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias. Nesse local, neste mesmo dia, seria definida a manutenção ou não do termo “orientação sexual”, quando foi apresentado o substitutivo ao anteprojeto pelo relator e votados os destaques de emendas oferecidas pelos parlamentares. O substitutivo contava com um total de 34 artigos, cada um com seus respectivos parágrafos detalhando a matéria tratada. No artigo segundo, lia-se:

Art. 2º Todos, homens e mulheres, são iguais perante a lei, que punirá como crime inafiançável qualquer discriminação atentória aos direitos humanos e aos aqui estabelecidos. § 1º **Ninguém será prejudicado ou privilegiado em razão de nascimento, etnia, raça, cor, sexo, trabalho, religião, orientação sexual, convicções políticas ou filosóficas, ser portador de deficiência de qualquer ordem e qualquer particularidade ou condição social**⁴⁴¹.

⁴⁴⁰ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Ordem Social – Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias. Ata da 15ª Reunião em 19 de maio de 1987, p. 176, grifo meu.

⁴⁴¹ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Ordem Social – Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias. Ata da 16ª Reunião em 25 de maio de 1987, p. 179, grifos meus.

Diferentemente do que ocorrera na Subcomissão de Direitos e Garantias Individuais, passada a apreciação das emendas e concluída a redação do substitutivo ao anteprojeto original, o relator Alcení Guerra optou pela manutenção da “orientação sexual” no texto que propunha a seus pares. Assim, foi o pedido de destaque da Emenda nº 0004, que objetivava a supressão do termo, proposta pelo constituinte Salatiel Carvalho (PFL-PE), que provocou o debate sobre o tema. Além dele, havia proposto emenda no mesmo sentido o deputado Eliel Rodrigues, que, repetindo sua dobradinha da subcomissão anterior, voltava a formular o pedido subsidiário para, caso frustrada a primeira emenda, substituição da expressão por “comportamento sexual”. O destaque, contudo, tinha sido apenas da demanda de Salatiel. A questão seria a última a ser votada pela subcomissão

Primeiramente, o presidente Ivo Lech concedeu a palavra ao autor da solicitação para que expusesse suas razões. O parlamentar do PFL começou fazendo alusão ao parecer do relator Alcení Guerra, que havia rejeitado a emenda. O parecer foi o seguinte:

Emenda rejeitada. A expressão, a nosso ver, **não dá cobertura constitucional a comportamentos anormais**, como justifica o autor. O parágrafo apenas expressa que não haverá privilégio ou discriminação por motivo de orientação sexual. A prática de anomalias sexuais continua ao alcance da lei, que poderá puni-las nos casos em que couber⁴⁴².

O relator recusa a pecha patologizante que havia se tentado designar à homossexualidade. Salatiel Carvalho que, destaco, compartilhava com a condição de parlamentar a de pastor evangélico⁴⁴³, opôs-se ao parecer com o discurso que transcrevo integralmente a seguir:

É evidente, meu caro colega Constituinte Alcení Guerra, que quando no § 1º V. Ex.^a se refere que ninguém será prejudicado ou privilegiado em razão de nascimento, etnia, raça, cor, sexo, trabalho, religião, convicções políticas ou filosóficas, ser portador de deficiência de qualquer ordem e qualquer particularidade ou condição social, e aí estaria perfeito o artigo de V. Ex.^a até porque já coloca que ninguém será discriminado, privilegiado ou prejudicado por questão de sexo e aí estariam perfeitamente acobertadas as **garantias para o homem e para a mulher**. Agora, se vem **uma terceira opção**, eu acho que aí a Constituição **não tinha nada que dar cobertura a esta terceira opção**, quando

⁴⁴² Texto disponível em: <https://www6g.senado.gov.br/apem/data/EMEN-B/6231.html>. Acesso em: 27 abr. 2021.

⁴⁴³ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). **Salatiel Sousa Carvalho**. Rio de Janeiro: FGV, s/d. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/salatiel-sousa-carvalho>. Acesso em: 27 abr. 2021.

V. Ex.^a afirma que esta expressão "não dará cobertura constitucional a comportamentos anormais", evidentemente, **está implícito na sua colocação o homossexualismo, já que essa expressão foi incluída no anteprojeto como solicitação dos grupos homossexuais no Brasil; está implícita, então, na declaração de V. Ex.^a que homossexualismo não é uma anormalidade**, o que **para mim é uma anormalidade**. De forma que esta é a razão e vejo até aí, na colocação desta expressão, na permanência deste termo "orientação", que ninguém será prejudicado por orientação sexual, eu vejo até que isso é **uma porta aberta** para que no futuro os grupos homossexuais possam reivindicar, exatamente, os mesmos direitos do homem e da mulher, os mesmos direitos, inclusive, da própria família e aí, talvez, seja até **uma porta aberta para que tenhamos no futuro, por que não, a legalização de uniões homossexuais**, já que nossa Constituição vai dar cobertura, exatamente, a que ninguém será prejudicado por orientação sexual. E eu vejo essa solicitação também como um passo inicial para que possamos, amanhã ou depois, inclusive, ter um confronto com as próprias leis, com as próprias normas que vão definir a **preservação da moral, da ética, dos bons costumes**. Até porque, amanhã ou depois, nos próprios meios de comunicação, ou em qualquer aspecto em que os homossexuais se sentirem prejudicados, **eles terão cobertura constitucional para garantir que seus direitos sejam respeitados**. Só que na ótica dos homossexuais, **os direitos que eles entendem como seus podem ser prejudiciais à formação da própria família, podem ser prejudiciais, inclusive, à formação e à educação**. E vejo, inclusive, permita-me o nobre Constituinte Alcení Guerra, também expressar que, na prática, a permanência deste termo, no § 1º do art. 2º, na prática, vai resultar numa contradição. Vejamos o que diz o art. 18: "O Poder Público implementará políticas destinadas à prevenção de doenças ou condições que possam levar à deficiência." E não podemos esconder, hoje, que um dos maiores males que devasta, inclusive coloca as **minorias homossexuais na condição de minorias em extinção**, é exatamente **o mal da AIDS** e aí vem a colocação do art. 18. **Se o próprio Poder Público vai implementar a prevenção de condições que possam levar à deficiência, o que dizer de condições que podem levar à morte?** Estamos lendo diariamente nos jornais a informação de que só nos Estados Unidos a AIDS vai matar mais de 1 milhão de pessoas até o final deste século, muito mais gente do que morreu em todas as guerras. De forma que eu, inclusive, por questão de consciência, acho que ao pedir a supressão deste termo – **não tenho nada contra os homossexuais** – acho que **até por questão de defesa da sobrevivência dessa minoria**, que vá ser encarada como homossexual, é que **nós deveríamos não legalizar esta condição porque, ao invés de termos um comportamento preventivo, estaremos legalizando uma situação que, realmente, vai redundar no grande mal e até na extinção dessa minoria**. De forma que acho que **seria até uma medida preventiva** nossa se não permitíssemos que esse termo viesse a constar da nossa Constituição. **Se alguém tem essa condição, se alguém é homossexual, que assuma a sua condição de homossexual, mas não que a Constituição venha a dar garantia a este tipo de comportamento que para mim é considerado um comportamento anormal**. Acho que serei voto vencido aqui, até porque, usando a expressão do colega José Carlos Sabóia, politicamente, talvez seja ruim para esta Subcomissão rejeitar esta proposta, mas eu, por dever de consciência, por dever de formação cristã, inclusive, acho que deveria fazer este tipo de declaração aqui e dizer que não concordo, de forma alguma, com esta colocação⁴⁴⁴.

⁴⁴⁴ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Ordem Social – Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias. Ata da 16ª Reunião em 25 de maio de 1987, p. 187-188, grifos meus.

Novamente, como se observa do trecho acima, a homossexualidade volta a ser tratada em termos de gênero. Isto é, posicionada como uma “terceira via”, diferenciando-se do “homem” e da “mulher”. Essa ignorância que permeia o debate, em virtude de uma “confusão” argumentativa, pode gerar graves impactos para o tratamento rigoroso da questão em um ambiente sério e democrático, como deveria ser a ANC. Para o parlamentar, que articula a “preservação da moral, da ética, dos bons costumes”, é uma possibilidade absurda que os homossexuais tenham “cobertura constitucional para que seus direitos sejam respeitados”. É escancarado no discurso como esses indivíduos estão posicionados externamente à sua própria definição de humanidade, como também não integram a nação cujos contornos se moldam naquela Assembleia e muito menos abarcados por sua pretensa noção de cidadania, à qual se vincula a efetivação de direitos no regime democrático. Igualmente, o recurso retórico à “família” circunscreve a universalidade da família monogâmica heterossexual, na qual pai e mãe criarão filhos também heterossexuais. Trata-se de uma construção discursiva que já concebe homossexuais enquanto órfãos, como se não tivessem eles próprios, na imensa maioria dos casos, pais e mães heterossexuais, que os criaram e com eles compõem essa “família”. A expulsão do filho de casa, a violência, a discriminação, nada disso é cogitado como uma ameaça à família. Apenas a proteção e acolhimento de outro ser humano são vistos assim.

Volta-se à mobilização de pânico morais, aludindo-se a supostas repercussões nefastas da aprovação do artigo, e também à tachação da “anormalidade” doentia relacionada à homossexualidade. Todavia, isso se dá, agora, mais fortemente a partir da vinculação entre determinada orientação (homo)sexual e a epidemia de HIV/Aids que assolava o mundo ao final da década de 1980. Homossexualidade e Aids, no discurso do parlamentar, parecem ser sinônimos. Nesse contexto, é possível articular duas noções trabalhadas por Butler. Primeiro, o aspecto “contagioso” das palavras homossexualidade, homossexual, gay e correlatas, destacado no capítulo anterior. Em segundo, o espectro da “pessoa poluidora”, que Butler desenvolve a partir do trabalho de Mary Douglas. Sendo assim, o aspecto performativo da afirmação da homossexualidade, que constitui o falante enquanto homossexual e ao mesmo tempo é visto por homofóbicos como a própria prática de um “sexo gay”, intensifica-se quando relacionado à Aids. Segundo Butler, que debate o contexto de regulações militares estadunidenses

buscando censurar esse discurso de “saída do armário”, o estabelecimento de tais normativas pode ser visto como sintoma de uma “paranoia” na qual o enunciado é compreendido como uma forma de contágio, “transmite-se a sexualidade pelo discurso”⁴⁴⁵. Mais ainda, a tentativa de controle da homossexualidade se alia ao enfrentamento da Aids:

A palavra – e o desejo – é capturada exatamente da maneira como se diz que uma doença é capturada. Dentro do discurso militar contemporâneo, o status tabu da homossexualidade é intensificado pela redução fóbica da homossexualidade à comunicação da AIDS, intensificando o sentido das proclamações homossexuais como atos contagiosos.⁴⁴⁶

Da mesma forma, a construção da pessoa vivendo com HIV como a “pessoa poluidora”, e sua conexão direta à homossexualidade, traz uma outra dimensão desse elemento discursivo do contágio. Esse tipo de ilação, como a estabelecida no discurso do parlamentar, produz a “poluição” do próprio homossexual, que passa automaticamente a carregar esse duplo estigma. Nesse sentido, a Aids não somente figura como a “peste gay”; mais que isso: “na reação histérica e homofóbica da mídia à doença registra-se a construção táctica de uma continuidade entre o *status* poluído do homossexual, em virtude da violação de fronteiras que é o homossexualismo, e a doença como modalidade específica de poluição homossexual”⁴⁴⁷. Desse modo, é possível notar como a emergência do HIV e da Aids, em um contexto de crescente libertação sexual, serviu de base a esse contradiscurso recorrente à época, e que ainda encontra ecos atualmente. Minava-se, por meio – mais uma vez – do discurso médico, a liberdade a que rumavam gays, lésbicas e bissexuais, provocando a estigmatização simultânea tanto desse grupo quanto das pessoas que viviam com HIV⁴⁴⁸.

Todos esses fatores contribuem para que os desviantes das normas sexuais e de gênero se posicionem em um lugar muito específico e paradoxal, quando

⁴⁴⁵ BUTLER, Judith. **Excitable speech**: a politics of the performative. London and New York: Routledge, 1997, p. 108, tradução minha. No original: “transmits sexuality through speech”.

⁴⁴⁶ BUTLER, Judith. **Excitable speech**: a politics of the performative. London and New York: Routledge, 1997, p. 114, tradução minha. No original: “The word – and the desire – is caught in precisely the way in which a disease is said to be caught. Within contemporary military discourse, the taboo status of homosexuality is intensified by the phobic reduction of homosexuality to the communication of AIDS, intensifying the sense of homosexual proclamations as contagious acts”.

⁴⁴⁷ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, p. 228

⁴⁴⁸ WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016, p. 37-81.

comparado às estratégias de subordinação de grupos minoritários. Se, em geral, mulheres e negros são associados a aspectos mais primitivos e da natureza, como forma de menosprezar seu papel político nas relações sociais, às pessoas LGBTI+ nem isso seria possível⁴⁴⁹. Ao mesmo tempo em que práticas como o sexo oral e anal relegam esse grupo ao antinatural, rompendo com mandamentos divinos e justificando a “maldição da Aids”; a homossexualidade é vista como a disrupção de valores culturais, uma falha na criação segundo a moral e os bons costumes, e uma ameaça aos padrões civilizatórios que fundam, por exemplo, a “família”.

Seguindo com a análise do *corpus* discursivo, a primeira insurgência foi de Benedita da Silva, quem prontamente pediu a fala para que pudesse contraditar os argumentos apresentados por Salatiel Carvalho. De sua colocação, destaco o seguinte trecho:

[...] no momento em que nós tirarmos deste artigo a expressão "orientação sexual", **não estaremos garantindo que os homossexuais não sejam prejudicados em nosso País**, porque, exatamente por terem uma orientação sexual que não é a orientação sexual aceita pelo padrão de comportamento da sociedade, nós vamos estar marginalizando mais uma vez o cidadão e a cidadã, que, de uma maneira ou de outra, não argüimos a nível da ética e da moral quando estes cidadãos pagam os seus impostos e contribuem para que este País possa crescer a nível da sua mão-de-obra no mercado de trabalho. São explorados, inclusive, nesse sentido. Na economia, eles fazem parte também. [...] Por outro lado, é bom lembrar que, com todo o respeito do sentimento da moral e da ética, com relação ao que foi levantado aqui pelo Constituinte Salatiel Carvalho, eu quero dizer que até o combate à AIDS, nós gostaríamos de ressaltar, **até com um pouco de conhecimento na área de saúde, que ela não se dá pura e simplesmente entre os homossexuais**, porque na sociedade brasileira, a nível do direito da privacidade, os hétéros também têm essa prática, que não é pura e simplesmente uma prática estabelecida até por uma série de comportamentos e normas nossas, estabelecidas a nível da nossa formação religiosa, sim, ou outro tipo de formação que não leva um hétero a ter uma determinada relação. Dentro da área de saúde, é bom ressaltar, senão a área de saúde seria altamente limitada no que diz respeito ao combate da AIDS. **Nós até já estamos localizando AIDS em crianças, que não têm a prática homossexual que estamos vendo aí [...]** E eu não poderia, jamais, enquanto se tratando da **questão do preconceito que leva a comunidade negra, que leva as mulheres a serem marginalizadas**, a serem colocadas como diferentes nessa sociedade e por isso terem um tratamento diferenciado e terem um tratamento desigual, **eu não poderia jamais dentro dos meus princípios, até cristãos, fazer com que eles possam ser marginalizados**, porque **para mim, a relação do amor, do prazer, do casamento, não passa por nenhuma Constituição**⁴⁵⁰.

⁴⁴⁹ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, p. 229.

⁴⁵⁰ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Ordem Social – Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias. Ata da 16ª Reunião em 25 de maio de 1987, p. 188, grifos meus.

Esse excerto resume, de certa forma, os elementos mais recorrentes nas intervenções feitas por Benedita, durante a ANC, no que diz respeito à temática. Sua preocupação de posicionar a proteção contra discriminação com base em orientação sexual enquanto elemento central da garantia à cidadania e da própria democracia; aliada, também, à alteridade e empatia que sua própria vivência estimulava, na condição de mulher negra suscetível a preconceitos em virtude de raça e gênero, levando ao apoio em favor do aniquilamento de todas as formas de discriminação. No entanto, a fala da constituinte nos fornece, sobretudo, um elemento para a contextualização sócio-histórica da percepção que se tinha da Aids. Ela deixa evidente que já havia avanços científicos suficientes que permitissem desprender essa relação equivocadamente estabelecida entre a doença e a homossexualidade.

A intervenção seguinte, do constituinte Bosco França (PMDB-SE), trouxe especial contribuição sobre a temática. O parlamentar, posicionando-se contrariamente à emenda, aludiu à sua formação médica para salientar que “a relação entre a AIDS e o homossexualismo ainda não passa de hipóteses que estão engatinhando, como tudo que se refere à AIDS e aí está como consequência: a humanidade não saber ainda como evitar e como tratar essa doença”. E acrescentou: “não poderemos atribuir aqui aos homossexuais uma deficiência na sua liberdade ou uma limitação da sua liberdade de cidadão, apenas por uma **suposta ligação** da doença contagiosa, no caso da AIDS com o homossexualismo”⁴⁵¹. Diante disso, o parlamentar propositor da emenda rapidamente se posiciona:

O SR. CONSTITUINTE SALATIEL CARVALHO: – Sr. presidente, pela ordem. Só para um esclarecimento. Eu gostaria apenas de esclarecer que, com a minha emenda **não pretendemos que os direitos dos homossexuais sejam negados**. Inclusive os dois Constituintes, tanto a colega Benedita da Silva que nas suas palavras manifestou apoio na questão dos homossexuais, como também na palavra do colega Constituinte Bosco França, ambos se referiram a que a Constituição não deve interferir em questões da individualidade e na sexualidade individual. E é exatamente por isto que eu acho que a Constituição não deveria assumir exatamente esse papel de colocar discriminação, prejuízo ou privilégio para qualquer tipo de orientação sexual. E para finalizar, apenas um alerta: do jeito como está colocado a expressão de que ninguém será prejudicado por orientação sexual, eu acho até que o relator e os demais colegas, que defendem a questão do homossexualismo, deveriam colocar de forma mais explícita a coisa. Deveria ser dito claramente que o homossexual não será discriminado, até porque a permanência dessa expressão,

⁴⁵¹ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Ordem Social – Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias. Ata da 16ª Reunião em 25 de maio de 1987, p. 188, grifos meus.

de que ninguém será prejudicado por orientação sexual, **ela não apenas dá cobertura legal ao homossexual, mas ela vai muito mais longe, ela dá, inclusive uma cobertura constitucional, como diz a própria palavra, a qualquer tipo de orientação sexual**. Se já está colocada assim, dessa forma, é **uma porta aberta para que, constitucionalmente, sejam acobertados pessoas que tenham qualquer tipo de comportamento sexual**, e que possam manifestar, possam justificar, queiram justificar esse comportamento, exatamente dizendo que isso faz parte da sua orientação sexual. De forma que eu continuo **alertando** para esse fato. Aos Srs. Constituintes que fizeram a defesa aqui, tanto a Constituinte Benedita dz [sic] Silva como Bosco França e os demais que permaneceram calados, evidentemente concordando também com a posição. Eu quero **alertar** para esse fato que realmente nós estamos **abrindo uma porta** para que, amanhã ou depois, nós tenhamos constitucionalmente acobertados os **traficantes de qualquer tipo de comportamento sexual** e que possam justificar isso dizendo que a Constituição garante todos o direitos para aqueles que tenham qualquer tipo de orientação sexual⁴⁵².

A resposta acionada por Salatiel ilustra, mais uma vez, como a concatenação lógica de argumentos não era uma exigência na construção do raciocínio contrário ao pleito. Como se vê, sua refutação do que havia sido falado anteriormente perpassa diferentes elementos de forma bastante confusa e contraditória, cujo efeito primordial é justamente estabelecer algum nível alarmista com relação a eventuais consequências da manutenção da proteção contra discriminação por orientação sexual no texto da Constituição. Ademais, a construção consequencialista segue a mesma estrutura comum em discussões relativas à descriminalização de drogas, em especial da maconha⁴⁵³, quando pautadas em aspectos morais. A metáfora de se “abrir uma porta”, aliada à repetição reiterada do termo “alerta”, tem o papel de inscrever a aprovação da proteção contra discriminação como o ignitor de “males ainda piores”.

Antes que houvesse a exposição de outro parlamentar protestando com relação à emenda, o constituinte Salatiel viu parte de seu discurso ecoado por Sandra Cavalcanti (PFL-RJ). Segundo a deputada, a proposta do colega realmente aprimorava a redação do anteprojeto, visto que “orientação sexual é uma expressão muito ampla, e no caso muito ambígua, pois pode proteger tarados, pode proteger

⁴⁵² BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Ordem Social – Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias. Ata da 16ª Reunião em 25 de maio de 1987, p. 189, grifos meus.

⁴⁵³ SILVA, Marcos Vinícius Madalena da; CAMELO, Viviane Cristina. Mídia e Ideologia: uma Análise de Discurso sobre a maconha das revistas Veja, Superinteressante e Época. **Anais do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Belém: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2019, p. 8-9.

outros tipos de comportamento sexual, pode ir para qualquer lado que se queira”⁴⁵⁴. E prossegue, sugestionando qual seria a composição ideal do texto, a substituição do referido termo por “portador de deficiência de qualquer ordem ou de diferenças e particularidades em condições privadas ou sociais”⁴⁵⁵.

É interessante notar como a discussão se encaminhava de forma semelhante àquela ocorrida na Subcomissão 1-C. Diante da falta de plausibilidade dos argumentos religiosos, os parlamentares contrários voltavam-se a uma justificação semântica para a retirada de “orientação sexual”, o que acabou constando inclusive como razão oficial na subcomissão anterior. Desse modo, caso se buscasse uma interpretação “originalista”⁴⁵⁶ do texto da Constituição de 1988, é possível afirmar que a retirada do termo “orientação sexual” se deu, sobretudo, mediante entendimento de que a vedação geral (que no texto final figuraria como “quaisquer outras formas de discriminação”) já abarcava a tutela de pessoas LGBTI+ – ainda que pensadas à época sob o rótulo “homossexuais” – contra todos os tipos de preconceito.

Posteriormente, houve uma nova rodada impugnações, com falas de Benedita da Silva, José Carlos Sabóia e Bosco França. Em grande medida, foram repetidos os argumentos, que podem ser resumidos em duas frases de Sabóia sobre o significado da inclusão da orientação sexual no texto elaborado: “é simplesmente um reconhecimento da diversidade, da pluralidade em termo de valores. Não estamos estimulando, mas também não estamos condenando”⁴⁵⁷. Com efeito, nesta subcomissão, é possível observar que, embora Benedita da Silva tenha sido a mais eloquente em advogar pelo pleito do MHB, mais vozes se ergueram em defesa da demanda apresentada pelo Triângulo Rosa. Isso, certamente, impactaria o resultado da votação vindoura.

⁴⁵⁴ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Ordem Social – Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias. Ata da 16ª Reunião em 25 de maio de 1987, p. 189.

⁴⁵⁵ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Ordem Social – Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias. Ata da 16ª Reunião em 25 de maio de 1987, p. 189.

⁴⁵⁶ Essa modalidade de interpretação do texto constitucional pode ser definida com o método “pelo qual a intenção dos autores da Constituição e dos que a ratificaram vinculam o sentido a ser atribuído às suas cláusulas”. Ver: BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 315.

⁴⁵⁷ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Ordem Social – Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias. Ata da 16ª Reunião em 25 de maio de 1987, p. 189.

Encaminhando-se para o fim da discussão, foi a vez de o constituinte Ruy Nedel (PMDB-RS) expressar sua opinião. Segundo ele, que se declarava contrário à emenda, o problema maior era seu caráter supressivo e não substitutivo, pois “se tivesse trocado, talvez, por uma mais abrangente, ou menos abrangente, seria de discutir”, mas o texto da emenda preconizava a retirada da expressão “orientação sexual”. E, nesse caso, ele entendia não haver espaço para debate.

Essa fala foi a deixa para a última tentativa de articulação do movimento conservador. A constituinte Sandra Cavalcanti solicitou a apresentação de uma “subemenda”, vinculada àquela proposta por Salatiel Carvalho, que visava, uma vez suprimida a expressão “orientação sexual”, a inclusão dos termos acima defendidos por ela. Diante da oportunidade, Salatiel logo sugeriu a retirada de sua emenda original, para que pudesse ser votada apenas essa última proposição. No entanto, foi alertado pelo presidente Ivo Lech da impossibilidade de que assim se procedesse – “esclarece, aqui, o Secretário que há realmente um fato contraditório contundente, porque se o Sr. retirar a sua emenda, não haverá subemenda”⁴⁵⁸ – de modo que se prosseguiu como estava.

Uma das últimas manifestações antes da votação foi do relator, que havia sido provocado pelo presidente da subcomissão a apresentar sua visão diante do debate transcorrido. Sendo assim, Alceni Guerra faz menção a uma carta que lhe havia sido enviada por Afonso Arinos, indicando ser “orientação sexual” a melhor escolha para o texto constitucional, sem que assim se desse qualquer amparo a “anomalias ou taras”. Mais que isso, faz aceno, raro no ambiente constituinte, ao preconceito que reverbera nele próprio, compartilhando os sentimentos que lhe tinham provocado a presença de Mascarenhas na ANC:

Nós percebemos claramente, e percebeu este Relator, inclusive, que, **se há um preconceito arraigado na nossa alma, é o preconceito contra os homossexuais.** Eu confesso aos Srs. que **me senti extremamente constrangido durante a exposição**, e, nas minhas reflexões posteriores **flagrei-me com esse preconceito** e como eu havia afirmado que me liberaria e tentaria me liberar dos meus preconceitos, procurei, na hora de elaborar o texto, me livrar desses preconceitos que eu havia me flagrado aqui no dia da exposição e que, confesso ao Srs. e Sras, **não sabia que eu tinha.** Percebendo que estava frente a uma situação de **conflito interior**, passei a procurar em outras Subcomissões, em textos anteriores, revisando a exposição dos homossexuais aqui na Subcomissão, subsídios que me possibilitassem tomar a decisão. **Percebi que mais do que sentimentos de ordem**

⁴⁵⁸ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Ordem Social – Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias. Ata da 16ª Reunião em 25 de maio de 1987, p. 192.

ética ou moral, teriam me levado àquela situação de constrangimento sentimentos de religiosidade profundamente arraigados na alma⁴⁵⁹.

Também o relator identifica na religiosidade o obstáculo mais premente à superação da discriminação homofóbica e à garantia de direitos a gays, lésbicas e bissexuais. Isso não impediu, contudo, que essa mesma questão influenciasse em suas preocupações, as quais levavam a uma visão restritiva da cidadania no que dizia respeito a esse mesmo grupo oprimido. Conforme relata, foi se certificar, em outras subcomissões, de que “o casamento proposto naquela Subcomissão refere-se à **união indissolúvel entre o homem e a mulher**. E a questão que mais me preocupava quando eu coloquei aqui a orientação sexual. Lei **escoimar**, de qualquer texto, **a possibilidade que houvesse de um casamento homossexual**”⁴⁶⁰. Como se vê, tampouco os apoiadores da “demanda única” do MHB apresentada à Constituinte vislumbravam a possibilidade de um exercício pleno de direitos por aquele setor social. Se era cogitada uma “cidadania homossexual”, essa não era, sem dúvidas, irrestrita; ou mesmo equiparável à sua contraparte “heterossexual”. Desse modo, encerra sua fala não sem antes esclarecer que o homossexual não é “culpado” de sua condição, pois, segundo ele, a homossexualidade pode ser caracterizada com “um defeito de origem, de ordem educacional, cultural, psíquico e, às vezes, até somática”⁴⁶¹. A patologização, a construção da anormalidade, tudo isso permanecia inscrito no discurso, seja favorável ou contrário.

Pouco depois, passou-se à votação. Contabilizados os votos⁴⁶², chegava-se à primeira vitória provisória do MHB na Constituinte. A emenda havia sido

⁴⁵⁹ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Ordem Social – Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias. Ata da 16ª Reunião em 25 de maio de 1987, p. 191, grifos meus.

⁴⁶⁰ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Ordem Social – Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias. Ata da 16ª Reunião em 25 de maio de 1987, p. 191, grifos meus.

⁴⁶¹ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Ordem Social – Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias. Ata da 16ª Reunião em 25 de maio de 1987, p. 191.

⁴⁶² Nominalmente, os posicionamentos foram os seguintes: “Doreto Campanari – não, Bosco França – não, Alcení Guerra – não, Benedita da Silva – não, Jacy Scanagatta – sim, José Carlos Sabóia – não, Nelson Seixas – não, Ruy Nedel – não, Salatiel Carvalho – sim, Osmir Lima – não, com a seguinte declaração de voto: ‘o termo “orientação sexual” não pretende legalizar a união homossexual, mas, sim, evitar a discriminação, que sabemos existir, notadamente com relação ao emprego. A grande maioria das empresas, que que públicas que privadas rejeitam o cidadão ou cidadã homossexual. E é contra apenas essa discriminação que voto não ao destaque do Constituinte Salatiel Carvalho’. Sandra Cavalcanti – sim, e Ivo Lech – não”. Ver: BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Ordem Social –

rejeitada por nove votos a três. Portanto, “orientação sexual” permaneceria no texto do anteprojeto que seria enviado para a Comissão da Ordem Social.

5.2.

A Comissão da Ordem Social

A reunião de instalação da Comissão da Ordem Social ocorreu no dia primeiro de abril de 1987, na parte da tarde. Nela, votou-se a composição da mesa, sendo definidos os seguintes parlamentares e cargos: presidente – Edme Tavares (PFL-PB); primeiro vice-presidente – Hélio Costa (PMDB-MG); segundo vice-presidente – Adylson Motta (PDS-RS)⁴⁶³. O relator não foi definido naquela ocasião, pois o presidente aguardava a definição de Mário Covas acerca do nome que ocuparia a função, tendo em vista o acordo de lideranças firmado entre o PMDB e o PFL, já mencionado anteriormente. Antes do início da próxima reunião, a questão já estava resolvida entre os peemedebistas, tendo sido indicado o paraense Almir Gabriel (PMDB-PA).

Os trâmites da comissão seguiram normalmente, por um longo tempo, antes que qualquer debate sobre a orientação sexual viesse à tona. A discussão apenas vingaria na reunião de apresentação e votação de destaques ao relatório elaborado por Almir Gabriel, no dia 12 de junho de 1987. Antes disso, a única menção ao tema havia sido na entrega do anteprojeto da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, realizada pelo relator Alcení Guerra. Na ocasião, ele frisou que, apesar de polêmica, a expressão havia recebido uma votação contundente e se tratava, de acordo tanto com o movimento social quanto com o presidente da Comissão de Estudos Constitucionais, da melhor terminologia para contemplar a demanda dos homossexuais. Nesse sentido, destacou que

parece-me que a razão dela estar aqui **não é para configurar práticas, como casamento entre homossexuais**, ou para permitir uma maior liberdade de atuação para os homossexuais; ao contrário, ela está colocada, aqui, neste texto, para se qualificar o homossexual como um indivíduo absolutamente **igual aos outros, perante a lei**⁴⁶⁴.

Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias. Ata da 16ª Reunião em 25 de maio de 1987, p. 179.

⁴⁶³ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Ordem Social. Ata da 1ª Reunião (instalação) em 01 de abril de 1987.

⁴⁶⁴ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Ordem Social. Ata da 8ª Reunião em 01 de junho de 1987, p. 76.

Não obstante a defesa que faz do pleito, o parlamentar volta a enfatizar a impossibilidade de casamento entre homossexuais, o que segundo ele não seria, de modo algum, autorizado pela previsão incluída em seu anteprojeto. Não parece se incomodar com a contradição de, na mesma frase, indicar a necessidade de igualdade desses indivíduos perante a lei e, de outro lado, sustentar seu obstáculo de acesso a um direito facultado aos demais. Nessa construção, a negativa ao casamento não seria produtora de qualquer forma de desigualdade. Isso porque se produzem, desde já, os contornos de uma cidadania limitada que se pretendia garantir a gays, lésbicas e bissexuais.

Dias mais tarde, na nona reunião, o relator apresentaria seu substitutivo, unificando os anteprojeto elaborados por cada subcomissão. Nessa oportunidade, foi aprovado o projeto inicial do relator e oferecidas emendas a serem apreciadas pelo plenário da comissão. Considerando a impossibilidade regimental de encerramento antes do término da votação dos destaques, a reunião perdurou por vários dias, com sucessivas suspensões dos trabalhos. No que concerne ao tema objeto de incidência pelo Triângulo Rosa, a discussão se acirrou com a apresentação de emendas de caráter distinto. O relator havia estabelecido a redação para prever que ninguém seria prejudicado ou privilegiado em razão de diversos fatores, entre eles “identidade sexual”. A mudança do termo escolhido para abarcar a proteção de gays, lésbicas e bissexuais contra discriminação levou à oposição tanto daqueles favoráveis quanto dos contrários ao que vinha sendo advogado pelo MHB.

Com alguma previsibilidade, as propostas de destaques partiram de Salatiel Carvalho, Benedita da Silva e Luiz Salomão (PDT-RJ) – estas duas últimas com o mesmo conteúdo. A primeira a ser analisada foi a emenda de Salatiel, por ter caráter supressivo⁴⁶⁵. O constituinte seguia em sua cruzada contra os homossexuais, de modo que havia requerido a remoção do termo “identidade sexual” do anteprojeto. Lia-se o seguinte no parecer do relator que havia rejeitado a emenda:

Rejeitada. A expressão “identidade sexual” não visa a garantir “direitos específicos para os homossexuais”, como entende o autor da emenda; pelo contrário, ela apenas procura garantir, de forma ampla, a todos os brasileiros, que “ninguém será prejudicado ou privilegiado em razão” dessa circunstância, **visto se tratar de um problema de absoluto for[o] íntimo**, que não interfere no exercício da vida

⁴⁶⁵ Após questionamentos, acabou sendo entendido que se trataria de emenda modificativa e não supressiva, uma vez que se referia à exclusão de apenas uma expressão, sendo as emendas supressivas para retirada do artigo completo. De qualquer modo, essa seguiu sendo a primeira a ser votada.

comum. Os homossexuais, independentemente desse inciso, assim como todos os cidadãos, continuam ao alcance da lei e da justiça, sem prejuízo ou privilégio por suas características e particularidades, pessoais ou sociais⁴⁶⁶.

Almir Gabriel, apesar de rejeitar o pedido formulado, faz uma leitura da homossexualidade já questionada nas análises anteriores. Não somente a condição é tratada como um “problema”, mas também a pretensa tutela se assenta apenas na esfera privada, limitando-se a questões de “foro íntimo”. Desse modo, segue sem muito suporte na Constituinte uma perspectiva de liberdade sexual, garantindo também, ainda que não se limitando a isso, a demonstração pública de afeto entre pessoas do mesmo sexo sem que haja a ignição de qualquer forma de violência. Uma vez que lhe foi concedida a palavra, Salatiel defendeu sua proposição da seguinte maneira:

O SR. CONSTITUINTE SALATIEL CARVALHO: – Sr. Presidente, Srs. Constituinte, gostaria de fazer uma pequena retrospectiva, antes de entrar, realmente, no mérito da defesa da proposição que fiz. A redação anterior desse inciso, incluía, em seu conteúdo a expressão “orientação sexual”, e apenas para me deter um pouco mais na expressão, “orientação sexual”, pegando também o espírito da essência do inciso que diz: “ninguém, será prejudicado e nem privilegiado por orientação sexual”. Houve então a modificação. O Sr. Relator, ao invés de “orientação sexual”, colocou “identidade sexual”. Orientação sexual, segundo a defesa que foi feita pelos grupos homossexuais que solicitaram a inclusão desse termo, nesse substitutivo, na defesa, **eles dizem exatamente que o termo “orientação sexual” definia, no conjunto, heterossexualidade, homossexualidade e bissexualidade.** Está na própria defesa dos grupos homossexuais que fizeram essa proposta. Sr. Presidente quero, inclusive, aproveitar para elogiar o avanço social deste trabalho feito pelo ilustre Senador Almir Gabriel. **Concordo plenamente no avanço social, mas acho que precisamos ter muito cuidado no avanço em termos morais.** Não é apenas uma constatação minha, mesmo sem encomendar, mas até muito oportunamente, há pouco mais de duas semanas, uma pesquisa feita no Rio de Janeiro e em São Paulo, publicada no Jornal do Brasil, do último dia 31 de maio, temos como resultado dessa pesquisa, os seguintes dados: **20,8% da população do Rio e São Paulo são favoráveis aos movimentos homossexuais e 70,1% da população do Rio e São Paulo são contra esses movimentos homossexuais.** Evidentemente que **como pessoa humana, a própria Constituição fornece garantias de cidadania aos homossexuais.** O que achamos seja um avanço moral, inclusive comprometedor, é exatamente que a Constituição, de forma explícita, como está colocado aqui, porque no mesmo parágrafo diz que ninguém será prejudicado por orientação ou por identidade – que nós entendemos que seja a mesma coisa. Acho que é até mais grave, porque a partir do momento em que se coloca a identidade sexual, **o que a Constituição está fazendo é reconhecer o terceiro sexo,** e a própria defesa dos grupos homossexuais, dizia que sexo só existem dois, inclusive configuração em outros dispositivos, neste próprio trabalho, principalmente no art. 76, quando diz: “todos, homens e mulheres, terão direitos iguais perante a lei”. Torna, inclusive,

⁴⁶⁶ Disponível em: <https://www6g.senado.gov.br/apem/data/data/EMEN-G/22107.html>. Acesso em: 22 abr. 2021.

contraditório esse texto. Porque, **ao reconhecer essa questão da identidade sexual, nós estamos realmente reconhecendo o terceiro sexo**. Um outro aspecto dessa questão é que sexualidade, essa questão da liberdade sexual é uma questão de foro íntimo, Sr. Presidente. De forma que não é cabível que a Constituição venha realmente dar essa garantia constitucional, que pode, inclusive, **ser o passo inicial, uma porta aberta**, e tenho aqui – não é apenas uma colocação pessoal – inclusive, a expressão de um autor, americano, fundamentos de sociologia, quando diz que **o homossexualismo é um desvio mais complicado do que a prostituição**. Sr. Presidente, a nossa Constituição tem que ser clara, e também **tem que dar cobertura, garantia e proteção à família, à moral e aos bons costumes**, mas é um avanço perigoso e, como demonstrou a pesquisa, **não é esse o desejo da sociedade brasileira**. Acho que, afinal de contas, também, a nossa Constituição tem que refletir, pelo menos, o pensamento da média da sociedade brasileira, e vimos aqui que é **majoritariamente contra a legalização do homossexualismo e de outros desvios quaisquer**. A partir do momento que classificamos homossexualismo ou qualquer outra forma de atividade sexual, como desvio, acho que é temerário a Constituição dar coberturas, garantias a qualquer forma, a qualquer tipo de desvio. Estaremos, inclusive, abrindo precedentes, para que esta Constituição venha ser contraditória. Era essa a minha colocação⁴⁶⁷.

O discurso do parlamentar certamente ignora a função contramajoritária que existe, por óbvio, no estabelecimento de normas para a proteção de “minorias” contra a discriminação. Desse modo, não é de grande relevo para a discussão a menção a pesquisa segundo a qual a “maioria” das pessoas seria “contra esses movimentos homossexuais”. Igualmente, o constituinte utiliza a mesma pesquisa na ilação de que “esse não é o desejo da sociedade brasileira”, pois se vê que ela é “majoritariamente contra a legalização do homossexualismo e de outros desvios quaisquer”. A sociedade brasileira é contra. Toda ela. Essa é a conclusão de Salatiel, a partir dos resultados de um levantamento realizado *apenas nas cidades* do Rio de Janeiro e de São Paulo. Há dois modos de se interpretar a questão: ou ele considera relevante, do ponto de vista social, apenas aqueles cidadãos que vivem nas cidades mencionadas, sem esquecer que ele próprio era deputado eleito pelo estado de Pernambuco; ou não há qualquer substrato em sua fala que permita avaliar qual seria a opinião de toda a população brasileira. Seja como for, é evidente que tal argumento não se sustenta, a não ser para justificar sua preocupação relativa à devassidão moral e à necessidade de proteção “à família, à moral e aos bons costumes”. Ademais, novamente é adicionado um elemento de caráter mais “técnico” em meio ao discurso de ódio. Segundo ele, “como pessoa humana, a própria Constituição fornece garantias de cidadania aos homossexuais”. Conforme

⁴⁶⁷ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Ordem Social. Ata da 9ª Reunião em 12 de junho de 1987, p. 106, grifos meus.

destacado anteriormente, isso oferece subsídio para a compreensão discursiva de que, mesmo ausente a “orientação sexual” do texto da Constituição, preserva-se o direito desse grupo – os homossexuais – à igualdade e à proteção contra discriminação.

Outro elemento central no discurso destacado acima é a preocupação com o reconhecimento de um “terceiro sexo”. Embora o próprio parlamentar tenha repetido a explicação de Mascarenhas sobre a orientação sexual, indicando abarcar a homo, hétero e bissexualidade; sua fala segue para alarmar que a convivência com a passagem mencionada permitiria a legalização do “terceiro sexo” no país. Esse tratamento da homossexualidade enquanto sexo ou gênero apareceu em praticamente todos os espaços em que a questão foi debatida na ANC. Aqui mesmo, já destaquei, mais de uma vez, discursos nesse sentido. Ainda que seja tentador, como fiz em alguns momentos, compreender isso somente enquanto marca da falta de conhecimento acerca de questões sobre gênero e sexualidade – o que sem dúvida contribuiu em grande medida –, há um outro aspecto a ser examinado. Para além do estabelecimento compulsório do desejo a partir da construção do gênero, Judith Butler chama atenção para estratégias conservadoras acerca da questão ao analisar a atuação do Vaticano em sua cruzada antigênero, sobretudo no papel ocupado pela entidade nas articulações em torno da IV Conferência Mundial das Mulheres de Pequim, ocorrida em 1995⁴⁶⁸. Conforme aponta, naquela ocasião, o Vaticano mobilizou sua oposição ao termo “gênero” sob o argumento de se trata de um “código para a homossexualidade”. Essa perspectiva engloba, também, a possibilidade de a própria homossexualidade ser entendida enquanto um gênero em si, como muitas vezes se viu na ANC. Desse modo, o medo dos grupos religiosos que coordenavam a oposição era, justamente, que a homossexualidade desencadeasse alguma forma de “proliferação de gêneros”⁴⁶⁹. Sobre esse aspecto, Butler destaca:

A visão da homossexualidade como proliferando gênero parece estar baseada nas noções de que os homossexuais de algum modo se afastaram de seu sexo, que, ao se tornarem homossexuais, deixaram de ser homens ou mulheres, e que o gênero como o conhecemos é radicalmente incompatível com a homossexualidade; de

⁴⁶⁸ Para uma recuperação crítica desses eventos ver: CORRÊA, Sonia. A “política do gênero”: um comentário genealógico. *Cadernos pagu*, v. 53, e185301, 2018.

⁴⁶⁹ BUTLER, Judith. *Undoing gender*. London and New York: Routledge, 2004, p. 181-184.

fato, é tão incompatível que a homossexualidade deve se tornar seu próprio gênero, deslocando assim completamente a oposição binária entre masculino e feminino.⁴⁷⁰

Essa percepção, que alimenta as reações conservadoras, culmina na contestação semântica de termos associados aos campos do gênero e da sexualidade. Sendo assim, expressões como orientação sexual “são contestadas em público precisamente sobre a questão de o que irão significar”⁴⁷¹. A preocupação evidente dos “males” que o termo resguarda se assenta na perturbação advinda do rompimento que a homossexualidade produz com relação à possível estabilidade de noções de sexo e gênero. Algo que está aparente em todos os discursos analisados até o momento.

Finalmente, quando se chegou ao momento de votação, a proposta foi derrotada. Apenas três haviam sido favoráveis, enquanto 58 votaram pela rejeição da modificação sugerida por Salatiel Carvalho⁴⁷². Seguindo nos eventos daquele dia, a outra emenda relevante, como dito, seria defendida por Benedita da Silva. Além dessa, havia, ainda, emenda apresentada pelo constituinte Carlos Sant’anna (PMDB-BA) e por Luiz Salomão. No entanto, suas propostas acabariam parcialmente prejudicadas pela discussão do destaque da parlamentar do PT. Desta vez, a defesa que Benedita fez foi breve:

A SRA. CONSTITUINTE BENEDITA DA SILVA: – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Constituintes, Benedita da Silva, 1 metro e 78 centímetros, negra, heterossexual, isto eu entendo como identidade. Na medida em que **estamos**

⁴⁷⁰ BUTLER, Judith. **Undoing gender**. London and New York: Routledge, 2004, p. 183, tradução minha. No original: “The view of homosexuality as proliferating gender seems to be based on the notions that homosexuals have in some sense departed from their sex, that in becoming homosexuals, they cease to be men or women, and that gender as we know it is radically incompatible with homosexuality; indeed, it is so incompatible that homosexuality must become its own gender, thus displacing the binary opposition between masculine and feminine altogether”.

⁴⁷¹ BUTLER, Judith. **Undoing gender**. London and New York: Routledge, 2004, p. 184, tradução minha. No original: “contested publicly precisely on the question of what they will mean”.

⁴⁷² Nominalmente, o resultado foi o seguinte: “Respondem à chamada e votam “SIM” os Srs. Constituintes: **Titulares** – João da Matta, Levy Dias, Salatiel Carvalho. Respondem à chamada e votam “NÃO” os Srs. Constituintes: **Titulares** – Adilson Motta, Almir Gabriel, Augusto de Carvalho, Benedita da Silva, Borges da Silveira, Bosco França, Carlos Cotta, Carlos Mosconi, Célio de Castro, Dionísio Dal Prá, Domingos Leonelli, Doreto Campanari, Edme Tavares, Edmilson Valentim, Eduardo Jorge, Eduardo Moreira, Fábio Feldmann, Floriceno Paixão, Francisco Coelho, Gandi Jamil, Geraldo Alckmin, Geraldo Campos, Hélio Costa, Ivo Lech, Jacy Scanagatta, Joaquim Sucena, José Carlos Sabóia, José Elias Murad, Juarez Antunes, Júlio Campos, Lourival Baptista, Mansueto de Lavor, Maria de Lourdes Abadia, Mário Lima, Mattos Leão, Mauro Sampaio, Max Rosemman Mendes Botelho Nelson Seixas Osmar Leitão Osvaldo Bender Paulo Paim Raimundo Rezende Renan Calheiros, Roberto Balestra, Ronaldo Aragão, Ronan Tito, Stélio Dias, Teotônio Vilela Filho, Vasco Alves, Wilma Maia; **Suplentes** – Abigail Feitosa, Carlos Sant’Anna, Francisco Carneiro, Mendes Thame, Odacir Soares, Osmir Lima, Raimundo Bezerra”. Ver: BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Ordem Social. Ata da 9ª Reunião em 12 de junho de 1987, p. 108.

garantindo direitos de exercer plenamente a cidadania, compreendemos que existe uma discriminação com relação a um determinado cidadão ou cidadã, no que diz respeito a sua educação, ao seu trabalho, a sua participação, enfim, pelo simples fato de que se nós definirmos, a nível da sociedade brasileira, os heterossexuais, estaríamos determinando, na questão do foro íntimo, o quê? A sexualidade mais aprazível à nossa vontade e determinamos, também, que diante desta sexualidade, teríamos plenos poderes para decidirmos; a nível do direito a garantia deste que considero cidadão ou cidadã. Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, quero aqui pedir a modificação de “identidade sexual” para “orientação sexual”, porque temos conhecimento de que **o preconceito leva a que marginalizemos, num determinado momento, segmentos desta sociedade que não tem vez, nem voz, nem representação**. Sexo, eu entendo ser, masculino e feminino. Estes são os que determinam – pela configuração do aparelho reprodutor, interno ou externo, colocado na minha justificativa – ao nascer, se homem ou mulher. O comportamento sexual é exatamente o que caracteriza, exterioriza este ato. Identidade sexual é a forma pela qual se vê, se sente, reage, com relação a outrem. Compreendo perfeitamente a dificuldade que teremos à medida em que **certos temas têm-se configurado para nós, Constituintes, como malditos, e nos têm impedido de fazer justiça social a determinados grupos e segmentos**, no sentido de **garantir que a sexualidade é foro íntimo e não queremos, de maneira alguma, estatizar a relação entre homens ou mulheres, o que queremos é apenas garantir dentro deste direito, a questão de orientação sexual, como a expressão civilizada na garantia**; na linguagem das ciências sociais, como direito positivo de vários países que nós compreendemos e engloba-se, a heterossexualidade, a homossexualidade e a bissexualidade. Consideramos que não trará, para nenhum desses, prejuízos ou privilégios, mas simplesmente o direito de exercer plenamente a sua cidadania. Por isto sou inteiramente favorável a que permaneça a “orientação sexual”; substituindo “identidade sexual”, portanto, favorável ao texto do Relator. Espero, na compreensão dos heterossexuais, que possamos perceber que a Constituição não deverá estabelecer normas de comportamento para nenhum de nós e que nossa privacidade não seja invadida, mas que possamos garantir **o livre direito de cada um; não ser discriminado pela sua prática sexual**⁴⁷³.

Além de demonstrar, mais uma vez, sua maior afinidade com a pauta mobilizada, quando comparada aos demais; o discurso da parlamentar chama atenção para o déficit representativo: trata-se de um segmento social que “não tem vez, nem voz, nem representação”. Conforme já salientado, não havia nenhuma pessoa LGBTI+, ao menos que publicizasse sua identidade, na ANC. As demandas do grupo tiveram de ser levadas, de forma limitada, por João Antônio Mascarenhas, que contou, no total, com pouco menos de uma hora para suas exposições; e que não tinha, diferentemente da totalidade de parlamentares heterossexuais, poder de voto. Com efeito, até muito recentemente, apenas dois homens abertamente gays haviam sido eleitos para o Congresso Nacional em toda a história, para cumprir mandatos de deputados federais – Jean Wyllys e Clodovil Hernandes –, sendo que

⁴⁷³ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Ordem Social. Ata da 9ª Reunião em 12 de junho de 1987, p. 106-107.

um deles nem mesmo se engajava com as pautas do movimento social organizado⁴⁷⁴. Nenhuma pessoa bissexual, trans, lésbica, intersexo ou que incorporasse outras identidades mais fluídas. E o cenário atual, em Brasília, não é muito melhor que esse, embora em 2018 o estado do Espírito Santo tenha elegido, pela primeira vez, um candidato assumidamente gay para ocupar o cargo de Senador da República – Fabiano Contarato⁴⁷⁵. Essa configuração propicia aquilo que Ochy Curiel caracterizou por meio de uma “antropologia da dominação”. As discussões travadas nos espaços de deliberação se deram exclusivamente entre pessoas heterossexuais e cisgêneras, de modo que quaisquer questões atinentes à população LGBTI+ foram vistas pela ótica do “outro”, situando esse grupo social como excluído, sendo constituído “a partir de lugares de poder e dominação”⁴⁷⁶. Nesse sentido, a ausência de representação tem consequência direta não somente no resultado das deliberações, mas na definição de quais discursos serão mobilizados e como determinadas pautas serão tratadas.

Após a discussão, uma vez votada a emenda oferecida por Benedita, consolidava-se a vitória que o MHB havia obtido na Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias. Com um placar de 33 a 25 votos⁴⁷⁷, os constituintes deliberaram para substituir o termo “identidade sexual” por “orientação sexual”, a alternativa preconizada pela articulação do Triângulo

⁴⁷⁴ CORRALES, Javier. **LGBT rights and representation in Latin America and the Caribbean: the influence of structure, movements, institutions, and culture**. University of North Carolina: LGBT Representation and Rights Initiative, 2015.

⁴⁷⁵ Além disso, a escalada de ameaças contra Jean Wyllys levaria ao deputado recém reeleito a renunciar ao mandato, sendo substituído por David Miranda, também publicamente gay.

⁴⁷⁶ CURIEL, Ochy. **La nación heterosexual: análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación**. Bogotá: Impresol Ediciones, 2013.

⁴⁷⁷ Nominalmente, apurou-se a seguinte votação: “Respondem à chamada e votam “Sim” os Srs. Constituintes: **Titulares** – Augusto Carvalho, Benedita da Silva, Bosco França, Carlos Mosconi, Célio de Castro, Doreto Campanari, Edmilson Valentim, Eduardo Jorge, Fábio Feldmann, Floriceno Paixão, Francisco Coelho, Francisco Küster, Gandi Jamil, Geraldo Campos, Hélio Costa, Ivo Lech, Jacy Scanagatta, João da Matta, José Carlos Sabóia, Juarez Antunes, Júlio Campos, Júlio Costamilan, Mansueto de Lavor, Maria de Lourdes Abadia, Mendes Botelho, Nelson Seixas, Paulo Paim, Renan Calheiros, Ronan Tito, Teotônio Vilela Filho, Vasco Alves; **Suplentes** – Carlos Sant’Anna, Mendes Thame. Respondem à chamada e votam “Não” os Srs. Constituintes: **Titulares** – Adylson Motta, Almir Gabriel, Borges da Silveira, Carlos Cotta, Dionísio Dal-Prá, Edme Tavares, Eduardo Moreira, Joaquim Sucena, Jorge Uequed, José Elias Murad, Mário Lima, Mattos Leão, Mauro Sampaio, Max Rosemann, Osmar Leitão, Osvaldo Bender, Raimundo Rezende, Roberto Balestra, Ronaldo Aragão, Stélio Dias, Wilma Maia; **Suplentes** – Abigail Feitosa, Francisco Carneiro, Odacir Soares, Raimundo Bezerra. Abstêm-se de votar os Srs. Constituintes: **Titulares** – Geraldo Alckmin, Levy Dias, Salatiel Carvalho”. Ver: BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Ordem Social. Ata da 9ª Reunião em 12 de junho de 1987, p. 109.

Rosa. Daí em diante, a previsão teria que se sustentar em face de possíveis ataques nas comissões de sistematização e de redação, bem como no plenário da ANC.

O fim do homossexualismo no Brasil: a (des)constituição cidadã

Eu nunca tinha me dado conta de um sentimento assim em mim, e aquilo me assustou. Vi a mim mesmo, com nitidez, como um andarilho, um aventureiro, a zanzar pelo mundo, sem âncora. Olhei para o rosto de Giovanni, o que não me ajudou nem um pouco. Ele fazia parte daquela cidade estranha, que não era minha. Comecei a entender que, embora o que estava acontecendo comigo não fosse tão estranho quanto eu gostaria de acreditar, assim mesmo era estranho a ponto de ser inacreditável. Na verdade, não era tão estranho, não era algo sem precedentes, ainda que vozes nas profundezas do meu eu gritassem: Vergonha! Vergonha! Eu, me envolvendo tão de repente, de modo tão terrível, com um rapaz; o que era estranho nisso não passava de um minúsculo aspecto do terrível emaranhado de relações humanas que se dá em toda parte, o tempo todo, para sempre.

James Baldwin – *O Quarto de Giovanni*

Os quatro espaços na ANC em que a discussão foi mais profícua foram analisados nos dois capítulos anteriores. Foi neles, sem dúvidas, onde se pormenorizam os argumentos favoráveis e contrários a que a futura Constituição estabelecesse uma proteção contra discriminação com base em orientação sexual de forma expressa. A definição final, contudo, não saiu de lá. Fosse assim, haveria hoje no texto da chamada “Constituição Cidadã” a inscrição ampliada dessa noção de cidadania, reconhecendo que ninguém poderia ser prejudicado seja por “orientação sexual”, seja por “comportamento sexual”. Os foros decisivos para o desfecho da questão foram a Comissão de Sistematização, responsável por harmonizar os anteprojetos elaborados por cada uma das comissões temáticas, e o plenário da ANC. Além disso, a amostragem delimitada a partir das palavras-chave de pesquisa indicou que houve alguma breve menção de temas correlatos em três outros lugares, ainda que não tivesse havido um debate muito engajado com relação a isso: a Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos (4-A); a Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes (8-A); a Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação (8-B); a Subcomissão da Família, do Menos e do Idoso (8-C); a Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e

Tecnologia e da Comunicação (8); e a Comissão de Redação (10). Neste penúltimo capítulo, exponho brevemente os principais destaques do ocorrido nesses espaços, para depois focar nos debates do Plenário e da Comissão de Sistematização. O principal intuito deste capítulo é não deixar a história contada incompleta. Desse modo, considerando que a maior parte dos elementos que parecem aqui já foram analisados anteriormente, dá-se um enfoque mais descritivo e menos analítico.

6.1.

A discussão que ainda resta

Na Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos, a menção foi completamente isolada. O deputado Roberto Freire (PCB-PE) sopesava a dificuldade de definir a “moralidade” como um dos parâmetros para aferir a elegibilidade. Nesse contexto, exemplificou com a inserção feita pelo constituinte Alcenir Guerra (PFL-PR) – relator da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias – do termo “orientação sexual”, o qual, segundo ele, também seria uma questão moral. Desse modo, achava preocupante o critério moral, pois isso poderia levar a que inúmeras formas de preconceito tornassem um cidadão inelegível⁴⁷⁸.

A aparição da temática na Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes foi igualmente situada de maneira dispersa. De um lado, Geraldo Bentes – Presidente do Sindicato dos Empregados das Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional de Brasília – enfatizou a pouca abertura democrática da subcomissão, não havendo sido convidados diversos movimentos organizados, dentre eles o dos homossexuais⁴⁷⁹. Em contraste, o constituinte Tadeu França (PMDB-PR) encaixou, em um debate sobre censura e regulamentação de meios de comunicação, a seguinte colocação: “Jamais gostaríamos que um filho nosso fosse gay. Mas todos os pais têm a preocupação, em função de um dos quadros, a liberação total, a sugestões, ao universo que aí está colocado, praticamente estimulando comportamentos”. Arrematou, ainda, que a

⁴⁷⁸ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições – Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos. Ata da 13ª Reunião em 25 de maio de 1987, p. 181-182.

⁴⁷⁹ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação – Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes. Ata da 19ª Reunião em 05 de maio de 1987, p. 306.

ameaça à família se impunha por meio da “institucionalização da licenciosidade” que se espalhava pela sociedade brasileira⁴⁸⁰.

Avançando no relato, se na Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação as menções foram extremamente remotas, incluído o termo “homossexual” apenas na listagem de uma infinidade de outros grupos que defendiam determinados interesses⁴⁸¹; na Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, a sexualidade voltou a ser tematizada de forma mais expressiva, embora pouco tenha se tratado da homossexualidade. Dentre toda a discussão, dois momentos se sobressaem. O primeiro deles, a fala de Dermival da Silva Brandão, representante da CNBB. Em suas considerações sobre o “planejamento natural da família”, afirmou que a instituição familiar e a “união entre o homem e a mulher” tinham como objetivo primordial a procriação. Para ele, que se mostrou contrário à utilização de qualquer forma de contraceptivo, o ato sexual não poderia ser compreendido como uma forma de prazer, o que violaria leis divinas que “uma vez violadas, se voltam contra o próprio homem. Temos aí a AIDS como prova disto”. Estabeleceu, ainda, conexão entre o advento de métodos de concepção e a expansão no “campo das drogas e dos desvios sexuais – homossexualismo etc.”⁴⁸². A outra passagem de relevo se deu no contexto de discussão do artigo referente à união estável. A colocação do presidente da subcomissão, Nelson Aguiar (PMDB-ES), é confusa, mas permite que seja interpretada como um aceno à possibilidade de reconhecimento perante o Estado de uniões entre pessoas do mesmo sexo, embora essa questão não tenha sido retomada posteriormente de forma específica:

O Estado tem que proteger todo cidadão, porque nessa forma nós não estamos reconhecendo do ponto de vista legal, para efeitos de proteção do Estado. [...] Os rapazes vieram falar comigo. **Dois gays resolvem viver em sociedade – eles querem que o Estado reconheça o direito à proteção familiar.** Então esta redação ficaria: para efeito de proteção do Estado é reconhecida a união estável entre o homem, a mulher e seus dependentes como entidade familiar. Seus dependentes como entidade familiar. [...] Então, depois de conversarmos aqui, propusemos a seguinte redação: "Entende-se por entidade familiar, para efeito de

⁴⁸⁰ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação – Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes. Ata da 19ª Reunião em 05 de maio de 1987, p. 263.

⁴⁸¹ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação – Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Ata da 10ª Reunião em 30 de abril de 1987, p. 103-106.

⁴⁸² BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação – Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso. Ata da 6ª Reunião em 23 de abril de 1987, p. 49-50.

proteção do Estado, a união estável entre homem, mulher e seus dependentes". Porque, na verdade, **a proposta deles compreenderia os chamados grupos biológicos e sociais**⁴⁸³.

O tema não voltaria a ser objeto de discussão nesse foro. No entanto, uma discordância semelhante se instauraria na Comissão de Redação⁴⁸⁴. A partir de emenda proposta pelo constituinte Roberto Augusto (PTB-RJ), a questão voltou à tona. Conforme defesa da emenda feita pelo parlamentar Gastone Righi (PTB-SP), percebia-se a disseminação de “comentários jocosos” diante da possibilidade de que a união estável pudesse ser celebrada entre pessoas do mesmo sexo. Disse ainda que o autor da proposta, um bispo, “teve a preocupação de deixar bem definido” esse impedimento para se evitar “toda e qualquer malévola interpretação deste austero texto constitucional”. E, antes de se encerrar a questão, a fala foi entrecortada por Gerson Peres (PDS-PA), que declarou: “a Inglaterra já casa homem com homem há muito tempo⁴⁸⁵”⁴⁸⁶. Neste ponto, destaco que trago essa discussão apenas enquanto ilustração de como parcela dos constituintes tratavam a expansão da “cidadania homossexual”, uma vez que não é possível considerar que o tema foi debatido de modo amplo e exaustivo para cravar o intuito de excluir outras possibilidades de união com a inscrição da referida norma, uma vez que a Constituição não estabelece vedação explícita ao casamento ou à união estável entre pessoas do mesmo gênero⁴⁸⁷.

O último elemento de menção dispersa ao objeto central desta pesquisa ocorreu na Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Novamente sem muita motivação do contexto, foi

⁴⁸³ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação – Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso. Ata da 16ª Reunião em 08 de maio de 1987, p. 249-250.

⁴⁸⁴ Instalada em 22 de abril de 1988, a Comissão tinha por objetivo uniformizar o texto da futura constituição retirando redundâncias, “falhas de linguagem”, entre outros. Desse modo, não tinha competência para realizar alteração em relação ao mérito dos temas aprovados em plenário. Ver: BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão de Redação. Ata da Reunião Instalação em 20 de abril de 1988.

⁴⁸⁵ A afirmação feita pelo parlamentar não está correta, uma vez que o instituto do casamento somente foi alcançado por casais do mesmo sexo em 2014 no país mencionado. Ver: ILGA, World; MENDOS, Lucas Ramon; BOTH, Kellyn; LELIS, Rafael Carrano; PEÑA, Enrique López de la; SAVELEV, Ilia; TAN, Daron. **State-Sponsored Homophobia 2020: Global Legislation Overview Update**. Geneva: ILGA, December 2020, p. 287.

⁴⁸⁶ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão de Redação. Ata da 8ª Reunião em 20 de setembro de 1988, p. 209.

⁴⁸⁷ Ainda que o artigo 226, sobre a união estável, mencione explicitamente “homem e mulher”, não faz uma vedação sobre outras formas de uniões.

o constituinte João de Deus que se manifestou. Buscando angariar legitimidade à sua fala, frisou que criava seus filhos “da melhor maneira possível, à luz das Escrituras Sagradas”. Sua preocupação, e justificativa para esse modelo de criação, era que eles não viessem a “ser elementos desclassificados, pervertidos moralmente”, sobretudo para que não se tornem “autoridades desmoralizadas; como temos hoje, nos Estados Unidos, um prefeito homossexual, como tivemos no Brasil há pouco tempo, um candidato homossexual assumindo e se lançando à Prefeitura de um grande Estado brasileiro”⁴⁸⁸. O discurso deixa evidente o tratamento dado à homossexualidade, que mistura ódio, medo e repulsa.

6.2.

A Comissão de Sistematização

A instalação da Comissão de Sistematização se deu no final da tarde do dia nove de abril de 1987. Esse talvez fosse um dos foros mais importantes, do ponto de vista de influência política e posicionamento institucional, de toda a ANC. Era a última trincheira de assentamento do texto constitucional antes dos debates em plenário. Dessa vez, como salienta Adriano Pilatti, o cumprimento do acordo de lideranças costurado por Mário Covas não se sustentou por completo⁴⁸⁹. A votação para a composição da mesa foi realizada, revelado o seguinte resultado: presidente – Afonso Arinos (PFL-RJ); primeiro vice-presidente – Aluizio Campos (PMDB-PB); segundo vice-presidente – Brandão Monteiro (PDT-RJ). Para relatar os trabalhos, foi indicado por Afonso Arinos o constituinte Bernardo Cabral (PMDB-AM), conforme já esperado⁴⁹⁰. Havia postulado a relatoria da comissão Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) e Pimenta da Veiga (PMDB-MG), restando derrotados em definição traçada pela bancada majoritária previamente⁴⁹¹. Neste momento quase final, a sorte parecia jogar a favor do MHB. Mascarenhas chama atenção para o fato de os dois parlamentares que “mais batalharam a favor de nossa

⁴⁸⁸ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Ata da 5ª Reunião em 28 de maio de 1987, p. 46.

⁴⁸⁹ PILATTI, Adriano. **A constituinte de 1987-1988: progressistas, conservadores, ordem econômica e regras do jogo**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016, p. 73.

⁴⁹⁰ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão de Sistematização. Ata da Reunião de Instalação em 09 de abril de 1987, p. 1.

⁴⁹¹ PILATTI, Adriano. **A constituinte de 1987-1988: progressistas, conservadores, ordem econômica e regras do jogo**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016, p. 73-74.

reivindicação” na comissão estarem ali por um acaso, eis que eram ambos suplentes e preenchiam as ausências dos titulares. Eram eles: José Genoíno (PT-SP) – no lugar de Luiz Inácio Lula da Silva (PT-SP) – e Luiz Salomão (PDT-RJ) – em substituição ao deputado José Maurício (PDT-RJ)⁴⁹².

O processo nesta comissão foi turbulento. Foram diversas as versões de projeto apresentadas e reapresentadas até que fosse possível avançar com o texto para o plenário. O primeiro anteprojeto foi finalizado pelo relator em junho de 1987, com 501 artigos, e apresentado aos colegas no dia 26 do mesmo mês. Segundo relato de Pilatti, houve uma chuva de críticas ao texto, que culminou que a designação da alcunha de “Frankenstein”⁴⁹³. Nessa primeira versão, havia sido incorporada a terminologia vencedora na Comissão de Direitos e Garantias Individuais, ao menos no que diz respeito ao pleito do MHB. Assim, o artigo 13 afirmava:

Art. 13 - São direitos e liberdades individuais invioláveis: [...] III - A CIDADANIA [...] f) ressalvada a compensação para igualar as oportunidades de acesso aos valores da vida e para reparar injustiças produzidas por discriminações não evitadas, ninguém será privilegiado ou prejudicado em razão de nascimento, etnia, raça, cor, idade, sexo, **comportamento sexual**, estado civil, natureza do trabalho, religião, convicções políticas ou filosóficas, deficiência física ou mental, ou qualquer outra condição social ou individual⁴⁹⁴.

Após uma enxurrada de emendas, Bernardo Cabral apresentou novo relatório para apreciação dos parlamentares, contando com 496 artigos no total, em nove de julho de 1987. O novo anteprojeto não obteve melhor recepção, agora apelidado de “Bebê de Rosemary”⁴⁹⁵. A vedação contra discriminações passava a figurar no artigo 12, mantido seu posicionamento no inciso III, referente à cidadania, alínea “f”. Contudo, um elemento crucial havia sido alterado. O texto não mais trazia a expressão “comportamento sexual” e sim “orientação sexual”. O relator havia acolhido as emendas nesse sentido, oferecidas por Virgílio Guimarães (PT-MG) e Benedita da Silva (PT-RJ); e considerado prejudicadas aquelas que pediam a eliminação do termo “comportamento sexual”, apresentadas por Ervin

⁴⁹² Dados obtidos a partir de pesquisa no acervo do Fundo João Antônio Mascarenhas do AEL.

⁴⁹³ PILATTI, Adriano. **A constituinte de 1987-1988**: progressistas, conservadores, ordem econômica e regras do jogo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016, p. 151.

⁴⁹⁴ Texto disponível em: <https://www6g.senado.gov.br/apem/data/data/ANTE/23769.html>. Acesso em: 27 abr. 2021, grifos meus.

⁴⁹⁵ PILATTI, Adriano. **A constituinte de 1987-1988**: progressistas, conservadores, ordem econômica e regras do jogo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016, p. 153.

Bonkoski (PMDB-PR), Nyder Barbosa (PMDB-ES), Farabulini Júnior (PTB-SP), Eliel Rodrigues (PMDB-PA), Costa Ferreira (PFL-MA), José Maria Eymael (PDC-SP). Apesar das críticas e com atropelos ao regimento, o anteprojeto foi aprovado pela comissão em 11 de julho e encaminhado ao presidente da ANC em 14 de julho de 1987. A partir daí, os ânimos se acirravam e as discussões paralelas aos foros oficiais de discussão se proliferavam⁴⁹⁶.

Dando prosseguimento aos trabalhos, o relator apresentou o primeiro substitutivo ao anteprojeto, informalmente denominado “Cabral 1”, em 26 de agosto de 1987⁴⁹⁷. Com um total de 374 artigos, incluídas as disposições transitórias, era agora o artigo quarto que tratava da proteção contra discriminação, aproximando-se da redação do atual artigo terceiro da Constituição. Não se via qualquer referência à demanda do MHB no texto que lia: “Art. 4º - São tarefas fundamentais do Estado: [...] III - promover a superação dos preconceitos de raça, sexo, cor, idade e de todas as outras formas de discriminação”. Dessa vez, quem havia sido exitoso no acolhimento das emendas eram os opositores da demanda. Os destaques vitoriosos tinham sido oferecidos por constituintes cujos nomes, a esta altura, já são familiares: Eliel Rodrigues (PMDB-PA), Salatiel Carvalho (PFL-PE) e Antônio de Jesus (PMDB-GO). Em seu parecer de acolhimento das emendas, Bernardo Cabral justificou que a não discriminação já estava abarcada pelo princípio da isonomia e que especificações deveriam ser evitadas para se “afastar do polêmico”⁴⁹⁸. Essa, mais uma evidência reforçando a tese de que a Constituição de 1988 abarca a proteção contra discriminação com base em orientação sexual, não obstante a ausência de provisão expressa que referencie tal expressão.

Como se viu, o resultado foi a exclusão do termo da nova versão do texto, em virtude do acolhimento das emendas, apesar do fato curioso de constar como rejeitada emenda de mesmo propósito supressivo oferecida Daso Coimbra (PMDB-RJ), sob a seguinte justificativa: “não obstante os elevados propósitos do ilustre Constituinte, o conteúdo da presente emenda não se ajusta a nosso ver ao

⁴⁹⁶ PILATTI, Adriano. **A constituinte de 1987-1988: progressistas, conservadores, ordem econômica e regras do jogo**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016, p. 155-159.

⁴⁹⁷ PILATTI, Adriano. **A constituinte de 1987-1988: progressistas, conservadores, ordem econômica e regras do jogo**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016, p. 161.

⁴⁹⁸ Texto do parecer disponível em: <https://www6g.senado.gov.br/apem/data/data/EMEN-M/45282.html>. Acesso em: 23 abr. 2021.

fundamento de igualdade entre todos, que se pretende assegurar”⁴⁹⁹. Todavia, para além dessa curiosidade menor, fato é que a remoção da expressão foi efetivada.

Finalmente, em 18 de setembro de 1987, apresenta-se o “Cabral 2”, com 336 artigos, último substitutivo do relator antes da definição do texto final a ser apreciados pelo plenário da ANC⁵⁰⁰. Nesse entremeio, foram rejeitadas por Bernardo Cabral novas proposições para a “reinclusão” da “orientação sexual” no texto, desta vez sugeridas por José Genoíno (PT-SP) e Luiz Salomão (PDT-RJ)⁵⁰¹. A redação adotada no segundo substitutivo repetia a anterior, tendo ocorrido apenas o deslocamento de sua posição, que agora estava localizada no artigo terceiro: “Art. 3º - São objetivos fundamentais do Estado: [...] III - promover a superação dos preconceitos de raça, sexo, cor, idade e de outras formas de discriminação”. A única alteração sutil no texto foi a retirada do “todas”, onde antes figurava “de **todas** as outras formas de discriminação”. No entanto, isso em nada altera a consequência jurídica atrelada à norma.

As votações se iniciaram no dia 24 de setembro do mesmo ano, com a abertura da 32ª reunião da comissão, às 19 horas, e se arrastaram por cerca de dois meses⁵⁰². A emenda nº 21.953-7, proposta por José Genoíno, foi destacada para deliberação dos integrantes da comissão, que ocorreria dois dias após o início da reunião. Antes da votação do referido destaque nº 488/87, foi passada a palavra ao autor da proposta. De início, Genoíno salientou se tratar de “assunto da maior importância”, sobretudo se o intuito da Assembleia era a “elaboração de uma Constituição democrática”. Conforme já enfatizado, a emenda acrescentava “orientação sexual” à redação do artigo terceiro, inciso III. Em seu discurso, associou a não previsão desse ponto a um comportamento medieval e buscou reforçar que se vivia em um país onde esse tipo de discriminação era cotidiano,

⁴⁹⁹ Texto do parecer disponível em: <https://www6g.senado.gov.br/apem/data/data/EMEN-M/37429.html>. Acesso em: 23 abr. 2021.

⁵⁰⁰ PILATTI, Adriano. **A constituinte de 1987-1988**: progressistas, conservadores, ordem econômica e regras do jogo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016, p. 164.

⁵⁰¹ Até esta etapa, ainda não era possível a votação do parecer do relator a partir de destaques, o que somente seria feito com o texto do último substitutivo agora apresentado. Assim, a inclusão e retirada de pontos do texto ficavam a cargo apenas do relator, que acolhia ou rejeitava as emendas apresentadas.

⁵⁰² BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão de Sistematização. Ata da 32ª Reunião em 24 de setembro de 1987, p. 1.

onde “opções sexuais [*sic*] são ainda consideradas como doença, como crime, e discriminação se dá no trabalho e em toda a sociedade”⁵⁰³.

Desse modo, apelava aos colegas parlamentares para que não fugissem do assunto e não permitissem uma “omissão constitucional” a respeito do tema que demandava urgência, sem a qual se continuaria a semear o terreno fértil para discriminação contra esse grupo social. Sua fala foi endossada por Luiz Salomão que, como disse, havia oferecido emenda para a inclusão do mesmo termo, ainda que em artigo distinto. O parlamentar explicou que a proposta visava “garantir e proteger aqueles cidadãos que não adotaram a heterossexualidade, como costuma acontecer com a maioria dos cidadãos”; lembrou da marcação do triângulo rosa que homossexuais recebiam no regime nazista antes de serem enviado aos campos de concentração; e suplicou aos colegas democratas que “aos cidadãos a liberdade de escolher a sua orientação sexual”⁵⁰⁴.

O contraponto veio dos parlamentares José Thomaz Nonô (PFL-AL) e Enoc Vieira (PFL-MA). O primeiro argumentou que a escrita alternativa “não agrega nada de positivo à redação sugerida pelo Sr. Relator”, uma vez que “se o objetivo é defender o livre exercício dessas preferências, a postulação sexual que cada um entender melhor para si e para os outros, o dispositivo do nobre relator já o contempla em toda a sua plenitude”⁵⁰⁵. O segundo, por sua vez, volta a reverberar fundamentos com uma origem já conhecida:

Somos daqueles que estudamos a matéria e concluímos que acrescentar na Constituição a expressão "orientação sexual" vem **contra os interesses dos grupos representativos nesta Casa, sobretudo os de orientação cristã**, porque orientação sexual, já está dito pelo próprio Relator, é uma maneira de pacificar os homossexuais. Do ponto de vista cristão, **temos explicitamente na Bíblia, que é condenável o homossexualismo**. Se a Bíblia, que é o livro que norteia a vida do povo cristão, não só dos evangélicos, mas de todos os cristãos, se a Bíblia, que norteia a vida, a orientação espiritual da maioria do povo brasileiro; se esta Bíblia que é a palavra de Deus, condena a prática do homossexualismo, não poderemos nós, **representantes do povo cristão do Brasil**, ser defensores dessa prática. Desejo conclamar os meus irmãos, meus companheiros evangélicos e cristãos, para rejeitarmos a emenda ora em discussão⁵⁰⁶.

⁵⁰³ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão de Sistematização. Ata da 32ª Reunião em 24 de setembro de 1987, p. 97.

⁵⁰⁴ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão de Sistematização. Ata da 32ª Reunião em 24 de setembro de 1987, p. 97-98.

⁵⁰⁵ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão de Sistematização. Ata da 32ª Reunião em 24 de setembro de 1987, p. 98.

⁵⁰⁶ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão de Sistematização. Ata da 32ª Reunião em 24 de setembro de 1987, p. 98, grifos meus.

Não é preciso se estender na análise do trecho. Se a Bíblia não deixa, a Constituinte não pode. Essa foi a toada de diversos dos parlamentares ligados a grupos religiosos na Assembleia, em especial aqueles vinculados à fé evangélica. O discurso do parlamentar, que restringe sua representação ao “povo cristão do Brasil”, delimita a ANC como um grande culto religioso nas dependências do Estado. Por isso, conclama seus “companheiros evangélicos e cristãos” a rejeitarem a demanda, baseando-se única e exclusivamente naquela que faz de sua Constituição, a Bíblia.

Essa foi a última intervenção antes que Aluizio Campos encaminhasse a votação da matéria. Apurados os votos, constatou-se a rejeição da emenda e a manutenção do texto sem a proteção com base em “orientação sexual”. O placar fora de 61 constituinte contrários, em oposição a 32 favoráveis⁵⁰⁷. Esse era o último aquecimento para o ato final: as deliberações no plenário da ANC. Apesar do revés, João Antônio Mascarenhas, que atribuiu a derrota principalmente ao relator da comissão, mantinha certa esperança com relação à possibilidade de aprovação da demanda em plenário. Em uma de suas anotações pessoais sobre a questão, afirma: “Perdemos a batalha, mas não a guerra. Não está morto quem peleja”⁵⁰⁸.

6.3.

A Discussão no Plenário

⁵⁰⁷ Nominalmente, os votos se distribuíram da seguinte forma: “Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Artur da Távola, Cristina Tavares, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Fogaça, José Paulo Bisol, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Paulo Ramos, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, José Tavares, Márcio Braga, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Vilson Souza, Alcení Guerra, Luís Eduardo, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, José Maria Eymael, Aldo Arantes, Roberto Freire, Beth Azize. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Almir Gabriel, Aluizio Campos, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant’Anna, Celso Dourado, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Richa, Manoel Moreira, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Délio Braz, Israel Pinheiro, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Fraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Santana de Vasconcelos, José Thomaz Nonô, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Oscar Corsêa, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Cleonânio Fonseca, Enoc Vieira, João Menezes, Jonas Pinheiro, José Lourenço, Mozarildo Cavalcanti, Paes Landim, Ricardo Izar, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Virgílio Távora, Adylson Motta, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira, Antonio Farias”. Ver: BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão de Sistematização. Ata da 32ª Reunião em 24 de setembro de 1987, p. 98, grifos no original.

⁵⁰⁸ Dados obtidos a partir de pesquisa no acervo do Fundo João Antônio Mascarenhas do AEL.

A instalação da Assembleia Nacional Constituinte se deu em primeiro de fevereiro de 1987. Seu plenário seria o palco da elaboração regimental, de discussões procedimentais, de manobras políticas e, mais tarde, de dois turnos de votação do projeto da nova Constituição. Era esse, também, o local onde se passou o ato final da história recuperada nesta pesquisa. A última tentativa, depois da frustração trazida pela Comissão de Sistematização, de adicionar o termo “orientação sexual” ao texto constitucional. A última chance de fazer constar formalmente a cidadania de pessoas LGBTI+, sua inclusão na nação que se fundava a partir da nova carta política. Embora as votações do texto em si apenas fossem começar em 27 de janeiro de 1987, após o recebimento do projeto sistematizado⁵⁰⁹, parlamentares conseguiram encaixar menções ao tema central de nossa pesquisa em momentos anteriores.

Os debates que se instauraram no Plenário da ANC tem o condão de resumir, em alguma medida, as diversas formações discursas exploradas nos dois capítulos anteriores. Desse modo, aproveito este tópico para contar de forma breve como se sustentaram os discursos relacionados à homossexualidade e à travestilidade nesses espaços, limitando as intervenções mais analíticas para elementos novos que porventura surgirem.

6.3.1. Fevereiro de 1987

A primeira das manifestações ocorreria em 24 de fevereiro de 1987. Foi Eliel Rodrigues (PMDB-PA), que já incluía elementos em seu discurso que possibilitam antever os posicionamentos analisados anteriormente. Era sua primeira vez na tribuna. Agradeceu a seus eleitores e a Deus, transmitindo uma “calorosa saudação cristã” aos colegas parlamentares. Fez questão, também, de localizar sua fala, “como Engenheiro Civil e membro da Igreja Evangélica ‘Assembléia de Deus’”. Seu empenho, dizia, era “trabalhar num espírito de solidariedade cristã”, atento aos “princípios contidos nas Sagradas Escrituras”. São os elementos religiosos norteadores da atuação desse constituinte, responsáveis por traçar definições limitantes de cidadania, que guiavam sua “preocupação de que se devem

⁵⁰⁹ PILATTI, Adriano. **A constituinte de 1987-1988**: progressistas, conservadores, ordem econômica e regras do jogo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016, p. 229.

tomar medidas contrárias a atual **prática do amor livre e do homossexualismo**, pelos **visíveis prejuízos** que causam a toda a sociedade, como é o caso da recente epidemia da AIDS”⁵¹⁰. O desequilíbrio de forças, que mencionei na introdução desta dissertação, mostrou-se desde o início. Não apenas na divisão entre progressistas e conservadores, mas enquanto havia parlamentares que faziam de sua causa o combate ao “homossexualismo”, a pessoas LGBTI+ se possibilitou apenas um breve momento de fala, em espaços restritos, sem direito a votar sobre seu próprio destino.

6.3.2.

Março de 1987

A questão voltou a ser tocada em março. Novamente, a largada foi dada por Eliel Rodrigues. Outra vez, falou sobre a Aids. Seu propósito agora era revelar a “origem dessa enfermidade” que, segundo ele, “resulta de um inteiro desvirtuamento dos princípios naturais e salutar, estabelecidos por Deus, para o relacionamento sexual da raça humana”. Trata-se de um “desvio do comportamento normal humano” tão sério que exigiu a intervenção divina, com a destruição das cidades de Sodoma e Gomorra, em virtude de “suas extremadas devassidões”. Citou ainda, como fundamento, epístola do apóstolo São Paulo que afirma serem “**dignos de morte** os que tal coisa praticam”. Tudo isso, para dizer que seu objetivo enquanto parlamentar participando da elaboração da futura Constituição era “dotá-la de princípios morais, **não tolerando a prática do homossexualismo e do sexo livre**, pelos males que trazem em seu bojo, entre eles a terrível AIDS”. E finalizou dizendo que seu pronunciamento representava “o sentimento e a consciência de milhões de cristãos brasileiros”, pois era preciso acabar com essa violação aos princípios sagrados e com essa doença – a Aids – que ele caracterizou como “um **mal necessário**, um mal de **reparação moral**, um **castigo da própria natureza** vilipendiada, pois tudo que alguém semear também colherá”⁵¹¹. Os que morriam, mereciam.

⁵¹⁰ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Plenário)**. Ata da 23ª Sessão, em 24 de fevereiro de 1987, p. 529, grifos meus.

⁵¹¹ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Plenário)**. Ata da 29ª Sessão, em 9 de março de 1987, p. 7-8, grifos meus.

Seu sentimento ecoaria, algumas semanas depois, no discurso de João de Deus Antunes (PDT-RS). O constituinte gaúcho, de pronto, manifestou sua “alegria pelo fato desta Assembléia Nacional Constituinte contar, desde ontem, com um exemplar da Bíblia Sagrada”⁵¹². O mais estarrecedor, contudo, é que o exemplar aludido não pertencia a ele próprio, tampouco era item pessoal de algum de seus colegas constituinte evangélicos. Não. Sua presença naquele foro de discussão se devia a uma *exigência regimental*. No início daquele mês, o plenário havia aprovado emenda que incluía o seguinte artigo no RIANC: “Art. 46. A **Bíblia Sagrada deverá ficar sobre a Mesa da Assembleia Nacional Constituinte**, à disposição de quem dela quiser fazer uso”⁵¹³. Havia sido institucionalizado o caráter religioso que o contingente sem precedentes de constituintes evangélicos buscava impor à ANC, o que estaria refletido no grande número de vezes em que a fonte de legitimidade dos discursos desses parlamentares seria esse mesmo livro, que agora impunha-se fixo no plenário⁵¹⁴. O arremate da intervenção veio com alusão à imoralidade, que assumia “papel de destaque no seio da nossa sociedade”, sobretudo “quando grupos **satânicos e perversos** disseminam veneno sobre nossos jovens”, levando-os ao homossexualismo e “tantas outras perversidades que pervertem o sentido humano”⁵¹⁵.

6.3.3.

Abril de 1987

Em abril, a menção foi curta. Orlando Pacheco (PFL-SC) alertava para a tragédia causada pela Aids, fornecendo informações de um médico francês de acordo com quem “não apenas homossexuais, toxicômanos, portadores de hemofilia e receptores nas doações de sangue, principais vítimas da síndrome de imunodeficiência adquirida (AIDS), estão sujeitos à contaminação”, mas todos estariam vulneráveis à doença, “depois que ela começou a ser disseminada pelo

⁵¹² BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Plenário)**. Ata da 40ª Sessão, em 26 de março de 1987, p. 326, grifos meus.

⁵¹³ BRASIL. Diário Oficial. **Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte**, 1987. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/regimento-interno-da-assembleia-nacional/resolucao-2-1987. Acesso em: 21 abr. 2021.

⁵¹⁴ MELO, Sydne. Deus, a Bíblia e os evangélicos na Constituinte (1987-1988). **Revista Caminhando**, v. 23, n. 2, p. 81-105, jul./dez. 2018.

⁵¹⁵ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Plenário)**. Ata da 40ª Sessão, em 26 de março de 1987, p. 326.

mundo”⁵¹⁶. O discurso do parlamentar reflete uma preocupação pouco presente na ANC, principalmente entre os conservadores, que era de deslocar a manifestação da Aids dos chamados “grupos de risco”. Com efeito, o que em geral se via era justamente o contrário, mesmo na sociedade como um todo, inclusive com políticas de prevenção que amplificavam a estigmatização desses segmentos⁵¹⁷. Todavia, a despeito dessa ressalva, o parlamentar concluiu que essa “peste”, para ele “símbolo de permissividade que toma conta de todos os setores da sociedade brasileira”, nada mais é do que o “homem” colhendo “de sua desobediência a Deus”, uma “consequência da devassidão que enlameia o mundo”. Para finalizar, ataca as campanhas de prevenção veiculadas para esclarecer a população, pois considera que elas representam “o comércio do despudor, da mais desabrida imoralidade. Os lares são invadidos por expressões indecorosas e por **verdadeiras aulas de prostituição e de homossexualismo**”, afetando as “famílias indefesas”⁵¹⁸. Embora o deputado alegue querer contribuir para o combate à síndrome, seu discurso faz justamente o contrário.

6.3.4.

Junho de 1987

Maio se esvairia sem nenhuma menção mais relevante à questão de nosso interesse, que voltaria ao radar no mês de junho de 1987. Surgiu em meio à preocupação do constituinte Valmir Campelo (PFL-DF) com a “família, ela que é célula básica da sociedade”. Segundo ele, era preciso impedir o “vagar pelas ruas” de crianças, momento no qual são “explorados pelos anormais de variada espécie” e “misturam-se **ao que há de pior na sociedade**, a começar pelos homossexuais e prostitutas, habituais frequentadores da noite”⁵¹⁹. Como depreende-se do discurso do parlamentar, os dissidentes das normas sexuais vigentes eram incessantemente tachados de perigosos à sociedade, daí porque sua eliminação era vista como benéfica e a exclusão do pacto constituinte imprescindível.

⁵¹⁶ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Plenário)**. Ata da 49ª Sessão, em 10 de abril de 1987, p. 245.

⁵¹⁷ PAIVA, Vera. A psicologia redescobrirá a sexualidade?. **Psicologia em Estudo**, v. 13, n. 4, p. 641-651, 2008, p. 642-644.

⁵¹⁸ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Plenário)**. Ata da 49ª Sessão, em 10 de abril de 1987, p. 245, grifos meus.

⁵¹⁹ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Plenário)**. Ata da 76ª Sessão, em 3 de junho de 1987, p. 81, grifos meus.

Com o intervalo de dois dias, o próximo a se pronunciar sobre a matéria foi Antônio de Jesus (PMDB-GO), ao ler perante o plenário o discurso que intitulou de “os desafios de uma constituinte evangélico”. Nele, demonstrou seu “choque” com aprovação de projeto na Câmara Municipal da Bahia que declarava a utilidade pública da organização não-governamental Grupo Gay da Bahia. E acrescenta “se se propusesse uma organização para **recuperação de homossexuais** ou portadores de desvios de conduta como sendo de utilidade pública, eu admitiria. Ser homossexual, como disse o meu amigo Florestan Fernandes, é opção; mas **legalizar o homossexualismo é um absurdo**”. Toda essa apreensão, resume, deve-se a seu objetivo de “conservação da família” pelo qual é preciso “coragem de combater isso” para que “não se legalize **essa imundície**”⁵²⁰.

O mês se encerrou, ao menos, com uma manifestação positiva na tribuna do plenário. Benedita da Silva (PT-RJ), durante sua defesa a diversos segmentos tidos como minoritários, ressaltou que “no quadro destes grupos sociais que não têm tido vez ou voz dentro da formação social brasileira inclui-se, para efeito de sua inserção legal na nova Carta Constitucional, dispositivos que dizem respeito aos discriminados por sua opção sexual”. Para ela, incluir a proteção contra discriminação com base em “orientação sexual” era exigência para a “construção de uma sociedade pluralista e democrática”⁵²¹.

6.3.5. Julho de 1987

A única manifestação de maior relevo que ocorreria no mês de julho permite que nós comecemos a enxergar as figurinhas repetidas que tendiam a tratar sobre o tema, fosse positiva ou negativamente. Isso é algo que talvez fosse difícil de identificar sem a junção desses pontos aparentemente dispersos que foram costurados para formar o *corpus* discursivo que vem sendo analisado nesta pesquisa. Quem se apresentou, desta vez, foi Salatiel de Carvalho (PFL-PE). Lembro que, neste momento cronológico, já haviam se encerrado os trabalhos nas comissões e subcomissões temáticas e a Comissão de Sistematização se debruçava

⁵²⁰ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Plenário)**. Ata da 78ª Sessão, em 5 de junho de 1987, p. 144, grifos meus.

⁵²¹ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Plenário)**. Ata da 88ª Sessão, em 23 de junho de 1987, p. 518.

sobre os anteprojetos para definir os contornos do futuro texto constitucional. Nesse sentido, o parlamentar, cujo discurso se iniciara com a frase “feliz é a nação cujo Deus é o Senhor”, relatava o processo transcorrido na Comissão da Ordem Social, “onde os homossexuais reivindicaram a legalização dos seus movimentos e direitos na futura Constituição. Esta é **uma batalha que ainda não terminou**”. Narrou que, apesar de seu protesto, haviam conseguido incluir “no texto do anteprojeto a garantia constitucional para o exercício de qualquer comportamento sexual”. Diante disso, afirmou que, agora que se aproximava a etapa de votação, iriam “precisar das orações dos evangélicos de todo o Brasil”. E traçou a estratégia: “agregar à bancada evangélica outros Constituintes não evangélicos e formarmos um bloco para votarmos unido[s]” para garantir uma Constituição “baseada nos princípios cristãos”⁵²².

6.3.6. Agosto de 1987

Agosto trouxe um novo tópico, que mobilizou três parlamentares diferentes nas discussões no plenário. O primeiro deles foi Francisco Rollemberg (PMDB-SE), que buscava abrir os olhos dos parlamentares para denunciar a “campanha sórdida” de “pregação à libertinagem” que vinha “penetrando nos lares”. Seu exemplo foi um “espetáculo deprimente” transmitido pela televisão, o qual alegou tê-lo deixado “nauseado”: “ontem nos foi apresentado um grupo de homossexuais masculinos, envelhecidos, encanecidos, a injetarem-se para **criar seios, ampliar nádegas, tornar braços roliços, rostos mais arredondados, para praticarem o homossexualismo como profissão**”⁵²³. A transmissão televisiva em questão foi também condenada por Nelson Aguiar (PMDB-ES) e Jesus Tajra (PFL-PI). O primeiro frisou a necessidade de se encontrar a “fórmula jurídica de [*sic*] acabar com esta brincadeira de mau-gosto”⁵²⁴. O segundo, por sua vez, narrou a cena da seguinte forma: “lá estavam os **homossexuais a ensinar como colocar silicone no corpo**, um deles, inclusive, fazendo a demonstração. Com uma seringa e uma

⁵²² BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Plenário)**. Ata da 101ª Sessão, em 15 de julho de 1987, p. 302, grifos meus.

⁵²³ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Plenário)**. Ata da 119ª Sessão, extraordinária, matutina, em 2 de agosto de 1987, p. 27, grifos meus.

⁵²⁴ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Plenário)**. Ata da 119ª Sessão, extraordinária, matutina, em 2 de agosto de 1987, p. 30.

agulha perfurava o bico do peito de um deles que **se chamavam, entre si, de ela**". Diante disso, informou sua reação imediata "era tão chocante, tão **repugnante**, que imediatamente mudei o canal, pois tornou-se insuportável aquela **cena grotesca**"⁵²⁵. Os elementos destacados nesses discursos são novas evidências que nos permitem apontar para a intensificação do nojo e da fobia em relação a corpos trans, que ultrapassam ainda mais barreiras das normas que governam os gêneros, quando comparados à reação diante de expressões de gays, lésbicas e bissexuais.

Dias se passaram e então foi a vez de Salatiel Carvalho (PFL-PE) se manifestar. Temeroso do possível êxito do pleito da "orientação sexual", que àquela altura seguia inserido no anteprojeto "Bebê Rosemary" apresentando perante a Comissão de Sistematização, o constituinte adiantava sua argumentação contrária. Segundo ele, deveriam ser inscritos na Constituição "princípios que estabeleçam com clareza a garantia de **preservação e proteção da família, da moral e dos bons costumes**". Recorria, novamente, à suposta abertura semântica do termo preconizado pelo MHB para afirmar que "a inclusão da expressão 'Orientação Sexual' na alínea 'f' inciso III, art. 12, passa a estabelecer a garantia constitucional aos portadores e praticantes de qualquer impulso, tendência ou inclinação sexual". E avançou: "vai resultar na cobertura legal que terão os portadores de desvios ou taras sexuais, os quais terão um **preceito constitucional que poderá ser invocado para justificar comportamentos sexuais anormais**". Segundo ele, "esta situação vai gerar confronto com as leis destinadas a punir a prática de aberrações e desvios, que **poderão, inclusive, gerar a violência sexual e os consequentes malefícios**". Finalizou asseverando que "se o parágrafo pretende garantir constitucionalmente o homossexualismo, já é falho por garantir uma **anormalidade sexual**, que, mesmo sendo uma realidade, não deve receber garantia constitucional explícita"⁵²⁶.

No mesmo mês, a oposição ao pleito foi também encabeçada por Eliel Rodrigues (PMDB-PA) que, em novo discurso, caracterizou a homossexualidade como "uma **deformação**, de ordem moral e espiritual, reprovável sob todos os pontos de vista genuinamente cristãos, constituindo-se num dos maiores veículos de disseminação do terrível mal da AIDS". Disse isso em meio à sua cruzada contra

⁵²⁵ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Plenário)**. Ata da 119ª Sessão, extraordinária, matutina, em 2 de agosto de 1987, p. 30.

⁵²⁶ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Plenário)**. Ata da 141ª Sessão Ordinária, em 18 de agosto de 1987, p. 97.

a inserção no texto constitucional de expressão que permitiria “a oficialização do homossexualismo, muito em breve, como prática normal das pessoas [sic], e que deve ser aceito pacificamente por todos”. Segundo ele, tal risco deveria ser de todo modo evitado, eis que são “práticas ofensivas à sociedade” e “atentatórias à moral e aos bons costumes”⁵²⁷.

6.3.7.

Outubro de 1987

Enquanto se encaminhava o final do ano, e também a finalização dos trabalhos de sistematização, as menções à temática foram minguando. Sem qualquer discussão no mês de setembro, em outubro apareceriam as duas últimas falas a respeito da temática da pesquisa naquele ano de 1987. A primeira, bastante breve, foi da deputada Anna Maria Rattes (PMDB-RJ). A constituinte procurou despertar a preocupação do plenário com a epidemia de HIV/Aids, que assolava o país, e demandar a tomada de atitudes que permitissem a superação do quadro sanitário negativo. Citou os números que ilustravam o aumento crítico do contágio no país, ao mesmo tempo em que fez a leitura dos objetivos principais da recém-criada Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA). O ponto crucial de sua fala nos serve mais uma vez para captar a percepção história da epidemia no Brasil, o estágio em que se encontravam as descobertas científicas à época e a relação desses dados com o grau de estigmatização de homossexuais observado na ANC em virtude da disseminação do vírus. Nesse sentido, destacou que a campanha de prevenção realizada pelo governo brasileiro a partir de 1986, além de ter começado tardiamente, “pecou por não informar corretamente à população como se dá o contágio”. Sobretudo, “insistia em culpar apenas as relações homossexuais”⁵²⁸. O discurso da parlamentar nos permite inferir que já havia evidências científicas suficientes sobre as diversas formas de propagação do vírus, elementos que, com o passar do tempo, permitiram a diminuição do estigma estabelecido pelas denominações iniciais de “peste gay” ou “câncer gay”.

⁵²⁷ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Plenário)**. Ata da 148ª Sessão, Extraordinária matutina, 22 de agosto de 1987, p. 372, grifos meus.

⁵²⁸ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Plenário)**. Ata da 158ª Sessão, em 7 de outubro de 1987, p. 320.

A homossexualidade figuraria como tópico de fala ainda mais uma vez em outubro, cerca de vinte dias depois do pronunciamento de Anna Maria Rattes. Desta vez, entrava em um novo contexto: um requerimento do parlamentar Fábio Feldmann que denunciava ação de discriminação institucional perpetrada pela Prefeitura de São Paulo. Embora a fala visasse à mobilização política da ANC em relação ao caso específico, e não propriamente entre na discussão sobre a norma constitucional, sua exposição é importante não somente para o registro do fato histórico, como também para a exibição do ato diante dos diversos parlamentares que negavam a existência de preconceito contra homossexuais no Brasil.

O fato descrito é o seguinte. O então prefeito de São Paulo, Jânio Quadros, encampanava ainda sua bandeira de “acabar com cenas de imoralidade”. Sob tal pretexto, determinou a pelo menos uma das escolas municipais “proibição da frequência de homossexuais às aulas”. Mais que isso, ordenou o apoio da Guarda Civil Metropolitana para que fosse efetivado o mandamento estabelecido. Um protesto organizado por parte dos alunos, em contraposição à medida, foi em sequência coibido, com o aviso de que “aqueles que viessem a conceder entrevistas ou prestar qualquer declaração à imprensa seriam imediatamente expulsos”. Na escalada da tensão e do autoritarismo, o prefeito comunicou que recorreria ao fechamento da escola, caso as ordens não fossem seguidas, e “desligaria os alunos que formulassem qualquer crítica às suas medidas e, como se não fosse suficientemente repressivo, que a Guarda Civil Metropolitana se encarregaria de **prender os alunos homossexuais** – por ele chamados de ‘**anormais**’ – e de encaminhá-los à polícia”. Enfim, foi noticiado ainda que, no dia subsequente, os alunos presentes no estabelecimento foram abordados pelos guardas civis e perguntados sobre “suas preferências sexuais”⁵²⁹. O caso servia não apenas para materializar a discriminação que vigorava – como ainda vigora – no país, mas também exemplificava práticas institucionalizadas desse tipo de preconceito, inclusive englobando a possibilidade criminalização *de fato* da homossexualidade em determinados contextos.

6.3.8. Janeiro de 1988

⁵²⁹ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Plenário)**. Ata da 161ª Sessão, em 28 de outubro de 1987, p. 475-476, grifos meus.

Os meses de novembro e dezembro transcorreram sem qualquer debate sobre a temática. Saltado esse período, iniciava-se o ano de 1988 com o encaminhamento ao plenário da ANC do projeto sistematizado da futura Constituição. A votação das temáticas polêmicas se fazia iminente e aumentava a tensão dos parlamentares. Entre elas, estava a saga dessa expressão que vem se acompanhando ao longo das páginas. A última chance da “orientação sexual” viria pelas mãos de José Genoíno (PT-SP). O dia fatídico era 28 de janeiro de 1988.

Cerca de duas semanas antes, em 13 de janeiro, o constituinte José Genoíno havia apresentado a emenda aditiva nº 1225. Seu propósito, acrescentar a expressão “orientação sexual” ao inciso III do artigo terceiro da futura Constituição, que passaria então a ler: “III - promover a superação dos preconceitos de raça, sexo, **orientação sexual**, cor, idade e outras formas de discriminação”. Colocada a emenda em pauta, o presidente Ulysses Guimarães (PMDB-SP) concedeu a palavra ao autor da proposta. A defesa de Genoíno foi curta e focou em dois pontos centrais. Primeiro, retirar o caráter “exótico” da demanda, fazendo alusão a declaração feita sobre o tema pelo ministro de justiça canadense. O segundo, no qual insistiu, foi o esclarecimento da semântica do termo. Assim, tentou afastar qualquer natureza de “indução” e demonstrar de que se tratava de algo que refletia uma característica de qualquer pessoa, seja ela heterossexual, homossexual, bissexual, ou mesmo alguém que “opte” pelo celibato como “padres e freiras”. A inscrição da expressão, dizia, objetivava a proteção de todos, sem distinção. Fez ainda referência a casos de violência contra homossexuais no Rio de Janeiro e à atitude relatada acima da Prefeitura de São Paulo. Concluiu asseverando que se fazia a “Constituição do futuro”, para o “século XXI”, e que dela não poderia faltar a inscrição desse direito, “que é um direito de cidadania em relação às diferentes opções que as pessoas possam fazer em relação à orientação sexual”⁵³⁰.

A oposição foi iniciada, de forma ainda mais curta, por Bonifácio de Andrada (PDS-MG). Talvez por confiança no resultado da deliberação, não se preocupou em motivar o posicionamento ou concatenar quaisquer argumentos contrários ao pleito. Sua fala completa foi: “em nome do Centrão, queremos trazer a nossa posição, que foi, aliás, dentro de nosso agrupamento, **defendida com**

⁵³⁰ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Plenário)**. Ata da 189ª Sessão, em 28 de janeiro de 1988, p. 422.

veemência pelos Ilustres Evangélicos Sr. Presidente, nossa posição é para votar contra, para votar NÃO, em relação a esta Emenda (Palmas)”⁵³¹.

Em seguida, foi a vez do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), que havia apresentado parecer contrário à emenda, posicionar-se. Sua argumentação, já conhecida, alega não fazer sentido a nova expressão, uma vez que o texto já contempla a proteção contra discriminação em função de “sexo”⁵³². Logo depois, a última intervenção partiu de Costa Ferreira (PFL-MA), que dizia se posicionar contra a proposição “em nome dos Evangélicos”. Em sua avaliação, não se podia “aceitar a argumentação do Constituinte José Genoíno, porque estaremos trazendo para nós **uma maldição** que outros países já tiveram como é o caso de Sodoma e Gomorra, que **foram destruídas** porque aceitaram o convívio de homem com homem e de mulher com mulher”. Para ele, essa é uma “prática condenada por seus” e o Brasil não poderia fazer essa “concessão”⁵³³.

Passou-se à votação. Ulysses Guimarães orientou os parlamentares a selecionarem seus votos e registrarem-no pressionado um dos botões do painel. Feita a verificação, proclamou o resultado: 130 votos pela aprovação, 317 contrários, 14 abstenções⁵³⁴. A emenda havia sido rejeitada. Sepultavam-se, ali, as chances de que a futura Constituição estipulasse, de forma expressa, a proteção de pessoas LGBTI+ contra a discriminação pulverizada pelo país. Restringia-se, ali, ao menos momentaneamente, os escopos da Nação e da cidadania, instituídos com essa fratura excludente na nova Carta Política do país.

⁵³¹ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Plenário)**. Ata da 189ª Sessão, em 28 de janeiro de 1988, p. 422, grifos meus.

⁵³² BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Plenário)**. Ata da 189ª Sessão, em 28 de janeiro de 1988, p. 422.

⁵³³ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Plenário)**. Ata da 189ª Sessão, em 28 de janeiro de 1988, p. 422, grifos meus.

⁵³⁴ Não caberia aqui a relação nominal dos votos apuração, devido à sua extensão. Desse modo, a lista pode ser consultada no link que direciona para o material coletado, disponibilizado no primeiro capítulo. Como curiosidade, destaco o posicionamento de algumas figuras políticas mais conhecidas: “Ulysses Guimarães – Abstenção. Aécio Neves – Não. Afonso Arinos – Não. Alceni Guerra – Abstenção. Almir Gabriel – Não. Antônio de Jesus – Não. Benedita da Silva – Sim. César Maia – Sim. Costa Ferreira – Não. Darcy Pozza – Não. Delfim Netto – Sim. Dirce Tutu Quadros – Sim. Eduardo Jorge – Sim. Eliel Rodrigues – Não. Fábio Feldmann – Sim. Farabulini Júnior – Não. Florestan Fernandes – Sim. Ivo Lech – Não. João de Deus Antunes – Não. José Carlos Sabóia – Sim. José Genoíno – Sim. José Paulo Bisol – Sim. José Richa – Não. José Serra – Sim. Lúcia Braga – Sim. Lúcia Vania – Não. Luiz Inácio Lula da Silva – Sim. Lysâneas Maciel – Sim. Mário Covas – Sim. Paulo Delgado – Sim. Paulo Paim – Sim. Pimenta da Veiga – Não. Plínio Arruda Sampaio – Sim. Renan Calheiros – Sim. Rita Camata – Sim. Roberto D’Avila – Sim. Ubiratan Spinelli – Não.”.

6.3.9.

Fevereiro, abril e agosto de 1988

Findas as discussões de mérito e após assentado o resultado definitivo da questão da “orientação sexual”, encontraram-se apenas passagens apressadas nas quais havia alguma menção a pessoas LGBTI+, antes da promulgação do texto constitucional em outubro daquele mesmo ano. Foram nos meses de fevereiro, abril e agosto de 1988.

O constituinte Jorge Arbage (PDS-PA) pediu a palavra para afirmar que a prática do “homossexualismo” era atentatória à “moral cristã e aos bons costumes” e para indagar se a Aids não seria, na verdade, uma providência “do plano de Deus”⁵³⁵. João de Deus Antunes (PTB-RS) se manifestou para incluir a “liberdade para os homossexuais” em sua lista de coisas absurdas que se tentavam na Constituinte⁵³⁶; enquanto Mendes Ribeiro (PMDB-RS) resolveu usar seu espaço para enquadrar homossexuais no grupo dos que “fazem sexo indiscriminadamente” e diminuir a importância da prevenção contra Aids⁵³⁷. Já em abril, foi a vez de Eliel Rodrigues (PMDB-PA), que realizou a leitura de artigo publicado no jornal Folha de São Paulo, rotulando os “homossexuais masculinos e bissexuais” como “maiores veiculadores” da Aids e classificando o carnaval como um “festim de pederastas”, um espaço de “exaltação de repreensível sexualidade, desenfreada libertinagem, desmedida imoralidade”⁵³⁸.

Finalmente, entrou agosto e, com ele, a última das manifestações. Para o grupo de opositores, que acreditavam que a previsão da orientação sexual na Constituição significava “legalizar” e “oficializar” o “homossexualismo” no país, a derrota do pleito poderia ser encarada como “o fim do homossexualismo no Brasil”, daí a ironia do título deste capítulo. A cena que encerra as menções em plenário é um tanto simbólica e, em certo sentido, um reflexo do resultado final daquilo que se passara nos salões de Brasília entre fevereiro de 1987 e outubro de 1988. João

⁵³⁵ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Plenário)**. Ata da 196ª Sessão, em 8 de fevereiro de 1988, p. 341.

⁵³⁶ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Plenário)**. Ata da 204ª Sessão, em 21 de fevereiro de 1988, p. 149.

⁵³⁷ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Plenário)**. Ata da 204ª Sessão, em 21 de fevereiro de 1988, p. 153.

⁵³⁸ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Plenário)**. Ata da 243ª Sessão, em 8 de abril de 1988, p. 352.

de Deus Antunes (PTB-RS) estava em pé, diante da tribuna, e tinha em suas mãos dois documentos. Um deles, o “manifesto pela preservação dos valores éticos e morais”, de outubro de 1983. O outro, resultado de uma pesquisa divulgada em janeiro de 1988. Segundo ele, nela “os paulistanos dizem um ‘não’ ao sexo e, um ‘sim’ à censura de costumes, entendendo que **a liberação sexual passou dos limites**”. E fechou sua fala com uma frase que poderia ser sua resposta à frustração da articulação política do MHB diante ANC: “as nossas palavras estão doendo no ouvido desses Senhores que querem a promiscuidade, querem a liberdade, e estamos aqui para dizer um ‘não’ a todo este tipo de vergonha”⁵³⁹.

6.4.

Contemporaneidade discursiva: delimitando a hipótese

Na introdução, indiquei uma hipótese que pretendia delimitar com o desenvolvimento do trabalho: a discriminação sofrida por pessoas LGBTI+ se sustenta em elementos estruturantes do Estado brasileiro e os discursos que perpetuam essa forma de violência se mantêm presentes na política nacional vigente, espelhando aspectos identificados na ANC. Essencialmente, significa dizer que grande parte do examinado na Constituinte, ao menos no que diz respeito à abordagem da sexualidade, segue contemporâneo quando analisamos discursos mais recentes. Como não há a pretensão de comprovar essa hipótese, trago apenas algumas evidências que ajudam a ampará-la.

Para tanto, é essencial recorrer à sistematização – realizada por meio da TFD – dos discursos analisados. Os tipos discursivos são os seguintes: o discurso do *pânico moral*; o discurso do *nojo*; o discurso da *proteção da família*; o discurso da *moral cristã*; o discurso da *proteção mínima*; e o discurso do *movimento social hegemônico*. Os dois últimos são derivados da análise de enunciados favoráveis ao pleito do MHB: o primeiro indicando que incluir a “orientação sexual” na Constituição seria tanto uma demanda básica quanto o máximo de tutela que se poderia apoiar; ao passo que o segundo se refere aos próprios pronunciamentos feitos pelo representante do Triângulo Rosa. Os demais tipos condensam os discursos daqueles parlamentares contrários à inclusão da “orientação sexual”. São

⁵³⁹ BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Plenário)**. Ata da 335ª Sessão, extraordinária vespertina, em 30 de agosto de 1988, p. 342.

esses os mais relevantes neste momento. Embora o Apêndice D explique mais detalhadamente as características de cada um deles, o rótulo dado às categorias já é descritivo o suficiente, cumprindo a função de resumir os discursos observados até aqui para efeito de sua comparação com os outros que serão expostos.

Desse modo, destaco a seguir pontos-chave de alguns outros trabalhos que parecem ser uma contribuição relevante para analisar esses discursos sob uma perspectiva comparada, contribuindo para a delimitação da referida hipótese. O primeiro desses elementos se refere à síntese produzida por Jeffrey Weeks dos enfoques da mobilização conservadora contra questões sexuais, principalmente nos contextos europeu e estadunidense, entre as décadas de 1970 e 1980. Nesse sentido, o autor elenca os principais fatores de incômodo desses grupos opositores:

– **ameaça à família**; – o **questionamento aos papéis sexuais**, principalmente aquele feito pelo feminismo; – o ataque à normalidade heterossexual, particularmente através das tentativas dos movimentos gay e lésbico para alcançar **completa igualdade para a homossexualidade**; – a **ameaça aos valores** colocada por uma educação sexual mais liberal, a qual era vista como **induzindo as crianças** a aceitar **comportamentos sexuais até então inaceitáveis**; – todos esses medos era reforçados pela emergência de uma importante crise da saúde, **associada com o HIV e a AIDS**, que eram pensados como símbolo dessa crise⁵⁴⁰.

Esses temores listados, que aglutinam a noção de “ataque à permissividade”, Weeks salienta, estiveram presentes durante toda a história da sexualidade moderna. São todos eles fatores que revolvem temas ligados à “família, à posição relativa de homens e mulheres, à diversidade sexual, a filhos”⁵⁴¹. Esses mesmos componentes, como já se delineia a partir da história contada neste e nos capítulos anteriores, foram centrais nos argumentos apresentados pelos antagonistas da “orientação sexual” na Constituinte. Estiveram presentes, até mesmo, no discurso de alguns daqueles favoráveis à demanda.

Dando um salto no tempo, e puxando para o contexto brasileiro, quero mencionar novamente a pesquisa de Christina Vital e Paulo Victor Lopes, já citada aqui. Os autores recuperaram a apresentação do programa “Escola Sem Homofobia”, em duas audiências públicas realizadas no Congresso Nacional no ano de 2010. A política pública proposta, que ficou conhecida como “kit gay”, pretendia

⁵⁴⁰ WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016, p. 76, grifos meus.

⁵⁴¹ WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016, p. 76.

a distribuição de material didático para enfrentamento do bullying homofóbico nas escolas. A mobilização contra a iniciativa teria como personagem principal o então deputado federal Jair Bolsonaro. Em entrevista para a pesquisa citada, ele explica que tomou conhecimento do evento por acaso, “dada a vestimenta dos caras” que estavam no seminário de apresentação. Relata, ainda, que não interveio, mas foi procurar saber: “requisitei a fita da TV Câmara, e tive a paciência, o saco de assistir as quatro horas de audiência pública deles, **onde diziam absurdos**”. Em comentário a um dos trechos do vídeo sobre a medida, Bolsonaro reage: “Isso é pros **nossos filhos!** Isso é pros nossos filhos! **Pelo amor de Deus!** Nossos filhos, nossos netos, netas”. O parlamentar levaria a questão até o plenário da casa, onde ecoaria os discursos de cerca de 20 anos antes. Segundo sua fala, tratava-se do “maior escândalo” recente no Congresso e completou: “Dá **nojo!** Esses gays e lésbicas querem que nós entubemos, como exemplo de comportamento, **a sua promiscuidade.** [...] Nós não podemos submeter-nos ao **escárnio da sociedade.** Esse kit, **destinado a crianças** [...]. Isso é uma **vergonha!**”⁵⁴².

Algumas semanas mais tarde, o deputado voltaria ao plenário para conclamar a “bancada religiosa” a apoiá-lo e alertar: “Essa onda de querer combater a homofobia está **estimulando o homossexualismo,** a pederastia, a **baixaria.** Eu **não quero isso para a minha neta,** para o **meu neto!**”⁵⁴³. Outro comentário sobre a questão foi feito por João Campos de Araújo, à época filiado ao PSDB-GO e presidente da Frente Parlamentar Evangélica, atualmente integrante do Republicanos: “Respeitamos a opção sexual que qualquer cidadão faça; agora, estou absolutamente convencido de que não cabe ao poder público financiar esse tipo de orientação e de estímulo”⁵⁴⁴. Meses depois, já em maio de 2011, a questão seria comentada, também, pelo então senador Magno Malta (PR-ES): “Estão preparando um kitzinho para meninos a partir de seis anos de idade. [...] E criança

⁵⁴² VITAL, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite. **Religião e Política:** uma análise da atuação dos parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012, p. 117.

⁵⁴³ VITAL, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite. **Religião e Política:** uma análise da atuação dos parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012, p. 114.

⁵⁴⁴ VITAL, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite. **Religião e Política:** uma análise da atuação dos parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012, p. 121.

tem que ser assim? [...] **Deus criou o macho e a fêmea**. Não vai ser o Senado da República que vai **criar o terceiro sexo**”⁵⁴⁵.

Esses exemplos pincelados vieram à tona por conta de o episódio ter ganhado as manchetes da mídia brasileira. No entanto, ilustram como há uma permanência dos mesmos discursos que observávamos em 1987-1988. Diversos dos ingredientes notáveis na ANC, se não todos, voltam a aparecer nas falas destacadas. A família, o nojo, a promiscuidade, Deus, a indução ao “homossexualismo”, a retórica do “terceiro sexo”, o tratamento da questão como escárnio, baixaria, absurdo. Tudo isso segue sustentando discursos que habitam os corredores de Brasília e mantêm sua influência nas políticas e na construção do Estado.

Avançando a fita em mais alguns anos, pesquisa posterior, conduzida por aqueles mesmos autores junto de Janayna Lui, aborda elementos religiosos que protagonizaram as campanhas eleitorais de 2014 e os eventos que se seguiriam. Segundo os autores, esse momento ajudou a consolidar, na política institucionalizada, a figura do “liberal conservador religioso”⁵⁴⁶, a qual também já dava suas caras em 1987-1988, conforme enfatizado anteriormente. Peça importante nessa ignição foi a candidatura à presidência de Pastor Everaldo pelo Partido Social Cristão (PSC). O discurso adotado por sua campanha focava na defesa da “família” e da “vida”. Afastando a ideia de que governaria somente para os evangélicos, buscava demarcar que “seu discurso podia, às vezes, ter bases bíblicas, mas era predominantemente marcado por valores tradicionais”. Esses que eram tidos como um “valor social tradicional dito maior, natural, incontestável e que estava sendo ameaçado”. Desse modo, concluem os autores, era forçada a “naturalização, a legitimação de um modelo, de uma ordem social que não deveria ser vista como religiosa, mas sim como tradicional”⁵⁴⁷.

Essa expressão culminaria na justificativa dos votos que, na Câmara dos Deputados, cancelaram a abertura de processo de *impeachment* contra a então

⁵⁴⁵ VITAL, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite. **Religião e Política**: uma análise da atuação dos parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012, p. 132.

⁵⁴⁶ VITAL, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite; LUI, Janayna. **Religião e Política**: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll e Instituto de Estudos da Religião, 2017.

⁵⁴⁷ VITAL, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite; LUI, Janayna. **Religião e Política**: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll e Instituto de Estudos da Religião, 2017, p. 13.

presidente Dilma Rousseff. O levantamento citado pelos autores revela a seguinte frequência de elementos no embasamento dos votos: “famílias e filhos”, 270 vezes; “Deus”, 75 vezes⁵⁴⁸. Essa, mais uma evidência de como esses discursos, que deram suporte à exclusão de pessoas LGBTI+ na Constituinte, permanecem legitimados e operam com certo protagonismo na definição de questões centrais da política e da república brasileiras.

Finalmente, chega-se ao contexto atual, no qual esses discursos são amplificados por um recrudescimento das forças conservadoras na política institucional, sobretudo passando a acessar cargos conferidos por eleições majoritárias. Com efeito, a eleição de Jair Bolsonaro à presidência não se deu *apesar de* seus posicionamentos na seara dita “dos costumes” e em relação aos direitos sexuais, mas foi principalmente calcada nessas questões. O seu já mencionado protagonismo na celeuma do “kit gay” voltou à tona na campanha de 2018, na qual, catalisada pelo contexto de disseminação de *fake news*, tornou-se um tema central. Sua vitória no pleito impulsionaria o processo de transpor para a esfera estatal os discursos de oposição a políticas sexuais⁵⁴⁹.

Essa conjuntura, que se alastra por boa parte do continente latino-americano, é demarcada pelo atrelamento de “religiosos conservadores” a políticos de uma “direita secular”. Nesse processo, intensifica-se o fenômeno descrito acima, por meio do qual há uma “renaturalização da moral religiosa como ética pública”⁵⁵⁰, reforçando-se a necessidade de inscrição legal desses valores morais, que se apoiam primordialmente no combate a pautas defendidas pelos movimentos de direitos sexuais e de gênero⁵⁵¹. Tudo isso se dá em busca de (e por meio do) controle do Estado e sua pretensa reformulação. Mais do que nunca, os debates sobre gênero e sexualidade se posicionam no coração de uma discussão mais ampla: o próprio significado de democracia. Nesse sentido, Flávia Biroli, Maria das Dores Campos Machado e Juan Marco Vaggione identificam que a concepção, norteadas por uma moral cristã, de ameaça à ordem sexual e familiar estabelecidas figura como ponto

⁵⁴⁸ VITAL, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite; LUI, Janayna. **Religião e Política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll e Instituto de Estudos da Religião, 2017, p. 127.

⁵⁴⁹ BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. **Gênero, Neoconservadorismo e Democracia**. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 104-114.

⁵⁵⁰ BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. **Gênero, Neoconservadorismo e Democracia**. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 10.

⁵⁵¹ BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. **Gênero, Neoconservadorismo e Democracia**. São Paulo: Boitempo, 2020.

central nesse movimento “neoconservador” que vem articulando estratégias de oposição, mobilizadas ao redor de temas como a “cura gay” e a criminalização do aborto⁵⁵². Nada diferente, portanto, das diretrizes que guiaram os argumentos constituintes em oposição à “orientação sexual”. Assim, a análise da ANC, em perspectiva diante desse contexto político mais recente, traz outras evidências ao argumento das autoras e do autor acerca do comportamento dessas “ações reativas” contemporâneas; com a especificidade, porém, de iluminar que essa “politização reativa” se dá não somente em face de conquistas legais concretas, mas também perante a mera possibilidade de reconhecimento jurídico, como foi o caso em 1987 e 1988.

Por último, não pode se ignorar o aglutinador maior dessas questões. A noção de “ideologia de gênero”, mantra que motivou o ataque à própria Judith Butler em sua breve passagem pelo Brasil em 2017⁵⁵³. Embora efetivamente denominada ao final dos anos 1990, teve seu uso disseminado no Brasil apenas recentemente, sobretudo a partir de 2007. O termo, cuja gênese pode ser atribuída ao movimento antigênero dentro da igreja católica, serviu – e serve – no campo político, religioso e político-religioso, como instrumento para materializar de forma unívoca as diversas frentes contra as quais os grupos conservadores se opõem na seara do gênero e da sexualidade, dando coesão a esse “outro” inimigo. Acompanha essa retórica, novamente: a ameaça à família, reassentada pelo rompimento com os valores “tradicionais”, e à vida, principalmente a partir do aborto; a possibilidade de indução a determinadas orientações sexuais ou identidades de gênero, que partiria dos ambientes educacionais; além de esses aspectos estarem vinculados, agora, a um suposto “marxismo cultural”⁵⁵⁴, que revigora a construção do perfil exposto acima do “liberal conservador religioso”.

Esse breve quadro traçado acima serve ao propósito de iluminar a contemporaneidade dos discursos observados na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88. Por um lado, sugere-se a necessidade de explorar essa manutenção discursiva mais a fundo, em pesquisas futuras. Por outro, reforça-se a importância

⁵⁵² BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. **Gênero, Neoconservadorismo e Democracia**. São Paulo: Boitempo, 2020.

⁵⁵³ CORRÊA, Sonia; KALIL, Isabela. **Políticas Antigênero en América Latina**: Brasil. Rio de Janeiro: Observatorio de Sexualidad y Política (SPW), 2020.

⁵⁵⁴ CORRÊA, Sonia; KALIL, Isabela. **Políticas Antigênero en América Latina**: Brasil. Rio de Janeiro: Observatorio de Sexualidad y Política (SPW), 2020.

de exame dos discursos proferidos na ANC, inclusive como forma de melhor compreender o processo que levou à ascensão de forças conservadoras no arranjo político-eleitoral brasileiro.

7 Conclusão

O Movimento Homossexual Brasileiro viu seus esforços de incidência política serem frustrados diante da Assembleia Nacional Constituinte. Mas isso não significou, nem de longe, o “fim do homossexualismo no Brasil”, como pareceriam querer certos parlamentares. Pelo contrário, essa foi a primeira reivindicação coletiva de direitos em larga escala feita pelo MHB. A experiência conquistada com o episódio serviria de base para a articulação e crescimento desse movimento social, que veria uma intensa proliferação de organizações e de sua atuação no campo institucional nos anos seguintes.

A pesquisa conduzida permitiu a constatação e aprofundamento de uma série de fatores. Os primeiros, relativos ao resgate histórico e à construção da memória coletiva da comunidade LGBTI+. Nesse sentido, o exame dos documentos arquivados no Fundo João Antônio Mascarenhas mostrou como a mobilização que antecedeu aos eventos Constituintes, liderada pelo Triângulo Rosa, foi intensa. Além das ações de *advocacy* descritas, ressalta-se a expectativa que havia, por parte do MHB, de solidariedade vinda de outros grupos estigmatizados. Em função disso, houve uma concentração de esforços na apresentação da demanda a deputados e senadores incluídos nesses segmentos, como foi o caso de mulheres e negros.

O acesso limitado de entidades da sociedade civil aos salões de Brasília, em convergência com o momento vivido pelo MHB, que sofria os impactos da epidemia de HIV/Aids, atingiu as possibilidades de uma maior representação do segmento social na Constituinte. Assim, a participação, restrita à presença de João Antônio de Souza Mascarenhas, evidenciou o déficit representativo da ANC, que não contava com nenhuma outra pessoa LGBTI+ nas audiências públicas ou em posição institucional mais forte, com direito a voto. Do mesmo modo, foi possível iluminar processos de exclusão que marcaram a construção do Movimento LGBTI+ brasileiro, com particular destaque para o alijamento de travestis e transexuais. A percepção dessas hierarquizações de identidade é importante para que sejam traçadas estratégias futuras para o próprio grupo. Portanto, embora esses apagamentos já fossem, em grande medida, conhecidos, a análise dos discursos da Assembleia permitiu salientar modos específicos em que isso ocorreu, contribuindo

para reforçar a existência dessas desigualdades na base da articulação desse conjunto político.

Nessa medida, este trabalho tem também sua dimensão performativa, atuando na nomeação de atos de violência como *transfobia* e *homofobia*, o que possibilita a instituição dessas ocorrências. Isso, para além de ilustrar a cisão interna do movimento social, serviu para inscrever tais formas de discriminação como fundantes da sociedade e do Estado brasileiros, mostrando como a rejeição da demanda pela Constituinte continha o simbolismo de exclusão desse grupo também da delimitação de uma nação, constituída pela nova carta política. Esse aspecto contribuiu, ainda, para demonstrar que falar de gênero e sexualidade, sobre reconhecimento de pessoas LGBTI+, é falar a respeito da democracia e do grau de efetividade desse regime, do qual é indissociável o pleno exercício da cidadania por todos os indivíduos que integram – ou deveriam integrar – essa mesma nação.

No que diz respeito aos trâmites na ANC, observou-se o vaivém da “orientação sexual” nos diversos anteprojetos apresentados. Havia sido rejeitada na Subcomissão de Direitos e Garantias Individuais, mas conseguiu-se incluir “comportamento sexual” na Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Por outro lado, o texto final aprovado pela Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias mantinha o termo preconizado pelo MHB, que se sustentou na Comissão da Ordem Social, a despeito das várias investidas que recebeu. Na Comissão de Sistematização, chegou a integrar os projetos iniciais, porém foi excluída antes da redação final, sem que parlamentares simpáticos à causa conseguissem seu reingresso no plenário.

Na relação de forças, viu-se uma evidente mobilização de parlamentares ligados a grupos religiosos no embate à demanda apresentada pelo MHB. Em especial, constituintes evangélicos foram os que se apresentaram mais frontalmente contra a questão. Contudo, em contraste, foi também uma evangélica – Benedita da Silva – quem se mostrou a defensora mais ferrenha da inclusão da “orientação sexual” no texto constitucional, sobretudo motivada por seu engajamento junto aos movimentos negro e feminista. Sendo assim, levanta-se um elemento que sugere que a relação entre LGBTI+ e evangélicos pode ser mais complexa do que a leitura comum de que se trata de dois conjuntos integralmente incompatíveis. Em outro sentido, a investigação trouxe algumas evidências de questões que não teve o intuito inicial de explorar. Uma delas é o protagonismo do Partido da Frente Liberal (PFL),

atual Democratas (DEM), na oposição às demandas da população LGBTI+. Uma análise do quanto desses discursos se preservaram no seio do partido é uma interessante agenda para outra pesquisa. Do mesmo modo, a bancada do Partido dos Trabalhadores (PT) parece ter sido aquela mais atuante em defesa do pleito, aspecto que se refletiu em grande parte dos partidos mais à esquerda no espectro político, embora houvesse exceções chamativas.

Uma contribuição de caráter mais jurídico, particularmente no que se refere à interpretação constitucional, deve-se à constatação de haver certo consenso nos discursos, independentemente do que possa ter motivado esse tipo de manifestação, de que o texto da Constituição, como se lê hoje, abarca a proteção contra discriminação de pessoas LGBTI+. Há duas possibilidades, seja evocando a vedação geral contra discriminação, seja recorrendo ao vocábulo “sexo” como englobando a tutela do grupo. Embora se trate de uma tese já bastante veiculada, é importante que agora se tenham evidências de nosso processo Constituinte que sustentem esse tipo de interpretação, mesmo para quem opte por uma leitura “originalista” do texto.

Em uma investigação que, desde seu início, foi construída tão preocupada com os elementos constituidores das subjetividades, parece essencial nomear, ao final, alguns contornos de sujeitos que se viram estabelecer nos discursos examinados. São retratos abstratos dos sujeitos que se formariam caso esse processo ocorresse unilateralmente a partir do identificado na ANC: o *homossexual promíscuo*, o *homossexual estigmatizado* e a *travesti abjeta*, que também se destringem no penúltimo dos apêndices.

O primeiro deles – o *homossexual promíscuo* – é marcado por um discurso de hipersexualização da homossexualidade, a partir do qual o sujeito também é vinculado à epidemia de HIV/Aids, cuja existência tanto provocaria quanto mereceria. Seus atos são vistos como perigosos e sua liberdade como nociva à sociedade. Sua existência é alvo de patologização, bem como caracterizada enquanto pecaminosa, antinatural e repugnante, sendo valorizadas tentativas de conversão e “cura” desse tipo de condição. Essa caracterização partiu, principalmente, daqueles contrários ao pleito.

O *homossexual estigmatizado*, por sua vez, reflete os contornos dados pela sociedade civil – nomeadamente o representante do Triângulo Rosa – a gays, lésbicas e bissexuais. Trata-se, nesse caso, de pessoas em busca de liberdade, que

enfrentam estigma, discriminação e violência em virtude de sua sexualidade, sendo impedidos de participar livremente da sociedade.

A *travesti abjeta* se construiu por meio dos discursos de todos os presentes na ANC, inclusive de Mascarenhas. A ela, associou-se a prostituição, o consumo de drogas e a criminalidade, além de ser demarcado um maior grau de nojo e repulsa em relação às suas corporalidades, quando comparadas aos homossexuais. Se a abjeção, inserida no marco teórico adotado pela pesquisa, aplica-se a todos indivíduos LGBTI+, certamente há uma hierarquia diferencial de abjeção na qual determinados indivíduos são considerados mais abjetos que outros, dentro da mesma coletividade. Embora o conceito dê nome justamente ao espaço do “não sujeito”, estabelecer essa categoria da travesti, simultaneamente abjeta e sujeito, significa posicioná-la, performativamente, enquanto sujeito.

Por fim, a delimitação dos discursos deixou evidente como os elementos religiosos infiltraram-se nos argumentos utilizados pelos parlamentares em oposição à “orientação sexual”. De forma semelhante, a alusão recorrente “à moral e aos bons costumes” revela que resquícios do discurso do período ditatorial ainda se faziam presentes. O delineamento de tipos discursivos também colaborou para que fossem trazidas evidências para amparar a hipótese que o trabalho pretendeu iluminar, sugerindo como o que se viu na Constituinte permanece vivo na política institucional brasileira e de que maneira esses discursos seguem protagonizando episódios que afetam estruturalmente a organização de nossa sociedade. Assim, para além do caráter de reconstrução histórica desta pesquisa, os resultados aqui encontrados são uma valorosa ferramenta de análise do contexto atual do país, bem como para a percepção dos elementos políticos que deram início ao processo de deterioração da democracia; elementos esses que estão presentes desde a própria abertura democrática no Brasil, como se viu nesse exame das discussões atinentes à sexualidade na Assembleia Nacional Constituinte.

8

Referências

AGUIÃO, Silvia. **Fazer-se no “Estado”**: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direito no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

ARRIBAS-AYLLON, Michael; WALKERDINE, Valerie. Foucauldian Discourse Analysis. In: WILLIG, Carla; STANTON-ROGERS, Wendy. **The Sage Handbook of Qualitative Research in Psychology**. London: Sage, 2008, p. 91-108.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO BRASIL (ANTRA); BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara N. B.. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018**. Brasil: ANTRA, 2019. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2018.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2019.

AUSTIN, John Langshaw. **How to do things with words**. Cambridge: Harvard University Press, 1975.

AVRITZER, Leonardo. O novo constitucionalismo latino-americano: uma abordagem política. In: AVRITZER, Leonardo et al. **O constitucionalismo democrático latino-americano em debate**: soberania, separação de poderes e sistema de direitos. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco; SANTOS, Daniel Moraes dos. O longo caminho contra a discriminação por orientação sexual no Brasil no constitucionalismo pós - 88: igualdade e liberdade religiosa. **Revista Libertas**, v. 1, n. 1, p. 25-72, 2013.

BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco de Moraes; VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti; AGUIAR, Rafael dos Reis. Objetivos Fundamentais do Estado Brasileiro. In: CERDEIRA, Pablo; VASCONCELLOS, Fábio; SGANZERLA, Rogério. **Três Décadas de Reforma Constitucional** – onde e como o congresso nacional procurou modificar a constituição de 1988. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo**: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. São Paulo: Saraiva, 2015.

BELLO, Enzo. O pensamento descolonial e o modelo de cidadania do novo constitucionalismo latino-americano. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD)**, São Leopoldo, v. 7, n. 1, p. 49-61, jan./abr. 2015.

BEZERRA, Benedito Gomes. Questões de gênero em traduções da Bíblia para português e inglês: uma abordagem comparativa. **Discurso e Sociedade**, v. 5, n. 3, p. 492-513, 2011.

BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. **Gênero, Neoconservadorismo e Democracia**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

BOSWELL, John. **Christianity, Social Tolerance, and Homosexuality**: gay people in western europe from the beginning of the christian era to the fourteenth century. Chicago: the University of Chicago Press, 1980.

BRASIL. Diário Oficial. **Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte**, 1987. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/regimento-interno-da-assembleia-nacional/resolucao-2-1987. Acesso em: 21 abr. 2021.

BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Atas de Reunião, 1987-1988.

BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher - Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Atas de Reunião, 1987-1988.

BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Ordem Social - Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias. Atas de Reunião, 1987-1988.

BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Ordem Social. Atas de Reunião, 1987-1988.

BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições – Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos. Atas de Reunião, 1987-1988.

BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação – Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes. Atas de Reunião, 1987-1988.

BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e

Tecnologia e da Comunicação – Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Atas de Reunião, 1987-1988.

BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições – Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso. Atas de Reunião, 1987-1988.

BRASIL. Senado Federal. **Anais da Assembleia Constituinte (Atas de Comissões)**. Comissão de Redação. Atas de Reunião, 1987-1988.

BULGARELLI, Lucas; FONTGALAND, Arthur. **Violência contra LGBTs+ nos Contextos Eleitoral e Pós-Eleitoral**. Brasil, 2019. Disponível em: http://violencialgbt.com.br/dados/190321_relatorio_LGBT_V1.pdf. Acesso em: 05 abr. 2019.

BUTLER, Judith. **Bodies that matter**: on the discursive limits of “sex”. London and New York: Routledge, 1993.

BUTLER, Judith. **Excitable speech**: a politics of the performative. London and New York: Routledge, 1997.

BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual?. **Cadernos Pagu**, n. 21, p. 219-260, 2003.

BUTLER, Judith. **Undoing Gender**. New York and London: Routledge, 2004.

BUTLER, Judith. Preface (1999). In: BUTLER, Judith. **Gender Trouble**: Feminism and the Subversion of Identity. New York and London: Routledge, 2007.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: Quando a vida é passível de luto?. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. Fundações contingentes: feminismo e a questão do “pós-modernismo”. In: BENHABIB, Seyla; BUTLER, Judith; CORNELL, Drucilla; FRASER, Nancy. **Debates feministas**: um intercâmbio filosófico. São Paulo: Fundação Editora da Unesp (FEU), 2018.

BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder**: teorias da sujeição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

BUTLER, Judith. **Vida precária**: os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

BUTLER, Judith. **The force of non-violence: an ethico-political bind.** London/New York: Verso, 2020.

BUTLER, Judith. Judith Butler sobre a Covid-19: o capitalismo tem seus limites. **Blog da Boitempo.** Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/20/judith-butler-sobre-o-covid-19-o-capitalismo-tem-seus-limites/>. Acesso em 18 maio 2020.

BUTLER, Judith; SPIVAK, Gayatri Chakravorty Spivak. **Quem canta o Estado-nação?:** língua, política, pertencimento. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2018.

CÂMARA, Cristina. **Cidadania e orientação sexual:** a trajetória do grupo Triângulo Rosa. Rio de Janeiro: Academia Avançada, 2002.

CAPPI, Riccardo. Pensando as respostas estatais às condutas criminalizadas: um estudo empírico dos debates parlamentares sobre a redução da maioridade pena (1993-2010). **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, v. 1, n. 1, 2014.

CARRARA, Sérgio. A antropologia e o processo de cidadanização da homossexualidade no Brasil. **Cadernos Pagu**, v. 47, 2016, e164717. <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201600470017>.

CARRARA, Sérgio. Só os viris e discretos serão amados?. *Folha de São Paulo*, 19 de junho de 2005. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1906200509.htm#:~:text=Paulo%20%2D%20S%C3%B3%20os%20viris%20e,%3F%20%2D%2019%2F06%2F2005&text=S%C3%93%20OS%20VIRIS%20E%20DISCRETOS%20SER%3%83O%20AMADOS%3F&text=Paradas%20do%20orgulho%20de%201%C3%A9sbicas,aten%C3%A7%C3%A3o%20dos%20institutos%20de%20pesquisa>. Acesso em: 28 mar. 2021.

CARDINALI, Daniel Carvalho. **A judicialização dos direitos LGBT no STF:** limites, possibilidades e consequências. Belo Horizonte: Arraes, 2018.

CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio. Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad** – Revista Latinoamericana, n. 14, ago. 2013, p. 319-351.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). **Dirce Maria do Vale Quadros.** Rio de Janeiro: FGV, s/d. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/nyder-barbosa-de-meneses>. Acesso em: 21 abr. 2021.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). **Nyder Barbosa de Meneses.** Rio de Janeiro: FGV, s/d. Disponível em:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dirce-maria-do-vale-quadros>. Acesso em: 22 abr. 2021.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). **Salatiel Sousa Carvalho**. Rio de Janeiro: FGV, s/d. Disponível em:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/salatiel-sousa-carvalho>. Acesso em: 27 abr. 2021.

COACCI, Thiago. **Conhecimento precário e conhecimento contra-público: a coprodução dos conhecimentos e dos movimentos sociais de pessoas trans no Brasil**. Belo Horizonte: Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2018.

COLLINS, Patricia Hill. Comment on Hekman's "Truth and Method: Feminist Standpoint Theory Revisited": Where's the Power?. **Signs**, v. 22, n. 2, 1997.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Intersectionality**. Cambridge: Polity Press, 2016.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH). **Violência contra pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersexo nas Américas**. Washington: OEA, 2015.

CORRALES, Javier. **LGBT rights and representation in Latin America and the Caribbean: the influence of structure, movements, institutions, and culture**. University of North Carolina: LGBT Representation and Rights Initiative, 2015.

CORRÊA, Sonia. A “política do gênero”: um comentário genealógico. **Cadernos pagu**, v. 53, e185301, 2018.

CORRÊA, Sonia. De volta ao de sempre: segregação por sexo/gênero como medida de contenção da Covid-19. **Sexuality Policy Watch**. Disponível em: <https://sxpolitics.org/ptbr/de-volta-ao-de-sempre-segregacao-por-sexo-genero-como-medida-de-contencao-da-covid-19/10296>. Acesso em: 27 maio 2020.

CORRÊA, Sonia; KALIL, Isabela. **Políticas Antigênero en América Latina: Brasil**. Rio de Janeiro: Observatorio de Sexualidad y Política (SPW), 2020.

COSTA, Ramon Silva. **Entre taps e direitos: proteção de dados pessoais, privacidade e liberdade no aplicativo Grindr**. Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Direito. Programa de Pós-Graduação em Direito, 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, vol. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.

CUNLIFFE, Ann L. Discourse Analysis. In: THORPE, Richard; HOLT, Robin. **The Sage Dictionary of Qualitative Management Research**. London: SAGE, 2008.

CURIEL, Ochy. **La Nación Heterossexual**: Análisis del discurso jurídico del régimen heterossexual desde la antropología de la dominación. Bogotá: Brecha Lésbica y em la frontera, 2013.

CURIEL, Ochy. Hacia la construcción de un feminismo descolonizado. In: MIÑOSO, Yuderkys Espinosa; CORREAL, Diana Gómez; MUÑOZ, Karina Ochoa (orgs). **Tejiendo de otro modo**: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014.

DANIUS, Sara; JONSSON, Stefan; SPIVAK, Gayatri Chakravorty. An Interview with Gayatri Chakravorty Spivak. **Boundary**, v. 20, n. 2 , 1993.

DERRIDA, Jacques. **Limited Inc**. Evanston: Northwestern University Press, 1988.

FAIRCLOUGH, Norman. Análise Crítica do Discurso como Método em Pesquisa Social Científica. **Linha d'Água**, n. 25, v.2, p. 307-329, 2012.

EFREM FILHO, Roberto. “Os evangélicos” como nossos “outros”: sobre religião, direitos e democracia. **Religião e Sociedade**, n. 39, n. 3, p. 124-151, 2019.

FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas?**: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora UnB, 2016.

FATIMA, Wellton da Silva de. **O discurso religioso e as sexualidades mal ditas**. Curitiba: Appris, 2020.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Lisboa: Edições 70, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FRASER, Nancy. From Redistribution to Recognition? Dilemmas of justice in a "postsocialist" age. In: OLSON, Kevin. **Adding Insult to Injury**: Nancy Fraser debates her critics. London: Verso, 2008.

FRY, Peter. Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: FRY, Peter. **Para inglês ver**: identidade política na cultura brasileira. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1982.

GALANTIN, Daniel Verginelli; RIBAS, Thiago Fortes. Política e Análise do Discurso na Arqueologia de Foucault. **Cadernos de ética e filosofia política**, n. 35, v. 2, 2019.

GALIL, Gabriel Coutinho. **Fora do Armário, Além das Fronteiras**: a proibição de discriminação com base em orientação sexual e identidade de gênero no sistema global de direitos humanos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

GLASER, Barney G.; STRAUSS, Anselm L. **The discovery of grounded theory**: strategies for qualitative research. New Brunswick and London: AldineTransaction, 2006.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

GREEN, James N.. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). **Mortes Violentas de LGBT no Brasil**: Relatório 2018. Salvador: GGB, 2019. Disponível em: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2019/01/relat%C3%B3rio-de-crimes-contra-lgbt-brasil-2018-grupo-gay-da-bahia.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2019.

GUSTIN, Miracy B. S.; DIAS, Maria Tereza Fonseca. **(Re)pensando a pesquisa jurídica**: teoria e prática. Belo Horizonte: Del Rey, 2013, p. 65-66.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1 jan. 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em 29 maio 2020.

IRINEU, Bruna Andrade. **Nas Tramas da Política Pública LGBT**: um estudo crítico da experiência brasileira (2003-2015). Cuiabá: EdUFMT, 2019.

ILGA, World; MENDOS, Lucas Ramon; BOTH, Kellyn; LELIS, Rafael Carrano; PEÑA, Enrique López de la; SAVELEV, Ilia; TAN, Daron. **State-Sponsored Homophobia 2020**: Global Legislation Overview Update. Geneva: ILGA, December 2020.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Transfobia e crimes de ódio: assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. **História agora**, v. 16, n. 2, 2013, p. 105-106.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Travessia: caminhos da população trans na história. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (orgs.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Rev. psicol. polít.**, v. 18, n. 43, p. 449-502, 2018.

LAPERRIÈRE, Anne. A teorização enraizada (*grounded theory*): procedimento analítico e comparação com outras abordagens similares. In: SALLUM JR., Brasília. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2014.

LELIS, Rafael Carrano; GALIL, Gabriel Coutinho. Direito Internacional Monocromático: previsão e aplicação dos direitos LGBTI na ordem internacional. **Revista de Direito Internacional**, v. 15, n. 1, p. 277-298, 2018.

LELIS, Rafael Carrano. Interpretação Constitucional Queer. In: LELIS, Rafael Carrano; ALMEIDA, Marcos Felipe Lopes de. **Diálogos LGBTI+**: avançando lutas e conjugando campos. Salvador: Devires, 2019, p. 145-156.

LELIS, Rafael Carrano; ALMEIDA, Marcos Felipe Lopes de; ROSA, Waleska Marcy. Quem conta como nação? A exclusão de temáticas LGBTI nas assembleias constituintes de Brasil e Colômbia. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 9, n. 2, p. 84-112, 2019.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade: política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”**. Salvador: EDUFBA, 2018.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MARTÍNEZ, Gregorio Peces-Barba. **Curso de Derechos Fundamentales: teoria general**. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid y Boletín Oficial del Estado, 1999.

MCROBBIE, Angela; SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Strategies of Vigilance: An Interview with Gayatri Chakravorty Spivak. In: MCROBBIE, Angela. **Postmodernism and Popular Culture**. New York: Routledge, 1994.

MELO, Sydne. Deus, a Bíblia e os evangélicos na Constituinte (1987-1988). **Revista Caminhando**, v. 23, n. 2, p. 81-105, jul./dez. 2018.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2014.

MORAES, Maria Lygia Quartim de; FRATESCHI, Yara; RODRIGUES, Carla. Entrevista com Judith Butler. **Margem Esquerda**, n. 33, v. 2, 2019.

MORANDO, Luiz. Por baixo dos panos: repressão a gays e travestis em Belo Horizonte (1963-1969). In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan. **Ditadura e homossexualidade: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EdUFSCar, 2015, p. 53-81.

MOREIRA, Adilson José. **O que é discriminação?**. Belo Horizonte: Letramento: Casa do Direito: Justificando, 2017.

MOTT, Luiz. O imprescindível GGB, Grupo Gay da Bahia. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa. **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018, p. 211-225.

NUSSBAUM, Martha C. **From disgust to humanity**: sexual orientation and constitutional law. New York: Oxford University Press, 2010.

OCANHA, Rafael Freitas. As rondas policiais de combate à homossexualidade na cidade de São Paulo (1976-1982). In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan. **Ditadura e homossexualidade**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2015, p. 149-175.

OLIVEIRA, Adriana Vidal de. **Constituição e Direitos das Mulheres** - Uma Análise dos Estereótipos de Gênero na Assembleia Constituinte e suas Consequências no Texto Constitucional. Curitiba: Juruá, 2014.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. Seguindo os passos “delicados” de *gays* afeminados, viado e bichas pretas no Brasil. In: CAETANO, Marcio; SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço da (orgs.). **De guri a cabra-macho**: masculinidades no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Report of the Independent Expert on protection against violence and discrimination based on sexual orientation and gender identity**: Data collection and management as a means to create heightened awareness of violence and discrimination based on sexual orientation and gender identity. Genebra: Conselho de Direitos Humanos da ONU, 2019. Disponível em: https://ap.ohchr.org/documents/dpage_e.aspx?si=A/HRC/41/45. Acesso em: 15 nov. 2019.

OSWICK, Cliff. Discourse Analysis and Discursive Research. In: SYMON, Gillian; CASSELL, Catherine. **Qualitative Organizational Research**: core methods and current challenges. London: SAGE, 2012, p. 473-491.

PAIVA, Vera. A psicologia redescobrirá a sexualidade?. **Psicologia em Estudo**, v. 13, n. 4, out/dez 2018.

PILATTI, Adriano. **A constituinte de 1987-1988**: progressistas, conservadores, ordem econômica e regras do jogo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

QUINALHA, Renan. Censura moral na ditadura brasileira: entre o direito e a política. **Rev. Direito Práx.**, Rio de Janeiro, Vol. 11, N. 03, 2020, p. 1727-1755. DOI: 10.1590/2179-8966/2019/44141.

REYNOLDS, Andrew. Representation and rights: the impact of LGBT legislators in comparative perspective. **American Political Science Review**, Cambridge, v. 107, n. 02, p. 259-274, 2013.

RIOS, Roger Raupp. Direito da Antidiscriminação, Sexo, Sexualidade e Gênero: a compreensão da proibição constitucional de discriminação por motivo de sexo. In: SARMENTO, Daniel; IKAWA, Daniela; PIOVESAN, Flávia. **Igualdade, Diferença e Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 704-705.

RIOS, Roger Raupp. Perspectivas e tensões no desenvolvimento dos Direitos Sexuais no Brasil. **Revista de Informação Legislativa**, v. 52, n. 207, 2015, p. 331-353.

ROCCO, Aline Tusset de; CARDOSO, Iuri; BERNARDES, Pedro Henrique Dias Alves; ALMEIDA, Marcos Felipe Lopes de; LELIS, Rafael Carrano. Violências Contra Pessoas LGBTI+: registros do TODXS App. **Sexualidade & Política: Revista Brasileira de Políticas Públicas LGBTI+**, v. 1, n. 1, p. 5-15, 2019.

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. **ALEA**, v. 7, n. 2, p. 305-322, 2005.

RODRIGUES, Carla. Para além do gênero: anotações sobre a recepção da obra de Butler no Brasil. **Em Construção: arquivos de epistemologia histórica e estudos de ciência**, n. 5, 2019, p. 59-72.

<http://dx.doi.org/10.12957/emconstrucao.2019.40523>.

SALIH, Sarah. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

RUBIN, Gayle. Pensando o sexo – notas para uma teoria radical da política da sexualidade. In: RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

SAFATLE, Vladimir. **Introdução a Jacques Lacan**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Movimento LGBT e partidos políticos no Brasil. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 6, n. 1, P. 179-212, 2016.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa; MELO, Bruno Leonardo Ribeiro de. The opposition to LGBT rights in the Brazilian national congress (1986-2018): actors, dynamics of action and recent developments. **Sociologies in Dialogue**, v. 4, n. 1, p. 80-108, 2018. <http://dx.doi.org/10.20336/sid.v4i1.93>.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **Epistemology of the Closet**. Berkeley: University of California Press, 1990.

SEM AUTOR. **Bíblia Sagrada** – edição pastoral. São Paulo: Paulus, 1990.

SILVA, Larissa Maués Pelúcio. **Nos Nervos, Na Carne, Na Pele** – uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de aids (Tese – Doutorado). São Carlos: UFSCar, 2007.

SILVA JÚNIOR, Enézio de Deus. **Falas de que famílias?** Análise dos discursos da Constituinte de 1987/1988 sobre direitos e relações familiares. Curitiba: Appris, 2018.

SILVA, Marcos Vinicíus Madalena da; CAMELO, Viviane Cristina. Mídia e Ideologia: uma Análise de Discurso sobre a maconha das revistas *Veja*, *Superinteressante* e *Época*. **Anais do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Belém: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2019.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris**: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOARES, Maria Carolina Coelho de Sousa. **Entre a reconciliação política e a identidade nacional**: uma análise da justiça de transição brasileira à luz de uma proposta criativa deleuziana. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Dissertação de Mestrado), 2021.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno Falar?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STRAUSS, Anselm L.; CORBIN, Juliet. **Pesquisa qualitativa**: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada, 2ª ed.. Porto Alegre: Artmed, 2008.

STRAUSS, Anselm L.; CORBIN, Juliet. **Basics of qualitative research**: techniques and procedures for developing grounded theory, 3rd ed.. Thousand Oaks: SAGE, 2008.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti. Mobilização Judicial pelos Direitos da Diversidade Sexual e de Gênero no Brasil. In: LELIS, Rafael Carrano; ALMEIDA, Marcos Felipe Lopes de. **Diálogos LGBTI+**: avançando lutas e conjugando campos. Salvador: Devires, 2019, p. 157-187.

VECCHIATI, Paulo Roberto Iotti. **O STF, a Homotransfobia e seu Reconhecimento como Crime de Racismo** – análise e defesa da decisão do Supremo Tribunal Federal que reconheceu a homotransfobia como crime de racismo. Bauru: Spessotto, 2020.

VIEIRA, Helena; FRACCAROLI, Yuri. Violência e dissidências: um breve olhar às experiências de repressão e resistência das travestis durante a ditadura militar e os primeiros anos da democracia. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan;

CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (orgs.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

VIGOYA, Mara Viveros. **As cores da masculinidade**: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.

VITAL, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite. **Religião e Política**: uma análise da atuação dos parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

VITAL, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite; LUI, Janayna. **Religião e Política**: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll e Instituto de Estudos da Religião, 2017.

WEEKS, Jeffrey. **Sex, politics and society**: the regulation of sexuality since 1800. London: New York: Routledge, 2012.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016, p. 37-81.

Apêndice A – Linha do Tempo

A Orientação Sexual na Constituinte	
<h1>LINHA DO TEMPO</h1>	<p>01 DE FEVEREIRO DE 1987</p> <p>Instalação da ANC</p>
<p>29 DE ABRIL DE 1987</p> <p>Discurso de Mascarenhas na Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias (7-C)</p>	
	<p>30 DE ABRIL DE 1987</p> <p>Discurso de Mascarenhas na Subcomissão de Direitos e Garantias Individuais (1-C)</p>
<p>11 DE MAIO DE 1987</p> <p>Apresentação do anteprojeto da Subcomissão 1-C, contendo "orientação sexual"</p>	
	<p>12 DE MAIO DE 1987</p> <p>Apresentação do anteprojeto da Subcomissão 7-C, contendo "orientação sexual"</p>
<p>23 DE MAIO DE 1987</p> <p>Apresentação do substitutivo ao anteprojeto da Subcomissão 1-C, retirada a "orientação sexual"</p>	
	<p>25 DE MAIO DE 1987</p> <p>Aprovação do substitutivo ao anteprojeto da Subcomissão 7-C, contendo "orientação sexual", derrotadas as emendas pra sua retirada</p>

01 DE JUNHO DE 1987

Apresentação do anteprojeto da
**Comissão da Soberania e dos
Direitos e Garantias do
Homem e da Mulher**

12 DE JUNHO DE 1987

Apresentação e aprovação do
substitutivo ao anteprojeto da
**Comissão da Soberania e dos
Direitos e Garantias do
Homem e da Mulher**, contendo
"comportamento sexual"

Apresentação do anteprojeto da
Comissão da Ordem Social,
contendo "identidade sexual"

13 DE JUNHO DE 1987

Votação e derrota das emendas
para retirada de
"comportamento sexual" do
substitutivo da **Comissão da
Soberania e dos Direitos e
Garantias do Homem e da
Mulher**

Aprovação do substitutivo na
Comissão da Ordem Social,
aprovada a emenda de Benedita
da Silva para substituição de
"identidade sexual" por
"orientação sexual"

26 DE JUNHO DE 1987

Apresentação do 1º anteprojeto
da **Comissão de
Sistematização**, contendo
"comportamento sexual"

09 DE JULHO DE 1987

Apresentação do 2º anteprojeto
da **Comissão de
Sistematização**, contendo
"orientação sexual"

26 DE AGOSTO DE 1987

Apresentação do 1º substitutivo ao anteprojeto da **Comissão de Sistematização**, sem previsão de proteção expressa contra discriminação por orientação sexual ou motivo semelhante

18 DE SETEMBRO DE 1987

Apresentação do 2º substitutivo ao anteprojeto da **Comissão de Sistematização**, também sem previsão expressa

26 DE SETEMBRO DE 1987

Votação e derrota do destaque proposto por José Genoíno para incluir "orientação sexual" no texto do anteprojeto da **Comissão de Sistematização**

28 DE JANEIRO DE 1988

Votação e derrota de emenda proposta por José Genoíno em **Plenário** para inclusão da "orientação sexual"

05 DE OUTUBRO DE 1988

Promulgação da Constituição

Apêndice B – Relação de Comissões e Subcomissões

1) Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher

1-A) Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais

1-B) Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias

1-C) Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais

2) Comissão da Organização do Estado

2-A) Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios

2-B) Subcomissão dos Estados

2-C) Subcomissão dos Municípios e Regiões

3) Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo

3-A) Subcomissão do Poder Legislativo

3-B) Subcomissão do Poder Executivo

3-C) Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público

4) Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições

4-A) Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos

4-B) Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança

4-C) Subcomissão de Garantia da Constituição, Reforma e Emendas

5) Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

5-A) Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas

5-B) Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira

5-C) Subcomissão do Sistema Financeiro

6) Comissão da Ordem Econômica

6-A) Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica

6-B) Subcomissão da Questão Urbana e Transporte

6-C) Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária

7) Comissão da Ordem Social

7-A) Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos

7-B) Subcomissão da Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente

7-C) Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias

8) Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

8-A) Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes

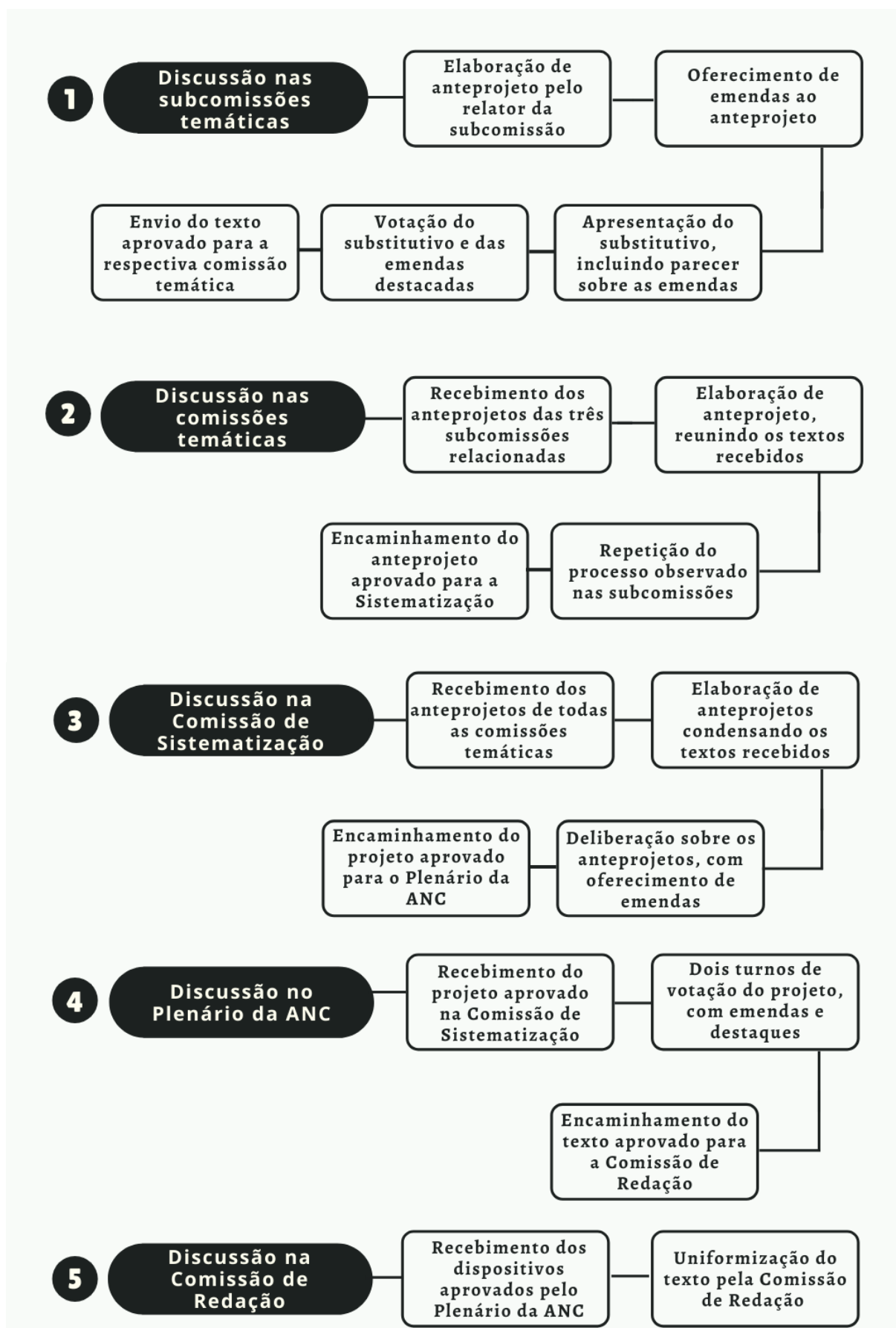
8-B) Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

8-C) Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso

9) Comissão de Sistematização

10) Comissão de Redação

Apêndice C – Fluxograma Simplificado do Processo Constituinte



Apêndice D – Categorias da TFD

Neste apêndice, exponho, como adiantado na seção metodológica, as categorias construídas a partir dos debates constituintes por meio da aplicação do método da TFD. O objetivo é fornecer um aporte mais sistemático, abstrato e geral que permita visualizar os principais elementos presentes no jogo de forças cujo resultado foi essa Constituição “cidadã” que excluiu certos sujeitos de seu conceito de cidadania. Desse modo, conforme já frisado, embora composto de etapas específicas e bem descritas, o método empregado é tão ou mais subjetivo que qualquer outro. Isso porque a subjetividade do pesquisador, que é quem rotula os discursos e cria as categorias, determina como são percebidos os enunciados e desenvolvida a análise. Assim, o intuito desta apresentação mais sistemática é facilitar a compreensão do quadro geral, sem a pretensão de que seja a amostra de dados “objetivos” ou “verdades” indiscutíveis, mas somente informações cientificamente organizadas.

Conforme já salientado, a TFD pretende fornecer uma maneira de aproximar a construção de teorias aos dados empíricos, não se preocupando com a comprovação de hipóteses, mas sim em como a interpretação dos dados pode dar origem a teorias e hipóteses a serem futuramente verificadas. Outro aspecto relevante da TFD é sua abertura e flexibilidade. Como se trata de um método altamente vinculado aos dados com os quais se trabalha, seu desenvolvimento pode variar tanto quanto os dados disponíveis. O que não significa dizer que não há rigor em seu emprego, mas sim que o método pode assumir diferentes formas em pesquisas distintas⁵⁵⁵.

No modelo inicial proposto por Glaser e Strauss, a noção de análise comparativa era apresentada com grande proeminência. Com efeito, a centralidade da comparação de dados permanece. Trata-se da necessidade de uma avaliação do material empírico em constante comparação e repetidas vezes. A leitura e releitura dos dados de forma exaustiva e sua confrontação permite ao pesquisador a visualização de categorias que, inicialmente, poderiam ter sido perdidas. Com isso, valoriza-se o papel da “teoria como processo”, algo em constante desenvolvimento

⁵⁵⁵ GLASER, Barney G.; STRAUSS, Anselm L. **The discovery of grounded theory**: strategies for qualitative research. New Brunswick and London: AldineTransaction, 2006, p. 8-9 e 31.

e não como um produto finalizado e perfeito⁵⁵⁶. De fato, o método possibilita o aprimoramento e alteração da teoria com o decorrer do tempo e aprofundamentos das análises.

Desse modo, a proposta dos autores, para uma abordagem qualitativa, é mesclar duas características de correntes mais usuais no tratamento do material empírico. Assim, procura combinar, via um processo analítico de comparação constante, um procedimento de codificação explícito ao desenvolvimento de teoria, dando igual relevância a ambos os fatores. Dessa maneira, o método de comparação adotado na TFD permite o desenvolvimento de teorias, com raiz empírica, que, posteriormente, podem ser replicadas e testadas em contextos similares. Todavia, sua não verificação em outros enquadramentos não tira a validade da teoria inicial, que está diretamente vinculada aos dados a partir dos quais ela foi produzida⁵⁵⁷.

Glaser e Strauss indicavam quatro etapas na aplicação de seu método de teoria fundamenta nos dados a partir comparação analítica. São eles: 1) a comparação de ocorrências aplicáveis a cada categoria; 2) a integração das categorias e suas propriedades; 3) a delimitação de uma teoria; e 4) a escrita da teoria⁵⁵⁸. Após essa proposição inicial, diversos pesquisadores desenvolveram, a seu próprio modo, distintas abordagens para a aplicação da TFD. Foi o que fizeram Strauss e Corbin, aprimorando as fases de codificação, que passaram a denominar de: aberta, axial e seletiva⁵⁵⁹. Embora, em reflexão posterior, os autores reconheçam que a divisão entre codificação aberta e axial é artificial e não estritamente necessária⁵⁶⁰, resolvi manter essa etapa analítica em meu relato da pesquisa. Fiz isso por entender que a divisão facilita a compreensão do método e permite, mais facilmente, a validação dos resultados encontrados na pesquisa.

Seguindo a proposta de Strauss e Corbin, a codificação aberta se refere ao primeiro momento de contato com os dados. É nessa fase em que serão feitas as primeiras divisões e produzidas as categorias iniciais. É a etapa mais ampla de

⁵⁵⁶ GLASER, Barney G.; STRAUSS, Anselm L. **The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research**. New Brunswick and London: AldineTransaction, 2006.

⁵⁵⁷ GLASER, Barney G.; STRAUSS, Anselm L. **The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research**. New Brunswick and London: AldineTransaction, 2006.

⁵⁵⁸ GLASER, Barney G.; STRAUSS, Anselm L. **The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research**. New Brunswick and London: AldineTransaction, 2006, p. 105.

⁵⁵⁹ STRAUSS, Anselm L.; CORBIN, Juliet. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**, 2ª ed.. Porto Alegre: Artmed, 2008.

⁵⁶⁰ STRAUSS, Anselm L.; CORBIN, Juliet. **Basics of qualitative research: techniques and procedures for developing grounded theory**, 3rd ed.. Thousand Oaks: SAGE, 2008, p. 198-199.

codificação, pois se parte de um maior volume de dados e serão pensadas as relações preliminares e traçadas as primeiras hipóteses a partir deles. Por isso, também, é a fase que mais necessita de leitura e releitura rigorosas e atentas, pois as etapas restantes partirão do que for selecionado nela. Assim, o que for excluído nesta etapa não entrará nas demais⁵⁶¹.

Por outro lado, a codificação axial, fase seguinte do procedimento, é o momento de densificação da análise. É quando serão reagrupados os dados inicialmente separados na codificação aberta, por meio da produção de novas categorias e macrocategorias. Além disso, inicia-se o processo de integração dos dados, a partir do delineamento das inter-relações existentes entre as categorias e macrocategorias produzidas. Nesse sentido, aumenta-se o nível de abstração dos grupos conceituais estabelecidos⁵⁶².

Por último, a codificação seletiva é responsável por uma integração final entre as categorias abstraídas até este momento da investigação, refinando-as para que seja gerado um quadro teórico a partir dos dados analisados. Assim, categorias derivadas de dados e discursos específicos dão origem a elementos conceituais com uma maior abrangência explicativa do fenômeno estudado.⁵⁶³

Para a concretização dessa etapa, optei por seguir a forma sugerida por Riccardo Cappi que, conduzindo também uma análise de discursos, propõe a realização da codificação seletiva a partir da descrição de *discursos-tipo*. Assim, estabelecem-se diferentes discursos representativos, do ponto de vista qualitativo, dos dados trabalhados, que são construídos pela integração das categorias previamente desenhadas⁵⁶⁴. No caso desta investigação, além dos discursos-tipo, que integram os elementos discursivos componentes dos enunciados performativos, optou-se por congrega, também, *sujeitos-tipo*, que seriam delimitações do conjunto das principais características atribuídas às pessoas LGBTI+ e que formariam uma subjetividade específica, caso o processo de subjetivação se desse de forma única e imediata. Contudo, é preciso ressaltar que, como já salientado, esse processo não é

⁵⁶¹ STRAUSS, Anselm L.; CORBIN, Juliet. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**, 2ª ed.. Porto Alegre: Artmed, 2008, p. 103-121.

⁵⁶² STRAUSS, Anselm L.; CORBIN, Juliet. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**, 2ª ed.. Porto Alegre: Artmed, 2008, p. 123-141.

⁵⁶³ STRAUSS, Anselm L.; CORBIN, Juliet. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**, 2ª ed.. Porto Alegre: Artmed, 2008, p. 143-159.

⁵⁶⁴ CAPPI, Riccardo. Pensando as respostas estatais às condutas criminalizadas: um estudo empírico dos debates parlamentares sobre a redução da maioridade pena (1993-2010). **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, v. 1, n. 1, 2014, p. 10-27.

único, de modo que os sujeitos-tipo apenas têm por objetivo uma apresentação didático-analítica dos resultados encontrados.

Em suma, a TFD foi empregada na pesquisa com o propósito de sistematizar um aspecto mais descritivo dos eventos analisados. Por isso também, as categorias são apresentadas neste apêndice, embora na cronologia da investigação elas tenham sido estabelecidas primeiro e somente depois foi realizada a análise dos discursos constituintes.

1. Identificando Discursos sobre Pessoas LGBTI+ na Constituinte (Codificação Aberta)

Conforme mencionado acima, a primeira etapa do método de teorização fundamentada é a codificação aberta. Nessa fase, tem-se o primeiro contato com o material empírico e é feita uma divisão inicial de possíveis categorias, com o menor nível possível de abstração.

Sendo assim, a codificação, nesta etapa, preocupou-se com o maior grau possível de especificidade, indicando em grupos diferentes discursos que possuísem quaisquer elementos mínimos de distinção. Priorizou-se, neste momento, a codificação *in vivo*⁵⁶⁵. Isso quer dizer que, na maioria dos casos, não foi criado um novo rótulo para cada categoria, mas apenas se fez uma segmentação dos dados brutos, mantendo-se como rótulos as denominações originais. É preciso destacar que, a partir desse procedimento, uma grande quantidade do material inicial foi descartada, incluindo-se na codificação apenas aquilo que possuía pertinência com o problema da pesquisa. Por se tratar da primeira etapa de codificação, na qual procura-se definir a maior quantidade de categorias possíveis, chegou-se a centenas de classificações, que estão devidamente identificadas em quadro disponível [neste link](#).

Algumas divisões mais amplas foram traçadas para auxiliar no processo de compreensão de diferentes papéis exercidos por discursos posicionados em contextos diversos. Dessa maneira, agruparam-se separadamente as categorias relativas a discursos de parlamentares e da sociedade civil. Em um segundo plano, foram conjugados em colunas distintas discursos favoráveis e discursos contrários à inclusão do termo “orientação sexual” no texto constitucional. Optei por esse

⁵⁶⁵ GLASER, Barney G.; STRAUSS, Anselm L. **The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research**. New Brunswick and London: AldineTransaction, 2006.

recorte, pois, após o contato com os dados, percebi que os debates relativos a pessoas LGBTI+, quase em sua totalidade, circulavam em torno desse tema central ou tratavam diretamente dele. Sendo assim, em todos os contextos que havia fala relativa a pessoas LGBTI+, era possível identificar o posicionamento do falante nesse debate primário. Dividiu-se assim, também, para que fosse possível observar a diferença de caracterização dos sujeitos LGBTI+ entre aqueles que apoiavam e aqueles que se opunham às suas demandas. Considerando esses critérios, a partir da codificação aberta, chegou-se ao número de categorias dispostos no Quadro 1.

Quadro 1 – Número de Categorias Codificação Aberta

	Favoráveis	Contrários
Parlamentares	128	290
Sociedade Civil	63	1

Fonte: autoria própria.

Como se vê, foi gerado um número bastante grande de categorias, motivo pelo qual o quadro com a codificação propriamente dita não foi incluído no corpo do texto. Mais uma vez, é preciso frisar que esse número de categorias não tem relação necessária com o número de parlamentares favoráveis ou contrários à pauta. Não se trata, conforme já salientado, de uma análise quantitativa, mas sim qualitativa. Nesse sentido, os números se referem a distintas categorias estabelecidas a partir da diferenciação qualitativa dos tipos de discursos proferidos pelos parlamentares e integrantes da sociedade civil. Assim, uma única fala pode ter originado dezenas de códigos, bem como somente uma aparição é suficiente para a criação de nova categoria. O que se fez, nesta etapa, foi procurar os elementos mais específicos de cada discurso, relativos ao objeto da pesquisa, separando-os para uma melhor visualização analítica. Nas próximas fases, esses elementos vão ser trabalhados para que se alcance maior abstração, possibilitando a criação de um quadro teórico.

2. Abstraindo na Categorização de Pessoas LGBTI+ na Constituinte (Codificação Axial)

Após o contato inicial com o material empírico e feita a separação das primeiras categorias, procede-se à comparação desses grupos criados. O objetivo é compreender as similaridades e diferenças entre eles para que possam ser

conjugados sob categorias mais abstratas, que ajudem a ter uma visão mais geral dos discursos constituintes.

Desse modo, após essa comparação, cada uma das categorias foi reagrupada sob termos-chave maiores. Ressalta-se que algumas das categorias estabelecidas anteriormente foram descartadas nesta fase por se entender que não contribuíam para a solução dos problemas de pesquisa. Em quadro disponível [neste link](#), ilustro como cada um dos códigos iniciais, obtidos na codificação aberta, foi transposto para essas novas categorias. Nesse sentido, com relação aos discursos parlamentares, chegou-se a 19 grupos de códigos dentre aqueles identificados como favoráveis e 26 no tangente aos contrários, conforme exposto nos Quadros 2 e 3.

Quadro 2 – Categorias Parlamentares Favoráveis

Favoráveis	Minorias Ativas
	Lutas Comuns
	Ausência de espaço na sociedade
	Valor Democrático Essencial
	Prevenção de Aids e Estigma de Homossexuais
	Significado Orientação Sexual
	Exemplificação de Posições Contrárias
	Enfrentamento do Preconceito com a Aids
	Violência e Discriminação
	Constituição Futurista
	Contrário à União Homossexual
	Homossexuais Enquanto Humanos
	Homossexualismo é um problema cultural
	Proteção genérica
	Homem íntegro não defende homossexualismo ou travestismo
	Indução ao Homossexualismo
	Homossexualidade é Natural
	Homossexualismo não é escolha
	Há negros homossexuais

Fonte: autoria própria.

Quadro 3 - Categorias Parlamentares Contrários

Contrários	Autoidentificação religiosa
	Menção religiosa
	Argumento democrático

	Homossexualismo é pecado
	Homossexualismo não é natural
	Homossexualismo é uma doença/desvio/anormalidade
	Prega princípios morais para a Constituição
	Proteção da família
	Contrário ao homossexualismo e ao amor livre
	Homossexualismo é nocivo à sociedade
	Aids como punição
	Proibição do homossexualismo
	Prevenção da Aids e imoralidade
	Apoio à terapia de conversão
	Oficialização do homossexualismo
	Transfobia
	Repugnância
	Distorção do significado de “orientação sexual”
	Proteção genérica
	Homossexualismo é atentatório à moral e aos bons costumes
	Discriminação inexistente
	Contrário à União Homossexual
	Direito no armário
	Desigualdade explícita
	Associação do homossexualismo ao consumo de drogas
	Não existe homossexualismo entre os negros

Fonte: autoria própria.

Como se pode notar a partir das categorias em ambos os quadros, não se trata apenas de elementos de caracterização de pessoas LGBTI+, mas sim de propriedades discursivas que podem ser úteis à análise sobre a formação de sujeitos LGBTI+ nos discursos identificados na Constituinte. Assim, ainda que determinado parlamentar não apresente uma representação específica de uma pessoa gay ou lésbica, por exemplo, seu posicionamento contrário ao casamento entre pessoas do mesmo sexo se torna uma contribuição desse tipo de discurso para delinear o sujeito LGBTI+, seus direitos e sua posicionalidade em relação ao restante da humanidade e de sujeitos.

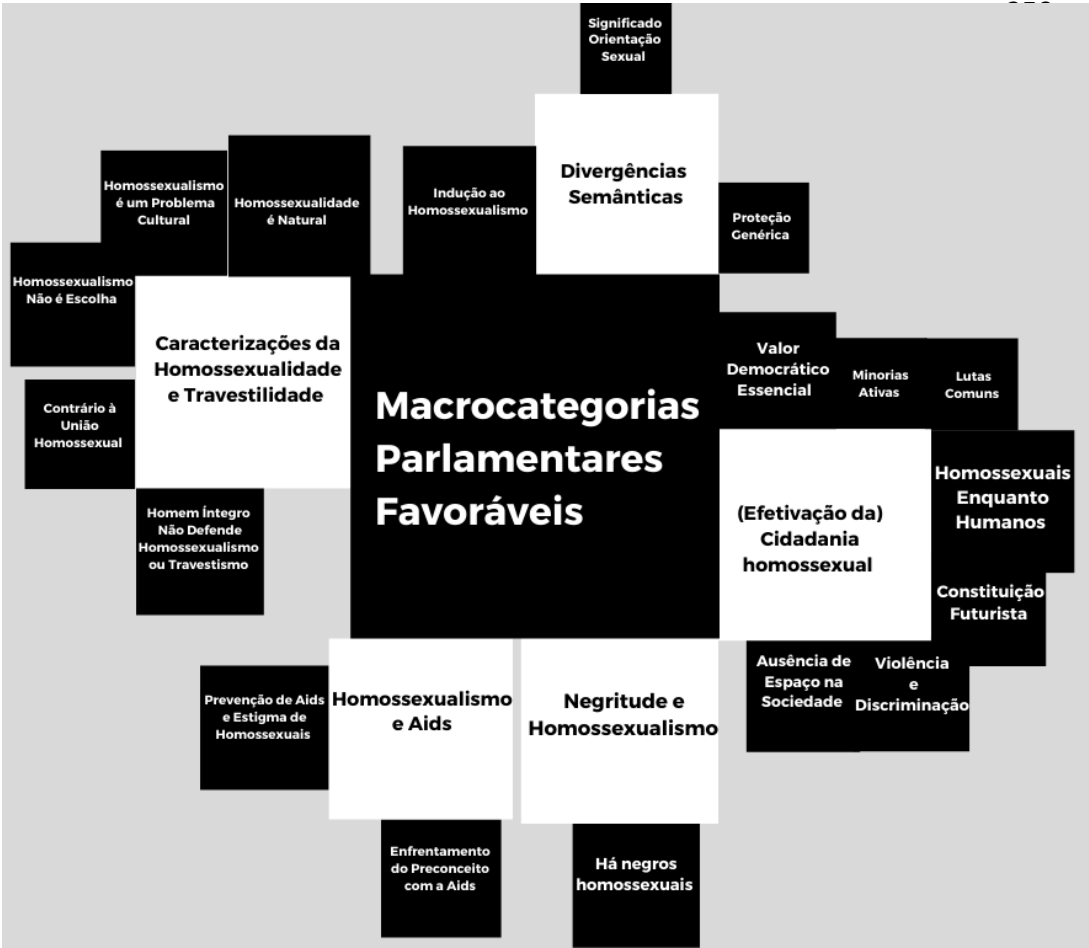
Além disso, destaco que, com relação à coluna dos parlamentares favoráveis à vedação de discriminação com base em orientação sexual, não se estabeleceu um código “homossexuais não devem ser discriminados” por ser ele já ser um

pressuposto dos discursos dispostos nessa coluna. Assim, as categorias se referem a especificações dos tratamentos dos parlamentares sobre o tema de diferentes maneiras. Por outro lado, não se chega à mesma conclusão com relação à coluna de “contrários”, uma vez que há parlamentares que alegam ser contra a discriminação, mas que julgam desnecessária a inclusão do termo no texto constitucional.

A partir de uma nova conjugação desses códigos, foram criadas macrocategorias para ambos os grupos discursivos – parlamentares contrários e favoráveis. No caso dos favoráveis são cinco: 1) (Efetivação da) Cidadania homossexual; 2) Divergências semânticas; 3) Homossexualismo e Aids; 4) Caracterizações da homossexualidade e travestilidade; 5) Negritude e homossexualismo. Tentei traçar a macrocategorias com algum paralelismo, na medida do possível, para facilitar a comparação entre os discursos. Nesse sentido, as estabelecidas para parlamentares contrários são as seguintes: 1) (Negação da) Cidadania homossexual; 2) Divergências semânticas; 3) Homossexualismo e Aids; 4) Caracterizações da homossexualidade e travestilidade; 5) Negritude e homossexualismo; 6) Referências religiosas. As Figuras 1 e 2, dispostas abaixo, ilustram o processo de distribuição dos códigos dentro de cada macrocategoria⁵⁶⁶.

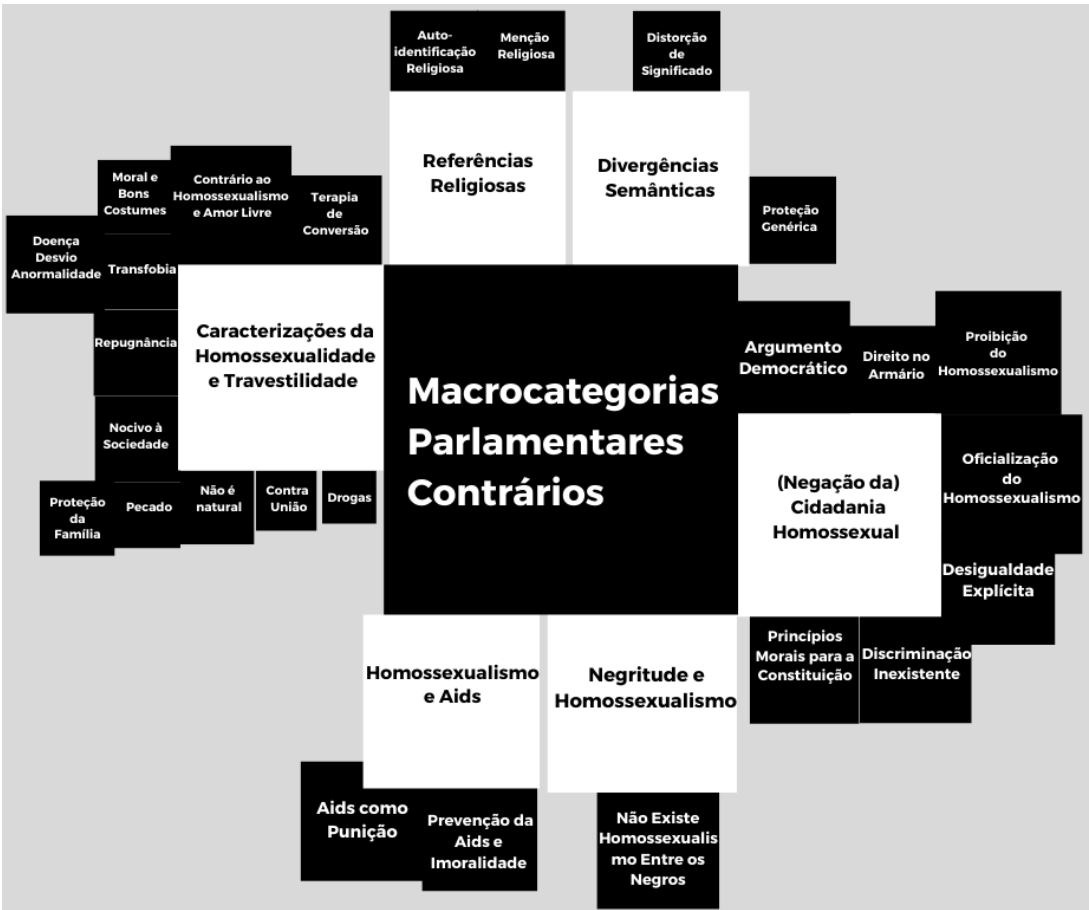
⁵⁶⁶ Os nomes de algumas categorias foram adaptados para facilitar a representação gráfica. O mesmo vale para os diferentes tamanhos dos quadros, cujas escalas distintas se devem apenas à extensão do nome de cada categoria.

Figura 1 – Macrocategorias Parlamentares Favoráveis



Fonte: autoria própria.

Figura 2 – Macrocategorias Parlamentares Contrários



Fonte: autoria própria.

Perpassadas todas as categorias obtidas a partir dos discursos dos parlamentares constituintes, resta agora a exposição da codificação referente à sociedade civil. Neste ponto, gostaria de salientar que optei por excluir da análise a única categoria definida na coluna “contrários”, no campo da sociedade civil⁵⁶⁷, que designava o “homossexualismo” enquanto desvio sexual. Fiz isso por essa aparição ter se dado de forma bastante isolada de qualquer discussão sobre a temática na constituinte e no meio de uma enumeração ampla de “desvios” feita por um dos expositores em audiência pública. Assim, acredito que aprofundar sua análise não traria contribuições ao trabalho, além de não corresponder a um recorte representativo da atuação da sociedade civil na ANC.

Desse modo, todos os discursos classificados sob o rótulo “sociedade civil” foram proferidos por uma única pessoa: João Antônio de Souza Mascarenhas. Sua divisão em categorias tem um propósito didático e analítico, para que sejam melhor acessados componentes específicos da fala do ativista. No entanto, é preciso ter em mente que todas essas categorias irão integrar um único “discurso-tipo” no tópico seguinte, embora dele possa surgir mais de um “sujeito-tipo”. O Quadro 4 explicita as categorias conjugadas nessa classe discursiva durante a codificação axial.

Quadro 4 – Categorias Sociedade Civil

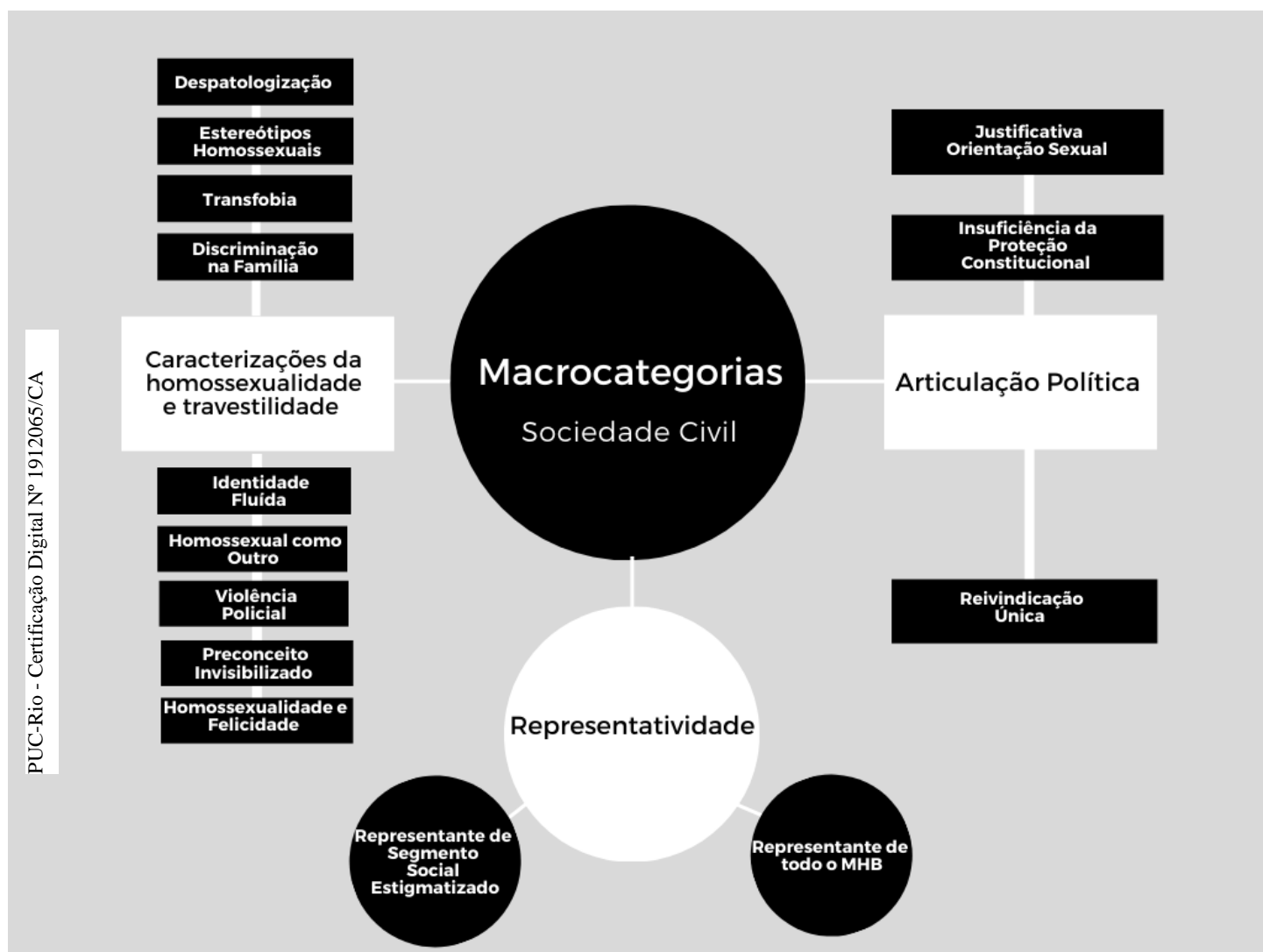
Favoráveis	Representante de todo o Movimento Homossexual Brasileiro
	Representante de segmento social estigmatizado
	Reivindicação única
	Despatologização
	Justificativa orientação sexual
	Estereótipos de homossexuais
	Transfobia
	Identidade fluída
	Discriminação na família
	Preconceito invisibilizado
	Violência policial
	Insuficiência da Proteção Constitucional
	Homossexualidade e felicidade
	Homossexual como outro

⁵⁶⁷ Outra escolha metodológica, com o intuito de que a categoria “sociedade civil” servisse como espelho dos discursos de Mascarenhas, permitindo esmiuçar seus pontos, foi manter junto com os parlamentares a categoria “não existe homossexualismo entre os negros”, que também apareceu em exposições em audiência pública, considerando que a afirmação foi provocada por e está diretamente relacionada aos discursos parlamentares.

Fonte: autoria própria.

Por meio da aglutinação desses códigos, foram construídas três macrocategorias: 1) Caracterizações da homossexualidade e travestilidade; 2) Representatividade; 3) Articulação Política. O processo está ilustrado na Figura 3.

Figura 3 – Macrocategorias Sociedade Civil



Fonte: autoria própria.

3. Discursos-tipo e Sujeitos-tipo na Constituinte: contornos da produção de sujeitos LGBTI+ (Codificação Seletiva)

Nesta etapa, conforme descrito, pretende-se realizar a integração final das categorias obtidas para o delineamento teórico de *discursos-tipo* e *sujeitos-tipo*. O objetivo é a associação entre os códigos produzidos para estabelecimento de uma narrativa mais evidente dos discursos presentes na ANC. Assim, são considerados apenas os elementos principais de cada discurso e retirados aspectos entendidos como secundários⁵⁶⁸. Por meio disso, foi possível chegar a uma tipologia de discursos e sujeitos, que será detalhada a seguir e exemplificada com passagens do material empírico. Assim, alcançou-se maior grau de densidade teórica extraída dos dados, cujo propósito é facilitar a observância dos principais elementos que marcaram os eventos constituintes, sobretudo em sua interseção com a população LGBTI+. Destaca-se, porém, que, embora a tipologia descreva algumas narrativas principais identificadas nos debates, ela não substitui os discursos em si, sendo que cada um deles possuirá sua especificidade. Por isso, também, os exemplos destacados nem sempre serão tipos “puros”, podendo conter características de mais de um tipo de discurso delineado na teoria.

Traçado esse breve panorama, cuja intenção é apenas demarcar alguns pontos de contato que ajudam a levantar a hipótese – sem a ambição de comprová-la – de que os discursos inscritos no processo Constituinte seguem presentes no contexto político atual, o Quadro 5 ilustra como se deu o estabelecimento dos *discursos-tipo*, a partir da integração das categorias construídas por meio da TFD. Nesse sentido, a coluna mais à direita assinala os elementos presentes em cada um dos seis tipos de discurso propostos, que são a seguir descritos, na mesma ordem.

Quadro 5 – Integração de Categorias para Formação de Discursos-tipo

CATEGORIA	DISCURSO					
	1	2	3	4	5	6
Posição Institucional						
Parlamentar Constituinte	x	x	x	x	x	
Sociedade Civil						x

⁵⁶⁸ CAPPI, Riccardo. Pensando as respostas estatais às condutas criminalizadas: um estudo empírico dos debates parlamentares sobre a redução da maioria pena (1993-2010). **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, v. 1, n. 1, 2014, p. 10-27.

Posição em relação à Orientação Sexual						
Favorável					X	X
Contrário	X	X	X	X		
(Efetivação ou Negação da) Cidadania Homossexual						
Minorias Ativas					X	
Lutas Comuns					X	
Ausência de espaço na sociedade					X	
Violência e discriminação					X	
Constituição futurista					X	
Valor democrático essencial					X	
Homossexuais enquanto humanos					X	
Argumento democrático			X			
Proibição do homossexualismo		X		X		
Princípios morais para a Constituição	X	X	X	X		
Oficialização do homossexualismo	X		X	X		
Discriminação inexistente			X			
Desigualdade Explícita			X			
Direito no armário		X	X			
Divergências Semânticas						
Significado orientação sexual					X	
Proteção genérica					X	
Indução ao homossexualismo	X					
Distorção de significado	X		X	X		
Homossexualismo e Aids						
Prevenção de Aids e estigma de homossexuais					X	
Enfrentamento do preconceito com a Aids					X	
Aids como punição	X		X	X		
Prevenção da Aids e imoralidade	X	X		X		
Caracterizações da homossexualidade e travestilidade						
Contrário à união homossexual	X	X	X	X		
Homossexualismo é um problema cultural					X	
Homossexualismo não é escolha					X	
Homossexualidade é natural					X	

Homem íntegro não defende homossexualismo ou travestismo					X	
Homossexualismo é pecado	X		X	X		
Homossexualismo não é natural	X			X		
Homossexualismo é doença/desvio/anormalidade	X		X	X		
Homossexualismo é nocivo à sociedade	X		X	X		
Homossexualismo é atentatório à moral e aos bons costumes	X		X	X		
Repugnância	X	X	X	X		
Contrário ao homossexualismo e ao amor livre	X	X	X	X		
Homossexualismo e drogas			X	X		
Apoio à terapia de conversão			X			
Proteção da família	X		X	X		
Transfobia		X				X
Despatologização						X
Estereótipos homossexuais						X
Identidade fluída						X
Homossexual como outro						X
Discriminação na família						X
Preconceito invisibilizado						X
Violência policial						X
Homossexualidade e felicidade						X
Negritude e homossexualismo						
Há negros homossexuais					X	
Não existe homossexualismo entre os negros		X				
Referências religiosas						
Autoidentificação religiosa			X	X		
Menção religiosa		X	X	X		
Representatividade						
Representante de todo o Movimento Homossexual Brasileiro						X
Representante de segmento social estigmatizado						X
Articulação Política						
Reivindicação única						X
Justificativa orientação sexual						X
Insuficiência da proteção constitucional						X

Fonte: autoria própria.

3.1. O discurso do “pânico moral”

Este discurso se opõe à inclusão do termo “orientação sexual” no texto constitucional a partir de uma argumentação consequencialista e retórica alarmista. Aborda a temática com distorção de significado dos termos incluídos no debate, ilustrando os argumentos com cenários de catástrofe, que seriam decorrentes da aprovação da proposta, e estabelecendo silogismos incoerentes e falaciosos. Os parlamentares alegaram que tal positividade levaria à legalização de “perversões sexuais” no Brasil, abrindo espaços para diversas práticas, como pedofilia e abusos sexuais, em virtude da suposta indefinição do termo “orientação sexual”. É frequente a presença, nesse tipo de discurso, de referências religiosas e menção a parâmetros morais e costumes, que estariam em decadência, afetando os arranjos familiares tradicionais.

Também é explorada a relação da epidemia de HIV/Aids com a homossexualidade. Neste discurso, a doença é empregada para a caracterização de práticas homossexuais enquanto promíscuas e pecaminosas. Há uma tentativa de utilizar a Aids para estender a patologização às identidades homossexuais. Além disso, inscreve-se neste tipo a caracterização da Aids como forma de punição aos atos libertários cometidos por homossexuais.

Denominei este primeiro tipo discursivo em alusão à noção de “pânico moral” trabalhada Jeffrey Weeks, enquanto mecanismo utilizado para delineação das políticas sexuais (“*shaping of sexual politics*”)⁵⁶⁹, e interpretada por Gayle Rubin como caracterizando o “momento político do sexo, durante o qual atitudes difusas são canalizadas na forma de ação política e, a partir disso, de transformação social”⁵⁷⁰. Ainda que o conceito de pânico moral procure englobar situações sociais mais amplas, achei a relação pertinente, uma vez que as atitudes dos parlamentares constituintes, em sua cruzada contra os direitos homossexuais, podem ser compreendidas sob o prisma de uma expressão localizada de pânico moral, atuando diretamente sobre as dissidências sexuais, a partir da recriminação de seus comportamentos. Nesse sentido, destaca Rubin que “mesmo quando se reconhece

⁵⁶⁹ WEEKS, Jeffrey. **Sex, politics and society**: the regulation of sexuality since 1800. London: New York: Routledge, 2012. p. 19.

⁵⁷⁰ RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. São Paulo: Ubu Editora, 2017. p. 109.

que uma atividade é inofensiva, ela pode ser proibida com base na alegação de que ‘leva’ a algo muito pior”⁵⁷¹. É o que embasa a lógica deste grupo discursivo. O Quadro 6 congrega três trechos retirados do material analisado, exemplificativos deste tipo apresentado.

Quadro 6 – Exemplos do Discurso do “Pânico Moral”

EXEMPLOS
<p>"O SR. SALATIEL CARVALHO (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): [...] Temos, portanto, como brasileiros e Constituintes, o dever de inscrevermos na nova Constituição princípios que estabeleçam com clareza a garantia de preservação e proteção da família, da moral e dos bons costumes. O Projeto da Comissão de sistematização estabelece na alínea "f", inciso III, art. 12, que ninguém será prejudicado ou privilegiado por "orientação sexual". A inclusão do termo "Orientação Sexual" no referido Projeto atende à solicitação dos grupos de liberação homossexual, que, por sua vez, informa que o termo "Orientação Sexual" é o que melhor representa o conjunto homo e bissexual. A expressão "Orientação Sexual" pode perfeitamente ter o mesmo significado das expressões seguintes: "Impulso Sexual", "Tendência Sexual", ou "Inclinação Sexual" (ver significado da palavra "Orientação", Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, pág. 1232). A inclusão da expressão "Orientação Sexual" na alínea "f" inciso III, art. 12, passa a estabelecer a garantia constitucional aos portadores e praticantes de qualquer impulso, tendência ou inclinação sexual. Permitir que tal expressão seja mantida no texto do Projeto é, no mínimo, contribuir para uma Constituição contraditória, já que consideramos fundamental e básico a nova Carta Constitucional ser precisa e clara nos dispositivos que defenderão a moral, os bons costumes e a família. Que tipo de impulso, tendência ou inclinação sexual visa garantir o referido Projeto? A contradição a que nos referimos vai resultar na cobertura legal que terão os portadores de desvios ou taras sexuais, os quais terão um preceito constitucional que poderá ser invocado para justificar comportamentos sexuais anormais, porém definidos como inclinação ou tendência sexual. Sem dúvida, esta situação vai gerar confronto com as leis destinadas a punir a prática de aberrações e desvios, que poderão, inclusive, gerar a violência sexual e os conseqüentes malefícios. É sabido que a inclusão do termo "Orientação Sexual" atende à solicitação dos grupos homossexuais. Se o parágrafo pretende garantir constitucionalmente o homossexualismo, já é falso por garantir uma anormalidade sexual, que, mesmo sendo uma realidade, não deve receber garantia constitucional explícita. Como pessoa humana os homossexuais serão contemplados com o princípio constitucional da igualdade perante a lei. Somos, portanto, pela supressão do termo "Orientação Sexual", o que evitará ambigüidades na interpretação da nova lei, que aspiramos seja também concisa e definitiva. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente."</p>
<p>"O SR. ELIEL RODRIGUES (PMDB – PA. Para discutir. Sem revisão do orador.): [...] 4) Outro ponto considerado no contexto Dos Direitos e Garantias Individuais é o problema dos homossexuais: A letra f do inciso III do art. 12 declara que, entre outras características pessoais, ninguém será discriminado por "orientação sexual". Achemos que inserir no texto constitucional essa expressão é permitir a oficialização do homossexualismo, muito em breve, como prática normal das pessoas, e que deve ser aceito pacificamente por todos. Ora, certas práticas são ofensivas à sociedade, como aquelas próprias dos corruptos, ladrões, toxicômanos, prostitutas, etc, e nenhuma delas merece receber apoio da lei; pelo contrário, são consideradas atentatórias à moral e aos bons costumes. Não se trata, portanto, da necessidade de respeito a uma característica própria, adquirida ou normal, das pessoas, como o sexo, a cor, a posição social, a religião, etc., e, sim, de uma deformação, de ordem moral e espiritual, reprovável sob todos os pontos de vista genuinamente cristãos, constituindo-se num dos maiores veículos de disseminação do terrível mal da AIDS. Achemos que o adequado é deixá-los com o seu livre arbítrio, com o seu livre direito de escolha de seu próprio caminho, porquanto cada um é livre para direcionar sua vida e tornar-se responsável pelos seus atos, diante de Deus e dos homens, mas não oficializar sua conduta. Deus ama o pecador, mas aborrece-o o pecado. Seu propósito é o arrependimento por parte dos que trilham caminhos pervertidos. [...]"</p>

⁵⁷¹ RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. São Paulo: Ubu Editora, 2017. p. 110.

O SR. CONSTITUINTE COSTA FERREIRA: – Obrigado a V. Ex.^a. Para concluir, Sr. Presidente, quero apenas dizer que realmente a AIDS está grassando de tal maneira que os homens que têm sua liberdade já estão com medo. Anteriormente, sua transmissão se dava apenas pelo espermatozóide e pela transfusão de sangue. Agora, porém, até o dentista pode ser contaminado quando o infectado se submete a tratamento dentário! Então, é preciso que se pense um pouco na segurança e na saúde dessas pessoas. **Se aprovarmos isso, aí é que esta Nação vai acabar-se, rapidamente, com a epidemia da AIDS infectando todo o mundo. Parece que Deus, na hora certa executa seu plano.** E este chegou o momento exato! Quando os homens estavam no auge da liberdade, começaram a ficar com medo. Recebi, aqui, em Brasília, uma comitiva de Vereadores do Maranhão. Havia muitas mulheres no hotel mas, com medo de alguém estar com o vírus da AIDS e eles o pegarem através do contato sexual estavam cautelosos. Precisamos manter a ordem, a saúde, enfim, a tranquilidade neste Brasil. **Se a expressão "orientação sexual" for mantida aqui, no texto do Anteprojeto, haverá devassidão total.** Sem isto, ela já está por aí! Todo mundo tem liberdade! **O homossexual masculino sai por aí vestido de mulher, com peruca loura, sapato alto e tudo o mais!... Lésbicas saem vestidas de homem, cortam o cabelo, usam barba!... Quem é que está discriminando essa gente?** E ainda é preciso colocar essa expressão, "orientação sexual" na Carta Magna, **para tudo isso ficar mais ostensivo?** Aí, sim, haveria discriminação! Por isso, Sr. Relator, em que pese a sua bondade gostaríamos de apelar a V. Ex.^a, a fim de que concorde conosco, retirando esta parte de seu trabalho. Com isso não se vai tirar o direito de ninguém. Pelo contrário, será enaltecido o legislador brasileiro. Muito obrigado. (Palmas.)"

Fonte: autoria própria.

3.2. O discurso do “nojo”

Este discurso apresenta manifestações expressas de nojo e repugnância, com grande frequência de adjetivações negativas que remetem a uma forma de aversão aos homossexuais. Há um enfoque maior, neste caso, em identidades que poderiam ser contemporaneamente classificadas como de pessoas trans ou não-binárias, observando-se maior repulsa na descrição de situações nas quais há transgressões das barreiras de gênero que excedem o campo da sexualidade. A centralidade, em geral, é dada a elementos que caracterizam esses indivíduos enquanto promíscuos, seres altamente sexualizados e ligados a atividades vistas como moralmente reprováveis, tais como prostituição e uso de drogas. A associação com a Aids é recorrente, empregando-a como exemplo de consequência negativa do comportamento “libertino” de sujeitos homossexuais. Essa linha de argumentos se articula, ainda, com referências a aspectos morais e religiosos preconizados pelos parlamentares, como justificativa para a negativa apresentada. Paradoxalmente, identifica-se a tentativa de conciliar esse conteúdo, que expressa nojo e caracteriza a homossexualidade enquanto uma “libidinagem”, com argumentos embasados em premissas mais racionais, do ponto de vista hermenêutico, como a alusão ao direito comparado e à ausência de previsão do termo “orientação sexual” em outras constituições. Um último aspecto também presente neste discurso foi a declaração

de que tais tipos de “perversão” poderiam ser realizados, desde que de forma oculta, sem amparo do texto constitucional.

Com relação à escolha do nome deste tipo discursivo, também o fiz a partir de uma inspiração teórica, para além do caráter literal encontrado no material empírico. Baseei-me naquilo que Martha Nussbaum caracteriza como *politics of disgust* (política do nojo ou repugnância), a partir da qual descreve práticas de completa aversão e repulsa a comportamentos e pessoas homossexuais. Segundo a autora, uma forma de negação da humanidade completa desses indivíduos⁵⁷². No Quadro 7, listo alguns trechos exemplificativos do discurso-tipo do “nojo”.

Quadro 7 – Exemplos do Discurso do “Nojo”

EXEMPLOS
"O SR. JESUS TAJRA: [...] Ontem, chegava eu de São Paulo à meia noite, sem sono, e liguei a televisão, que estava no canal correspondente à TVS. A cena era a que o Constituinte Nelson Aguiar se referia, com uma particularidade grotesca. Lá estavam os homossexuais a ensinar como colocar silicone no corpo, um deles, inclusive, fazendo a demonstração. Com uma seringa e uma agulha perfurava o bico do peito de um deles que se chamavam, entre si, de ela. Era tão chocante, tão repugnante , que imediatamente mudei o canal, pois tornou-se insuportável aquela cena grotesca. "
"O SR. ELIEL RODRIGUES (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, solicito a V. Ex. ^a autorizar a publicação, nos Anais desta Casa, do artigo, publicado na Folha de S. Paulo, em sua edição do dia 5 de abril deste ano, de autoria do Dr. Vicente Amato Neto, sob o título: "Nova Vitória da AIDS, por Goleada", que trata sobre a disseminação da referida síndrome no Brasil, acentuada no recente período carnavalesco. [...] Para prevenir a Aids são apenas eficientes, hoje, a educação e a informação a ela pertinentes, assim como a cooperação por parte dos maiores veiculadores , representados por homossexuais masculinos e bissexuais , além dos referidos viciados e de profissionais que inescrupulosamente dedicam-se a trabalhos hemoterápicos. [...] Confraternização, alegria, embelezamento de salões, exibição de bonitas e significativas fantasias, lindos desfiles, comportamento crítico de natureza político-social, agradáveis músicas e jocosidade, componentes dos elogiáveis desígnios básicos do Carnaval, infelizmente foram trocados, por muitos indivíduos, pela exaltação de repreensível sexualidade, desenfreada libertinagem , desmedida imoralidade, abuso descomunal de bebidas alcoólicas e intensa agressividade. Um marcante exemplo de impropriedades ocorreu por meio do televisoramento de uma coisa que rotularam de baile e que, na verdade, era um festim de pederastas. Além de outras cenas imorais e deprimentes, apareceram figuras de homossexuais masculinos nus , visualmente desagradáveis e tradutoras exclusivamente de safadeza , pois não vigoraram outros atributos carnavalescos e artísticos, dignos de propiciar qualquer sentimento agradável. [...] As entidades que congregam pederastas, os bissexuais e os defensores da liberdade de toxicômanos, sempre discursando com base no repúdio à repressão sexual e às atitudes coercitivas, têm a obrigação, em face à progressão da Aids, de responsabilizar-se pelo custeio das conseqüências do mal, no que tange à assistência e percalços congêneres."
"O SR. CONSTITUINTE COSTA FERREIRA: – Sr. Presidente, gostaríamos de falar ainda sobre alguns aspectos, já debatidos aqui, do substitutivo do Relator, Constituinte José Paulo Bisol. Um deles diz respeito à expressão orientação sexual , que volta à tona para ser inserida, na nova Constituição. Estudei as Constituições tanto dos países do bloco ocidental como as do bloco oriental e nelas não encontrei qualquer referência neste sentido, em que pese ao fato de alguns deles serem bastante avançados. Com todo respeito aos homossexuais , eu diria que já consta da Constituição a palavra "sexo", Se se fala em sexo, aqui, seu sentido torna-se

⁵⁷² NUSSBAUM, Martha C. **From disgust to humanity: sexual orientation and constitutional law.** New York: Oxford University Press, 2010.

abrangente, podendo incluir sexo normal, aberrações sexuais e até desvios sexuais – aliás um capítulo da Medicina Legal trata exclusivamente do estudo da **sexualidade**. Entendo, porém, que a **orientação sexual**, no caso, da maneira como vem sendo trabalhada, tem finalidade específica. **O que os homossexuais querem, no nosso entender, é liberdade para se beijarem em público, para praticarem suas libidinagens publicamente e até simularem casamentos** – quem sabe? Em igrejas, cartórios etc. A expressão "**orientação sexual**", inserida neste texto, e, pois muito sutil e está, pois, a exigir dos Constituintes grande cuidado para que não se cometa, no Brasil, o que se poderia considerar uma aberração constitucional. Se lermos o ementário do presidente daquela instituição, o **Triângulo Rosa**, constataremos que o que ele deseja é uma série de avanços. Disse ele que, por exemplo, o **Sargento Antônio Carlos Barbosa foi expulso do Exército por pederastia passiva**. Quer dizer, **ninguém vai convencer-me de que isso é discriminação**. Se ele fosse expulso do Exército por ser homossexual, aí seria discriminação, mas ali está dito que isto ocorreu por ele praticar pederastia passiva. Nas dependências do Exército **ele se travestiu e começou a praticar atos de pederastia passiva**, escandalosamente, tendo sido, por isso, expulso do Exército. Isso não é discriminação, Senhores, mas falta de respeito – diríamos mesmo, falta de pudor. **Não estamos contra quem tenha desvio sexual!** Que pratique seus atos, desde **que encontre seus parceiros, e o faça lá, às ocultas**, mas não publicamente, de modo cínico, faltando com o respeito à sociedade. Até mesmo no caso do homem e da mulher, que têm o privilégio de se unir publicamente, não em termos de sexo, mas de se abraçarem, de trocarem carinhos, quando o fazem de público já estão sob alguma censura, quanto mais uma pessoa que seja **homossexual!** **Por que não podem ser discriminados, agora podem beijar-se em público? Outro caso citado, é o de um tenente ou general, que também ficou na mira das autoridades do Exército por haver beijado publicamente um rapaz**. E há coisas horríveis, que não vou repetir. No desespero de fazer constar a expressão "**orientação sexual**" na Constituição, o rapaz até cita um caso ocorrido com o Constituinte José Paulo Bisol. Tenho consciência, no entanto, de que a tentativa dele visa justamente convencernos – quase que pedindo socorro. Por outro lado, sabemos que **não podemos colocar isso na Constituição, não porque sejamos contra alguém fazer ou deixar de fazer algo. Não! Numa democracia todos têm liberdade para tudo**. Mas que se procure o lugar e o momento exato para realizar tais atos. Não é pelo fato de a pessoa ser **homossexual** e se apaixonar por alguém que irá praticar seus atos publicamente. E, se assim não o fizer, estará, então, sendo discriminada? Do jeito que está aqui, se alguém achar feio as duas pessoas do mesmo sexo trocarem amabilidades, beijos e outras coisas mais em público, estará sujeito até a ir para a cadeia porque se estará desrespeitando determinada "**orientação sexual**"! Isso é uma aberração! Não sei quem teve a astúcia de trazer para a Constituinte sugestão tão espúria como esta. E há quem acolha essa sugestão! **Hoje em dia, os homossexuais têm franca liberdade para fazerem quase tudo!** Até na televisão! Por exemplo, há um programa na TV Manchete em que um **homossexual apresenta um programa. É o Clodovil**. Ele faz o seu trabalho. Será que alguém o está discriminando? Não. Agora, se o **pusessem na rua pelo fato de ser homossexual, seria discriminação**. E, assim, em todas profissões. Há juízes, advogados, médicos, enfim, tantas pessoas por aí, que são **homossexuais** e que estão em plena atividade. Discretamente, querem colocar na Constituição a "**orientação sexual**". E há quem se aprofunde no tema para justificar o que o **Triângulo Rosa** quer. Seu representante diria: "**Nós não queremos nada mais desta Constituinte senão que se coloque na Constituição a orientação sexual**. Se os Constituintes fizeram isso, todos os **homossexuais** do Brasil se sentirão felizes e alegres porque estarão com seus direitos assegurados". Ora. Sr. Presidente, é bom que pensemos um pouco e deixemos o direito de todos na Constituição. **Quando se fala em sexo, já está aqui**. Até de anjo, de que não se conhece o sexo... Fala-se em sexo dos anjos. Por que falar em "**orientação sexual**" aqui? Fica a discriminação, também, contra o sexo ou não. Então, está certo o que está aqui. Mas, "**orientação sexual**"!... Eu pediria a todos os Srs. Constituintes, mesmo àqueles que são simpáticos a esta causa, que se lembrem de que **isso poderá acarretar uma grande maldição para a nossa Pátria**. Há pessoas – até Constituintes – que não acreditam em Deus. Não há problema. Cada um tem a liberdade de escolher o credo que desejar, ou de não ter credo algum. Mas é preciso que se saiba também que Deus é o criador de todo o Universo. Ninguém, a não ser Deus, teria condições de nele criar uma mecânica tão perfeita – a ponto de os homens, para poderem preparar a chegada de seus engenhos à Lua, terem que fazer cálculos que coincidam com a mecânica celeste. Trata-se de algo que transcende à capacidade humana. Temos que subjugar-nos a quem manipula tudo isso, que é Deus. **Deus não aceita, de modo algum, que se legalize a prática do sodomismo, da libidinagem, enfim, de todas essas perversões sexuais, como o homossexualismo, o bissexualismo, o heterossexualismo**. É uma pena que alguém nasça com esse problema. Mas a pessoa vai vivendo

e fazendo o que quer por ai afora. Não podemos, porém, tornar público essas **aberrações, como, por exemplo, o casamento entre homossexuais**. [...] Não queremos, Srs. Constituintes, fazer proselitismo para trazê-los para a nossa causa, para aquilo que defendemos, contrariando aqueles que defendem a permanência da expressão "**orientação sexual**". O que desejamos é que todos sintam que já consta da Constituição que a discriminação contra o sexo é um crime. E quem for pervertido, que pratique suas atividades às escondidas, que faça o que quiser, mas não venha querer explicitar demais isso, que é algo íntimo e pessoal. Com isso é possível até que venhamos a angariar a antipatia de muita gente, mas estamos certos de que cumprimos um dever perante a Nação brasileira. Temos certeza de que cumprimos nosso mandato à risca. Ouço o nobre Constituinte Antônio de Jesus.

Fonte: autoria própria.

3.3. O discurso de “proteção da família”

Neste discurso, mais uma vez, foi forte a presença de elementos morais e religiosos, referenciados a todo momento pelos constituintes. A retórica de defesa de uma família tradicional desprotegida se deu por duas frentes. Primeiro, argumentos voltados à tutela dos interesses de jovens, que estavam expostos a serem “corrompidos” e “induzidos ao homossexualismo” quando saíssem às ruas. Um segundo aspecto remetia à “sedução” de “pais de família” por homossexuais, que abandoavam seus lares para seguir a vida promíscua. Esteve bastante presente neste discurso o contraste entre o que os parlamentares caracterizaram como “libertinagem” e a existência de discriminação contra esse grupo. Assim, argumentava-se não haver discriminação na sociedade, em virtude da “liberação sexual sem limites” que se via, os homossexuais “faziam o que queriam”. A possibilidade de casamento e união estável entre pessoas do mesmo sexo também era vista como uma forma de ataque à instituição da “família”.

Em outro argumento presente, apontava-se a impossibilidade de garantia contra a discriminação, uma vez que homossexuais não poderiam ter os mesmos direitos que heterossexuais. Novamente, é feita a associação entre homossexualidade, drogas e Aids, como forma de ilustrar os perigos conjuntos apresentados à família por esse grupo e suas práticas. Ademais, integrava esse discurso manifestações favoráveis a terapias de conversão (“cura gay”), como forma de solucionar o “problema do homossexualismo”. No Quadro 8, destaco os exemplos retirados do material empírico analisado.

Quadro 8 – Exemplos do Discurso de “Proteção da Família”

EXEMPLOS

"O SR. CONSTITUINTE VALMIR CAMPELO (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso.): [...] Sr. Presidente, entre tantos assuntos a serem tratados na lei maior, todos de grande importância

para a organização política do País, acredito que devemos focalizar com especial carinho o título que trata da Ordem Social e, dentro dele, o capítulo referente à **família, ela que é célula básica da sociedade**. [...] Nesse vagar pelas ruas e pelas praças [os jovens] **misturam-se ao que há de pior na sociedade, a começar pelos homossexuais** e prostitutas, habituais freqüentadores da noite.”

“O SR. ANTÔNIO DE JESUS (PMDB – GO. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, sempre as minhas primeiras palavras são um preito de **gratidão a Deus** pela oportunidade de aqui estar participando da elaboração da oitava Constituição, na quarta Assembléia Nacional Constituinte. Neste instante, trago alguns **desafios que um Constituinte evangélico enfrenta**. Ei-los, Sr. Presidente: OS DESAFIOS DE UM CONSTITUINTE EVANGÉLICO [...] Sempre haverá um preço a ser pago por ser um **defensor dos ideais cristãos** [...] Nada poderá impedir que se mantenha o firme propósito de **buscar, em primeiro lugar o Reino de Deus** e a Sua justiça [...] Tenho em mãos parte de um jornal que relata um **fato até chocante**, do qual gostaria que os Srs. Constituintes tomassem conhecimento. Com todo o respeito que temos pelo Estado da Bahia, está publicado o seguinte num jornal de lá que circula também no Estado de Goiás. **Na Bahia, grupo gay é de utilidade pública**: Salvador – O prefeito Mario Kertesz garantiu ontem, que, após ouvir lideranças e a Mesa da Câmara Municipal de Salvador, vai sancionar o projeto, aprovado quarta-feira pela maioria dos vereadores, que **declara de utilidade pública o Grupo Gay da Bahia (GGB), única entidade de homossexuais do País reconhecida oficialmente e registrada em cartório**. O projeto despertou a indignação de setores conservadores, que, através do jornal A Tarde, **classificaram o GGB de "órgão" de utilidade pública**. A irritação dos setores conservadores se revelou também na manchete da reportagem de ontem do mesmo jornal: **"Homossexualismo agora é de utilidade pública"**. O projeto é de autoria do Vereador Raimundo Jorge (PMDB), sobrinho do Deputado Federal Raimundo Urbano (PMDB). O vereador provocou polêmica no ano passado ao promover uma **sessão especial da Câmara Municipal no dia mundial do orgulho gay** e, desta vez, por 11 votos contra nove, está **transformando o GGB em entidade de utilidade pública**. Sr. Presidente, Srs. Constituintes, será isso o que a sociedade brasileira espera? Será isso o que alguém tem para propor diante de um plenário legislativo? Isso é um absurdo. **Se se propusesse uma organização para recuperação de homossexuais ou portadores de desvios de conduta como sendo de utilidade pública, eu admitiria. Ser homossexual, como disse o meu amigo Florestan Fernandes, é opção; mas legalizar o homossexualismo é um absurdo**. Nós, que somos **a favor da conservação da família**, devemos ter a coragem de **combater isso**, inclusive nas Comissões, e de dar o nosso voto de protesto, **para que não se legalize essa imundície**”

“O SR. CONSTITUINTE NARCISO MENDES: – Sr. Presidente. com relação a emenda supressiva e à segunda alternativa que apresenta o Constituinte Eliel Rodrigues, entendo que não deveríamos entrar no mérito de fazer constar como norma constitucional nem orientação sexual nem comportamento sexual. Inclusive deixo aqui registrado meu protesto. No meu entender, nem o representante do Triângulo Rosa deveria ter participado da nossa Subcomissão, porque o assunto que ele tratou aqui não é sério. Tratar do homossexualismo com o intuito de defendê-lo parece-me inoportuno. Parabenizo o Constituinte Eliel Rodrigues pela sua proposta. Acho que devemos apoiar a emenda supressiva, que retira a expressão “orientação sexual”. Protesto também com relação à expressão “comportamento sexual”, o que poderá gerar interpretações muito graves para a questão do homossexualismo, que entendo deve ser combatido visceralmente. **Imagine V. Ex.^a desprazer que tem hoje pai, seja ele quem for, de ter um filho homossexual e o que irá pesar sobre nossos ombros se o homossexualismo for de qualquer forma defendido**, até sob a pecha de “comportamento sexual”. Não concordo, repito, com a expressão “comportamento sexual”. A expressão “orientação sexual” não deve fazer parte da nossa futura Constituição, ao menos que queiramos manchá-la. [...] “O SR. CONSTITUINTE TADEU FRANÇA: [...] Sou daqueles que crêem que seria o ideal, e é ideal, a responsabilidade de escolha. As influências comportamentais, principalmente a dos adultos com relação às crianças, fazem com que haja uma linearidade, uma determinação até sobre os fatores de maior ou menor sugestão. Vamos ser bem concretos. **Jamais gostaríamos que um filho nosso fosse gay. Mas todos os pais têm a preocupação, em função de um dos quadros, a liberação total, a sugestões, ao universo que aí está colocado, praticamente estimulando comportamentos**. E nesse enfoque que estamos dando, vejo, **ao lado das drogas e dos tóxicos**, a absoluta licenciosidade como uma das formas exatamente a serviço do capitalismo, a serviço da **alienação do nosso jovem**. Vejo que as pessoas que têm uma visão mais progressista, um caráter com formação mais socialista, têm também adotado, com relação a si mesmas, em grande parte de casos e com relação aos seus familiares, um **comportamento de fortalecimento dos valores** que,

muitas vezes é negado pela prática, através da institucionalização de licenciosidade, porque, hoje em dia não há mais o que ser censurado, já que tudo está colocado, sob um ângulo tão grandiloquente, que não nos preocupamos exatamente com a funcionalidade desse Conselho de Ética em termos práticos, sem dissociá-lo de um órgão público, e segundo essa influência comportamental que existe, e que, na nossa avaliação, é um dos pressupostos da alienação dos nossos jogos em torno dos problemas reais que o cercam."

Fonte: autoria própria.

3.4. O discurso da “moral cristã”

Conforme evidenciado na descrição dos discursos-tipo anteriores, elementos religiosos estiveram presentes, em diferentes graus, na maioria das manifestações de parlamentares contrários à vedação de discriminação com base em orientação sexual. Todavia, estabeleci este tipo autônomo para enquadrar manifestações com demasiada centralidade de fatores como referências bíblicas, citações a “sagradas escrituras” ou “evangelho” e identificações específicas de aspectos morais religiosos. Junto a isso, conjugam-se designações da homossexualidade sob aspectos de patologização, pecado, desvio de normalidade, práticas imorais e antinaturais. A respeito da patologização, chama-se atenção para o fato de haver explícita negação de critérios científicos, em favor dos princípios preconizados pela fé religiosa. Permanece a distorção dos termos utilizados no debate, a demonstração de nojo com relação a esses indivíduos e a associação a drogas, prostituição, Aids e “grupos satânicos”. A retórica da punição divina, representada pela Aids, é ainda mais forte neste tipo discursivo, ao lado do reforço da “promiscuidade homossexual” como elemento que comprova sua negação aos mandamentos de “Deus”, também conjugado com narrativas de proteção à família.

Acho importante destacar, ainda, o motivo de nomear este tipo como “moral cristã” em detrimento de outras opções como “referência religiosa” ou “moral religiosa”. Fiz isso por acreditar ser importante destacar qual a vertente religiosa era mais frequentemente invocada pelos parlamentares. Os opositores, em geral, identificavam-se como evangélicos ou católicos e faziam menção a valores cristãos como justificativa para seus posicionamentos políticos. No Quadro 9, resalto alguns exemplos retirados dos anais da ANC.

Quadro 9 – Exemplos do Discurso da “Moral Cristã”

EXEMPLOS

"ELIEL RODRIGUES – Oportunidade da campanha de esclarecimentos sobre a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida – AIDS. Inscrição na Constituição de princípios coibitivos da prática

do homossexualismo e do sexo livre." (p. 1) "ELIEL RODRIGUES (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso.): Sr. Presidente, Srs. Constituintes. Ceio, sinceramente, que estamos todos empenhados na solução dos diversos problemas que se abatem sobre a nossa querida Pátria. **Urn [sic] deles, bem recente é relativo à AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida)**, doença ainda sem cura, que já registrou mais de 1.300 casos no Brasil, a partir de 1982. [...] Assim sendo, é dos mais louváveis e oportuno o propósito do Ministério da Saúde, em combater esse flagelo, numa luta sem fronteiras, ao qual todos devemos unir-nos. **Achamos, contudo, que, como cristãos devemos ter uma palavra que aborde mais profundamente o assunto, buscando seu fundamento e raízes**, para erradicá-lo. Com isso estaremos contribuindo em benefício da população brasileira, trazendo-lhe ao conhecimento que a origem dessa enfermidade resulta de um inteiro **desvirtuamento dos princípios naturais e salutareis, estabelecidos por Deus, para o relacionamento sexual da raça humana**. Tão sério é esse **desvio do comportamento normal humano**, em suas origens, que Deus, já nos primórdios da História, teve de intervir, destruindo, entre outras, as cidades de Sodoma e Gomorra, por suas extremadas devassidões. [...] É meu intuito, portanto, ao ocupar novamente a tribuna desta assembléia, conclamar os ilustres constituintes para que, ao elaborarmos nossa Carta Magna, busquemos **dotá-la de princípios morais, não tolerando a prática do homossexualismo e do sexo livre**, pelos males que trazem em seu bojo, entre eles a terrível AIDS. Creio que; neste pronunciamento, Sr. Presidente, **estamos representando o sentimento e a consciência de milhões de cristãos brasileiros**, [...] apesar de sua etiologia biológica, essa doença degenerativa tem conotação maligna. Infelizmente **se caracteriza ela como um mal necessário, um mal de reparação moral**, um castigo da própria natureza vilipendiada, pois tudo que alguém semear também colherá."

"O SR. CONSTITUINTE JOSÉ VIANA: – Sr. Presidente, **apesar de o Conselho Federal de Medicina afirmar que não é doença, eu acredito que o homossexualismo seja doença**. Gostaria de dizer também que **sou evangélico**. A **Bíblia Sagrada**, que é o livro dos livros e o livro por excelência, **condena radicalmente esse ato**. Também me parece que essa prática **fere a moral da família e da sociedade**. Como disse o nosso companheiro, homossexual nunca me prejudicou. Sou um homem democrata, defendendo os direitos individuais e da liberdade, acho que todo cidadão tem direito à vida e à liberdade. Mas **se eu tivesse um filho assim** – graças a Deus, até hoje não tive filhos assim – **procuraria fazer tudo, procuraria um tratamento** para que não acontecesse isso. Isso me parece ferir a moral da família e da sociedade. Acredito que seja uma enfermidade, uma doença. Apesar, repito, de o Conselho Federal de Medicina dizer que não é doença, parece-me que é doença."

"O SR. CONSTITUINTE ELIEL RODRIGUES: – Sr. Presidente, havendo um número maior de Constituintes, gostaria, agora, de me reportar ao que falei no começo da reunião e que foi objeto de ponderação minha, ontem, durante a nossa reunião. Refiro-me ao dispositivo do item 3 – página 7 do relatório – do nosso anteprojeto, que fala da igualdade perante a lei: "Ninguém será prejudicado ou privilegiado em razão de raça, sexo, cor, estado civil, idade, trabalho rural ou urbano, credo religioso, orientação sexual, convicção política ou filosófica, deficiência física ou mental". Estamos apresentando proposta para que seja suprimida a expressão orientação sexual. Gostaria, **por princípio religioso, evangélico**, de pedir à Mesa e ao Plenário uma atenção especial sobre isso, porque vou referir-me à **Escritura Sagrada**, ao que está **escrito no livro de Deus, Deuterônomo**, Cap. 23, V. 17 e 18, para que tenhamos uma idéia mais abrangente do que é a questão do homossexualismo. Não é um problema apenas da atualidade. mas de gerações e gerações passadas, e de que **Deus** tratou, no meio do seu povo. Israel, de modo diferente de como a sociedade hodierna está querendo encarar-lo. É um problema muito sério e delicado, que implica numa grande responsabilidade, principalmente para nós, Constituintes, em abriremos uma perspectiva perante a lei quanto a este aspecto da orientação sexual ser livre e indiscriminada. Diz assim o **Livro de Deus, Deuterônomo**, no Cap. 23, Vs. 17 e 18, no **Antigo Testamento**: "Palavra de Deus ao seu povo – Não haverá rameira ou prostituta dentre as filhas de Israel, **nem haverá sodomita**" – **o homossexual** – "**dentre os filhos de Israel**. Não trará salário de rameira" – a prostituta – "nem preço de cão" – o sodomita ou homossexual – "**à casa do Senhor teu Deus por qualquer voto, porque ambos são igualmente uma abominação ao Senhor teu Deus**". **Na Carta de São Paulo aos cristãos, no Novo Testamento** –, portanto, nos nossos dias **da Era Cristã** – o grande apóstolo dos gentios escreveu a respeito carta aos cristãos em Roma. No Cap. 1º, Vs. 18 a 32, que vou ler de maneira resumida, ele assim se declara: "Porque dos céus se manifesta a ira de Deus sobre toda a impiedade e injustiça dos homens, que detêm a verdade e a mentira. Porquanto o que de Deus se pode conhecer nele se manifesta, porque Deus lhe manifestou. Porque, tendo conhecido a Deus, não o glorificaram como Deus, nem lhe deram

graças, e mudaram a glória de Deus incorruptível em semelhança de imagem de homem corruptível, e de aves, e assim por diante. Pelo que também Deus" – este é o ponto importante para o qual quero chamar atenção do nosso douto Plenário – "os entregou às cobiças dos corações, à imundícia para desonrarem os seus corpos entre si. Deus abandonou as paixões infames, porque até as suas mulheres mudaram o uso natural, no contrário à natureza. E semelhantemente **também os varões, deixando o uso natural da mulher, se inflamaram em sua sensualidade, uns para com os outros, varão com varão, cometendo torpeza, e recebendo em si mesmos a recompensa que convém ao seu erro**" – é o caso, hoje, da AIDS. "E como eles não se importaram de ter conhecimento de Deus, assim Deus os entregou a um sentimento perverso, para fazerem coisas que não convém. Estando cheios de toda a iniquidade, prostituição, malícia, avareza, maldade, cheios de inveja, homicídios, contendas, engano, malignidade". E a parte final – "Os quais **são dignos. não conhecendo a justiça de Deus, de morte, os que tais coisas praticam**, não somente as fazem, mas também consentem aos que as fazem". Eis que também o faz o **Apóstolo São Paulo** numa carta para o jovem Timóteo. É a primeira carta no Cap. 1, Vs. 9 e 10: "Sabendo disto, que a lei não é feita para o justo, mas para os injustos e obstinados, para os ímpios e **pecadores**, para os **profanos e irreligiosos**, para os parricidas e matricidas, para os homicidas. Para os fomicários, para os **sodomitas**, para os roubadores de homens, para os mentirosos, para os perjuros e para o que for contrário à sã doutrina". De modo que, basicamente, encontramos, na **Escritura Sagrada**, todos esses senões e detalhes que impelem a **consciência cristã** a um devido cuidado, quando colocamos esse termo "orientação sexual" como liberdade discriminada perante a lei. A nossa proposta, Sr. Presidente, Sr. Relator e Srs Constituintes, é no sentido de que seja suprimida esta expressão "orientação sexual", segundo emenda que vamos oferecer a esta Subcomissão. Muito obrigado."

"O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES (PDT RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes: Assomamos a esta tribuna para manifestar a nossa **alegria pelo fato desta Assembléia Nacional Constituinte contar, desde ontem, com um exemplar da Bíblia Sagrada**. [...] Quando a **imoralidade assume papel de destaque no seio da nossa sociedade**, quando grupos satânicos e perversos disseminam veneno sobre nossos jovens, através do nudismo, **homossexualismo**, revistas pornográficas, Je Vous Salue Marie, Teledeum, e tantas outras perversidades que pervertem o sentido humano, **nós damos Graças a Deus por vermos os cristãos unidos na sua fé**, ainda que existam diferenças nos nossos pontos de vista, políticos ideológicos, estamos convictos de que, na palavra de Deus, o homem encontra a bússola que norteia seus verdadeiros ideais na direção do Espírito Santo de Deus."

Fonte: autoria própria.

3.5. O discurso da “proteção mínima”

Este tipo discursivo cobre as manifestações dos parlamentares favoráveis à proteção constitucional contra a discriminação com base em orientação sexual. Em outra oportunidade de análise, identifiquei duas categorias amplas de argumentos favoráveis na Constituinte: defesa geral e defesa específica⁵⁷³. Por defesa geral, entendendo “aquelas intervenções realizadas pelos constituintes que falavam em favor da proteção ou reconhecimento de direitos de grupos oprimidos [...] de maneira abrangente, não focalizando em uma temática específica, mas incluindo algum termo que remetesse a pessoas LGBTI”⁵⁷⁴. Por contraste, a defesa específica

⁵⁷³ LELIS, Rafael Carrano; ALMEIDA, Marcos Felipe Lopes de; ROSA, Waleska Marcy. Quem conta como nação? A exclusão de temáticas LGBTI nas assembleias constituintes de Brasil e Colômbia. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 9, n. 2, p. 84-112, 2019.

⁵⁷⁴ LELIS, Rafael Carrano; ALMEIDA, Marcos Felipe Lopes de; ROSA, Waleska Marcy. Quem conta como nação? A exclusão de temáticas LGBTI nas assembleias constituintes de Brasil e Colômbia. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 9, n. 2, p. 84-112, 2019, p. 94.

designava “intervenções voltadas exclusivamente ao reconhecimento de direitos LGBTI”⁵⁷⁵, nomeadamente a inclusão do termo orientação sexual. Diante disso, considerando se tratar a defesa geral apenas de uma menção diluída da questão, foquei somente em defesas específicas na construção deste discurso-tipo.

Este discurso se caracteriza por uma narrativa bastante contrastante, em diversos pontos, com os tipos anteriores. A homossexualidade, embora tratada por “homossexualismo”, é identificada como algo inerente do ser humano, não designando nem uma doença, nem uma faculdade de escolha. Em menor frequência, é apontado enquanto um “problema cultural” e de formação, mas alheio à vontade da própria pessoa. Além disso, frisa-se que a não discriminação é uma proteção mínima necessária ao reconhecimento de sujeitos homossexuais enquanto seres humanos. São enfatizados o estigma, a discriminação e a violência sofridos por esse grupo no seio da sociedade, bem como contestados vínculos de causalidade entre a Aids e as práticas homossexuais. A proteção contra discriminação é vista como um direito fundamental, atributo essencial do regime democrático, e a discriminação contra homossexuais é articulada a partir de uma perspectiva comum com outras formas de opressão, como racismo e machismo. No entanto, é evidente que essa previsão protetiva mínima é o máximo de amparo a direitos LGBTI+. Inclui-se, neste discurso, ainda, a recusa de possibilidade de qualquer tipo de união civil (união estável ou casamento) entre pessoas do mesmo sexo. Além de serem vistas como práticas não apoiáveis o “homossexualismo” e o “travestismo”, apenas passíveis de proteção contra a discriminação.

Nesse ponto, é possível identificar duas linhas comuns que aproximam os discursos favoráveis e contrários: oposição a uniões civis homossexuais e o enquadramento de tais práticas como não recomendáveis; com raras exceções a esse padrão. Enquanto os discursos contrários apontam a homossexualidade como nociva à sociedade, os favoráveis, embora não estabeleçam essa relação de prejudicialidade, enfatizam que não defendem ou estimulam tais comportamentos, implicitamente – e em alguns momentos explicitamente – identificando como algo que deva ser tolerado, mas não apoiado. Ao mesmo tempo, essa narrativa dos favoráveis se aproxima, em alguns momentos, do paradigma de patologização, ao

⁵⁷⁵ LELIS, Rafael Carrano; ALMEIDA, Marcos Felipe Lopes de; ROSA, Waleska Marcy. Quem conta como nação? A exclusão de temáticas LGBTI nas assembleias constituintes de Brasil e Colômbia. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 9, n. 2, p. 84-112, 2019, p. 95.

afirmar que advogar pela não discriminação não é o mesmo que apoiar; assim como se prega a não discriminação a doentes, mas não se promove a disseminação de doenças.

Ademais, com relação à nomeação deste discurso-tipo, escolhi para que tenha um significado duplo. O primeiro, de que se defende que essa seria uma tutela básica, imprescindível a qualquer ser humano. Segundo, para ilustrar que o discurso favorável não advogava por uma proteção ampla de sujeitos LGBTI+, porém apenas seu aspecto mínimo. Ressalto que, embora essa demanda também tenha sido a principal vocalizada pelo MHB da época, isso foi feito em virtude das possibilidades de aprovação junto aos parlamentares. Além disso, as manifestações explícitas contrárias à união civil, por exemplo, indicam a limitação desses parlamentares na defesa de direitos desse grupo. No Quadro 10, inseri os exemplos referentes a este discurso-tipo.

Quadro 10 – Exemplos do Discurso da “Proteção Mínima”

EXEMPLOS

“O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT. – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes: Certamente, alguns colegas desta Assembléia podem encarar a inclusão desta emenda no texto constitucional, como uma matéria exótica ou que a mesma seja objeto de alguma manifestação que não possa abarcar a importância e a gravidade da nossa proposição. Para que fique clara a nossa proposta, lerei uma afirmação do Sr. Ministro da Justiça do Canadá, Sr. John Crosbie, feita no dia 4 de março de 1986: "Recomendamos que a Lei Canadense dos Direitos do Homem seja modificada, a fim de nela acrescentar proibição de discriminação por **orientação sexual** aos demais casos já previstos, os quais são: raça, origem nacional ou étnica, cor, religião, idade, sexo, estado marital, estado familiar, deficiência física e condenação por um delito, cujo indulto já tenha sido concedido." A nossa proposição refere-se exatamente ao inciso III do art. 3º que diz: "III – promover a superação dos preconceitos de raça, sexo, cor, idade e outras formas de discriminação." Queremos acrescentar "**orientação sexual**", e há uma confusão em relação à **orientação sexual**. Muitos Constituintes afirmam que a Carta Constitucional está **orientando a opção sexual**. Não é verdade! O que nós estamos colocando aqui é que aquelas pessoas que façam **diferentes opções sexuais**, movidas por uma determinada orientação, não sofram discriminação. O padre e a freira, por exemplo, recebem uma determinada **orientação sexual**. Isto é uma **orientação sexual**. Eles não podem ser discriminados. **O celibatário faz uma opção sexual**, recebe uma **orientação sexual**, portanto, não pode ser discriminado. Quero entrar na questão crucial e sei que esta questão certamente colocará objeção à votação dessa emenda: **é no que diz respeito ao problema do homossexualismo**. Mas é bom deixar bem claro que **se nós não colocarmos orientação sexual não estaremos combatendo um preconceito que existe em relação aos heterossexuais, aos homossexuais e aos bissexuais**. Pergunto, olhando para o Plenário desta Casa, se este não é um fenômeno da modernidade; pergunto olhando para o rosto de todos os Srs. e das Sr.as Constituintes – Como é que vamos enfrentar o problema do preconceito em relação à AIDS? **Pergunto a esta Assembléia se não há discriminação no Brasil em relação aos homossexuais?** Vejam os casos de violência que estão acometendo no Rio de Janeiro e São Paulo! Pergunto a esta Casa como é que fica a decisão do Prefeito de São Paulo que baixou uma portaria proibindo que em uma determinada escola da Prefeitura de São Paulo, fossem matriculados **homossexuais**. Este preconceito, esta discriminação existe, está espalhada na sociedade brasileira. E o que estamos propondo? É que em relação a este problema não haja discriminação. Queremos incluir a questão da **orientação sexual** entre aqueles casos tipificados que proíbe a discriminação. E, para concluir, Sr. Presidente, alguém já disse aqui que estamos fazendo a Constituição do futuro. E pergunto que Constituição do futuro será esta se não

inclui entre os preconceitos a serem combatidos no texto constitucional aquele referente às diferentes **opções sexuais** que as pessoas, pelos mais diferentes motivos, possam ter nas suas vidas e nos seus comportamentos? Não vamos aqui consagrar uma Constituição que seja o reflexo de valores do medievalismo, de valores do preconceito, de valores da discriminação. Se queremos abrir esta Constituição o para o século XXI, uma Constituição para o futuro, vamos, Sr. Presidente, inscrever este direito que é um direito de cidadania em relação às diferentes opções que as pessoas possam fazer em relação à **orientação sexual**. Por isso, apelo a que esta Casa aprove a nossa emenda que inclui a expressão **orientação sexual**. Não quero responder, Sr. Presidente, às expressões dos que não estão levando a sério o assunto, porque isto, certamente, será objeto de um psicólogo, que estudará as razões psicológicas de muitos que não querem levar a sério este problema. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas).”

"O SR. RELATOR (José Paulo Bisol): [...] aro. As questões fundamentais levantadas aqui dizem respeito à propriedade, à vida infra-úterina – quanto à **orientação sexual**, houve uma observação – e algumas perguntas, não acusações, foram feitas relativamente à linguagem do texto. Vou tentar resumir minha posição a este respeito. [...] Mendonça de Moraes fez uma série de perguntas que eu rapidamente vou responder, porque não quero cansar o plenário. Ademais, tenho uma grande etapa a vencer noite a dentro no Prodasen. Quanto ao problema da família, o nobre Constituinte **estranhou a expressão "união estável", como se ela incluísse a possibilidade de uniões entre homossexuais**. Nobre Constituinte. **não estou preocupado com as uniões dos homossexuais**. Se eles querem fazer, que as façam! Desde que isto não se converta num escândalo social, é um direito deles. A palavra "casamento" também não evita, em si mesma essa expressão. Porque eles falam em casamento! Tenho lido nos jornais e até ouvi um Constituinte, aqui, falar: **"Estamos permitindo casamento de homossexuais?" Meu Deus, não se trata disso!** Apenas se trata de dizer que **os homossexuais são seres humanos!** E aqui disseram até que é uma questão de nascimento. Não vou a tanto. Acho que é mais um problema cultural e de formação. Mas, não entro em discussão. O que eu quero dizer é que os **homossexuais não me perturbam**. Acho que eles são pessoas humanas. E creio que **ninguém tem o direito de não empregar um homem competente por ser ele um homossexual!** É isto. Aqui argumentaram que eu estava colocando a expressão **"orientação sexual"** no sentido de **autorizar a cópula homossexual**, por exemplo, dentro de um quartel. Mas, meu Deus, dentro de um quartel, um lugar inadequado, a **cópula homossexual é uma transgressão disciplinar!** Entenderam? Será que não é simples isso? **Qualquer cópula num lugar inadequado, ou em público, é uma transgressão disciplinar.** Não estou autorizando essa transgressão disciplinar. Agora. V. Ex as me desculpem, mas, na intimidade deles, eles farão o que quiserem, porque nós na nossa heterossexualidade, fazemos. Ou não fazemos! Porque somos livres! Que negócio é esse de restringir a liberdade dos outros, quando eles não afetam a nossa liberdade? Não é este o discurso de todos, ou seja, que todo mundo é livre naquilo que não afeta os outros? **A mim a homossexualidade dos outros não afeta.** Não sei se os Constituintes se sentem afetados pela **homossexualidade** dos outros. A mim, não afeta. E eu **conheço homossexuais tremendamente responsáveis**, pessoas de caráter, inteligentes, com capacidade de trabalho! E nutro por eles o mais profundo respeito! Porque não sou o modelo de ninguém. A minha heterossexualidade é uma pessoal, não afeta ninguém. Eu resolvo. E, se alguém não quiser ser heterossexual, tem esse direito, não vai me incomodar. [...] Então, a **união estável, por suposição natural, é entre o homem e a mulher**, nobre Constituinte. Nem me passa pela cabeça legislar sobre as outras. **Repito: casamento não seria uma palavra que evitaria esse tipo de união homossexual.** Acho, pois, que não há o que retificar aí."

"O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL: – Sr. Presidente. Sras. e Srs. Constituintes, Sr. Relator, parece-me que está ocorrendo um grande equívoco, e nas conversas particulares que tive e estou tendo, ainda que esse assunto seja debatido exaustivamente, a impressão que se transmite é a de que o relatório é favorável à legalização do aborto.[...] Em nenhum momento, também, ouvi, quer em conversas particulares, quer em manifestações públicas, esse eminente, íntegro, respeitado e profundamente culto homem público, o Senador José Paulo Bisol, que honra a Assembléia Nacional Constituinte, **defender o homossexualismo, a prática caricata do travestismo**. Na verdade, está havendo uma certa confusão. **Essa caricatura do travestismo que anda por aí não beneficia ninguém. Quando se fala em orientação sexual, eu queria explicar também que em nenhum momento o Relator defendeu a deficiência mental**, a deficiência física o problema dos que adotam ou não uma religião. **Será que quando ele disse que o deficiente mental não deve ser discriminado ele é a favor da debilidade mental?** Será que ele está defendendo a debilidade mental? Ele está dando as causas excludentes da discriminação; não está defendendo a prática de nada disso que está aqui! As pessoas não podem ser condenadas por

isso! E seria muito difícil fazê-lo – nisso ele teve grandeza e profundidade – porque abrangeu até o ponto de vista sob a perspectiva cristã."

"A SRª CONSTITUINTE BENEDITA DA SILVA: – É muito difícil tratar da questão em pauta. A discriminação traz uma certa inibição para aqueles que estão sendo discriminados. Mas, vejo com o passar do tempo, que as pessoas discriminadas, em seus diferentes setores, vêm dando um exemplo de como fazer com que as outras se sintam cada vez mais envergonhadas. Confesso que, com toda essa luta que tenho travado sobre a questão do preconceito, somos obrigados a reconhecer que ele é muito forte, o preconceito racial, o machismo no nosso País, atingiu a sociedade como um todo. Precisamos fazer um esforço enorme para nos desfazer dessa coisa horrenda, que é o preconceito. Percebo que há uma violência colocada a nível do preconceito que se faz ao homossexual, que é a própria violência da concepção do prazer. Violentamos o prazer e estabelecemos regras para esse prazer, e, à medida em que estabelecemos as regras, fugimos dessas regras estabelecidas como prazer. Lógico, estamos no mundo dos chamados anormais ou, então, exóticos. E, nesse sentido, vamos percebendo o quanto é hipócrita a sociedade, quando usufrui, num primeiro momento, desse tipo de prazer, e quando tem a oportunidade de enfrentá-lo, não enfrenta. Não enfrenta, porque tem um padrão moral que não permite encarar de frente a situação e inibe até aqueles que querem assumi-la de todo. Essa a dificuldade que encontramos. Deparamo-nos com isso no mito da democracia racial e vamos encontrar no machismo que está evidenciado, mas que as pessoas até justificam e colocam: "Não. Eu não sou preconceituoso, não sou racista, não sou machista, porque até suporto o fato de ter amigos ou amigas que são homossexuais, negros ou coisa parecida." Vamos observando que, se o movimento não tiver uma organização, em consequência, dificilmente se conseguirá fazer passar essa proposta, porque, vamos abordar no interior da família, como essa coisa é tratada. Como é que devemos tratar os preconceitos que são estabelecidos e usados, e temos todos esses preconceitos, que nos acompanham desde a educação. A educação que nos leva a essa diferença que é desigual no tratamento entre homem e mulher. Encontramos isso no mercado de trabalho. Mas, quero crer, que isso também faz parte da ideologia da dominação. Isso é muito forte e vai fazendo com que uma classe tenha um certo domínio sobre a outra, o sexo tenha um certo domínio sobre o outro. E, daí por diante, vamos realmente encontrar essa forte ideologia que trabalha, conseqüentemente, em cima da inibição do prazer. O prazer é uma coisa muito individual, à medida em que sinto prazer em chorar, enquanto que outros podem sentir horror em chorar. O que pode, num primeiro momento, ser prazer para mim pode não ser prazer para o outro. E nesse sentido, vamos percebendo que cresce, e cresce muito, esse preconceito. Mas que, por um outro lado, já se tem um certo avanço. Por exemplo, hoje não se poderia imaginar que, a nível da nossa luta concreta contra o preconceito, pudéssemos – e isso sem favor nenhum – garantir um espaço para nos fazer ouvir nessa questão do preconceito. E hoje nos deparamos com uma série de temas que já deveríamos ter abordado e não abordamos, e somos apoiados, e existe até, num determinado momento, perplexidade ou vergonha de não ter ainda trabalhado nessas questões, que consideramos fundamentais do ser humano do homem e da mulher. Observamos que no mercado de trabalho, por exemplo, a nível da homossexualidade, a questão do preconceito é muito forte, humilhante. Na medida em que a força de trabalho do homossexual vale menos que a força de trabalho até da própria mulher, que já é discriminada nesse setor, observamos que, além desta humilhação, a nível da competência, como se fôsse uma compensação, o homossexual é altamente explorado. É altamente explorado a nível de carga horária e do esforço que tem que fazer na medida em que se tem o mercado competitivo. Fico observando como essa coisa acontece também para a mulher. Quando ela tem que ocupar um determinado espaço profissional, ela tem que ser a melhor para poder exercer a função. Observamos no mercado de trabalho dos homossexuais, esta mesma coisa, mas com maior intensidade na medida em que o processo de discriminação pesa muito, ele é muito mais acelerado nessa questão. Na questão de educação, é uma barbaridade o que se comete, na medida em que temos esse preconceito de que vai privilegiar o comportamento masculino e o comportamento feminino. E a anormalidade se dá no momento em que querem dos homossexuais a definição do comportamento intermediário entre uma coisa e outra, como se a prática sexual das pessoas devesse ter um certo tipo de comportamento. É o que V. Ex.ª até estava colocando. Em que idade começamos? Tem que ter uma carteirinha? E como passa essa questão? Vemos que essa é uma educação que vai discriminando, marginalizando e deixando de lado, todo um outro comportamento, que um ser humano tem, fora da sua prática sexual, que é a da contribuição cotidiana que podemos até chamar de igual, entre todas as outras contribuições que são dadas. E aí o profissional é marginalizado no seu mercado de trabalho. Imagine o homossexual dando aula. É uma coisa muito difícil. No mínimo ele fica confinado a uma Secretaria e vai quase que ter uma função de boy. É uma discriminação que ele

vai passar, por causa do seu comportamento. E percebemos que ele tem que disputar esse mercado de trabalho com toda a competência que possa ter. Enfim, esse preconceito é um dos mais peçonhentos que podemos visualizar. Mas, é preciso que se entenda que, hoje, na sociedade machista em que vivemos, estamos dando um passo a nível do debate. Esta Casa dá uma grande oportunidade. Eu e o Sabóia estávamos aqui, entre os nossos cochichos, vendo como é difícil. Ao mesmo tempo, eu estava quase que me sentindo mal porque ficamos muito preocupados em ver que realmente cometemos um genocídio, quanto a liberdade de pensar, de expressar e de agir de cada um dos indivíduos. Hoje, pessoas consideradas de práticas sexuais normais vêm a responsabilidade de "discutir" a sexualidade do chamado anormal. Ridículo! simplesmente ridículo, a nível de comportamento de uma sociedade no que diz respeito às liberdades. Penso que vamos dar uma contribuição muito grande nesta Constituinte. O debate tem sido muito interessante. Não sabemos se poderemos garantir, na Constituição, leis que possam corrigir ou fazer justiça a essa deformação que a sociedade tem com relação à liberdade individual de cada um, no capítulo dos Direitos e garantias Individuais do Cidadão. Tivemos a grande oportunidade de estabelecer e começar a relacionar a complexidade do tema e, aqui, garantir esse debate. Isso foi fundamental, importante. Já conheço essa luta do Triângulo. Estou, mais uma vez, reafirmando meu compromisso na luta pela liberdade, e acho que se não assumirmos, aqui e agora, toda essa questão que tem sido colocada para as minorias, não seremos bons Constituintes na medida em que não vamos garantir que a sociedade, como um todo, que todos os segmentos possam ir e vir e pensar. Nesse sentido, reafirmo esse compromisso e o parabeno pela coragem, pelo esforço e pela organização o Triângulo Rosa. Muito obrigado (Palmas.)”

Fonte: autoria própria.

3.6. O discurso do “movimento social hegemônico”

Este último discurso-tipo alude à narrativa do único representante do Movimento Homossexual Brasileiro presente nas discussões da ANC: João Antônio Mascarenhas, falando em nome da organização Triângulo Rosa. Intitulei de “movimento social hegemônico” para salientar que os poucos grupos – neste caso o único grupo – que conseguem furar as barreiras que limitam a inserção institucional de coletividades oprimidas e estigmatizadas muito provavelmente refletem a parte hegemônica desse movimento social. Não obstante, este discurso foi marcado pela atribuição de uma representação irrestrita de todo o MHB. Há uma demarcação dos motivos pelos quais a tutela em relação à discriminação com base em orientação sexual é necessária. São elencadas diversas formas de violência sofridas por homossexuais, lésbicas e bissexuais e apontadas demandas futuras necessárias ao avanço na garantia de dignidade a esses indivíduos. É feita uma tentativa de apresentação aos parlamentares, de forma didática, das complexidades inerentes às sexualidades e diferentes identidades relacionadas. Concentram-se os esforços na desmistificação do significado “orientação sexual” e de estereótipos de homossexuais frequentemente disseminados.

Apesar da defesa fervorosa dos direitos homossexuais que marca este discurso, ele comporta, também, manifestações transfóbicas, associando identidades travestis à prostituição e criminalidade e questionando a validade das

experiências de mulheres transexuais. Isso é mais um motivo pelo qual caracterizei como o discurso do “movimento social hegemônico”, já que explicita a marginalização de identidades trans, que possuíam ainda menos espaço de interferência política quando comparado com o Movimento LGBTI+ de hoje, onde elas ainda sofrem com maior estigma e preconceito que pessoas LGB cisgêneras. No Quadro 11, seguem os exemplos.

Quadro 11 – Exemplos do Discurso do “Movimento Social Hegemônico”

EXEMPLOS
<p>“O SR. JOÃO ANTÔNIO DE SOUZA MASCARENHAS: – Exmº Sr. Presidente. Srª e Srs.constituíntes, na condição de representante não só do Triângulo Rosa, mas de todas as entidades congêneres que compõem o Movimento Brasileiro de Liberação Homossexual, quero dizer da nossa satisfação em estarmos aqui presentes. Desejo também, em meu nome e no de todos os meus companheiros do Movimento, agradecer e expressar nossos cumprimentos a V. Ex as, por se dispuserem a ouvir, nesta Assembléia Nacional Constituinte, o representante de um segmento social estigmatizado. Este é um caso inédito no Brasil, ainda que freqüente nos países escandinavos, na Holanda, no Canadá e nos Estados Unidos. A nossa reivindicação é simples, é única. Reivindicamos uma expressa proibição de discriminação por orientação sexual, no dispositivo que deverá substituir o atual art. 153, § 1º, da Constituição vigente.”</p>
<p>“Queria falar rapidamente sobre preconceitos e desinformação. Os programas de rádio, especialmente os programas de televisão e os programas do chamado teatro revista, em geral, exibem o que eles resolveram construir, elaborar como protótipo do homossexual brasileiro. Este, para eles – e a mensagem que eles transmitem veicula, no caso da televisão, para milhões – é um tipo extremamente efeminado, cheio de maneirismos grotescos, neurótico, fútil, ridículo. O homossexual aparece como um travesti ou quase isso. Enfim, aparece imitando uma mulher, e uma mulher vista pelo ângulo machista. Na imprensa, o preconceito também é freqüente e algumas vezes de forma velada. Assim, o portador de idéias preconcebidas, inconsciente ou conscientemente – temos de reconhecer que algumas vezes é inconsciente, ainda que o dano não seja menor por isso – trata categorias diferentes como se fossem iguais. Estabelece uma falsa sinonímia, por exemplo, entre "homossexual" e "travesti-prostituto". Frisa a homossexualidade de um delinqüente, quando a orientação sexual desse não tem nada a ver com o delito. Induz gratuita e erroneamente, uma vinculação pretensamente automática entre a homossexualidade e o submundo, especialmente com a prostituição e o tráfico de drogas, quando, no corpo da notícia, nada existe que corrobore a informação. Trunca fatos e, às vezes, até os relata de forma inexata, negandose a retificar essas informações.”</p>
<p>Não temos a ingenuidade de imaginar que, de um momento para o outro, só o fato da inclusão, na Constituição Federal, da expressão "orientação sexual" venha fazer com que, de uma penada, a discriminação desapareça. Não, longe disso. O que queremos com isso é fazer com que o oprimido se sinta juridicamente habilitado a lutar pelo respeito dos seus direitos, nem mais, nem menos.</p>
<p>“O SR. JOÃO ANTÔNIO DE SOUZA MASCARENHAS: – Exatamente. Porque há pessoas que nos dizem: Para que vocês querem a inclusão de orientação sexual, pois já fala em sexo? É a mesma coisa. Não é. Sexo é o sexo biológico, masculino, feminino. Vamos dizer, Roberta Close, por mais feminino que seja, por mais silicone que use, por mais hormônios que tome, por mais elegantes as roupas femininas que vista, continuará sendo homem. E, mais ainda, parece que ele não é transexual. O transexual é aquele que faz a mudança cirúrgica de sexo, que ele pretende que seja de sexo, mas não é. Digamos, um homem que quer passar por mulher, transexual masculino, para feminino, aí se faz castrar, faz construir um arremedo de vagina, usa silicone para as mamas, para as ancas, mas continua um homem, não consegue procriar, não consegue amamentar, jamais conseguirá uma implantação dos órgãos internos femininos, ou mesmo uma transexual mulher para se passar para homem. Poderá fazer o arremedo de um pênis. Esse pênis nunca terá ereção, nunca poderá ejacular. Ela jamais poderá conseguir testículo. Quer dizer, por mais que do ponto da aparência exterior, continuem parecendo do sexo oposto, realmente não são, porque gêneros só existem dois: masculino e feminino.”</p>

Fonte: autoria própria.

3.7. Sujeitos-tipo na narrativa constituinte: o “homossexual promíscuo”, a “travesti abjeta” e o “homossexual estigmatizado”

A partir do exame das narrativas estabelecidas na tipologia de discursos descrita acima e por meio da integração das categorias construídas a partir dos dados analisados, foi possível delimitar três representações mais frequentes de pessoas LGBTI+ no contexto constituinte: o homossexual promíscuo, a travesti abjeta e o homossexual estigmatizado. A primeira, majoritariamente derivada dos discursos contrários ao pleito de positivação constitucional do termo “orientação sexual”. A segunda, por sua vez, construída a partir do discurso de todos os presentes, incluindo parlamentares favoráveis e contrários, além da sociedade civil. A terceira, e última, ilustrando a visão de sujeito construída pela sociedade civil. Não se identificaram contornos específicos relevantes de tipos a partir dos discursos somente dos parlamentares favoráveis.

O sujeito “homossexual promíscuo” é delimitado a partir de um discurso que vincula a homossexualidade – eminentemente o homem gay, já que a menção a lésbicas e bissexuais foi rara – a uma hipersexualização e a atos rotulados de libidinosos, promíscuos e depravados. Ao lado disso, é feita associação à epidemia de HIV/Aids, posicionando o sujeito homossexual como responsável, merecedor e disseminador da doença. Seus atos são vistos perigosos e sua liberdade como nociva à sociedade. Sua existência é alvo de patologização, bem como caracterizada enquanto pecaminosa, antinatural e repugnante, sendo valorizadas tentativas de conversão e “cura” desse tipo de condição.

Embora não entre no contorno específico deste sujeito-tipo, acredito relevante enfatizar uma contradição evidente nos debates com relação ao sujeito homossexual em sua interseção com a raça. Há duas manifestações antagônicas, uma indicando a inexistência de “homossexualismo” entre os negros e outra destacando a existência de pessoas negras homossexuais, o que reflete opressões específicas que recaem sobre pessoas LGBTI+ negras a partir da interseção de marcadores raciais e de sexualidade.

O outro “sujeito-tipo” delineado foi a “travesti abjeta”. Com relação à denominação, gostaria de demarcar que a categoria de “abjeção”, pensada inserida no marco teórico adotado pela pesquisa, aplica-se a todos indivíduos LGBTI+. No entanto, há uma hierarquia diferencial de abjeção, na qual determinados indivíduos

são considerados mais abjetos que outros, dentro da mesma coletividade. Por isso, reservei o uso do termo abjeção para a descrição desse sujeito-tipo, que corresponde a experiências travestis, grupo mais profundamente afetado por formas de discriminação dentre as pessoas LGBTI+. Além disso, inclui a nomeação específica “travesti” e não “transexual” por entender mais adequado não somente às experiências identificadas nos debates, mas também considerando o contexto político brasileiro.

Os contornos desse tipo associam a travesti com a prostituição, consumo de drogas e criminalidade. Expressam um maior grau de nojo e repulsa às suas práticas de construção corporal, como utilização de maquiagem e aplicação de silicone, do que com relação a homossexuais. Ainda, sua existência é classificada como uma tentativa frustrada de representação de uma feminilidade que não seria acessível a ela, indicando a ausência do preenchimento de “requisitos” bio-fisiológicos “imprescindíveis” à caracterização de uma mulher.

Um último elemento relevante, na descrição deste tipo, é o enfrentamento da suposta contradição no nome dado à categoria. A abjeção, como já salientado, é justamente o espaço do “não-sujeito”, a externalidade que permite a construção do sujeito em sua oposição. No entanto, estabelecer essa categoria da travesti, simultaneamente abjeta e sujeito, significa posicioná-la, performativamente, enquanto sujeito. Uma forma por meio da qual pressiona-se pela rearticulação dessa universalidade que demarca os traços da humanidade e do sujeito. Significa, assim, apelar para a dimensão “escandalosa” dessa universalidade contingente, “ameaçando incluir no humano o próprio ‘outro’ contra o qual o humano foi definido”⁵⁷⁶.

Finalmente, o último sujeito-tipo delimitado, o “homossexual estigmatizado”, parte dos discursos da sociedade civil. De acordo com esse tipo, gays, lésbicas e bissexuais são vistos como pessoas em busca de liberdade, que enfrentam estigma, discriminação e violência em virtude de sua sexualidade. São impedidos de participar livremente da sociedade, têm maior dificuldade em obter emprego e sofrem com a falta de apoio da família, que, em geral, rejeita sua condição. Não há “requisitos” fixos a serem cumpridos para a identificação

⁵⁷⁶ BUTLER, Judith. **Undoing gender**. London and New York: Routledge, 2004, p. 190, tradução minha. No original: “threatening to include in the human the very ‘other’ against which the human was defined”.

enquanto homossexual (o que inclui pessoas bissexuais), tratando-se de uma identidade fluída. O sujeito homossexual é desenhado como feliz quando consegue exercer livremente sua sexualidade, apesar da opressão imposta socialmente, e a homossexualidade é definida não como uma escolha, mas algo inerente ao indivíduo.

Apêndice E – Quadros de Amostragem da Pesquisa

Quadro 1 – Atas da ANC Incluídas na Amostragem de Análise

Categoria	Ata
Plenário	Ata da 23ª Sessão (24 de fevereiro de 1987)
	Ata da 29ª Sessão (09 de março de 1987)
	Ata da 40ª Sessão (26 de março de 1987)
	Ata da 47ª Sessão (08 de abril de 1987)
	Ata da 49ª Sessão (11 de abril de 1987)
	Ata da 61ª Sessão (07 de maio de 1987)
	Ata da 63ª Sessão (12 de maio de 1987)
	Ata da 67ª Sessão (19 de maio de 1987)
	Ata da 76ª Sessão (03 de junho de 1987)
	Ata da 78ª Sessão (05 de junho de 1987)
	Ata da 88ª Sessão (23 de junho de 1987)
	Ata da 98ª Sessão (09 de julho de 1987)
	Ata da 100ª Sessão (14 de julho de 1987)
	Ata da 101ª Sessão (15 de julho de 1987)
	Ata da 114ª Sessão (28 de julho de 1987)
	Ata da 117ª Sessão (31 de julho de 1987)
	Ata da 119ª Sessão (02 de agosto de 1987)
	Ata da 120ª Sessão (03 de agosto de 1987)
	Ata da 141ª Sessão (18 de agosto de 1987)
	Ata da 145ª Sessão (20 de agosto de 1987)
	Ata da 148ª Sessão (22 de agosto de 1987)
	Ata da 158ª Sessão (07 de outubro de 1987)
	Ata da 161ª Sessão (28 de outubro de 1987)
	Ata da 189ª Sessão (28 de janeiro de 1988)
	Ata da 196ª Sessão (08 de fevereiro de 1988)
	Ata da 198ª Sessão (10 de fevereiro de 1988)
	Ata da 201ª Sessão (18 de fevereiro de 1988)
	Ata da 204ª Sessão (21 de fevereiro de 1988)
	Ata da 212ª Sessão (29 de fevereiro de 1988)
	Ata da 237ª Sessão (04 de abril de 1988)
	Ata da 243ª Sessão (08 de abril de 1988)
	Ata da 314ª Sessão (09 de agosto de 1988)

	Ata da 332ª Sessão (29 de agosto de 1988)
	Ata da 335ª Sessão (30 de agosto de 1988)
Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher	Ata da 4ª Reunião (27 de maio de 1987)
	Ata da 7ª Reunião (01 de junho de 1987)
	Ata da 8ª Reunião (01 de junho de 1987)
	Ata da 9ª Reunião (08 de junho de 1987)
	Ata da 10ª Reunião (08 de junho de 1987)
	Ata da 11ª Reunião (09 de junho de 1987)
	Ata da 12ª Reunião (09 de junho de 1987)
	Ata da 13ª Reunião (12 de junho de 1987)
Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais	Ata da 6ª Reunião (22 de abril de 1987)
	Ata da 7ª Reunião (23 de abril de 1987)
	Ata da 8ª Reunião (24 de abril de 1987)
	Ata da 9ª Reunião (27 de abril de 1987)
	Ata da 12ª Reunião (30 de abril de 1987)
	Ata da 14ª Reunião (05 de maio de 1987)
	Ata da 18ª Reunião (08 de maio de 1987)
	Ata da 19ª Reunião (08 de maio de 1987)
	Ata da 20ª Reunião (11 de maio de 1987)
	Ata da 22ª Reunião (14 de maio de 1987)
	Ata da 23ª Reunião (15 de maio de 1987)
	Ata da 24ª Reunião (18 de maio de 1987)
Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos	Ata da 13ª Reunião (25 de maio de 1987)
Comissão da Ordem Social	Ata da 8ª Reunião (01 de junho de 1987)
	Ata da 9ª Reunião (12 de junho de 1987)
Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficiente e Minorias	Ata da 1ª Reunião (07 de abril de 1987)
	Ata da 2ª Reunião (09 de abril de 1987)
	Ata da 3ª Reunião (22 de abril de 1987)
	Ata da 4ª Reunião (23 de abril de 1987)
	Ata da 5ª Reunião (27 de abril de 1987)
	Ata da 6ª Reunião (27 de abril de 1987)
	Ata da 7ª Reunião (28 de abril de 1987)
	Ata da 8ª Reunião (29 de abril de 1987)

	Ata da 9ª Reunião (30 de abril de 1987)
	Ata da 10ª Reunião (04 de maio de 1987)
	Ata da 11ª Reunião (05 de maio de 1987)
	Ata da 15ª Reunião (19 de maio de 1987)
	Ata da 16ª Reunião (25 de maio de 1987)
Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação	Ata da 5ª Reunião (28 de maio de 1987)
Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação	Ata da 10ª Reunião (30 de abril de 1987)
	Ata da 13ª Reunião (13 de maio de 1987)
Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso	Ata da 6ª Reunião (23 de abril de 1987)
	Ata da 9ª Reunião (29 de abril de 1987)
	Ata da 17ª Reunião (14 de maio de 1987)
Comissão de Sistematização	Ata da 32ª Reunião (24 de setembro de 1987 a 18 de novembro de 1987)
Comissão de Redação	Ata da 8ª Reunião (20 de setembro de 1988)

Quadro 2 – Categorias de Documentos Analisados no Acervo João Antônio Mascarenhas

Grupo	Subgrupo	Série	Subsérie	Dossiê
4 – Ativismo Homossexual	1 – Lampião da Esquina	1 – Organização e funcionamento	1 – Comunicação Interna 2 – Contrato social 3 – Conselho editorial 4 – Relatório de reunião	-
		2 – Comunicação	1 – Artigo 2 – Cobertura de imprensa 3 – Controle de distribuição de exemplares 4 – Entrevista 5 - Manifesto	-

	2 – Triângulo Rosa	2 – Comunicação	4 – Discurso	
		-	-	Campanha pela inclusão da proibição de discriminação por orientação sexual na Constituição de 1988 e a luta pelos direitos humanos
		-	-	Campanha pela extinção do parágrafo 302.0 do Código Internacional de Doenças (CID)
	-	-	-	Campanha pela proibição de discriminação por orientação sexual no Código de Ética dos Jornalistas
5 – Material de Apoio	-	-	-	AIDS
6 – Correspondência	-	1 – Controle de correspondência enviada	-	-
		2 – Correspondência enviada	-	-
		3 – Correspondência recebida	-	-